



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

Parte 2 - Caracterização e Diagnóstico

REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO (RH3)

Maio 2016

Índice

1. REGIÃO HIDROGRÁFICA	1
1.1. Delimitação e caracterização da região hidrográfica	1
1.1.1. Caracterização biofísica	4
1.2. Mecanismos de articulação nas regiões hidrográficas internacionais	5
1.3. Revisão da delimitação de massas de água de superfície	8
1.3.1. Massas de água fronteiriças e transfronteiriças	10
1.4. Revisão da delimitação de massas de água subterrâneas	11
1.4.1. Massas de água transfronteiriças	12
1.5. Revisão de massas de água fortemente modificadas ou artificiais	12
1.6. Síntese da delimitação das massas de água superficial e subterrânea	15
1.7. Revisão das zonas protegidas	17
1.7.1. Zonas de captação de água para a produção de água para consumo humano	20
1.7.2. Zonas designadas para proteção de espécies aquáticas de interesse económico	24
1.7.3. Zonas designadas como águas de recreio	26
1.7.4. Zonas designadas como zonas sensíveis em termos de nutrientes	26
1.7.5. Zonas designadas como zonas vulneráveis	28
1.7.6. Zonas designadas para a proteção de <i>habitats</i> e da fauna e flora selvagens e a conservação das aves selvagens	28
1.7.7. Zonas de máxima infiltração	31
1.7.8. Síntese das zonas protegidas	31
1.8. Identificação dos ecossistemas terrestres dependentes das águas subterrâneas e dos ecossistemas dependentes das águas subterrâneas	32
2. PRESSÕES SOBRE AS MASSAS DE ÁGUA	35
2.1. Pressões qualitativas	38
2.1.1. Setor urbano	39
2.1.1.1. Águas residuais urbanas	40
2.1.1.2. Águas residuais domésticas	44
2.1.1.3. Aterros e lixeiras	44
2.1.2. Setor industrial	45
2.1.2.1. Instalações abrangidas pelo regime PCIP - Prevenção e Controlo Integrado de Poluição	46
2.1.2.2. Indústria transformadora	47
2.1.2.3. Indústria alimentar e do vinho	48
2.1.2.4. Aquicultura	49
2.1.2.5. Indústria extrativa	50
2.1.2.6. Instalações portuárias	53
2.1.3. Passivos ambientais	54

2.1.4.	Setor agropecuário e das pescas	55
2.1.4.1.	Agricultura.....	55
2.1.4.2.	Pecuária.....	60
2.1.4.1.	Pesca	63
2.1.5.	Turismo.....	66
2.1.6.	Substâncias prioritárias e outros poluentes e poluentes específicos.....	67
2.1.7.	Outras atividades com impacte nas massas de água	71
2.1.8.	Síntese das pressões qualitativas	71
2.2.	Pressões quantitativas	72
2.3.	Pressões hidromorfológicas	76
2.3.1.	Águas superficiais - Rios	78
2.3.1.1.	Alterações morfológicas.....	78
2.3.1.2.	Alterações no regime hidrológico	81
2.3.2.	Águas superficiais - Costeiras e de transição.....	85
2.4.	Pressões biológicas.....	86
2.4.1.	Espécies exóticas	86
2.4.2.	Carga piscícola	88
3.	PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO	89
3.1.	Águas superficiais.....	89
3.2.	Águas subterrâneas.....	91
3.3.	Zonas protegidas	94
4.	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUA	97
4.1.	Estado das massas de água superficial.....	97
4.1.1.	Critérios de classificação do estado.....	99
4.1.1.1.	Critérios de classificação do estado/potencial ecológico	99
4.1.1.2.	Critérios de classificação do estado químico	100
4.1.1.3.	Critérios de classificação do estado das zonas protegidas.....	101
4.1.2.	Estado ecológico e potencial ecológico	101
4.1.3.	Estado químico	105
4.1.4.	Estado global	108
4.1.5.	Avaliação das zonas protegidas	110
4.2.	Estado das massas de água subterrâneas	113
4.2.1.	Critérios de classificação do estado.....	113
4.2.1.1.	Critérios de classificação do estado quantitativo.....	113
4.2.1.2.	Critérios de classificação do estado químico	115
4.2.1.3.	Critérios de classificação do estado das zonas protegidas.....	117
4.2.2.	Determinação do estado global	117

4.2.3.	Estado quantitativo	118
4.2.4.	Estado químico	119
4.2.1.	Estado global	120
4.2.2.	Avaliação das zonas protegidas	122
5.	DISPONIBILIDADES E NECESSIDADES DE ÁGUA.....	123
5.1.	Disponibilidades hídricas superficiais.....	123
5.1.1.	Precipitação	123
5.1.2.	Escoamento	124
5.1.2.1.	Regime natural	124
5.1.3.	Capacidade de regularização das albufeiras.....	125
5.1.4.	Transferências de água entre bacias hidrográficas Luso-Espanholas.....	126
5.2.	Disponibilidades hídricas subterrâneas.....	128
5.3.	Balanço disponibilidades/consumos	130
5.3.1.	Pressupostos e metodologias.....	130
5.3.2.	Fenómenos de escassez de água.....	131
5.3.2.1.	Índice de escassez WEI+	132
6.	ANÁLISE DE PERIGOS E RISCOS.....	133
6.1.	Alterações climáticas.....	133
6.1.1.	Cenários climáticos e potenciais impactes nos recursos hídricos	133
6.1.1.1.	Novos cenários climáticos	145
6.1.2.	Adaptação às alterações climáticas.....	151
6.1.2.1.	Medidas de adaptação	155
6.2.	Cheias e zonas inundáveis.....	175
6.2.1.	Cheias e inundações	175
6.2.2.	Zonas inundáveis	175
6.2.2.1.	Identificação das zonas com riscos significativos de inundações	175
6.2.2.2.	Critérios utilizados para a seleção das zonas com riscos significativos de inundações	176
6.2.2.3.	Elaboração de cartografia sobre inundações.....	177
6.2.2.4.	Articulação entre a Diretiva Quadro da Água e a Diretiva sobre a Avaliação e Gestão de Riscos de Inundações	178
6.3.	Secas.....	180
6.4.	Erosão hídrica.....	182
6.5.	Erosão costeira e capacidade de recarga do litoral.....	183
6.6.	Sismos	189
6.7.	Acidentes em infraestruturas hidráulicas (barragens)	189
6.8.	Poluição accidental	190

ANEXO I – LISTA DAS MASSAS DE ÁGUA DELIMITADAS PARA O 2º CICLO DE PLANEAMENTO NA RH3	
ANEXO II – CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO E DESIGNAÇÃO DE MASSAS DE ÁGUA FORTEMENTE MODIFICADAS OU ARTIFICIAIS.....	
ANEXO III – FICHAS DAS MASSAS DE ÁGUA FORTEMENTE MODIFICADAS	
ANEXO IV - ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS E PLANOS E ORDENAMENTO DE ÁGUAS PÚBLICAS NA RH3	
ANEXO V - CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO/POTENCIAL ECOLÓGICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL .	
ANEXO VI – LIMIARES ESTABELECIDOS PARA AVALIAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA.....	

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.1 – DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA RH3	2
FIGURA 1.2 – DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO.....	3
FIGURA 1.3 – PRINCIPAIS USOS IDENTIFICADOS NAS MASSAS DE ÁGUA FORTEMENTE MODIFICADAS NA RH3	14
FIGURA 1.4 – DELIMITAÇÃO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS NA RH3	16
FIGURA 1.5 – DELIMITAÇÃO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS NA RH3.....	17
FIGURA 1.6 – ZONAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUPERFICIAL PARA A PRODUÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NA RH3.....	21
FIGURA 1.7 – ZONAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA PARA A PRODUÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NA RH3	23
FIGURA 1.8 – TROÇOS PISCÍCOLAS NA RH3	24
FIGURA 1.9 – ZONAS DE PRODUÇÃO DE MOLUSCOS BIVALVES NA RH3.....	25
FIGURA 1.10 – ÁGUAS BALNEARES IDENTIFICADAS NA RH3	26
FIGURA 1.11 – ZONAS SENSÍVEIS NA RH3	27
FIGURA 1.12 – SÍTIOS DE IMPORTÂNCIA COMUNITÁRIA NA RH3	29
FIGURA 1.13 – ZONAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL NA RH3	30
FIGURA 2.1 – PRINCIPAIS GRUPOS DE PRESSÕES SOBRE AS MASSAS DE ÁGUA.....	35
FIGURA 2.2 – GEOVISUALIZADOR DOS PGRH – PRESSÕES SOBRE AS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL.....	36
FIGURA 2.3 – PONTOS DE DESCARGA NO MEIO HÍDRICO DAS ETAR URBANAS NA RH3	41
FIGURA 2.4 – PONTOS DE DESCARGA NO SOLO DAS ETAR URBANAS NA RH3	42
FIGURA 2.5 – ETAR POR CLASSE DE DIMENSIONAMENTO NA RH3.....	43
FIGURA 2.6 – ATERROS E LIXEIRAS NA RH3	45
FIGURA 2.7 – INSTALAÇÕES PCIP COM REJEIÇÃO NO MEIO HÍDRICO NA RH3	47
FIGURA 2.8 – CONCESSÕES MINEIRAS EM EXPLORAÇÃO NA RH3	51
FIGURA 2.9 – INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS NA RH3	54
FIGURA 2.10 – LOCALIZAÇÃO DOS REGADIOS PÚBLICOS EXISTENTES NA RH3	57
FIGURA 2.11 – EFETIVO PECUÁRIO POR SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA NA RH3	61
FIGURA 2.12 – CAMPOS DE GOLFE NA RH3	67
FIGURA 2.13 – CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUPERFICIAL PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO NA RH3	74
FIGURA 2.14 – CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO NA RH3.....	75
FIGURA 2.15 – GRANDES BARRAGENS NA RH3	80
FIGURA 3.1 – LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE MONITORIZAÇÃO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS NA RH3.....	91
FIGURA 3.2 – LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE MONITORIZAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DA RH3	93
FIGURA 3.3 – LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE MONITORIZAÇÃO DO ESTADO QUANTITATIVO NAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA DA RH3	94
FIGURA 4.1 – GEOVISUALIZADOR DOS PGRH – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO/POTENCIAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL	97
FIGURA 4.2 – ESQUEMA CONCEPTUAL DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS (FONTE: ADAPTADO DE UK TECHNICAL ADVISORY GROUP ON THE WATER FRAMEWORK DIRECTIVE, 2007).....	99
FIGURA 4.3 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO ECOLÓGICO/POTENCIAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL NA RH3	103
FIGURA 4.4 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS NA RH3	106
FIGURA 4.5 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL NA RH3	109
FIGURA 4.6 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA NA RH3 – COMPARAÇÃO ENTRE O 1.º E 2.º CICLO.....	110
FIGURA 4.7 – ESTADO QUANTITATIVO DAS MASSAS DE ÁGUA DE SUBTERRÂNEA NA RH3	118
FIGURA 4.8 – ESTADO QUÍMICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA NA RH3	120
FIGURA 4.9 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA NA RH3	121
FIGURA 5.1 – DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUBTERRÂNEA POR UNIDADE DE ÁREA NA RH3	129
FIGURA 6.1 – VULNERABILIDADE DA ZONA COSTEIRA PORTUGUESA À SUBIDA DO NÍVEL DAS ÁGUAS DO MAR	145
FIGURA 6.2 – PORTAL DO CLIMA SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM PORTUGAL	146
FIGURA 6.3 – VALORES MÍNIMOS, MÉDIOS E MÁXIMOS DA PRECIPITAÇÃO ANUAL.....	148
FIGURA 6.4 – VALORES MÍNIMOS, MÉDIOS E MÁXIMOS DA PRECIPITAÇÃO NOS MESES DE INVERNO (DEZEMBRO, JANEIRO E FEVEREIRO)	149

FIGURA 6.5 – VALORES MÍNIMOS, MÉDIOS E MÁXIMOS DA PRECIPITAÇÃO NOS MESES DE PRIMAVERA (MARÇO, ABRIL E MAIO)	149
FIGURA 6.6 – VALORES MÍNIMOS, MÉDIOS E MÁXIMOS DA PRECIPITAÇÃO NOS MESES DE VERÃO (JUNHO, JULHO E AGOSTO).....	150
FIGURA 6.7 – VALORES MÍNIMOS, MÉDIOS E MÁXIMOS DA PRECIPITAÇÃO NOS MESES DE OUTONO (SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO) ..	150
FIGURA 6.2 – CARACTERIZAÇÃO DO RISCO	178
FIGURA 6.3 - CRUZAMENTO ENTRE AS ZONAS COM RISCOS SIGNIFICATIVOS DE INUNDAÇÕES E AS MASSAS DE ÁGUA NA RH3	180
FIGURA 6.4 - PRODUÇÃO SEDIMENTOS NA BACIA DO DOURO (PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO, 2001)	182
FIGURA 6.5 - CÉLULA 1, SUBCÉLULA 1B: BALANÇO SEDIMENTAR NA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA. (GTL, 2014).....	185
FIGURA 6.6 - CÉLULA 1, SUBCÉLULA 1B: BALANÇO SEDIMENTAR NA SITUAÇÃO ATUAL. (GTL, 2014)	186
FIGURA 6.7 - PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	200

Índice de Quadros

QUADRO 1.1 – SUB-BACIAS IDENTIFICADAS NA RH3	3
QUADRO 1.2 – GRUPOS DE TRABALHO DA CADC	6
QUADRO 1.3- REGIME DE CAUDAIS PARA A BACIA LUSO-ESPAÑHOLA DO DOURO DE ACORDO COM O PROTOCOLO ADICIONAL	7
QUADRO 1.4 – CONDIÇÕES PARA SER DECLARADA CONDIÇÃO DE EXCEÇÃO AO REGIME DE CAUDAIS NA BACIA LUSO-ESPAÑHOLA DO DOURO..	8
QUADRO 1.5 – MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS NATURAIS DA RH3 QUE SOFRERAM ALTERAÇÕES DE DELIMITAÇÃO NO 2.º CICLO	9
QUADRO 1.6 – MASSAS DE ÁGUA FRONTEIRIÇAS DA RH3 QUE SOFRERAM ALTERAÇÕES DE DELIMITAÇÃO NO 2.º CICLO	10
QUADRO 1.7 – MASSAS DE ÁGUA FRONTEIRIÇAS E TRANSFRONTEIRIÇAS DA RH3	10
QUADRO 1.8 – ALTERAÇÕES ÀS MASSAS DE ÁGUA FORTEMENTE MODIFICADAS NA RH3.....	13
QUADRO 1.9 – MASSAS DE ÁGUA POR CATEGORIA IDENTIFICADAS NA RH3	15
QUADRO 1.10 – ZONAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUPERFICIAL PARA A PRODUÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NA RH3.....	21
QUADRO 1.11 – ÁGUAS PISCÍCOLAS CLASSIFICADAS NA RH3	24
QUADRO 1.12 – ÁGUAS BALNEARES IDENTIFICADAS NA RH3	26
QUADRO 1.13 – ZONAS DESIGNADAS SENSÍVEIS EM TERMOS DE NUTRIENTES NA RH3	27
QUADRO 1.14 – SÍTIOS DE IMPORTÂNCIA COMUNITÁRIA IDENTIFICADOS NA RH3	28
QUADRO 1.15 – ZONAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL LOCALIZADAS NA RH3	30
QUADRO 1.16 – PLANOS ORDENAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA RH3	31
QUADRO 1.17 – ZONAS PROTEGIDAS NA RH3	31
QUADRO 1.18 – CRITÉRIOS HIDROGEOLÓGICOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ETDAS/EDAS	33
QUADRO 1.19 – ETDAS/EDAS NA RH3	34
QUADRO 2.1- PRINCIPAIS MASSAS DE ÁGUA AFETADAS PELAS AFLUÊNCIAS DE ESPANHA NA RH3	37
QUADRO 2.2 - CARGA REJEITADA NO MEIO HÍDRICO POR SISTEMAS URBANOS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RH3 .	40
QUADRO 2.3 - CARGA REJEITADA NO SOLO POR SISTEMAS URBANOS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RH3	40
QUADRO 2.4- CARGA REJEITADA PELOS SISTEMAS URBANOS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS POR CATEGORIA DE MASSAS DE ÁGUA RH3.....	44
QUADRO 2.5 - INSTALAÇÕES PCIP NA RH3.....	46
QUADRO 2.6 - CARGA REJEITADA PELAS INSTALAÇÕES PCIP NA RH3	47
QUADRO 2.7 - CARGA REJEITADA PELA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA NA RH3.....	48
QUADRO 2.8 - CARGA REJEITADA PELA INDÚSTRIA ALIMENTAR E DO VINHO NA RH3.....	49
QUADRO 2.9 - CARGA REJEITADA PELAS EXPLORAÇÕES AQUÍCOLAS NA RH3	50
QUADRO 2.10 - NÚMERO CONCESSÕES MINEIRAS EM EXPLORAÇÃO E A ÁREA TOTAL OCUPADA NA RH3.....	50
QUADRO 2.11 - ANTIGAS EXPLORAÇÕES MINEIRAS DEGRADADAS COM RECUPERAÇÃO AMBIENTAL CONCLUÍDA NA RH3.....	51
QUADRO 2.12 - ANTIGAS EXPLORAÇÕES MINEIRAS DEGRADADAS COM RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM CURSO NA RH3	52
QUADRO 2.13 - CARGA REJEITADA PELA INDÚSTRIA EXTRATIVA NA RH3	53
QUADRO 2.14 - INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS NA RH3	53
QUADRO 2.15- IDENTIFICAÇÃO DOS PASSIVOS AMBIENTAIS NA RH3	55
QUADRO 2.16 – SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU) NA RH3	56
QUADRO 2.17 - ÁREAS BENEFICIADAS E ÁREAS REGADAS DOS APROVEITAMENTOS HIDROAGRÍCOLAS NA RH3	56
QUADRO 2.18 - SUPERFÍCIE REGADA NA RH3.....	58
QUADRO 2.19- SUPERFÍCIE REGADA E SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU) NA RH3.....	58
QUADRO 2.20 - CLASSES DE USO DO SOLO OBTIDAS APÓS AGREGAÇÃO E AS CORRESPONDENTES TAXAS DE EXPORTAÇÃO DE N E DE P	59
QUADRO 2.21 – ESTIMATIVA DA CARGA DE ORIGEM DIFUSA PROVENIENTE DA AGRICULTURA NA RH3	60
QUADRO 2.22 - CARGA REJEITADA NO MEIO HÍDRICO PELAS INSTALAÇÕES PECUÁRIAS NA RH3.....	62
QUADRO 2.23 – ESTIMATIVA DA CARGA DE ORIGEM DIFUSA PROVENIENTE DA PECUÁRIA NA RH3	62
QUADRO 2.24 - ESPÉCIES PISCÍCOLAS QUE OCORREM NAS MASSAS DE ÁGUAS INTERIORES DA RH3 E O RESPECTIVO VALOR PESQUEIRO	65
QUADRO 2.25 - CARGA REJEITADA PELOS CAMPOS DE GOLFE NA RH3	66
QUADRO 2.26 - EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS PRIORITÁRIAS E OUTROS POLUENTES PARA AS MASSAS DE ÁGUA DA RH3.....	68

QUADRO 2.27 - EMISSÕES DE POLUENTES ESPECÍFICOS PARA AS MASSAS DE ÁGUA DA RH3.....	68
QUADRO 2.28 – CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADE NA EMISSÃO DE SUBSTÂNCIAS PRIORITÁRIAS E OUTROS POLUENTES NA RH3....	69
QUADRO 2.29 – CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADE NA EMISSÃO DE POLUENTES ESPECÍFICOS NA RH3	69
QUADRO 2.30 - NÚMERO DE INSTALAÇÕES PAG POR NÍVEL DE PERIGOSIDADE NA RH3.....	71
QUADRO 2.31- CARGA REJEITADA POR TIPO DE ATIVIDADE NA RH3	71
QUADRO 2.32 – CARGA PONTUAL REJEITADA NA RH3	72
QUADRO 2.33 – CARGA DIFUSA ESTIMADA NA RH3	72
QUADRO 2.34 - VOLUMES DE ÁGUA CAPTADOS POR SETOR NA RH3	73
QUADRO 2.35 – TAXAS DE RETORNO DOS VOLUMES CAPTADOS POR SETOR PARA AS ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS.....	75
QUADRO 2.36 - RETORNOS DOS DIFERENTES SETORES NA RH3	76
QUADRO 2.37 - INFRAESTRUTURAS TRANSVERSAIS NA RH3	79
QUADRO 2.38 - TRANSFERÊNCIAS DE ÁGUA ATRAVÉS DE CIRCUITOS DE TRANSVASE NA RH3	81
QUADRO 2.39 - APROVEITAMENTOS HIDROELÉTRICOS EXISTENTES NA RH3.....	82
QUADRO 2.40 - BARRAGENS COM CAPACIDADE DE REGULARIZAÇÃO NA RH3	84
QUADRO 2.41 - INTERVENÇÕES E INFRAESTRUTURAS EXISTENTES EM ÁGUAS DE TRANSIÇÃO E COSTEIRAS NA RH3.....	86
QUADRO 2.42 – PRINCIPAIS ESPÉCIES DE MACROINVERTEBRADOS EXÓTICOS (CRUSTÁCEOS E BIVALVES) INTRODUZIDOS NA RH3.....	87
QUADRO 2.43 – PRINCIPAIS ESPÉCIES DE MACRÓFITOS INVASORES EXISTENTES EM PORTUGAL	87
QUADRO 2.44 - ESPÉCIES EXÓTICAS EXISTENTES EM ÁGUAS COSTEIRAS E DE TRANSIÇÃO, NA RH3	88
QUADRO 3.1 – REDE DE MONITORIZAÇÃO DO ESTADO/POTENCIAL ECOLÓGICO E DO ESTADO QUÍMICO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS NA RH3	90
QUADRO 3.2 – REDE DE MONITORIZAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO E DO ESTADO QUANTITATIVO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NA RH3.....	92
QUADRO 3.3 – REDE DE MONITORIZAÇÃO DAS ZONAS PROTEGIDAS NA RH3.....	96
QUADRO 4.1 - ELEMENTOS DE QUALIDADE UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DO ESTADO/POTENCIAL ECOLÓGICO	100
QUADRO 4.2 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR PARA AS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS INCLUÍDAS EM ZONAS PROTEGIDAS	101
QUADRO 4.3 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO ECOLÓGICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL NATURAIS NA RH3	101
QUADRO 4.4 – CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL ECOLÓGICO DAS MASSAS DE ÁGUA FORTEMENTE MODIFICADAS E ARTIFICIAIS NA RH3	102
QUADRO 4.5 – COMPARAÇÃO DO ESTADO ECOLÓGICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL NATURAIS, ENTRE O 1º E O 2º CICLOS DE PLANEAMENTO, NA RH3	103
QUADRO 4.6 – COMPARAÇÃO DO POTENCIAL ECOLÓGICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL FORTEMENTE MODIFICADAS E ARTIFICIAIS, ENTRE O 1º E O 2º CICLOS DE PLANEAMENTO NA RH3	104
QUADRO 4.7 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL NATURAIS NA RH3	105
QUADRO 4.8 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL FORTEMENTE MODIFICADAS E ARTIFICIAIS NA RH3	105
QUADRO 4.9 – COMPARAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL NATURAIS, ENTRE 1º E O 2º CICLOS DE PLANEAMENTO, NA RH3	106
QUADRO 4.10 – COMPARAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL FORTEMENTE MODIFICADAS E ARTIFICIAIS, ENTRE O 1º E O 2º CICLOS DE PLANEAMENTO, NA RH3	107
QUADRO 4.11 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL NA RH3	108
QUADRO 4.12 – AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR DAS ZONAS PROTEGIDAS E DAS MASSAS DE ÁGUA INSERIDAS EM ZONAS PROTEGIDAS DESTINADAS À PRODUÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NA RH3	111
QUADRO 4.13 – AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR DAS ZONAS PROTEGIDAS E DAS MASSAS DE ÁGUA INSERIDAS EM ZONAS PROTEGIDAS PARA AS ÁGUAS PISCÍCOLAS NA RH3.....	111
QUADRO 4.14 – AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR DAS MASSAS DE ÁGUA INSERIDAS EM ZONAS PROTEGIDAS DESTINADAS À PRODUÇÃO DE MOLUSCOS BIVALVES NA RH3	112
QUADRO 4.15 – AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR DAS ZONAS PROTEGIDAS E DAS MASSAS DE ÁGUA INSERIDAS EM ZONAS PROTEGIDAS PARA AS ÁGUAS BALNEARES NA RH3	112
QUADRO 4.16 – CLASSES DE ESTADO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS CONSIDERADAS NA DQA E NA LA	113
QUADRO 4.17 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO QUANTITATIVO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS	114
QUADRO 4.18 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS	116

QUADRO 4.19 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR PARA AS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS INSERIDAS EM ZONAS PROTEGIDAS	117
QUADRO 4.20 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO QUANTITATIVO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS NA RH3	118
QUADRO 4.21 – COMPARAÇÃO DO ESTADO QUANTITATIVO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, ENTRE O 1º E O 2º CICLO DE PLANEAMENTO, NA RH3	119
QUADRO 4.22 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS NA RH3	119
QUADRO 4.23 – COMPARAÇÃO DO ESTADO QUÍMICO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS, ENTRE O 1º E O 2º CICLOS DE PLANEAMENTO, NA RH3	120
QUADRO 4.24 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA NA RH3	121
QUADRO 4.25 – AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS INSERIDAS EM ZONAS PROTEGIDAS DESTINADAS À PRODUÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NA RH3	122
QUADRO 5.1 – PRECIPITAÇÃO MÉDIA MENSAL E ANUAL NA RH3	123
QUADRO 5.2 – ESCOAMENTO MÉDIO ANUAL EM REGIME NATURAL NA RH3	125
QUADRO 5.3 – CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DAS ALBUFEIRAS NA RH3	126
QUADRO 5.4 – AFLUÊNCIAS NOS ANOS HIDROLÓGICOS 2010/11, 2011/12 E 2012/13 NA RH3	126
QUADRO 5.5 – AFLUÊNCIAS MENSAIS E SEMANAIS NOS ANOS HIDROLÓGICOS 2010/11, 2011/12 E 2012/13 NA RH3	127
QUADRO 5.6 – CLASSIFICAÇÃO DA HETEROGENEIDADE DO MEIO	128
QUADRO 5.7 – DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUBTERRÂNEA NA RH3	129
QUADRO 5.8 – DISPONIBILIDADE HÍDRICA DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA NA RH3	130
QUADRO 5.9 – WEI+ PARA A RH3	132
QUADRO 6.1 – PRINCIPAIS RISCOS, QUESTÕES E PROSPETIVAS DE ADAPTAÇÃO PARA A EUROPA (AR5)	137
QUADRO 6.2 – SÍNTESE DOS RESULTADOS DE TEMPERATURA OBTIDOS PARA A RH3	140
QUADRO 6.3 – SÍNTESE DOS RESULTADOS DE PRECIPITAÇÃO OBTIDOS PARA RH3	140
QUADRO 6.4 – SÍNTESE DOS RESULTADOS DE EVAPORAÇÃO E HUMIDADE RELATIVA DO AR OBTIDOS PARA A RH3	141
QUADRO 6.5 – SÍNTESE DOS RESULTADOS DE ESCOAMENTO OBTIDOS PARA A RH3	142
QUADRO 6.6 – VALORES DE PRECIPITAÇÃO MÍNIMOS, MÉDIAS E MÁXIMOS (SEGUNDO OS DOIS CENÁRIOS)	148
QUADRO 6.6 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ESPECÍFICOS DA PROPOSTA DE ENAAC – RECURSOS HÍDRICOS	154
QUADRO 6.8 – PROGRAMAS E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO - PLANEAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	159
QUADRO 6.9 – PROGRAMAS E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO – ECOSISTEMAS E BIODIVERSIDADE	164
QUADRO 6.10 – PROGRAMAS E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DA ÁGUA	168
QUADRO 6.11 – PROGRAMAS E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO. AGRICULTURA E FLORESTAS	173
QUADRO 6.7 – ZONAS AFETADAS NA RH3 POR CHEIAS HISTÓRICAS (PGRH, APA, 2012c)	175
QUADRO 6.8 – ZONAS COM RISCOS SIGNIFICATIVOS DE INUNDAÇÕES IDENTIFICADAS NA RH3	176
QUADRO 6.9 – CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS COM RISCOS SIGNIFICATIVOS DE INUNDAÇÕES NA RH3	176
QUADRO 6.10 – MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL QUE INTERSETEM ZONAS COM RISCOS SIGNIFICATIVOS DE INUNDAÇÕES	179
QUADRO 6.11 – VOLUME ALUVIONAR ANUAL PRODUZIDO	186
QUADRO 6.12 – CLASSIFICAÇÃO DE SEVERIDADE DOS IMPACTES	191
QUADRO 6.13 – MASSAS DE ÁGUA DIRETAMENTE AFETADAS POR DESCARGAS POLUENTES ACIDENTAIS	191

1. REGIÃO HIDROGRÁFICA

1.1. Delimitação e caracterização da região hidrográfica

A Região Hidrográfica do Douro – RH3 é uma região hidrográfica internacional com uma área total em território nacional de 19 218 km². Integra a bacia hidrográfica do rio Douro e as bacias hidrográficas das ribeiras de costa, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes, conforme Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho.

A gestão dos recursos hídricos, incluindo o respetivo planeamento, licenciamento, monitorização e fiscalização ao nível da região hidrográfica, cabe à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.) através do seu serviço territorialmente desconcentrado da Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte).

A RH3 engloba total ou parcialmente, 74 concelhos sendo que 47 estão totalmente englobados nesta RH e 27 estão apenas parcialmente abrangidos. Os concelhos totalmente abrangidos são: Alfândega da Fé; Alijó; Almeida; Amarante; Armamar; Baião, Bragança; Carrazeda de Ansiães; Castelo de Paiva; Chaves; Cinfães; Espinho; Figueira de Castelo Rodrigo; Freixo de Espada à Cinta; Gondomar; Lamego; Macedo de Cavaleiros; Marco de Canaveses; Meda; Mesão Frio; Miranda do Douro; Mirandela; Mogadouro; Moimenta da Beira; Mondim de Basto; Murça; Paredes; Penafiel; Penedono; Peso da Régua; Pinhel; Resende; Ribeira de Pena; Sabrosa; Santa Marta de Penaguião; São João da Pesqueira; Tabuaço; Tarouca; Torre de Moncorvo; Valpaços; Vila Flor; Vila Nova de Foz Côa; Vila Nova de Gaia; Vila Pouca de Aguiar; Vila Real; Vimioso; Vinhais. Os concelhos parcialmente abrangidos são: Aguiar da Beira; Arouca; Boticas; Cabeceira de Basto; Castro Daire; Celorico de Basto; Fafe, Felgueiras; Guarda; Lousada; Maia; Matosinhos; Montalegre; Ovar; Paços de Ferreira; Porto; Sabugal; Santa Maria da Feira; Santo Tirso; São Pedro do Sul; Sátão; Sernancelhe; Trancoso; Vila Nova de Paiva; Viseu; Valongo; Vieira do Minho.

O rio Douro nasce na serra de Urbion (Cordilheira Ibérica), a cerca de 1 700 m de altitude. Ao longo do seu curso de 927 km (o terceiro maior entre os rios da Península Ibérica, depois do Tejo e do Ebro) até à foz no Oceano Atlântico, junto à cidade do Porto, atravessa o território espanhol numa extensão de 597 km e serve de fronteira ao longo de 122 km, sendo os últimos 208 km percorridos em Portugal.

A bacia hidrográfica do rio Douro tem uma área total de 97 477,66 km², dos quais 18 587,85 km² em Portugal (19,07%) e 78 889,0 km² em Espanha (80,93%), ocupando o primeiro lugar em área entre as bacias dos maiores rios peninsulares (superior à do Ebro e à do Tejo). A parte portuguesa ocupa também o primeiro lugar em dimensão entre as bacias dos rios nacionais ou internacionais que atravessam o território nacional.

A bacia é limitada a Norte pelas bacias hidrográficas dos rios Leça (178 km²), Ave (1 390 km²), Cávado (1 590 km²), Nalón (4 865 km²), Sella (1 245 km²), Deva (1 185 km²) e Nansa (418 km²), a Leste pela bacia hidrográfica do rio Ebro (86 000 km²) e a Sul pelas bacias hidrográficas dos rios Tejo (80 630 km²), Mondego (6 645 km²) e Vouga (3 635 km²).

No que diz respeito à restante rede hidrográfica, dado o deslocamento do curso do rio Douro para sul do “eixo” da bacia, os principais afluentes da margem direita tendem a ser maiores que os da margem esquerda. Todos eles nascem nos sistemas montanhosos que circundam a bacia e os seus percursos até ao Douro desenvolvem-se, genericamente, nos sentidos Nordeste-Sudoeste em relação aos afluentes da margem direita e Sudeste-Noroeste em relação aos da margem esquerda.

De entre os primeiros destacam-se, de montante para jusante: em Espanha, o Pisuerga, o Valderaduey e o Esla; em Portugal, o Sabor (3 868 km²), o Tua (3 814 km²) e o Tâmega (3 309 km²). De assinalar que as cabeceiras das bacias destes três últimos rios se situam em território espanhol, abrangendo áreas de, respetivamente, 556 km², 691 km² e 660 km².

Na margem esquerda são de realçar, também de montante para jusante: em Espanha, o Adaja, o Tormes, o Huebra e o Águeda, (este último serve de fronteira no seu curso inferior e os dois anteriores confluem com o Douro no troço internacional); em Portugal, realçam-se os rios Côa (2 521 km²) e Paiva (795 km²).

A Figura 1.1 apresenta a delimitação geográfica da RH3.

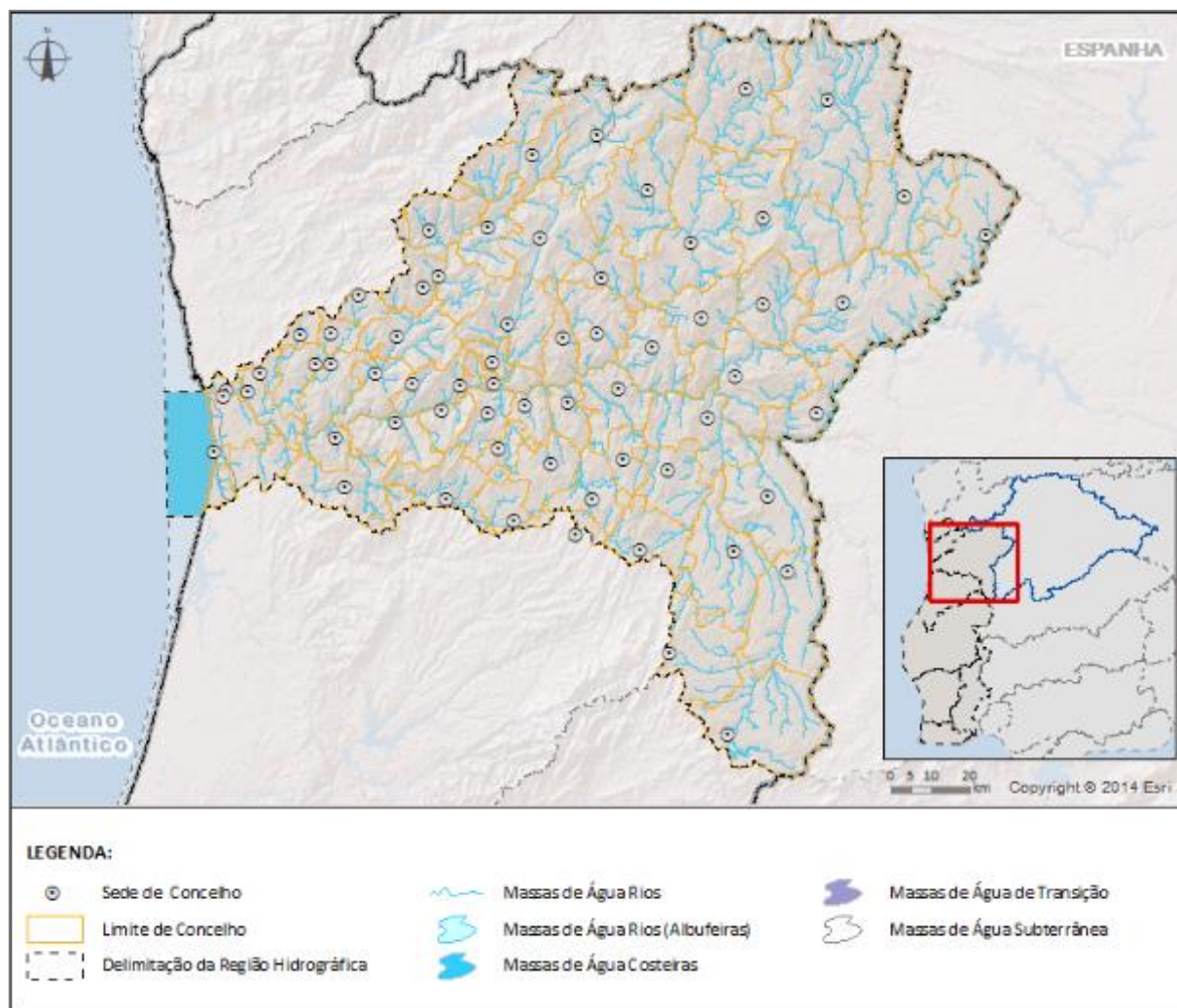


Figura 1.1 – Delimitação geográfica da RH3

A RH3 é a região hidrográfica internacional mais extensa da península ibérica, encontrando-se o âmbito territorial do Plano Hidrológico correspondente ao lado espanhol fixado no Real Decreto 125/2007, de 2 de fevereiro.

A parte espanhola da região hidrográfica é limitada a Noroeste pela região hidrográfica do Minho-Sil, a Norte pela região hidrográfica do Cantábrico, a Noroeste e a Este pela região hidrográfica do Ebro, a Sul pela região hidrográfica do Tejo e a Oeste continua em Portugal. Em Espanha a bacia estende-se pelas comunidades autónomas de Castilla e León, Galicia, Cantábria, Larioja, Castilla-La Mancha, Extremadura e Madrid. Mais de 98% da bacia espanhola estende-se pelo território de Castilla e León.

A Figura 1.2 apresenta a delimitação geográfica da bacia hidrográfica do Douro.

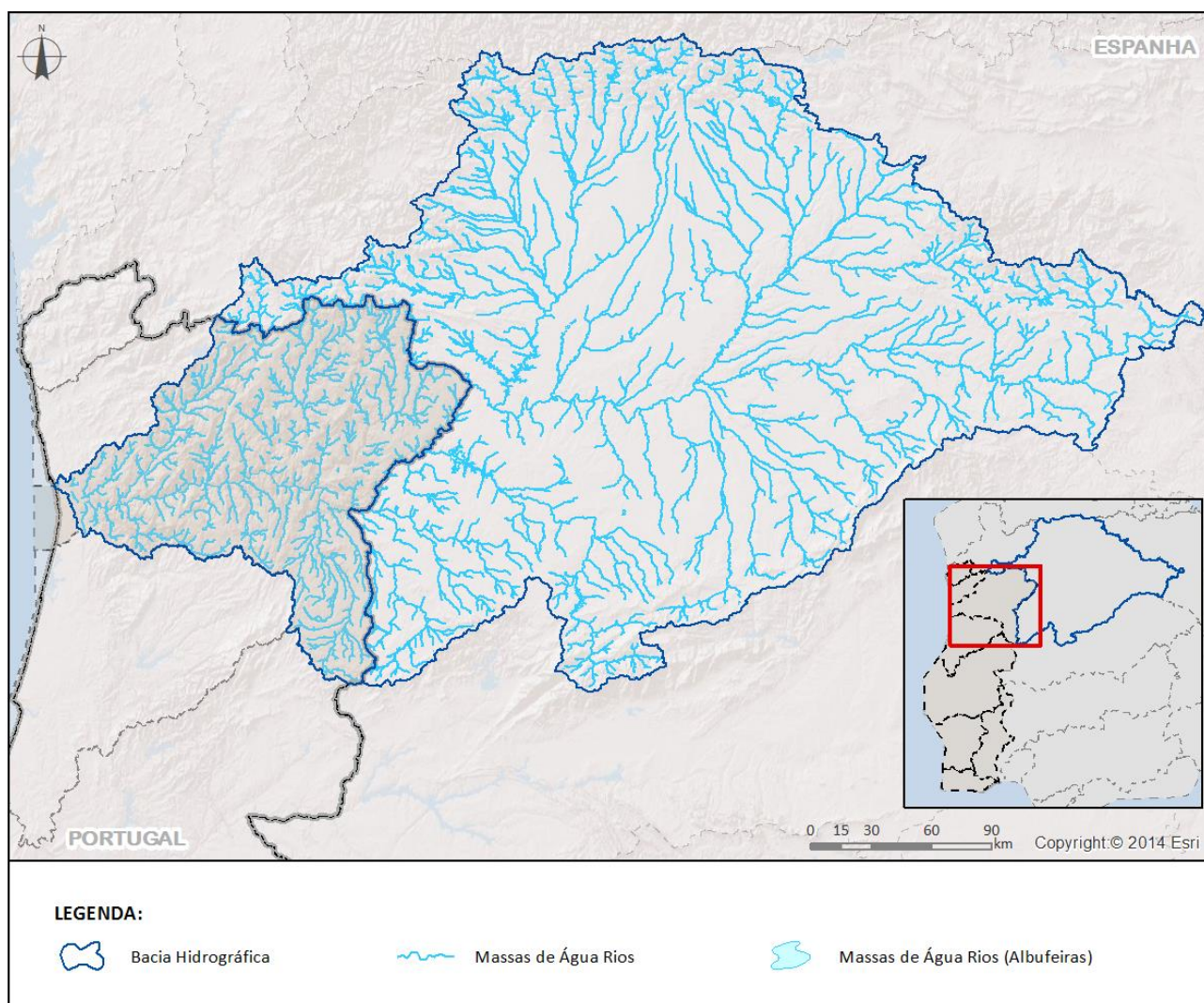


Figura 1.2 – Delimitação geográfica da bacia hidrográfica do Douro.

Na parte portuguesa são consideradas dez sub-bacias hidrográficas que integram as principais linhas de água afluentes aos rios Douro, Águeda, Côa, Paiva, Rabaçal, Tuela, Maçãs, Sabor, Tâmega e Tua e ainda as bacias costeiras associadas a pequenas linhas de água que drenam diretamente para o Oceano Atlântico. O Quadro 1.1 apresenta a denominação das sub-bacias, assim como as áreas e os concelhos total ou parcialmente abrangidos. De referir que foram considerados apenas os concelhos nos quais a bacia da massa de água ocupa mais de 5% da área do concelho.

Quadro 1.1 – Sub-bacias identificadas na RH3

Sub-bacias	Área (km²)	Concelhos abrangidos	N.º Massas de Água
Douro* e Costeiras entre o Douro e o Vouga	6211	Alijó, Almeida, Armamar, Arouca, Baião, Carrazeda de Ansiães, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada À Cinta, Gondomar, Lousada, Mêda, Mesão Frio, Miranda do Douro, Mogadouro, Moimenta da Beira, Paredes, Penafiel, Penedono, Peso da Régua, Porto, Resende, Sabrosa, Santa Maria da Feira, São João da Pesqueira,	140

Sub-bacias	Área (km²)	Concelhos abrangidos	N.º Massas de Água
		Sernancelhe, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Trancoso, Valongo, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Gaia, Vila Pouca de Aguiar	
Águeda*	248	Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo e Sabugal	8
Côa	2522	Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa	38
Paiva	796	Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, Moimenta da Beira, São Pedro do Sul, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva	16
Rabaçal*	2946	Chaves, Mirandela, Murça, Valpaços e Vinhais	21
Tuela	921	Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vinhais	21
Maçãs	901	Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso	22
Sabor*	2410	Alfândega da Fé, Bragança, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor e Vimioso	51
Tâmega*	2648	Amarante, Boticas, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Chaves, Fafe, Felgueiras, Marco de Canaveses, Mondim de Basto, Montalegre, Penafiel, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real	49
Tua	1255	Alijó, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Murça, Valpaços, Vila Flor e Vila Pouca de Aguiar	24

* Rio internacional

1.1.1. Caracterização biofísica

A bacia hidrográfica do rio Douro apresenta uma grande diversidade climática, reflexo da sua grande extensão e elevada variedade em termos morfológicos. Podem ser considerados na bacia hidrográfica do rio Douro dois conjuntos climáticos com características bem distintas:

- Setor oeste, formado aproximadamente pelas sub-bacias do Sousa, Tâmega e Paiva, que se pode estender até à sub-bacia do Távora, e que inclui ainda toda a faixa litoral da bacia, o qual tende a refletir de forma mais aproximada as condições associadas aos climas marítimos;
- Setor leste, no qual se destacam as sub-bacias do Tua, do Sabor e do Côa, que se aproxima mais das condições associadas aos climas continentais.

A precipitação anual média é de 1030 mm, variando entre um valor máximo de cerca de 2500 mm e um valor mínimo de aproximadamente 400 mm.

A geologia da parte portuguesa da bacia do Douro é constituída, predominantemente, por unidades granitóides e unidades metassedimentares muito deformadas. A ocorrência de materiais detríticos é muito pouco significativa, com exceção da Veiga de Chaves, do vale da Vilariça e da zona compreendida entre Espinho e o sul do Porto.

Merecem também referência alguns elementos tectónico-estruturais de âmbito regional, nomeadamente as falhas da Régua e da Vilariça e os mantos de carregamento da zona de Bragança.

Do ponto de vista geomorfológico, a região abrangida pela bacia do Douro é caracterizada por quatro grandes unidades geomorfológicas: superfícies planálticas, montanhas, vales e estuário.

O Douro desagua num estuário em forma de funil. Na entrada da barra do estuário formou-se um banco de areia que se movimenta consoante a resultante energética das correntes marinhas e fluviais. Ao provocar a rebentação das ondas ao largo da barra, minimiza a erosão das ondas sobre a restinga e reduz a sua altura ao penetrarem no estuário.

A maior parte dos solos da região hidrográfica formaram-se a partir de materiais resultantes da alteração e desagregação do substrato rochoso subjacente (rochas consolidadas) por ação dos agentes de meteorização, de intensidade variável em função do clima, do relevo e da vegetação, dando origem a materiais soltos com granulometria e espessura variadas. As principais rochas consolidadas da região são, por ordem decrescente de representação, os granitos, os xistos, os granodioritos e diversas rochas afins destas.

Relativamente aos principais grupos de solos com expressão na região verifica-se que predominam os leptossolos, ocupando cerca de 53% da superfície total. Estes solos apresentam, em geral, espessura e fertilidade reduzidas e aparecem, principalmente, nas Terras Frias do Planalto Mirandês e nas Terras Quentes da região de Mirandela.

As grandes variações climáticas, morfológicas e de substrato que caracterizam o vasto território abrangido pela região hidrográfica do Douro permitem que o mesmo funcione como suporte a uma elevada diversidade faunística e florística.

Esta diversidade, onde se incluem espécies classificadas como vulneráveis ou em perigo de extinção e a considerável presença de endemismos, traduz-se nas diferentes áreas propostas para classificação no âmbito da Rede Natura 2000, apresentando algumas destas estatuto de proteção a nível nacional: Parque Natural de Montesinho, Parque Natural do Alvão, Parque Natural do Douro Internacional e a Reserva Natural da Serra da Malcata. Outro local com interesse conservacionista é a lagoa de Paramos (“Barrinha de Esmoriz”), não só pela sua diversidade ornitológica, mas também pelo considerável interesse herpetológico e pela elevada riqueza em espécies cinegéticas que esta lagoa apresenta.

A vegetação característica da região é composta por matas de carvalhos, castanheiros e sardoais, alternando com lameiros - prados de composição florística variada e matorrais densos. Nas zonas planálticas ocorrem frequentemente comunidades de herbáceas vivazes associadas aos campos agrícolas, com sebes arbóreas de carvalho-negral.

Relativamente à fauna, merecem destaque as rapinas planadoras, que encontram um dos seus *habitats* preferenciais na região do Douro Internacional, a qual constitui, em conjunto com a envolvente dos rios Sabor e Maçãs, uma área fundamental para a conservação da avifauna rupícola da Península Ibérica sendo, claramente, o núcleo mais importante destas espécies no território nacional.

Os biótopos aquáticos têm também alguma importância na área em estudo, destacando-se a parte terminal e especialmente o troço intermédio da bacia do rio Sabor (onde se incluem os rios Maçãs e Angueira e a ribeira de Meirinhos), que se apresenta como área de interesse em termos de diversidade aquática.

O estuário do Douro apresenta algumas zonas de sapal, com interesse mais marcado sob o ponto de vista da vegetação aquática e da avifauna. Os areais de Avintes e de Valbom têm grande importância ornitológica, enquanto a bacia de S. Paio apresenta elevada diversidade florística e faunística.

1.2. Mecanismos de articulação nas regiões hidrográficas internacionais

Os PGRH que integram bacias hidrográficas dos rios internacionais têm que ser articulados com o planeamento e gestão dos recursos hídricos do reino de Espanha, no quadro do direito internacional e bilateral: Convénios de 1964 e 1968 e a “Convenção sobre Cooperação para o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas”, designada por Convenção de Albufeira, assinada em 30 de novembro de 1998.

Para o novo ciclo de planeamento, Portugal e Espanha na XXVI CIMEIRA LUSO-ESPANHOLA, realizada em Madrid a 13 de maio de 2013, acordaram a elaboração conjunta dos novos planos de gestão das bacias partilhadas conforme consta da Declaração Conjunta da Cimeira:

“Os Governos de Espanha e Portugal reafirmam o seu compromisso de promover o desenvolvimento e a aplicação dos princípios contidos na Convenção de Albufeira, após os progressos conseguidos pela Comissão de Seguimento da Convenção de Albufeira (CADC) (....) Ambas as Partes acordam impulsionar a elaboração conjunta de uma nova geração de planos de gestão das bacias hidrográficas partilhadas, iniciado já com a constituição do Grupo de Trabalho para a “planificação e estabelecimento de um calendário de ação”, em vigor de 2016 a 2021.”

Neste sentido é assegurada uma estreita articulação na área do planeamento e na definição e acompanhamento do regime de caudais estabelecidos na Convenção de Albufeira.

Nos termos da Portaria conjunta dos Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da defesa Nacional e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território n.º 117/2012, de 30 de abril, a delegação portuguesa da CADC, apoiada tecnicamente pela Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., é composta pelos seguintes membros:

- a) Um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros que assume a presidência da delegação;
- b) O vice-presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., que assume a vice -presidência da delegação;
- c) Três dirigentes da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., responsáveis pelas administrações de região hidrográfica do Norte, do Tejo e do Alentejo;
- d) Um representante do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- e) Um representante da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;
- f) Dois representantes do Ministério da Economia e do Emprego;
- g) Um representante da EDIA, S. A.

A delegação espanhola é atualmente composta pelos seguintes membros:

- a) Um representante do Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, que assume a presidência da delegação;
- b) Um representante do Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación, que assume a vice -presidência da delegação;
- c) Quatro representantes das Confederaciones Hidrográficas del Miño-Sil, del Duero, del Tajo e del Guadiana;
- d) Um representante da Dirección General de Calidad y Evaluación Ambiental y Medio Natural, Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente;
- e) Um representante da Dirección General del Agua, Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente;
- f) Um representante da Subsecretaria de Asuntos Exteriores y de Cooperación, Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación.

Assim, no contexto da CADC foram criados, na XVI Reunião Plenária da CADC realizada em Lisboa, dois Grupos de Trabalho compostos por delegados de ambos os países, cujas competências se apresentam no Quadro 1.2.

Quadro 1.2 – Grupos de Trabalho da CADC

Grupo de Trabalho	Competências
Planeamento	Coordenar as atividades conjuntas de carácter técnico e definição das ações prioritárias de atuação no âmbito do processo de implementação da Diretiva Quadro da Água. Realização de reuniões técnicas regulares com a presença das entidades relevantes para assegurar o correto desenvolvimento dos trabalhos, nomeadamente, a existência de subgrupos de trabalho para cada bacia.
	Articular os trabalhos para a elaboração dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas Internacionais. Participação em sessões públicas conjuntas em Portugal e no reino de Espanha.
	Manter um intercâmbio de informação no âmbito da rede de monitorização para possibilitar uma avaliação do estado das massas de água nos troços fronteiriços e verificar se as medidas definidas são as necessárias para os objetivos ambientais definidos.
Troca de Informação	Propor um regime de caudais para cada bacia hidrográfica em cumprimento e nos termos do disposto no artigo 16º da Convenção e seu Protocolo Adicional e respetivo Anexo.
	Assegurar que o regime de caudais dá resposta às questões suscitadas em situações normais e em situações excecionais, designadamente em situação de seca e em conformidade com indicadores específicos destas situações.

Ao nível do intercâmbio da informação foi criada na plataforma CIRCABC - Communication and Information Resource Centre for Administrations, Businesses and Citizens (<https://circabc.europa.eu>) uma área comum para partilha de dados.

Considerando a necessidade de redefinir os critérios de determinação do regime de caudais das águas das bacias hidrográficas luso-espanholas de modo a contemplarem, para além do regime anual, um regime estacional que assegure uma maior sustentabilidade ambiental dos rios partilhados, foi assinado em 2008 o Protocolo de Revisão da Convenção de Albufeira (CA).

No Protocolo Adicional à CA foi definido um regime transitório de caudais, assim como os critérios e indicadores do regime de caudais em situações de seca e escassez.

No Quadro 1.3 são apresentados os caudais mínimos integrais para as secções de controlo das bacias luso-espanholas.

Quadro 1.3- Regime de caudais para a bacia Luso-Espanhola do Douro de acordo com o protocolo adicional

Regime de caudais		Miranda	Bemposta	Saucelle*	Crestuma
Caudal integral anual (hm³)		3500	3500	3800	5000
Caudal integral trimestral (hm³)	1 de outubro a 31 de dezembro	510	510	580	770
	1 de janeiro a 31 de março	630	630	720	950
	1 de abril a 30 de junho	480	480	520	690
	1 de julho a 30 de setembro	270	270	300	400
Caudal integral semanal (hm³)		10	10	15	20
Caudal médio diário (m³/s)		-	-	-	-

* Valor acumulado na secção da barragem de Saucelle e na estação hidrométrica do rio Águeda.

As autoridades de cada país, no seu território, gerem as águas das bacias hidrográficas de modo a que o regime de caudais satisfaça os valores mínimos, salvo nos períodos de exceção (Quadro 1.4).

Quadro 1.4 – Condições para ser declarada condição de exceção ao Regime de Caudais na bacia Luso-Espanhola do Douro

Bacia do Douro	Condições para ser declarada condição de exceção ao regime de caudais
Caudal integral anual	A precipitação de referência acumulada na bacia desde o início do ano hidrológico (1 de outubro) até 1 de junho seja inferior a 65% da precipitação média acumulada da bacia no mesmo período. O período de exceção cessa no 1.º mês a seguir ao mês de dezembro em que a precipitação de referência sobre a bacia hidrográfica, acumulada desde o início do ano hidrológico, seja superior à média dos valores acumulados das precipitações sobre a bacia hidrográfica no mesmo período.
Caudais trimestrais	A precipitação de referência acumulada num período de seis meses até ao dia 1 do 3.º mês do trimestre seja inferior a 65% da precipitação média acumulada na bacia no mesmo período.
Caudais semanais	Não se aplicam quando se verifica a condição de exceção para os caudais trimestrais.

1.3. Revisão da delimitação de massas de água de superfície

A delimitação das massas de água é um dos pré-requisitos para aplicação dos mecanismos da DQA, tendo sido efetuada no âmbito do primeiro Relatório do artigo 5.º da DQA (INAG, 2005), tendo em conta o Guia n.º 2 “Identification of Water Bodies” (EC, 2003). Essa delimitação foi baseada nos princípios fundamentais da DQA, tendo-se:

- Considerado uma massa de água como uma subunidade da região hidrográfica para a qual os objetivos ambientais possam ser aplicados, ou seja, para a qual o estado possa ser avaliado e comparado com os objetivos estipulados;
- Associado um único estado ecológico a cada massa de água (homogeneidade de estado), sem contudo conduzir a uma fragmentação de unidades difícil de gerir.

Os dois critérios antes referidos procuraram minimizar o número de massas de água delimitadas, identificando uma nova massa de água apenas quando se verificaram alterações significativas do estado de qualidade. A metodologia utilizada foi baseada na aplicação sequencial de fatores gerais, comuns a todas as categorias de águas, e na aplicação de fatores específicos a cada categoria, quando justificável. Os fatores gerais aplicados na delimitação das massas de água naturais de superfície foram os seguintes:

- Tipologia – critério base fundamental;
- Massas de água fortemente modificadas ou artificiais;
- Pressões antropogénicas significativas;
- Dados de monitorização físico-químicos;
- Dados biológicos existentes.

Após a identificação das diferentes tipologias, a delimitação das massas de água foi realizada essencialmente com base:

- i) no impacto das pressões antropogénicas, sustentado em descritores de qualidade físico-química;
- ii) em descritores de qualidade físico-química obtidos a partir das estações de monitorização existentes.

Para o efeito, foram estabelecidos gradientes de impacto das pressões antropogénicas sobre as massas de água, baseados nas concentrações dos nutrientes que afetam o estado trófico (N-azoto e P-fósforo) e nas concentrações de matéria orgânica que afetam as condições de oxigenação. Uma nova massa de água foi

delimitada sempre que as condições de suporte aos elementos biológicos variavam significativamente devido ao impacto estimado das pressões. Finalmente e com base numa análise pericial, as massas de água foram iterativamente agrupadas, de modo a conduzir a um número mínimo de massas de água, para as quais fosse possível estabelecer claramente objetivos ambientais.

Para o 2º ciclo realizou-se a revisão da delimitação das massas de água considerando os resultados da implementação do 1º ciclo.

Águas superficiais naturais

A aplicação do processo de delimitação do 1º ciclo de planeamento na RH3 originou 356 massas de água naturais, das quais 353 da categoria rios, 1 da categoria águas de transição e 2 da categoria de águas costeiras.

Com a revisão para o 2º ciclo foram delimitadas 9 novas massas de água naturais, eliminadas 5 e alterada a delimitação de 15 massas de água (Figura 1.4). Salienta-se o caso da massa de água natural da categoria rios PT03DOU0335 que foi eliminada, decorrente da construção da Albufeira de Baixo Sabor, originando 8 massas de água (PT03DOU0335A, PT03DOU0335B, PT03DOU0335C, PT03DOU0335D, PT03DOU0335E, PT03DOU0335F PT03DOU0335G e PT03DOU0335H), das quais 5 são naturais e 3 fortemente modificadas, conforme referido no capítulo 2.6. A listagem das massas de água para o 2º ciclo é apresentada no Anexo I.

No Quadro 1.5 apresentam-se as massas de água superficiais naturais da categoria rios que sofreram alterações de delimitação entre o 1.º e o 2.º ciclo.

Quadro 1.5 – Massas de água superficiais naturais da RH3 que sofreram alterações de delimitação no 2.º ciclo

Categoria	Designação	Código		Justificação
		1º ciclo	2º ciclo	
Rio	Rio Tâmega	PT03DOU0226N	PT03DOU0226NA	Realizou-se uma atualização da cartografia com a informação de Espanha, proveniente de levantamento LiDAR. Atendendo a que os vértices do limite da massa de água apresentavam deslocamentos superiores a 10 metros (considerado limiar para a escala 1:25 000), o código foi também alterado.
Rio	Rio Rabaçal	PT03DOU0244	PT03DOU0244A	Consequência indireta da construção da barragem de Foz Tua.
Rio	Rio Tuela		PT03DOU0244B	
Rio	Ribeira das Holas	PT03DOU0264	PT03DOU0264A	Construção da barragem de Baixo Sabor (Montante)
Rio	Ribeira do Zacarias	PT03DOU0284	PT03DOU0284A	
Rio	Ribeira do Souto	PT03DOU0291	PT03DOU0291A	
Rio	Ribeira de São Pedro	PT03DOU0299	PT03DOU0299A	
Rio	Ribeiro do Castelo	PT03DOU0324	PT03DOU0324A	
Rio	Ribeira do Mondego		PT03DOU0324B	
Rio	Ribeiro das Relvas	PT03DOU0322	-	Eliminada. Com a construção da barragem de Baixo Sabor (Montante), esta massa de água fica incluída na albufeira.
Rio	Afluente do Rio Sabor	PT03DOU0329	-	
Rio	Ribeira da Vilarça	PT03DOU0335	PT03DOU0335B	Construção da barragem de Baixo Sabor (Jusante)
Rio	Rio Azibo		PT03DOU0335E	Construção da barragem de Baixo Sabor (Montante)
Rio	Rio Sabor		PT03DOU0335F	
Rio	Rio Maças e Rio		PT03DOU0335G	

Categoria	Designação	Código		Justificação
		1º ciclo	2º ciclo	
	Angueira			
Rio	Ribeira Vale de Moinhos		PT03DOU0335H	
Rio	Afluentes do Rio Tua	PT03DOU0282	PT03DOU0282A	
Rio	Ribeira de Milhais	PT03DOU0287	PT03DOU0287A	
Rio	Ribeira da Cabreira	PT03DOU0288	PT03DOU0288A	
Rio	Rio Tinhela	PT03DOU0293	PT03DOU0293A	
Rio	Ribeira da Rebousa	PT03DOU0307	PT03DOU0307A	
Rio	Ribeira do Barrabaz	PT03DOU0311	PT03DOU0311A	
Rio	Ribeira do Calvário	PT03DOU0318	PT03DOU0318A	
Rio	Ribeira do Pido	PT03DOU0321	PT03DOU0321A	
Rio	Ribeira de São Mamede	PT03DOU0323	PT03DOU0323A	
Rio	Rio Tua	PT03DOU0331	PT03DOU0331B	

Construção da barragem de Foz Tua

Assim, no 2º ciclo estão delimitadas 356 massas de água rios, 1 de transição e 2 costeiras, num total de 359. A listagem das massas de água para o 2º ciclo é apresentada no Anexo I.

1.3.1. Massas de água fronteiriças e transfronteiriças

Com a revisão para o 2º ciclo não foram delimitadas novas massas de água fronteiriças e transfronteiriças mantendo-se as 26 massas de água identificadas na parte portuguesa da bacia do Douro, tendo existido apenas a alteração da delimitação de duas, acordadas no âmbito dos trabalhos da CADC (Quadro 1.6). Na parte espanhola estão contabilizadas 27 massas de água.

Quadro 1.6 – Massas de água fronteiriças da RH3 que sofreram alterações de delimitação no 2.º ciclo

Categoria	Designação	Código	
		1º ciclo	2º ciclo
Rio	Ribeira de Feces	PT03DOU0159I	PT03DOU0159IA
Rio	Rio Tâmega	PT03DOU0226I	PT03DOU0226IA

Os limites das massas de água PT03DOU0159I e PT03DOU0226I sofreram alterações relativamente ao 1º ciclo, após acordo alcançado com a Confederacion Hidrográfica del Duero, no âmbito da CADC. Realizou-se uma atualização da cartografia com a informação de Espanha, proveniente de levantamento LiDAR, atendendo a que os vértices dos limites das massas de água apresentavam deslocamentos superiores a 10 metros (considerado limiar para a escala 1:25 000).

De salientar ainda que existem mais 5 massas de água na parte portuguesa (perfazendo 31) que, embora tenham continuidade em Espanha, não têm neste país dimensão para serem delimitadas como massas de água pelo que não estão contabilizadas como massas de água transfronteiriças.

A listagem das massas de água fronteiriças e transfronteiriças para o 2º ciclo é apresentada no Quadro 1.7.

Quadro 1.7 – Massas de água fronteiriças e transfronteiriças da RH3

Bacia hidrográfica	Categoria	Designação	Código	
			Portugal	Espanha
Douro	Rios	Rio Assureira	PT03DOU0141	ES020MSPF000000254
Douro	Rios	Ribeira de Guadramil	PT03DOU0143	ES020MSPF000000282
Douro	Rios	Rio de Porto de Rei*	PT03DOU0144I	ES020MSPF000000700
Douro	Rios	Rio Assureira*	PT03DOU0145I	ES020MSPF000000802
Douro	Rios	Ribeiro de Segirei	PT03DOU0146	Sem Correspondência
Douro	Rios	Rio Baceiro	PT03DOU0148	ES020MSPF000000267
Douro	Rios	Rio Sabor	PT03DOU0149	ES020MSPF000000270
Douro	Rios	Ribeira de Cambedo Regueirón	PT03DOU0152	ES020MSPF000000224
Douro	Rios	Rio do Vale de Maceiros	PT03DOU0153	Sem Correspondência
Douro	Rios	Rio de Onor	PT03DOU0157	ES020MSPF000000255
Douro	Rios	Ribeira de Feces*	PT03DOU0159IA	ES020MSPF000000809
Douro	Rios	Rio Mousse	PT03DOU0161	Sem Correspondência
Douro	Rios	Rio Tuela	PT03DOU0180	ES020MSPF000000239
Douro	Rios	Rio Mente*	PT03DOU0189I	ES020MSPF000000803
Douro	Rios	Rio Rabaçal	PT03DOU0189N	ES020MSPF000000240
Douro	Rios	Ribeiro de Santa Marinha	PT03DOU0196	Sem Correspondência
Douro	Rios	Rio Angueira	PT03DOU0201	Sem Correspondência
Douro	Rios	Ribeira da Prateira	PT03DOU0205	ES020MSPF000000352
Douro	Rios	Rio Maças*	PT03DOU0208I	ES020MSPF000000807
Douro	Rios	Rio Tâmega*	PT03DOU0226IA	ES020MSPF000000224
Douro	Rios	Albufeira Miranda*	PT03DOU0245	ES020MSPF000200712
Douro	Rios	Albufeira Picote*	PT03DOU0275	ES020MSPF000200713
Douro	Rios	Albufeira Bemposta*	PT03DOU0295	ES020MSPF000200714
Douro	Rios	Albufeira Aldeadavila*	PT03DOU0328	ES020MSPF000200678
Douro	Rios	Albufeira Pocinho	PT03DOU0371	ES020MSPF000200509
Douro	Rios	Albufeira Saucelhe*	PT03DOU0415	ES020MSPF000200679
Douro	Rios	Rio Águeda*	PT03DOU0426I1	ES020MSPF000000525
Douro	Rios	Ribeira de Tourões*	PT03DOU0426I2	ES020MSPF000000564
Douro	Rios	Ribeira de Tourões*	PT03DOU0475I	ES020MSPF000000581
Douro	Rios	Ribeira de Nave de Haver	PT03DOU0491	ES020MSPF000000611
Douro	Rios	Ribeira da Lajeosa	PT03DOU0502	ES020MSPF000000634

* Massa de água fronteira

1.4. Revisão da delimitação de massas de água subterrâneas

A metodologia preconizada para identificação e delimitação das massas de água subterrâneas teve em linha de conta os princípios orientadores da Diretiva Quadro da Água e do Guia n.º 2 “Identification of Water Bodies” (EC, 2003).

Neste sentido, a primeira etapa consistiu em individualizar o substrato rochoso onde se encontra o volume de água subterrânea. Esta individualização teve em conta os três meios hidrogeológicos (porosos, cársticos e fraturados), tendo-se gizado diferentes abordagens metodológicas para individualizar massas de água nos diferentes tipos de meios.

Foram igualmente tidas em consideração na individualização das massas de água as pressões significativas que colocam a massa de água em risco de não cumprir os objetivos ambientais. Nestes casos procurou-se dividir a massa de água, tendo em conta o modelo conceptual de fluxo subterrâneo, individualizando as com Bom estado, daquelas com estado inferior a Bom.

Com a revisão para o 2º ciclo não foram delimitadas novas massas de água subterrâneas na RH3 (Figura 1.5) mantendo-se as 3 massas de água identificadas no 1º ciclo, cuja listagem é apresentada no Anexo I.

1.4.1. Massas de água transfronteiriças

As formações geológicas que bordejam a fronteira de Portugal e Espanha são constituídas fundamentalmente por formações ígneas e metamórficas, correspondendo a meios fissurados, os quais apresentam condutividades hidráulicas baixas, de onde resultam produtividades reduzidas. O caudal médio de exploração neste tipo de rocha não ultrapassa, geralmente, o 1 l/s, originando aquíferos não relevantes e com importância apenas a nível local.

Na RH3 não foram identificadas massas de água subterrânea transfronteiriças.

1.5. Revisão de massas de água fortemente modificadas ou artificiais

Em cada ciclo de planeamento é possível identificar e designar massas de água fortemente modificadas (Heavily Modified Water Bodies - HMWB), sempre que se verifique:

- A existência de alterações hidromorfológicas significativas derivadas de alterações físicas;
- A existência de alterações hidromorfológicas não permitam atingir o Bom estado ecológico;
- A alteração substancial do carácter da massa de água devido a alterações físicas derivadas da atividade humana.

O processo de identificação e designação de massas de água fortemente modificadas segue o conjunto de etapas definido no Documento Guia HMWB – WG 2.2. e encontra-se descrito no Anexo II. Este processo iterativo, de acordo com o esquema apresentado no referido anexo, poderá ser retomado e alterado em cada ciclo de 6 anos considerado na DQA, ou seja, massas de água identificadas ou designadas num primeiro ciclo poderão não o ser em ciclos seguintes e outras que não o foram inicialmente poderão ser posteriormente designadas.

Tendo por base os critérios expostos anteriormente e o processo iterativo definido no Documento Guia HMWB – WG 2.2., a identificação das massas de água fortemente modificadas considerou:

1. As albufeiras (com usos considerados no artigo 4.º da DQA) com uma área inundada superior a 0,4 km²;
2. As albufeiras com captação de água para abastecimento, independentemente da sua área, desde que impliquem a alteração substancial do carácter da massa de água;
3. Os troços de rio a jusante de barragens, com alterações hidromorfológicas significativas;
4. Os troços de rio urbanizados;
5. Os canais de navegação e portos.

No 1º ciclo foram delimitadas 25 massas de águas fortemente modificadas (6 rios, 17 lagos e 2 de transição). Com a revisão para o 2º ciclo foram delimitadas 5 novas massas de água fortemente modificadas, verificando-se ainda a alteração de 17 massas de água da categoria lagos para rios e a alteração de uma massa de água de natural para fortemente modificada (Figura 1.4). A listagem das massas

de água para o 2º ciclo (29 massas de água da categoria rios e 2 de águas de transição) é apresentada no Anexo I.

No Quadro 1.8 apresentam-se as alterações realizadas na RH3 entre o 1º e o 2º ciclos.

Quadro 1.8 – Alterações às massas de água fortemente modificadas na RH3

Categoria	Designação	Código		Justificação
		1º ciclo	2º ciclo	
Rio	Afluente do Rio Douro	PT03DOU0362	PT03DOU0362	A massa de água encontra-se totalmente canalizada, apresentando um percurso subterrâneo na totalidade da sua extensão (cidade do Porto), pelo que foi alterada de natural para fortemente modificada pois as características físicas, hidromorfológicas e biológicas não permitem atingir o Bom Estado.
Rio	Rio Tua (Jusante - B. Foz Tua)	PT03DOU0331	PT03DOU0331A	Construção da barragem de Foz Tua
Rio	Albufeira Foz Tua		PT03DOU0331C	
Rio	Rio Sabor (HMWB - Jusante B - Baixo Sabor)	PT03DOU0335	PT03DOU0335A	Construção da barragem de Baixo Sabor (Jusante)
Rio	Albufeira Baixo Sabor (jusante)		PT03DOU0335C	
Rio	Albufeira Baixo Sabor (montante)		PT03DOU0335D	Construção da barragem de Baixo Sabor (Montante)
Rio	Albufeira Miranda	PT03DOU0353	PT03DOU0353	-
Rio	Albufeira Picote	PT03DOU0365	PT03DOU0365	-
Rio	Albufeira Bemposta	PT03DOU0371	PT03DOU0371	-
Rio	Albufeira Aldeadavila	PT03DOU0401	PT03DOU0401	-
Rio	Albufeira Valeira	PT03DOU0407	PT03DOU0407	-
Rio	Albufeira Régua	PT03DOU0415	PT03DOU0415	-
Rio	Albufeira Pocinho	PT03DOU0223	PT03DOU0223	-
Rio	Albufeira Carrapatelo	PT03DOU0386	PT03DOU0386	-
Rio	Albufeira Crestuma	PT03DOU0393	PT03DOU0393	-
Rio	Albufeira Saucelhe	PT03DOU0436	PT03DOU0436	-
Rio	Albufeira Azibo	PT03DOU0464	PT03DOU0464	-
Rio	Albufeira Varosa	PT03DOU0480	PT03DOU0480	-
Rio	Albufeira Torráo	PT03DOU0503	PT03DOU0503	-
Rio	Albufeira Vilar - Tabuaço	PT03DOU0353	PT03DOU0353	-
Rio	Albufeira Santa Maria de Aguiar	PT03DOU0365	PT03DOU0365	-
Rio	Albufeira Vascoveiro	PT03DOU0371	PT03DOU0371	-
Rio	Albufeira Sabugal	PT03DOU0503		

As novas massas de água identificadas como fortemente modificadas estão associadas à construção dos aproveitamentos de Baixo Sabor e de Foz Tua, integrados na política energética nacional, contribuindo para o cumprimento das metas atribuídas a Portugal para o ano de 2020 pela Diretiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, no que se refere à produção de energia com origem em fontes

renováveis, bem como para a redução da dependência energética nacional e ainda para a redução das emissões de CO2. Acresce que as albufeiras a criar pelos referidos aproveitamentos podem incluir outros usos, nomeadamente o abastecimento público.

Importa salientar que grande parte das massas de água identificadas como fortemente modificadas está, em regra, associada a mais do que um uso principal (abastecimento público, produção de energia renovável, irrigação, navegação, entre outros) que não podem ser realizados, por motivos de exequibilidade técnica ou de custos desproporcionados, por outros meios. A identificação destas massas de água foi assim realizada atendendo aos usos existentes, cuja manutenção é determinante ao nível socioeconómico, inviabilizando assim a renaturalização das massas de água de modo a atingir o Bom estado.

As massas de água identificadas e designadas como fortemente modificadas, que em resultado de alterações físicas derivadas da atividade humana adquiriram um carácter substancialmente diferente, encontram-se caracterizadas de uma forma mais exaustiva nas fichas constantes do Anexo III, conforme estabelecido no Anexo II da DQA.

A Figura 1.3. apresenta a distribuição das massas de água (MA) identificadas como fortemente modificadas da categoria rios (albufeiras) pelos usos existentes.

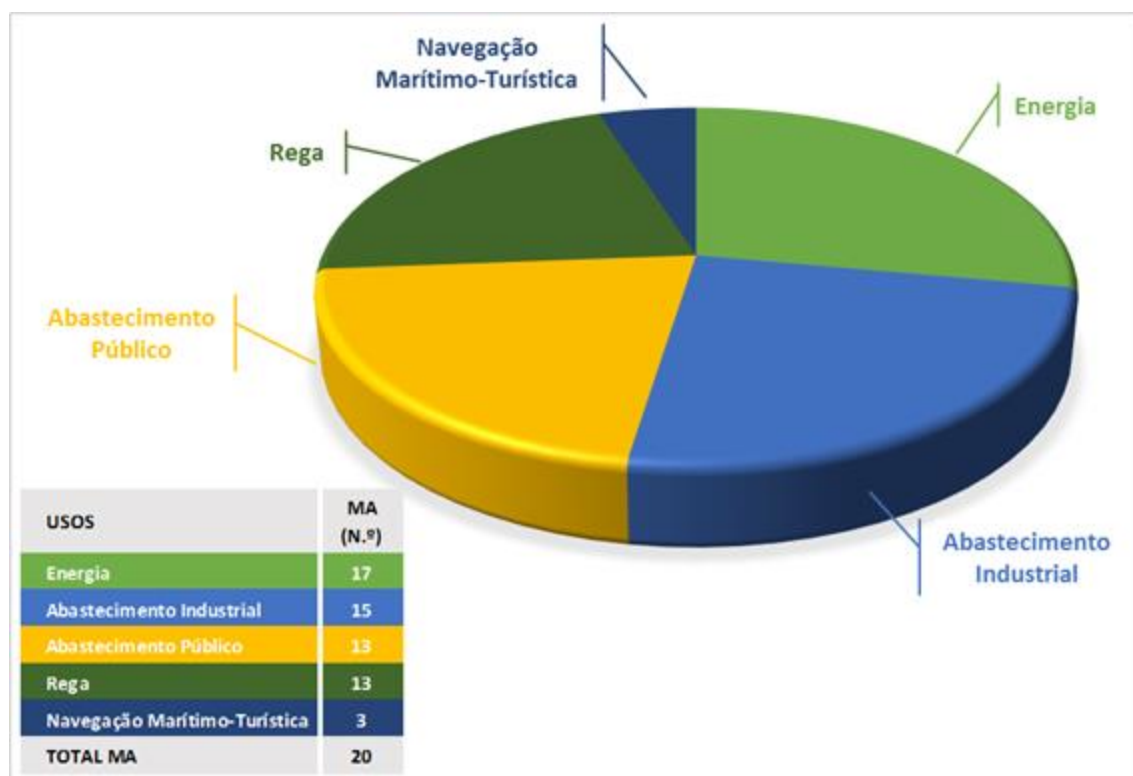


Figura 1.3 – Principais usos identificados nas massas de água fortemente modificadas na RH3

A identificação de uma massa de água como artificial (AWB) (artigo 4.º da DQA) tem em conta todas as massas de água criadas pela atividade humana. Para tal consideraram-se todos os canais artificiais com uma área superior a 0,5 km².

Na RH3 foram identificadas duas massas de água artificiais no 1º ciclo, não tendo existido alterações no 2º ciclo (Anexo I).

1.6. Síntese da delimitação das massas de água superficial e subterrânea

O Quadro 1.9, a Figura 1.4 e a Figura 1.5 apresentam o número de massas de água por categoria identificadas na RH3, para o 2º ciclo de planeamento. A listagem das massas de água para o 2º ciclo é apresentada no Anexo I.

Quadro 1.9 – Massas de água por categoria identificadas na RH3

Categoria		Naturais (N.º)	Fortemente modificadas (N.º)	Artificiais (N.º)	TOTAL (N.º)
Superficiais	Rios	356	29	2	387
	Águas de transição	1	2	-	3
	Águas costeiras	2	-	-	2
SUB-TOTAL		359	31	2	392
Subterrâneas		3	-	-	3
TOTAL		362	31	2	395

Nota: Na RH3 existem 31 massas de água fronteiriças e transfronteiriças da categoria rios, sendo 25 naturais e 6 fortemente modificadas.

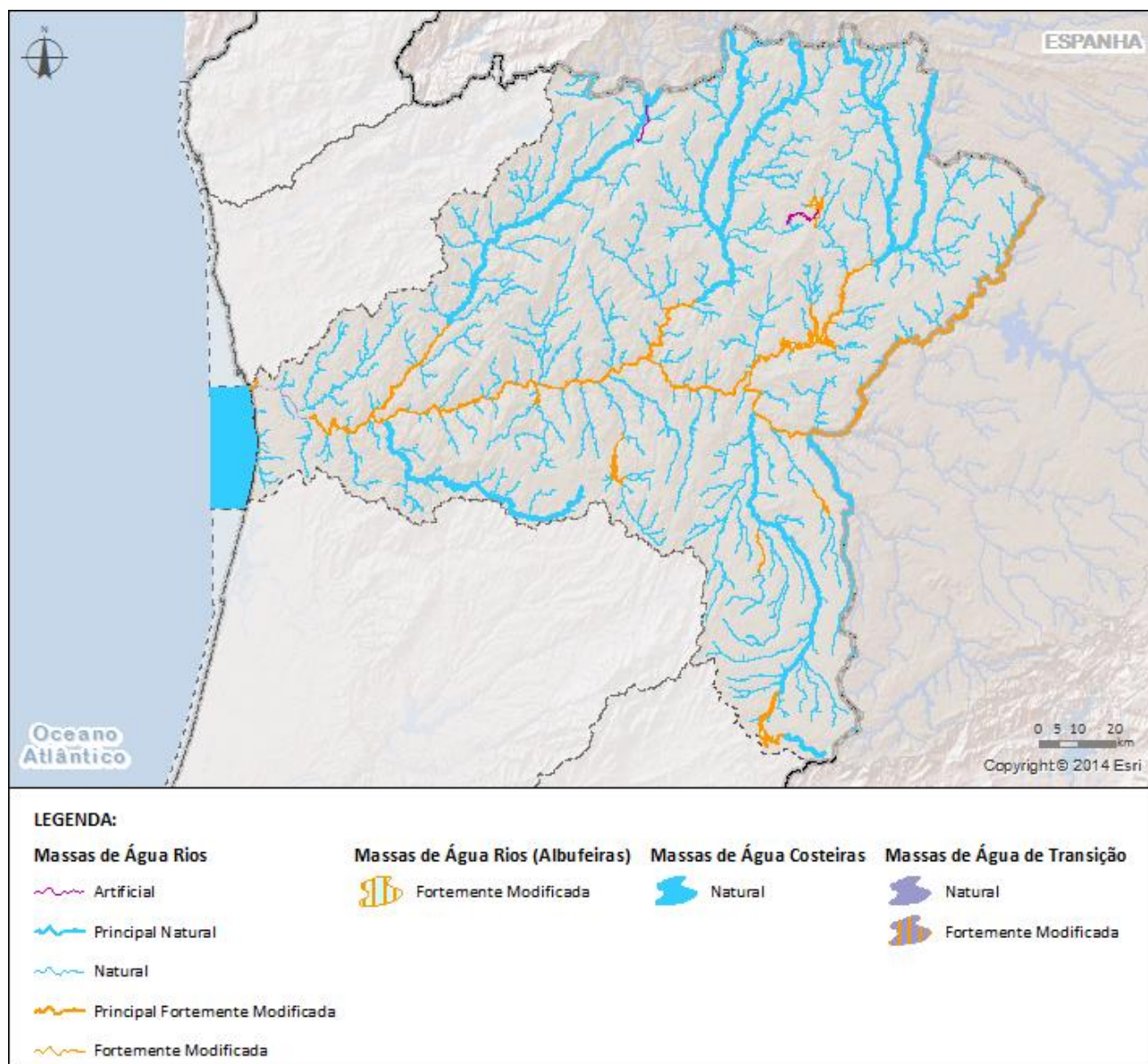


Figura 1.4 – Delimitação das massas de água superficiais na RH3

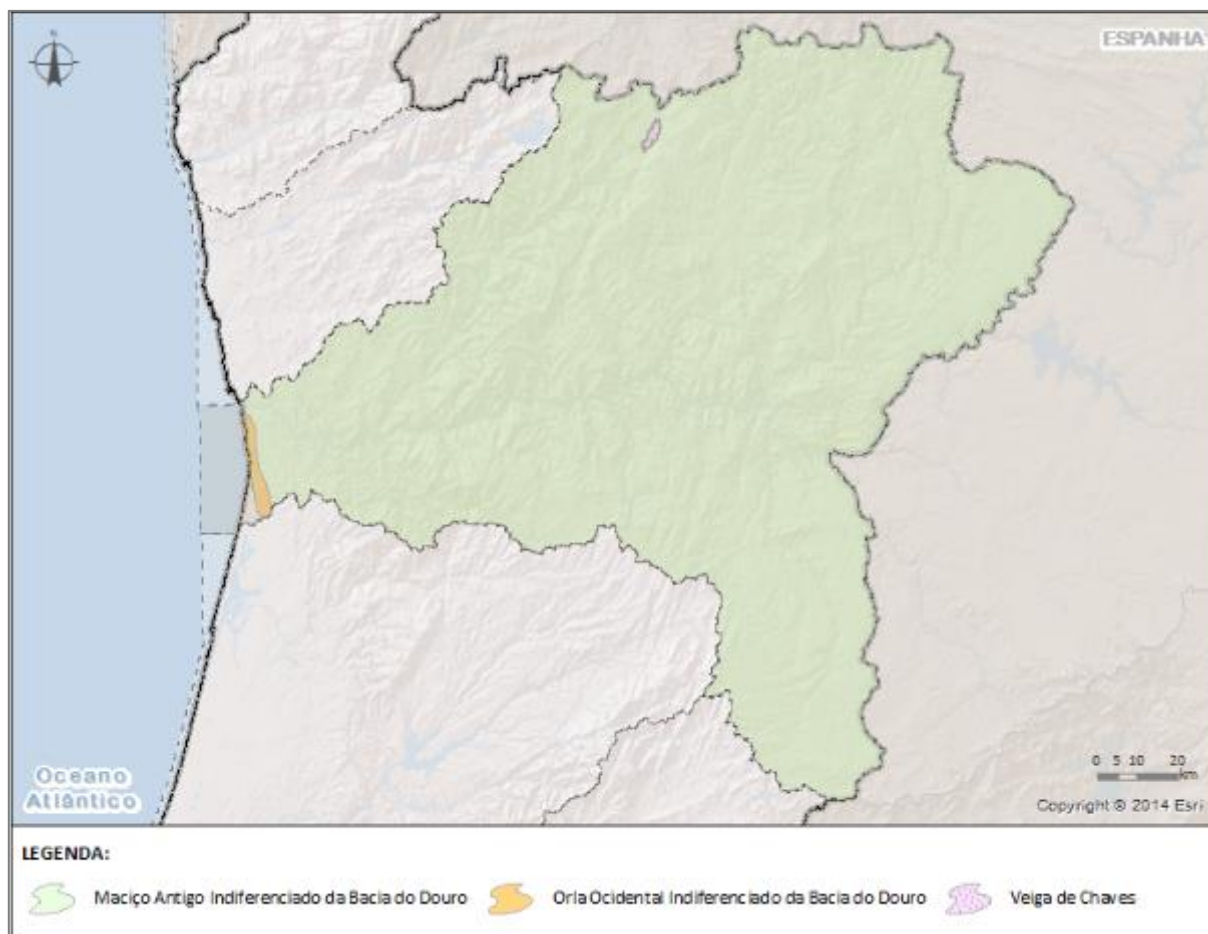


Figura 1.5 – Delimitação das massas de água subterrâneas na RH3

A percentagem de massas de água fortemente modificadas e artificiais é cerca de 9,2% face às massas de água superficiais naturais.

1.7. Revisão das zonas protegidas

No contexto da Diretiva Quadro da Água e da Lei da Água, “zonas protegidas” são zonas que requerem proteção especial ao abrigo da legislação comunitária no que respeita à proteção das águas superficiais e subterrâneas ou à conservação dos *habitats* e das espécies diretamente dependentes da água. A identificação e o registo destas zonas são efetuados de acordo com as definições e procedimentos que constam da DQA e da Lei da Água.

A Lei da Água define na alínea jjj) do artigo 4.º que as zonas protegidas são constituídas por:

Zonas designadas para a captação de água destinada à produção de água para consumo humano

O Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos e determina, no artigo 6.º (águas superficiais) e no artigo 14.º (águas subterrâneas), que sejam inventariadas e classificadas as águas superficiais destinadas à produção de água para consumo humano.

A Diretiva 98/83/CE, do Conselho, de 3 de novembro, relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano e transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, determina que deverão ser inventariados os sistemas de abastecimento que forneçam mais de 50 habitantes ou produzam mais de 10 m³/dia em média, limites estes também referidos no artigo 7º da DQA.

Zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico

A Diretiva 78/659/CE do Conselho, de 18 de julho (codificada pela Diretiva 2006/44/CE, de 6 de setembro), relativa à qualidade das águas doces superficiais para fins aquícolas – águas piscícolas, foi transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto que estabelece, no artigo 33º, que sejam classificadas as águas piscícolas, divididas em águas de salmonídeos, águas de ciprinídeos e de transição (onde ocorrem simultaneamente salmonídeos e ciprinídeos mas que deverão ser consideradas como águas de salmonídeos para efeitos da fixação de normas de qualidade). Estas águas foram identificadas através dos Avisos n.º 5690/2000, de 29 março e n.º 12677/2000, de 23 agosto. O referido Decreto-Lei estabelece ainda no artigo 41º que sejam classificadas as águas conquícolas. Até ao momento não houve classificação de águas conquícolas.

Importa ainda considerar o disposto na Diretiva 91/492/CEE, do Conselho, de 15 de julho, que aprova normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado de moluscos bivalves vivos, transposta para o direito nacional através do Decreto-lei n.º 112/95, de 23 de maio. O Regulamento (CE) N.º 854/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, obriga à definição e classificação de áreas de produção de moluscos bivalves vivos, entendendo-se por zona de produção, de acordo com o Regulamento (CE) N.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, “qualquer parte de território marinho, lagunar ou estuarino que contém bancos naturais de moluscos bivalves ou áreas utilizadas para a cultura de moluscos bivalves, em que os moluscos bivalves vivos são colhidos”. A nível nacional, estas áreas foram definidas pelos Despachos n.º 15264/2013, de 22 de novembro e n.º 7443/2014, de 6 junho.

Zonas designadas como águas de recreio (águas balneares)

A Diretiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares foi transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 135/2009, 3 de junho (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio), que estabelece o regime jurídico de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas. Determina no artigo 4º que se proceda à identificação anual das águas balneares.

Zonas designadas como zonas vulneráveis

A Diretiva 91/676/CEE do Conselho, de 12 de dezembro, relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola, foi transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/99, de 11 março. Posteriormente, mediante o Despacho n.º 238/2014 de 7 de janeiro dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Agricultura e do Mar e da Saúde, foi reconstituída a Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Nitratos.

Em 1997 surgiu a primeira Portaria que designava três zonas vulneráveis aos nitratos de origem agrícola. Ao longo dos anos têm sido publicadas diversas Portarias que designam novas zonas vulneráveis aos nitratos e que estabelecem os Programas de Ação para essas zonas vulneráveis. Assim, a Portaria n.º 164/2010 de 16

de março, aprova a lista e as cartas que identificam as nove zonas vulneráveis de Portugal Continental atualmente em vigor, sendo o Programa de Ação para essas zonas vulneráveis estabelecido pela Portaria n.º 259/2012 de 28 de agosto.

Zonas designadas como zonas sensíveis em termos de nutrientes

O Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa ao tratamento das águas residuais urbanas, e aprovou uma lista de identificação de zonas sensíveis e de zonas menos sensíveis para o território continental, constante do anexo II ao referido diploma.

Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 348/98, de 9 de novembro, transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 98/15/CE, da Comissão, de 21 de fevereiro, que altera o anexo I da mencionada Diretiva n.º 91/271/CEE, no que respeita aos requisitos para as descargas das estações de tratamento de águas residuais urbanas em zonas sensíveis sujeitas a eutrofização.

Contudo, atendendo a que as normas contidas no Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 348/98, de 9 de novembro, têm uma incidência nacional e considerando a necessidade de garantir uma coordenação que permitisse o pleno cumprimento da Diretiva n.º 91/271/CEE, o Decreto-Lei n.º 261/99, de 7 de julho, veio alargar às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira as obrigações contidas nesta Diretiva e alterar o anexo II do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, relativo à delimitação das zonas menos sensíveis. Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 172/2001, de 26 de maio, alterou o anexo II do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho no que respeita à identificação e delimitação das zonas sensíveis. Por último, o Decreto-Lei n.º 198/2008, de 8 de outubro, procedeu a uma nova revisão das zonas sensíveis e menos sensíveis e definiu como área de influência destas zonas a bacia hidrográfica da zona sensível, excluindo nalguns casos a bacia hidrográfica correspondente ao limite de montante da zona sensível.

Integram as zonas protegidas, no âmbito da Lei da Água, as zonas sensíveis designadas ao abrigo do critério a) do Anexo II do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, para zonas eutróficas ou em vias de eutrofização.

Zonas designadas para a proteção de *habitats* e da fauna e flora selvagens e a conservação das aves selvagens

A Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (Diretiva Aves) foi transposta para o direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 75/91, de 14 de fevereiro. Com a evolução do quadro jurídico comunitário esta Diretiva foi alterada pelas Diretivas n.º 91/244/CEE da Comissão, de 6 de março e n.º 94/24/CE, do Conselho, de 8 de junho e n.º 97/49/CE, da Comissão, de 29 de junho o que implicou a revisão da transposição para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

A Diretiva n.º 92/43/CE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à conservação dos *habitats* naturais e da fauna e flora selvagens (Diretiva *Habitats*) foi transposta para o direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 75/91, de 14 de Fevereiro. Com a evolução do quadro jurídico comunitário esta Diretiva foi alterada pela Diretiva n.º 97/62/CE, do Conselho, de 27 de outubro, o que implicou a revisão da transposição para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

Zonas de máxima infiltração

De acordo com a Lei da Água as zonas de máxima infiltração são áreas em que, devido à natureza do solo e do substrato geológico e ainda às condições morfológicas do terreno, a infiltração das águas apresenta condições especialmente favoráveis, contribuindo assim para a recarga das massas de água subterrânea.

Com o intuito de garantir o bom estado das massas de água subterrânea, tanto do ponto de vista químico como quantitativo, importa implementar medidas de proteção das zonas preferenciais de recarga das mesmas, através da delimitação das zonas de infiltração máxima bem como do estabelecimento de condicionantes nessas zonas, a serem consideradas para efeitos de licenciamento em termos de uso ou ocupação do solo. Pretende-se assim, preservar e proteger estes recursos hídricos, no sentido de salvaguarda dos usos atuais e futuros.

As propostas de delimitação das zonas de máxima infiltração e respetivos condicionantes são elaborados pela Administração de Região Hidrográfica territorialmente competente, e devem ser objeto de legislação específica.

Sítios Ramsar

A Convenção sobre Zonas Húmidas foi adotada em fevereiro de 1971, na cidade iraniana de Ramsar, com o objetivo de proteger as zonas húmidas que vinham sendo ameaçadas devido a certas atividades humanas. Entrou em vigor em 1975 e conta atualmente com 150 países, cerca de 1 600 sítios de importância internacional e 134 milhões de hectares de zonas húmidas. O Estado Português assinou a Convenção em 1980 (Decreto-Lei n.º 101/80, de 9 de outubro) e ratificou-a em 24 de novembro do mesmo ano. Atualmente estão designadas no continente e nas regiões autónomas, 31 sítios Ramsar (<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/ramsar>).

Os sítios da Convenção de Ramsar, embora não sejam considerados Zonas Protegidas no contexto da DQA, coincidem na maioria dos casos com as zonas protegidas identificadas ao abrigo da Diretiva Aves e da Diretiva *Habitats*, à exceção do Paul da Tornada na RH5 e do Estuário do Mondego na RH4.

Na RH3 não estão designados sítios Ramsar.

Seguidamente apresenta-se para a Região Hidrográfica as zonas protegidas identificadas.

1.7.1. Zonas de captação de água para a produção de água para consumo humano

No âmbito do n.º 1 do artigo 7º (Águas utilizadas para captação de água potável) da DQA, devem ser identificadas, em cada região hidrográfica, as massas de água destinadas à captação de água para consumo humano que forneçam mais de 10m³/dia em média ou, que sirvam mais de 50 pessoas, bem como as massas de água previstas para esse fim.

Massas de água superficial

Na RH3 foram identificadas 50 captações de água para abastecimento público (Quadro 1.10 e Figura 1.6.).

Quadro 1.10 – Zonas de captação de água superficial para a produção de água para consumo humano na RH3

Categoria	Zonas protegidas (N.º)	Massas de água abrangidas (N.º)
Rios (Albufeiras)	16	13
Rios	34	30
TOTAL	50	43

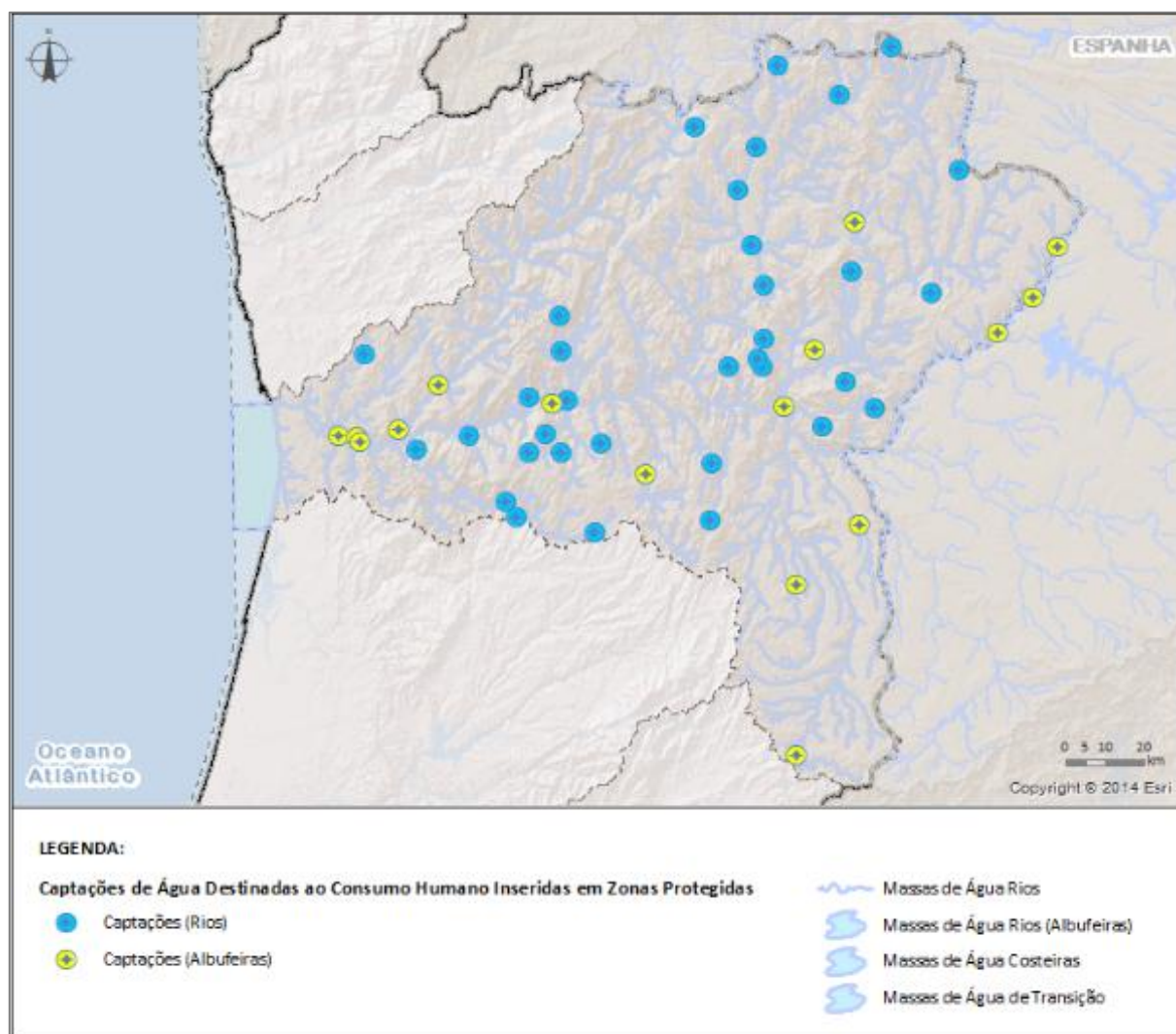


Figura 1.6 – Zonas de captação de água superficial para a produção de água para consumo humano na RH3

Complementarmente, as origens de água superficiais para abastecimento público têm um instrumento preventivo para assegurar a proteção deste recurso conferido pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio e pela Portaria n.º 1114/2009, de 29 de setembro, que estabelece os perímetros de proteção para captações de águas superficiais destinadas ao abastecimento público. O perímetro de proteção constitui uma área contígua à captação na qual se interditam ou condicionam as atividades suscetíveis de causarem impactes significativos no estado das águas superficiais, englobando as zonas de proteção imediata e

alargada, delimitadas por estudos, onde se estabelecem restrições (conforme Portaria n.º 1114/2009, de 29 de setembro).

Para as captações localizadas em albufeiras de águas públicas o Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, garante uma faixa de proteção de 500m a partir do futuro Nível Pleno de Armazenamento (NPA), para onde estão já definidas medidas de salvaguarda da massa de água, nomeadamente, os seguintes condicionamentos ou proibições:

- a) A execução de operações urbanísticas e de atividades agrícolas nas ilhas existentes no plano de água;
- b) A execução, nas áreas internáveis, de obras de estabilização e consolidação, bem como a realização de atividades agrícolas;
- c) O abeberamento do gado, nas albufeiras de utilização protegida;
- d) A instalação ou ampliação de estabelecimentos de aquicultura;
- e) A extração de inertes, salvo quando realizada nos termos e condições definidos na LA e no regime jurídico de utilização dos recursos hídricos;
- f) A rejeição de efluentes de qualquer natureza, mesmo quando tratados, tanto no plano de água como nas linhas de água diretamente afluentes;
- g) A deposição, o abandono, o depósito ou o lançamento de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos;
- h) A introdução de espécies não indígenas da fauna e da flora, em incumprimento da legislação em vigor;
- i) A lavagem e o abandono de embarcações;
- j) A prática de atividades passíveis de conduzir ao aumento da erosão, ao transporte de material sólido para o meio hídrico ou que induzam alterações ao relevo existente, nomeadamente as mobilizações de solo não realizadas segundo as curvas de nível, a constituição de depósitos de terras soltas em áreas declivosas e sem dispositivos que evitem o seu arraste;
- k) A instalação de estabelecimentos industriais que, nos termos do regime do exercício da atividade industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, sejam considerados de tipo 1;
- l) A instalação ou ampliação de aterros destinados a resíduos perigosos, não perigosos ou inertes;
- m) A prática de atividades desportivas que possam constituir uma ameaça aos objetivos de proteção dos recursos hídricos, que provoquem poluição ou que deteriore os valores naturais, e que envolvam designadamente veículos todo-o-terreno, motocross, moto-quatro, karting e atividades similares;
- n) As operações de loteamento e obras de urbanização;
- o) A realização de aterros ou escavações;
- p) A instalação ou ampliação de campos de golfe;
- q) A aplicação de fertilizantes orgânicos no solo, nomeadamente efluentes pecuários e lamas.

Quando se revele necessário o referido Decreto-Lei prevê ainda, em função dos objetivos de proteção específicos dos recursos hídricos em causa, a elaboração do Programa de Albufeira de Águas Públicas (PAAP), aprovado por Resolução do Conselho de Ministros. Sempre que são identificadas captações superficiais destinadas à produção de água para consumo humano é definida uma área de proteção onde não é permitida outra utilização.

Na RH3 existem 57 albufeiras de águas públicas das quais 6 têm Planos de Ordenamento de Albufeira de Águas Públicas (POAAP), ainda ao abrigo de anterior legislação, publicados e aprovados (Anexo IV).

Massas de água subterrânea

Em Portugal as várias massas de água subterrâneas identificadas são suscetíveis de fornecer um caudal superior aos 10 m³/dia, sendo na sua generalidade utilizadas para consumo humano, atual e futuro. Assim, as massas de água que atualmente não constituam origens de água para abastecimento público são consideradas como reservas estratégicas. As águas subterrâneas têm desempenhado um importante papel

nos períodos de seca, suprimindo as necessidades de água das populações, pelo que o nível de proteção tem de ser semelhante ao das origens atuais, no sentido de preservar a qualidade da água subterrânea para que possa ser utilizada nos períodos críticos.

Na RH3 existem captações de água subterrânea destinadas à produção de água para consumo humano, que abrangem apenas uma massa de água e cuja localização se apresenta na Figura 1.7.



Complementarmente, as origens de água subterrânea para abastecimento público têm um instrumento preventivo para assegurar a proteção deste recurso conferido pelo Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, que estabelece os perímetros de proteção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público. Os perímetros de proteção constituem áreas em torno da captação, delimitadas por estudos hidrogeológicos, onde se estabelecem restrições de utilidade pública ao uso e ocupação do solo.

Na RH3, no período 2010-2013, não foram publicadas portarias a estabelecer perímetros de proteção para captações de água subterrânea para abastecimento público.

1.7.2. Zonas designadas para proteção de espécies aquáticas de interesse económico

O Quadro 1.11 e a Figura 1.8 apresentam o número massas de água classificadas como águas piscícolas, na RH3. Importa referir que sempre que a mesma massa de água está classificada para salmonídeos e ciprinídeos considerou-se, na indicação do número de massas de água, apenas a categoria mais exigente em termos ambientais, já que cumprindo este objetivo cumpre também o menos exigente.

Quadro 1.11 – Águas piscícolas classificadas na RH3

Tipo	Zonas protegidas		
	N.º	Comprimento (km)	Massas de água abrangidas (N.º)
Salmonídeos	3	129	9
Ciprinídeos	6	189	14
TOTAL	9	318	23

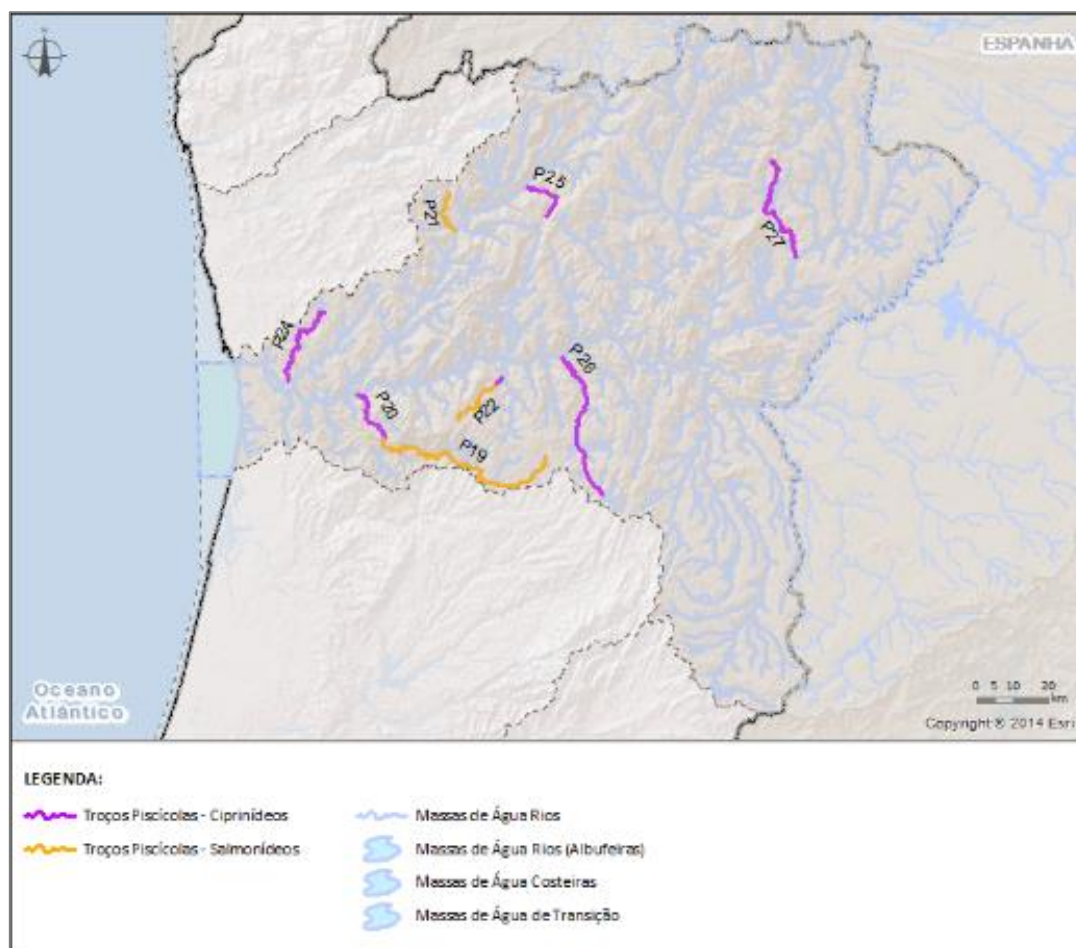


Figura 1.8 – Troços piscícolas na RH3

A Diretiva 79/923/CE do Conselho, de 30 de outubro, relativa à qualidade das águas do litoral e salobras para fins aquícolas – águas conquícolas, foi transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º

236/98, 1 de agosto, que revogou o Decreto-Lei n.º 74/90, 7 de março. Estabelece no seu artigo 41º que sejam classificadas as águas conquícolas. Até ao momento não houve classificação de águas conquícolas.

A aplicação a Portugal da regulamentação comunitária relativa à definição e classificação das zonas de produção foi realizada pela Portaria n.º 1421/2006, de 21 de dezembro, que define as regras de higiene específicas para a produção e comercialização de moluscos bivalves, equinodermes, tunicados e gastrópodes marinhos vivos. De acordo com o artigo 3º desta Portaria compete ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., (IPMA, IP) proceder à classificação das zonas de produção de moluscos bivalves vivos, com fixação da sua localização e respetivos limites. A última classificação das zonas de produção foi publicada no Despacho n.º 15264/2013, de 22 de novembro, alterado pelos Despachos n.º 3244/2014, de 27 de fevereiro e n.º 7443/2014, de 6 de junho.

Na RH3 existem 3 zonas de produção de moluscos bivalves que abrangem 3 massas de água - 2 da categoria águas de transição e 1 costeira (Figura 1.9).

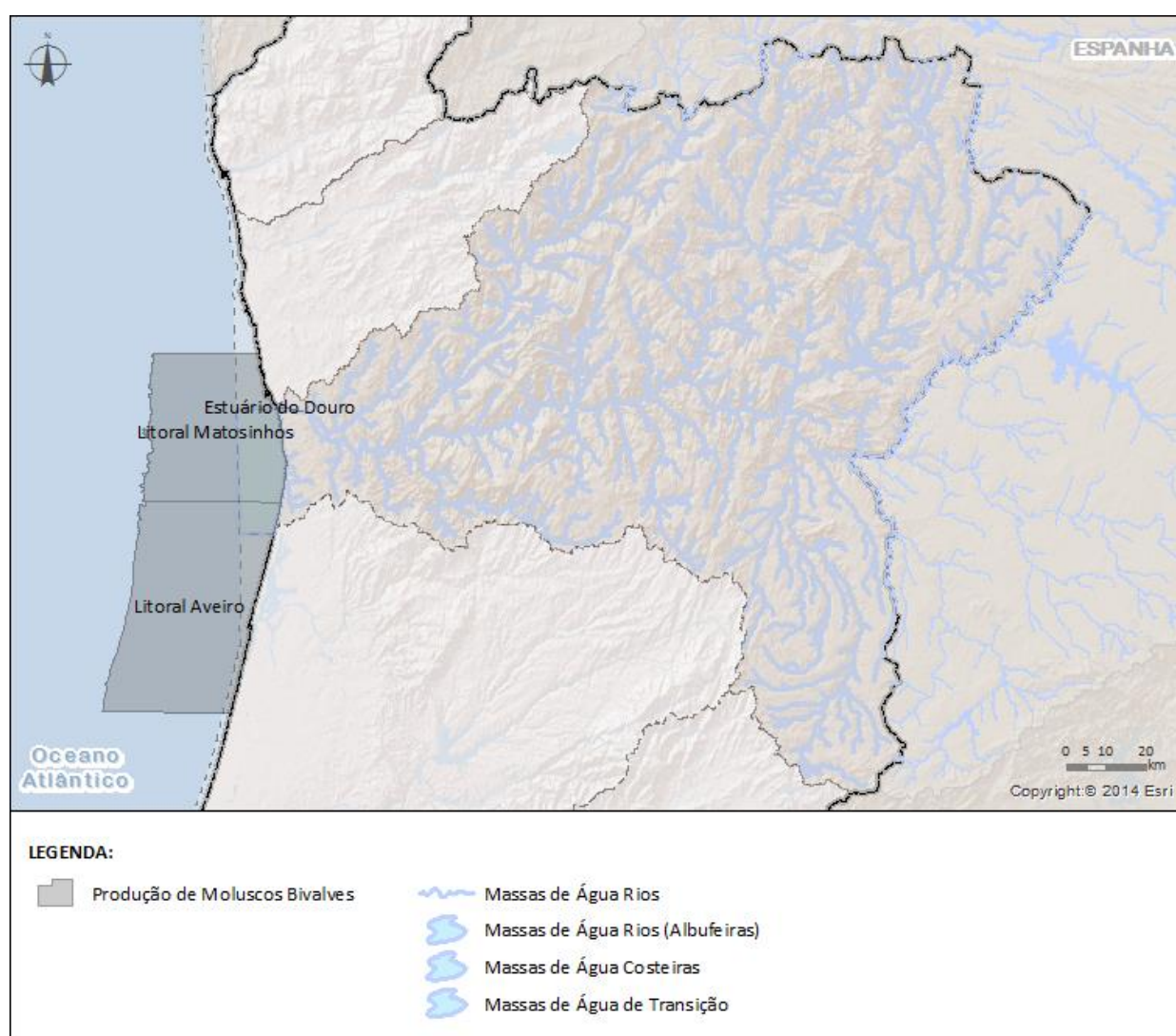


Figura 1.9 – Zonas de produção de moluscos bivalves na RH3

3 676 000 e.p. (equivalente populacional), ou seja, aproximadamente, 32% da carga total do Continente. Para o Continente foram designadas 12 zonas sensíveis eutróficas ou em vias de eutrofização.

Na RH3 estão designadas 4 zonas sensíveis em termos de nutrientes indicadas no Quadro 1.13 e apresentadas na Figura 1.11.

Quadro 1.13 – Zonas designadas sensíveis em termos de nutrientes na RH3

Zona sensível		Massa de água	
Designação	Código	Designação	Código
Albufeira do Torrão	PTLK03	Albufeira do Torrão	PT03DOU0393
Albufeira de Carrapatelo	PTLK04	Albufeira de Carrapatelo	PT03DOU0401
Albufeira de Miranda	PTLK05	Albufeira de Miranda	PT03DOU0245
Albufeira do Pocinho	PTLK06	Albufeira do Pocinho	PT03DOU0371

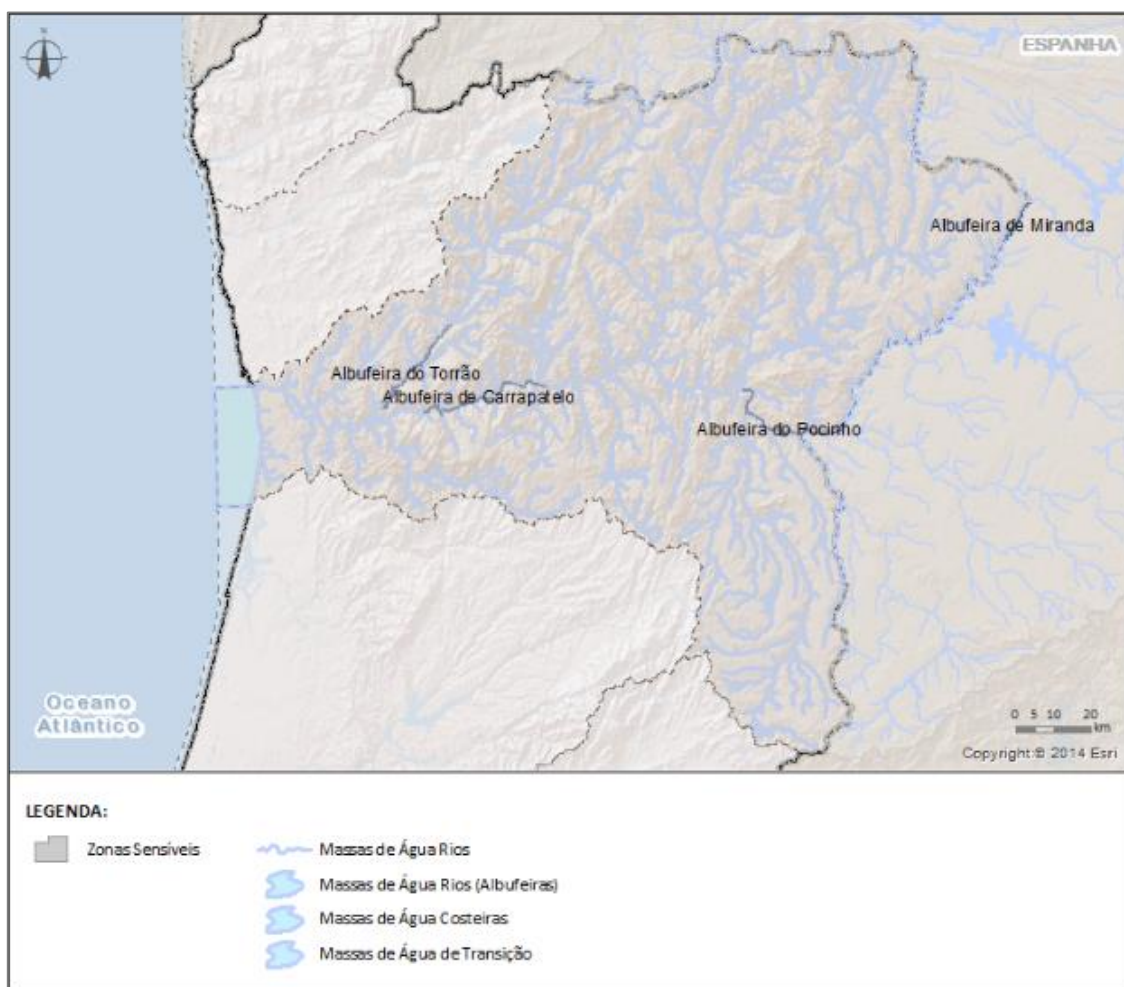


Figura 1.11 – Zonas sensíveis na RH3

1.7.5. Zonas designadas como zonas vulneráveis

Na RH3 não estão designadas zonas vulneráveis.

1.7.6. Zonas designadas para a proteção de *habitats* e da fauna e flora selvagens e a conservação das aves selvagens

O Decreto-Lei n.º 142/2009, de 24 de julho, estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e cria o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

A Diretiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens, conhecida como Diretiva *Habitats*, tem como principal objetivo contribuir para assegurar a conservação dos *habitats* naturais e de espécies da flora e da fauna selvagens, com exceção das aves (protegidas pela Diretiva Aves), considerados ameaçados no território da União Europeia.

Esta Diretiva define Sítio de Importância Comunitária (SIC) como sendo “um sítio que, na ou nas regiões biogeográficas a que pertence, contribua de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de *habitat* natural ou uma espécie, num estado de conservação favorável, e possa também contribuir de forma significativa para a coerência da Rede Natura 2000 e/ou contribua de forma significativa para manter a diversidade biológica na região ou regiões biogeográficas envolvidas”.

O Quadro 1.14 e a Figura 1.12 indicam os SIC incluídos, parcial ou totalmente, na RH3.

Quadro 1.14 – Sítios de Importância Comunitária identificados na RH3

Designação	Código	Massas de água total ou parcialmente abrangidas (N.º)
Montesinho/Nogueira	PTCON0002	28
Alvão/Marão	PTCON0003	13
Malcata	PTCON0004*	14
Barrinha de Esmoriz	PTCON0018	2
Rios Sabor e Maças	PTCON0021	22
Douro Internacional	PTCON0022	26
Morais	PTCON0023	13
Valongo	PTCON0024	1
Montemuro	PTCON0025	11
Minas de St. Adrião	PTCON0042	2
Romeu	PTCON0043	3
Serras de Freita e Arada	PTCON0047**	2
Rio Paiva	PTCON0059	12
Ria de Aveiro	PTCON0061**	1

Fonte: ICNF (julho de 2014)

* SIC partilhado com a RH5.

** SIC partilhado com a RH4.

Salienta-se que o SIC “Samil” não foi considerado uma vez que não tem massas de água associadas.

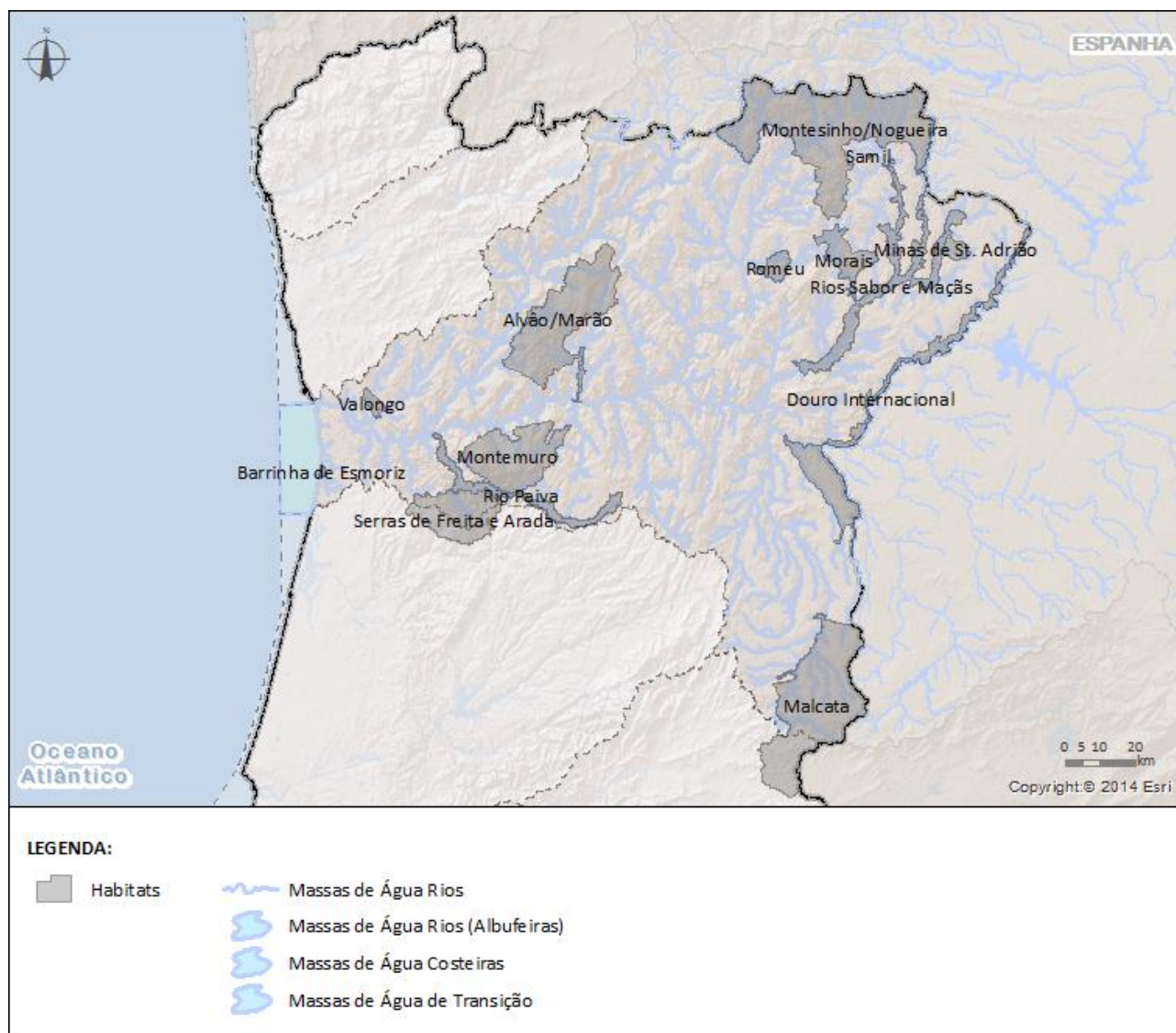


Figura 1.12 – Sítios de Importância Comunitária na RH3

A Diretiva 2009/147/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro, revogou a Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril, conhecida como Diretiva Aves, a qual diz respeito à conservação de todas as espécies de aves que vivem naturalmente no estado selvagem no território europeu. Tem por objeto a proteção, a gestão e o controlo dessas espécies e regula a sua exploração.

As Zonas de Proteção Especial (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, destinam-se essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus *habitats*, listadas no seu Anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no Anexo I e cuja ocorrência seja regular.

A Diretiva *Habitats* cria uma rede ecológica coerente de Zonas Especiais de Conservação (ZEC), selecionadas com base em critérios específicos, designada como Rede Natura 2000 que inclui também as ZPE designadas ao abrigo da Diretiva Aves.

O Quadro 1.15 e a Figura 1.13 apresentam as ZPE incluídas, parcial ou totalmente, na RH3.

Quadro 1.15 – Zonas de Proteção Especial localizadas na RH3

Designação	Código	Massas de água total ou parcialmente abrangidas (N.º)
Montesinho / Nogueira	PTZPE0003	26
Serra da Malcata	PTZPE0007*	2
Rios Sabor e Mações	PTZPE0037	26
Douro Internacional e Vale do Águeda	PTZPE0038A	29
Vale do Côa	PTZPE0039	10

Fonte: ICNF (dezembro de 2012)

*ZPE partilhada com a RH5.

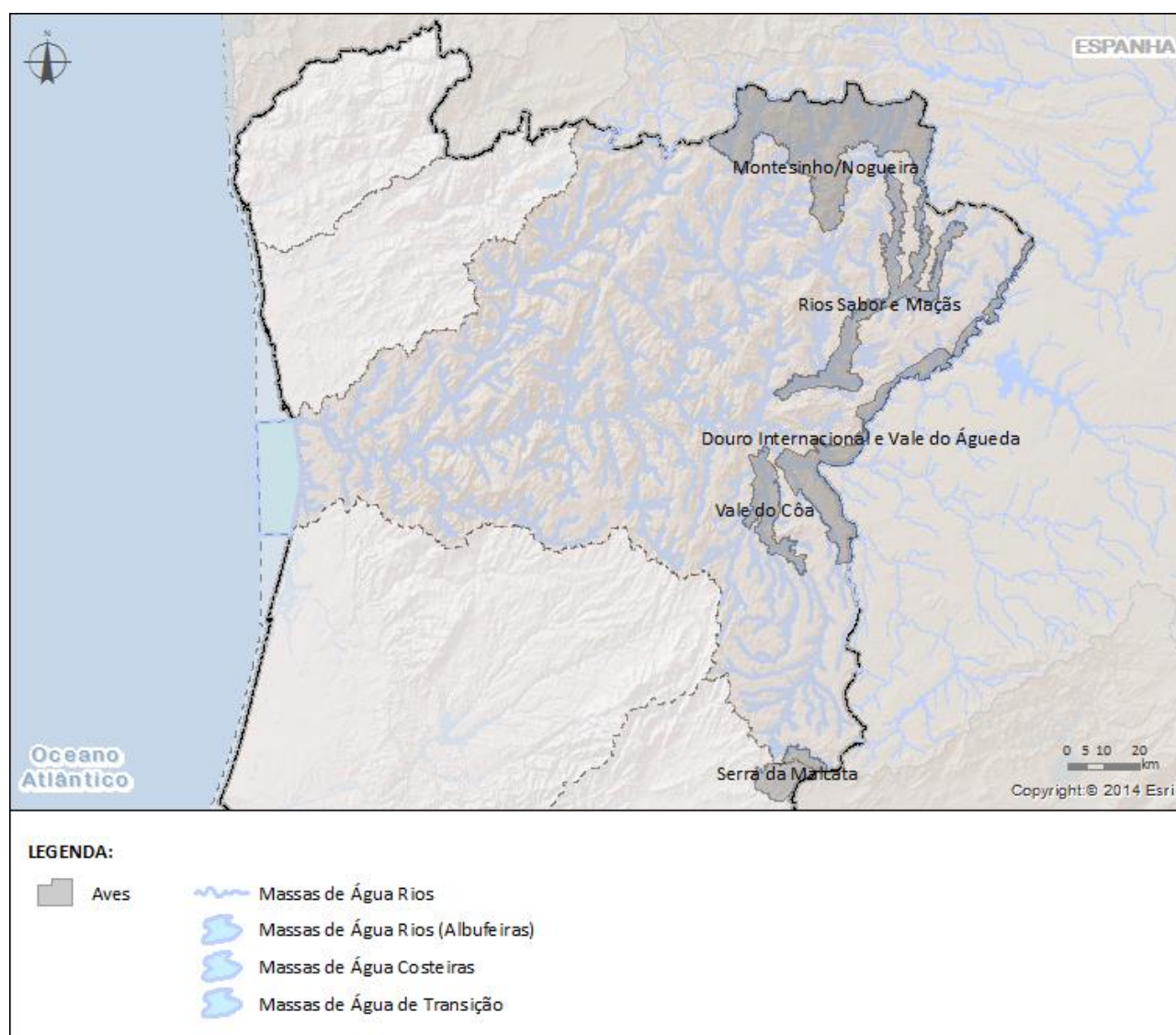


Figura 1.13 – Zonas de Proteção Especial na RH3

Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas

Os parques nacionais e os parques naturais de âmbito nacional dispõem obrigatoriamente de um plano de ordenamento. Este constitui um instrumento que estabelece a política de salvaguarda e conservação a

instituir em cada uma daquelas áreas, dispondo designadamente sobre os usos do solo e condições de alteração dos mesmos, hierarquizados de acordo com os valores do património em causa.

No que respeita aos recursos hídricos, para além do previsto na LA e diplomas regulamentares, os planos de ordenamento das áreas protegidas em regra criam condicionalismos ou mesmo interdições às atividades que impliquem alterações hidromorfológicas, especificando ainda as situações em que estas podem ocorrer. O Quadro 1.16 apresenta os objetivos associados aos recursos hídricos para as áreas protegidas incluídas na RH3.

Quadro 1.16 – Planos Ordenamento de Áreas Protegidas na RH3

Área Protegida	Documento Legal	Objetivos para os recursos hídricos
Parque Natural do Alvão	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2008, de 7 de abril	Promover os serviços dos ecossistemas de regulação do ciclo da água, nomeadamente pela preservação e recuperação das zonas húmidas, das áreas de infiltração, dos lençóis subterrâneos, das nascentes, das cabeceiras, das linhas e dos planos de água, incluindo leitos, margens e zonas adjacentes inundáveis.
Parque Natural do Douro Internacional	Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2005, de 29 de julho	Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, concentrando o esforço nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza
Parque Natural de Montesinho	Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008, de 24 de novembro	Promover a gestão e valorização dos recursos naturais possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobre explorados
Reserva Natural da Serra da Malcata	Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2005, de 29 de março	Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, concentrando o esforço nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza

Fonte: ICNF

1.7.7. Zonas de máxima infiltração

Na RH3 não estão designadas zonas de máxima infiltração.

1.7.8. Síntese das zonas protegidas

O Quadro 1.17 apresenta uma síntese das zonas protegidas identificadas na RH3 para o 2º ciclo de planeamento.

Quadro 1.17 – Zonas protegidas na RH3

Zonas protegidas		N.º	Massas de água abrangidas (N.º)
Captações de água superficial para a produção de água para consumo humano	Rios	34	30
	Rios (albufeiras)	16	13
Captações de água subterrânea para a produção de água para consumo humano		1	1
Águas piscícolas	Salmonídeos	3	9
	Ciprinídeos	6	16
Zonas de produção de moluscos bivalves		3	3

Zonas protegidas		N.º	Massas de água abrangidas (N.º)
Águas balneares	Águas costeiras e de transição	28	1
	Águas interiores	20	15
Zonas sensíveis		4	4
Zonas designadas para a proteção de <i>habitats</i> e da fauna e flora selvagens e a conservação das aves selvagens	Sítios de interesse comunitário	14	140
	Zonas de proteção especial	5	92

1.8. Identificação dos ecossistemas terrestres dependentes das águas subterrâneas e dos ecossistemas dependentes das águas subterrâneas

A Diretiva Quadro da Água estabelece nos números 2.1 e 2.2 do Anexo II, correspondentes à caracterização inicial das massas de águas subterrâneas e à caracterização mais aprofundada das massas de águas subterrâneas em risco, a obrigatoriedade de se proceder à identificação e caracterização de todas as massas de águas subterrâneas associadas a ecossistemas aquáticos de superfície ou ecossistemas terrestres que delas dependem diretamente.

No entanto e devido à complexidade destes temas, a identificação dos ecossistemas dependentes das águas subterrâneas, quer sejam aquáticos quer terrestres, não foi integralmente realizada no anterior ciclo de planeamento, tendo sido efetuada uma abordagem muito genérica sem harmonização das metodologias a nível nacional. Neste sentido, foi promovida a elaboração de um estudo, pelo Instituto Superior Técnico, com o objetivo de desenvolver uma metodologia harmonizada a nível nacional para identificação dos principais ecossistemas terrestres dependentes das águas subterrâneas.

O estado das massas de águas subterrâneas é determinante para os ecossistemas dependentes, quer sejam sistemas aquáticos (EDAS) ou ecossistemas terrestres dependentes (ETDAS), uma vez que o estado quantitativo ou químico de uma massa de água subterrânea pode causar um impacto negativo significativo nos ecossistemas.

Assim, a metodologia gizada teve por base os sítios designados pela Rede Natura 2000 (Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial) e Ramsar, tendo sido considerados os ecossistemas terrestres diretamente dependentes das massas de águas subterrâneas, o que implica situações em que a massa de água subterrânea é essencial para providenciar a quantidade (fluxo, nível) e qualidade de água necessários para garantir a sustentabilidade e biodiversidade do ecossistema associado. Em muitos ETDAS a água subterrânea é mesmo a principal origem de água, podendo ser ainda o fator condicionante da distribuição espaço-temporal dos diferentes tipos de ecossistemas. Não foram considerados os sistemas marinhos costeiros que dependem das descargas de água subterrânea ao longo da costa. Estabeleceram ainda critérios hidrogeológicos e ecológicos para determinar a dependência de um ecossistema da água subterrânea.

Neste contexto, foram definidos um conjunto de atributos e de regras em termos hidrogeológicos e ecológicos que permitiram contribuir para identificar e descrever o potencial de interação água subterrânea – ecossistemas terrestres em cada sítio Rede Natura 2000 ou Ramsar estudados.

No respeitante aos critérios hidrogeológicos foram considerados para análise e ponderação os temas e subtemas sintetizados no Quadro 1.18.

Quadro 1.18 – Critérios hidrogeológicos para identificação dos ETDAS/EDAS

Tema	Sub-tema
Topografia	Declive
Climatologia	Balanço de água (P-ETR)
Hidrogeologia	Meio hidrogeológico
Hidrografia	Tipo de aquífero
Solos	Profundidade do nível da água

No que concerne aos critérios ecológicos foram identificados os seguintes temas principais:

- Estigofauna: corresponde a todas as espécies animais cujo ciclo de vida é dependente total ou parcialmente da água subterrânea, sendo a sua presença imediatamente indicadora da presença de ETDAS;
- Flora: foram identificadas nove espécies prioritárias cuja presença indica um elevado potencial de dependência da água subterrânea;
- *Habitats*: foram identificadas 34 *habitats*-tipo com potencial muito elevado de dependência de água subterrânea.

Do ponto de vista ecológico, foi ainda possível identificar os principais ecossistemas e *habitats* existentes em cada um dos sítios da Rede Natura 2000 ou Ramsar em Portugal Continental, com base na informação disponibilizada pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e por comparação com *habitats* semelhantes a nível europeu, foi ainda possível identificar aqueles que indiciam uma potencial dependência da água subterrânea.

Uma das conclusões do estudo, anível nacional, indica que a distribuição dos *habitats* totalmente ou muito dependente de águas subterrâneas (Grau 1) se encontra, na sua maioria, em massas de água subterrâneas indiferenciadas e concentram-se essencialmente em três áreas: Serra de São Mamede - Nisa / Lage da Prata; Sicó-Alvaiázere e Costa Sudeste.

Foram igualmente considerados relevantes os *habitats* classificados como Grau 2 (Presença de *habitats* parcialmente dependentes em áreas hidrogeologicamente favoráveis) e Grau 3 (Áreas hidrogeologicamente favoráveis sem cartografia de *habitats*), os quais foram interpretados conjuntamente devido à equivalência de probabilidade de ocorrência de *habitats* dependentes. Não obstante este último indicador não espelhar a importância ecológica de determinado *habitat*, o seu valor permitirá valorizar a importância do contributo da água subterrânea para a sustentabilidade ecológica do *habitat*.

O estudo realizado permitiu identificar para este 2º ciclo de planeamento os ecossistemas aquáticos e ecossistemas terrestres dependentes em algumas das massas de água subterrâneas.

Assim, conjugando os sítios Rede Natura 2000 ou Ramsar com a potencial interação com as massas de água subterrânea, foi possível identificar para algumas massas de água a existência de ecossistemas terrestres dependentes das águas subterrâneas (ETDAS), tendo-se privilegiado neste caso os sítios da Rede Natura 2000 enquanto os sítios Ramsar se revelaram preponderantes para a identificação dos ecossistemas aquáticos dependentes das águas subterrâneas (EDAS).

Este tema continuará a ser trabalhado para que no próximo ciclo de planeamento a evolução do conhecimento sobre estes temas permita identificar novos ETDAS e EDAS.

O Quadro 1.19 sistematiza a identificação dos ETDAS/EDAS e respetivas massas de água para a RH3.

Quadro 1.19 – ETDAS/EDAS na RH3

Designação ETDAS	Massa(s) de água subterrânea	
	Código	Designação
Malcata	PTA0x1RH3	Maciço antigo indiferenciado da Bacia do Douro
Alvão/Marão		

2. PRESSÕES SOBRE AS MASSAS DE ÁGUA

A avaliação do estado das massas de água inclui necessariamente uma análise das pressões sobre as massas de água, sendo que, na atual fase de planeamento, importa atualizar a caracterização efetuada no 1º ciclo.

De forma esquemática (Figura 2.1) sistematizam-se as pressões nos seguintes grupos:

- Pressões qualitativas, considerando-se como:
 - pontuais, as rejeições de águas residuais com origem urbana, doméstica, industrial e provenientes de explorações pecuárias intensivas;
 - difusas, as rejeições de águas residuais no solo provenientes de fossas séticas individuais e/ou coletivas, de explorações pecuárias intensivas com valorização agrícola dos efluentes pecuários, de explorações pecuárias extensivas, de áreas agrícolas, de campos de golfe e da indústria extrativa, incluindo minas abandonadas.
- Pressões quantitativas, as referentes às atividades de captação de água para fins diversos, nomeadamente para produção de água destinada ao consumo humano, para rega ou para a atividade industrial;
- Pressões hidromorfológicas, as associadas a alterações físicas nas áreas de drenagem, nos leitos e nas margens dos cursos de água e dos estuários com impacte nas condições morfológicas e no regime hidrológico das massas de água destas categorias;
- As pressões biológicas, referentes a pressões de natureza biológica que podem ter impacte direto ou indireto nos ecossistemas aquáticos, como por exemplo a introdução de espécies exóticas.

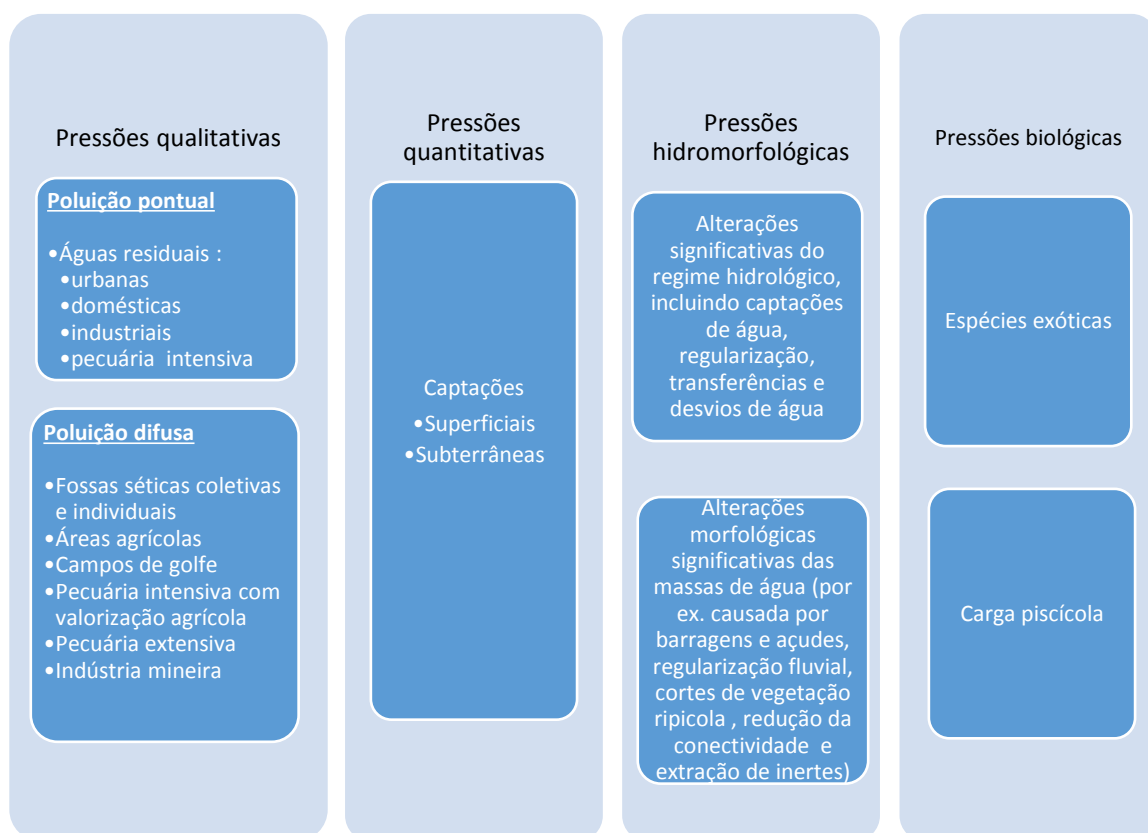


Figura 2.1– Principais grupos de pressões sobre as massas de água

A informação geográfica dos PGRH, designadamente a caracterização da região hidrográfica, incluindo a identificação das pressões sobre as massas de água e a classificação do seu estado, pode ser consultada no geovisualizador dos planos, disponível no endereço <http://sniamb.apambiente.pt/pgrh/>.

A Figura 2.2 exemplifica a pressão do setor urbano sobre as massas de água superficial da região hidrográfica.

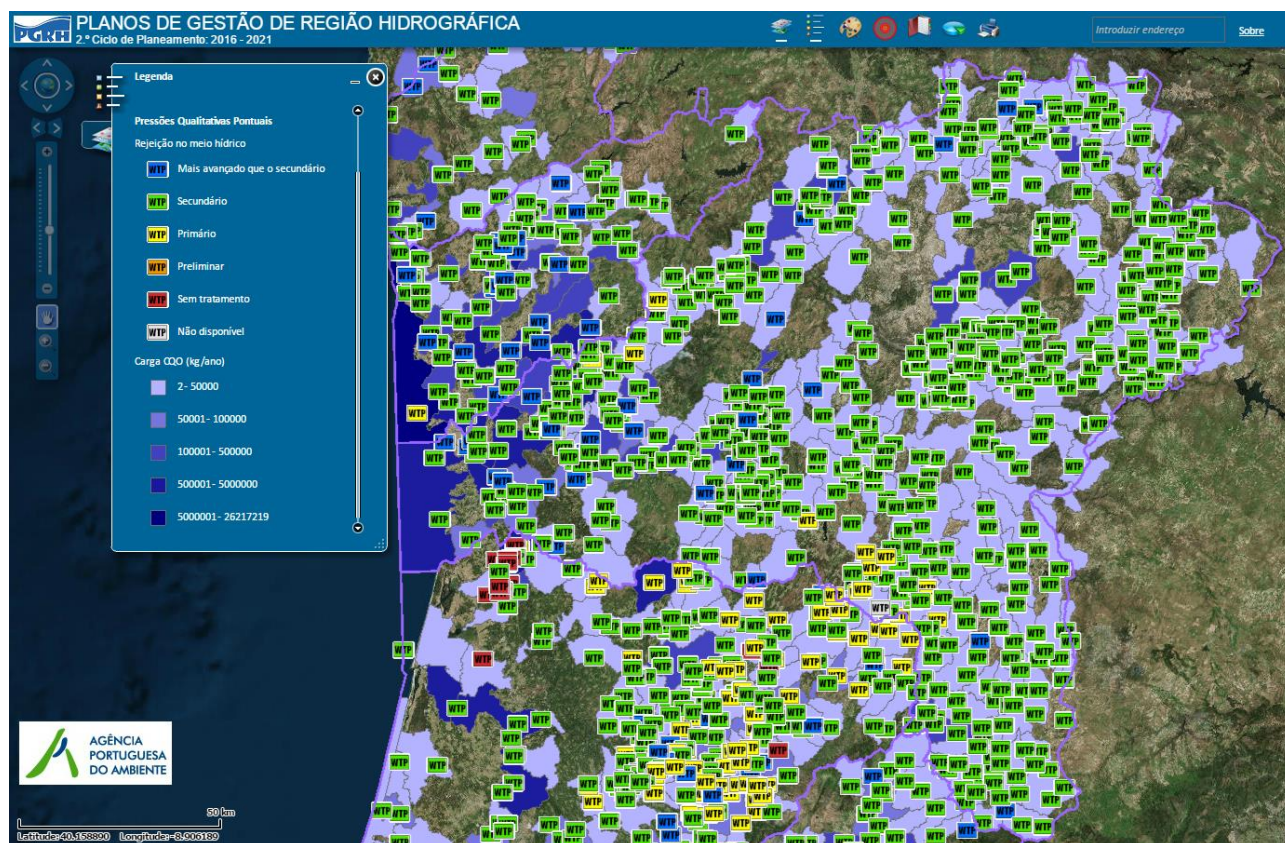


Figura 2.2– Geovisualizador dos PGRH – Pressões sobre as massas de água superficial

Afluências de Espanha

A análise apresentada neste item refere-se às pressões localizadas em território nacional. No entanto a bacia hidrográfica do Douro é internacional pelo que é importante incluir uma súmula relativa aos impactes em termos de quantidade e qualidade da água afluente à bacia portuguesa deste rio.

Foram identificadas para o 2.º ciclo de planeamento 26 massas de águas superficiais fronteiriças e transfronteiriças, onde a análise ao nível dos critérios de classificação do estado, objetivos ambientais e monitorização assumem particular importância. No entanto, a avaliação não pode apenas concentrar-se neste universo de massas de água no que se refere às pressões e programa de medidas, atendendo aos efeitos cumulativos ao longo de toda a bacia hidrográfica. Aliás, o reflexo da gestão que é realizada em toda a bacia internacional pode ser avaliado ao nível das possíveis implicações e efeitos no estuário do Douro, por força da contaminação físico-química, extração de água, regulação de caudais e de caudais sólidos, dado que podem ter efeitos cumulativos desde a nascente. Os estuários constituem áreas sensíveis que carecem de um melhor acompanhamento no que se refere à manutenção das condições ambientais que garantam a sustentabilidade desses importantes ecossistemas.

Como principais problemas transfronteiriços importa salientar a muito elevada taxa de utilização da água na bacia espanhola do Douro, nomeadamente pela intensificação dos regadios, a eutrofização das albufeiras do rio Douro (nacional e internacional), os problemas de contaminação orgânica (por exemplo no rio Tâmega), a contaminação do rio Águeda por atividade mineira e a implementação de caudais ecológicos. A redução das afluições naturais, devido ao elevado grau de regularização existente em toda a bacia internacional é outra questão a salientar.

As afluições provenientes de Espanha, nos aspetos quantitativos e/ou qualitativos são importantes sobretudo no troço do rio Douro internacional, rio Águeda e rio Tâmega na zona de Chaves. Relativamente à quantidade, tornam-se particularmente importantes para a regularização do caudal dos troços portugueses dos rios internacionais, as descargas realizadas pelas barragens espanholas e ainda a captação excessiva de água subterrânea na zona central da bacia do Douro.

Os escoamentos nas sub-bacias da RH3, em ano médio, seco e húmido compreendem as disponibilidades naturais endógenas (nacionais), que ocorreriam numa situação pristina, sem consumos humanos ou alterações de regime de origem antropogénica, somadas com as afluições sobranes que provêm de Espanha (exógenas).

A afluição anual média total disponível na bacia hidrográfica do Douro é de, aproximadamente, 17 023 hm³, sendo 8 023 hm³ gerados pela parte portuguesa da bacia hidrográfica e correspondendo 9 000 hm³ ao escoamento originado na parte espanhola da bacia hidrográfica. Este último corresponde a um escoamento total natural de 11 600 hm³ gerado em Espanha, deduzido dos consumos desse mesmo país na situação atual.

Os principais impactes nas massas de água são:

- Afetação das captações de água para abastecimento público e o uso balnear fluvial;
- Alteração do estado das massas de água, sobretudo devido às pressões de origem pecuária e mineiras junto à fronteira;
- Redução de cerca de 14% das afluições provenientes de Espanha, esperada entre 2015 e 2027, por via do aumento previsível dos regadios, com impactes nomeadamente na atividade de produção hidroelétrica do Douro nacional;
- Atraso na recuperação do estado das massas de água fronteiriças e transfronteiriças;
- Incumprimento de disposições da Convenção de Albufeira no que se refere à quantidade;
- Regime de escoamento mais regular no leito do rio Douro, por via da regularização proporcionada pelas albufeiras espanholas.

O Quadro 2.1 apresenta as principais massas de água afetadas pelas afluições de Espanha na RH3.

Quadro 2.1- Principais massas de água afetadas pelas afluições de Espanha na RH3

Sub-bacia	Código	Designação	Categoria	Zonas protegidas identificadas
Maças	PT03DOU0201	Rio Angueira	Rio	-
Tâmega	PT03DOU0226IA	Rio Tâmega	Rio	APUB / ZS
Tâmega	PT03DOU0226N	Rio Tâmega	Rio	ZS / RN2000
Tâmega	PT03DOU0226NA	Rio Tâmega	Rio	-
Douro	PT03DOU0245	Albufeira de Miranda	Rio	APUB / ZS / RN2000 / RNAP
Douro	PT03DOU0275	Albufeira de Picote	Rio	APUB / RN2000 / RNAP

Sub-bacia	Código	Designação	Categoria	Zonas protegidas identificadas
Douro	PT03DOU0295	Albufeira de Bemposta	Rio	APUB / RN2000 / RNAP
Douro	PT03DOU0328	Albufeira de Aldeadavila	Rio	RN2000 / RNAP
Douro	PT03DOU0371	Albufeira de Pocinho	Rio	APUB / ZS / RN2000 / RNAP
Douro	PT03DOU0415	Albufeira de Saucelhe	Rio	RN2000 / RNAP / ZBAL
Águeda	PT03DOU0475I	Ribeira de Tourões	Rio	ZS / RN2000 / RNAP
Águeda	PT03DOU0475N	Ribeira de Tourões	Rio	ZS
Águeda	PT03DOU0491	Ribeira de Nave de Haver	Rio	ZS / RN2000
Águeda	PT03DOU0502	Ribeira da Lajeosa	Rio	ZS / RN2000

APUB – zonas de captação para abastecimento público;

RN2000 – Rede Natura 2000 (zonas designadas para proteção de *habitats* ou de espécies);

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas;

ZBAL - zonas designadas como águas balneares;

ZS – zonas designadas como zonas sensíveis.

No que respeita ao regime de escoamento para a bacia hidrográfica do rio Douro, a Convenção e o Protocolo Adicional, na sua revisão de 2008, definem a barragem de Miranda, a barragem de Bemposta, a barragem de Saucelle, a estação hidrométrica do rio Águeda e a barragem de Crestuma como as estações de monitorização do regime de caudais e estabelece os valores mínimos de caudal.

A Convenção de Albufeira define ainda valores de precipitação de referência que determinam situações de exceção em que o Estado de montante pode não assegurar o regime de caudais estabelecido. No caso do rio Douro o regime de caudais não se aplica nos períodos em que se verifique que a precipitação de referência na bacia hidrográfica, acumulada desde o início do ano hidrológico (1 de Outubro) até 1 de Julho, é inferior a 65% da precipitação média acumulada da bacia hidrográfica no mesmo período.

Importa salientar a necessidade de reforçar os mecanismos de gestão coordenada, nomeadamente em situação de emergência, ao nível das bacias hidrográficas internacionais, de forma a minimizar, em particular, os efeitos das cheias.

2.1. Pressões qualitativas

As pressões qualitativas responsáveis pela poluição pontual sobre as massas de água relacionam-se genericamente com a rejeição de águas residuais provenientes de diversas atividades, nomeadamente de origem urbana, industrial e pecuária.

As pressões qualitativas responsáveis pela poluição difusa resultam do arrastamento de poluentes naturais e antropogénicos por escoamento superficial até às massas de água superficiais ou por lixiviação até às massas de água subterrâneas. Neste contexto, a poluição difusa pode resultar de:

- Excesso de fertilizantes aplicados em terrenos agrícolas;
- Produtos fitofarmacêuticos aplicados em explorações agrícolas;
- Óleos, gorduras e substâncias tóxicas do escoamento superficial de zonas urbanas;
- Sedimentos de áreas em construção;
- Sais resultantes das práticas de rega e escorrências ácidas de minas abandonadas;

- Microrganismos e nutrientes provenientes da valorização agrícola de efluentes pecuários, de sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais e de sistemas individuais de tratamento;
- Aterros e lixeiras.

Entre os principais impactes resultantes das pressões qualitativas identificadas, referem-se o enriquecimento das águas com nutrientes e a eutrofização, reconhecido como um dos mais importantes problemas da qualidade água. Neste contexto têm vindo a ser adotadas pela Comissão Europeia diversas diretivas para combater a poluição e as suas consequências, salientando-se:

- A Diretiva 91/676/CEE, de 12 de dezembro, relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola;
- A Diretiva 91/271/CEE, de 21 de maio, relativa ao tratamento das águas residuais urbanas;
- A Diretiva 2013/39/EU, de 12 de agosto, relativa às substâncias prioritárias no domínio da política da água e outros poluentes (poluentes específicos) com descargas ou emissões significativas para a massa de água.

Salienta-se ainda que os programas de autocontrolo e de monitorização do meio recetor, definidos nos títulos de utilização dos recursos hídricos para rejeição de águas residuais e reutilização de águas residuais tratadas, referem a obrigatoriedade de realizar as recolhas e as determinações analíticas de acordo com as orientações metodológicas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. A extrapolação do âmbito de aplicação, estabelecido no artigo 2.º do referido diploma legal, às águas residuais, justifica-se pelo facto das rejeições ocorrerem em massas de água superficiais e subterrâneas o que impõe a necessidade de garantir a qualidade analítica e consequentemente a comparabilidade dos resultados obtidos quer nas águas residuais tratadas, quer no meio recetor.

2.1.1. Setor urbano

Nas últimas décadas, o território nacional foi sendo dotado de uma vasta rede de infraestruturas neste domínio (grande parte das quais foi objeto de cofinanciamento comunitário), permitindo melhorar o atendimento do serviço de abastecimento de água e a cobertura dos serviços de saneamento de águas residuais.

No 2º ciclo de planeamento o setor do ciclo urbano acompanha as orientações do “PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais (2014 – 2020)” que estabelece cinco objetivos estratégicos para o setor, nomeadamente, i) a proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água; ii) a melhoria da qualidade dos serviços prestados; iii) a otimização e gestão eficiente dos recursos; iv) a sustentabilidade económico-financeira e social; e v) as condições básicas e transversais, onde se destacam o aumento da informação disponível, a adaptação às alterações climáticas, a prevenção de desastres naturais e riscos, a inovação, entre outros.

A Diretiva Águas Residuais Urbanas (Diretiva 91/271/CE, de 21 de maio) constitui um “pré-requisito” para a concretização dos objetivos ambientais enunciados na DQA/LA, pelo que o seu cumprimento é uma das prioridades para a alocação de verbas comunitárias por parte de Portugal, constando inclusivamente do primeiro objetivo operacional do PENSAAR 2020 – “Cumprimento do normativo”.

2.1.1.1. Águas residuais urbanas

Para a avaliação das pressões pontuais sobre as massas de água com origem em águas residuais urbanas, foram tidas em consideração as ETAR urbanas em funcionamento no ano 2012.

A metodologia utilizada para a determinação das cargas rejeitadas relativas aos parâmetros CQO, CBO₅, P_{total} e N_{total}, baseou-se numa abordagem por níveis, em função do grau de informação disponível. Assim, a determinação das cargas efetuou-se de acordo com os seguintes pressupostos:

- Utilização dos dados reportados no âmbito do programa de autocontrolo estabelecido nos títulos de utilização dos recursos hídricos (TURH);
- Dados provenientes do cálculo da Taxa de Recursos Hídricos (TRH);
- Utilização dos dados PRTR (*"Pollutant Release and Transfer Register"*) nas instalações abrangidas por este regulamento;
- Estimativa de cargas com base em coeficientes teóricos de eficiência de remoção consoante os níveis de tratamento instalados¹.

O Quadro 2.2 e o Quadro 2.3 apresentam as cargas rejeitadas em função do grau de tratamento instalado e do meio recetor.

Quadro 2.2 - Carga rejeitada no meio hídrico por sistemas urbanos de drenagem e tratamento de águas residuais na RH3

Grau de tratamento	Equivalente populacional (e.p.)	ETAR (N.º)	Carga rejeitada (kg/ano)			
			CBO ₅	CQO	P _{total}	N _{total}
Sem tratamento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Preliminar	0	0	0	0	0	0
Primário	2898	14	2716,6	10866,5	532,5	1630,0
Secundário	1455981	563	2493499,0	10302362,0	494078,5	1877456,0
Mais avançado que secundário	821526	28	689209,5	2975418,9	169499,6	558255,9
TOTAL	2280405	605	3185425,1	13288647,4	664110,6	2437341,9

n.d.- Não disponível

Quadro 2.3 - Carga rejeitada no solo por sistemas urbanos de drenagem e tratamento de águas residuais na RH3

Grau de tratamento	Equivalente populacional (e.p.)	ETAR (N.º)	Carga rejeitada (kg/ano)			
			CBO ₅	CQO	P _{total}	N _{total}
Sem tratamento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Preliminar	0	0	0	0	0	0
Primário	7846	79	111687,8	186146,4	4868,4	26490,1
Secundário	100	1	135,8	543,1	26,6	81,5
Mais avançado que secundário	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7946	80	111823,6	186689,5	4895,1	26571,5

n.d.- Não disponível

¹ Tchobanoglous, G.; F. L. Burton; H. D. Stensel (2003). *Wastewater Engineering, Treatment and Reuse. Metcalf & Eddy*. 4th Edition, McGraw Hill Education, 1329 pp. ISBN: 0070418780.

Na RH3 predominam os sistemas de tratamento de grau secundário (93%) com descarga nos recursos hídricos, maioritariamente compatíveis com a dimensão dos aglomerados servidos, os quais se reportam essencialmente às sedes de concelho e núcleos urbanos mais importantes, nalguns casos também servidos por sistemas de tratamento mais exigentes. O tratamento mais exigente reporta-se às instalações implementadas para a cidade do Porto, que descarregam no estuário do Douro e para os aglomerados urbanos que drenam para a bacia do Tâmega e a outras zonas sensíveis.

Quanto aos aglomerados não servidos por sistemas de tratamento, não está quantificada a carga gerada, bem como a localização das aglomerações populacionais por servir.

A Figura 2.3 e a Figura 2.4 apresentam a localização os pontos de rejeição das ETAR na região hidrográfica do Douro e respetivo grau de tratamento instalado.

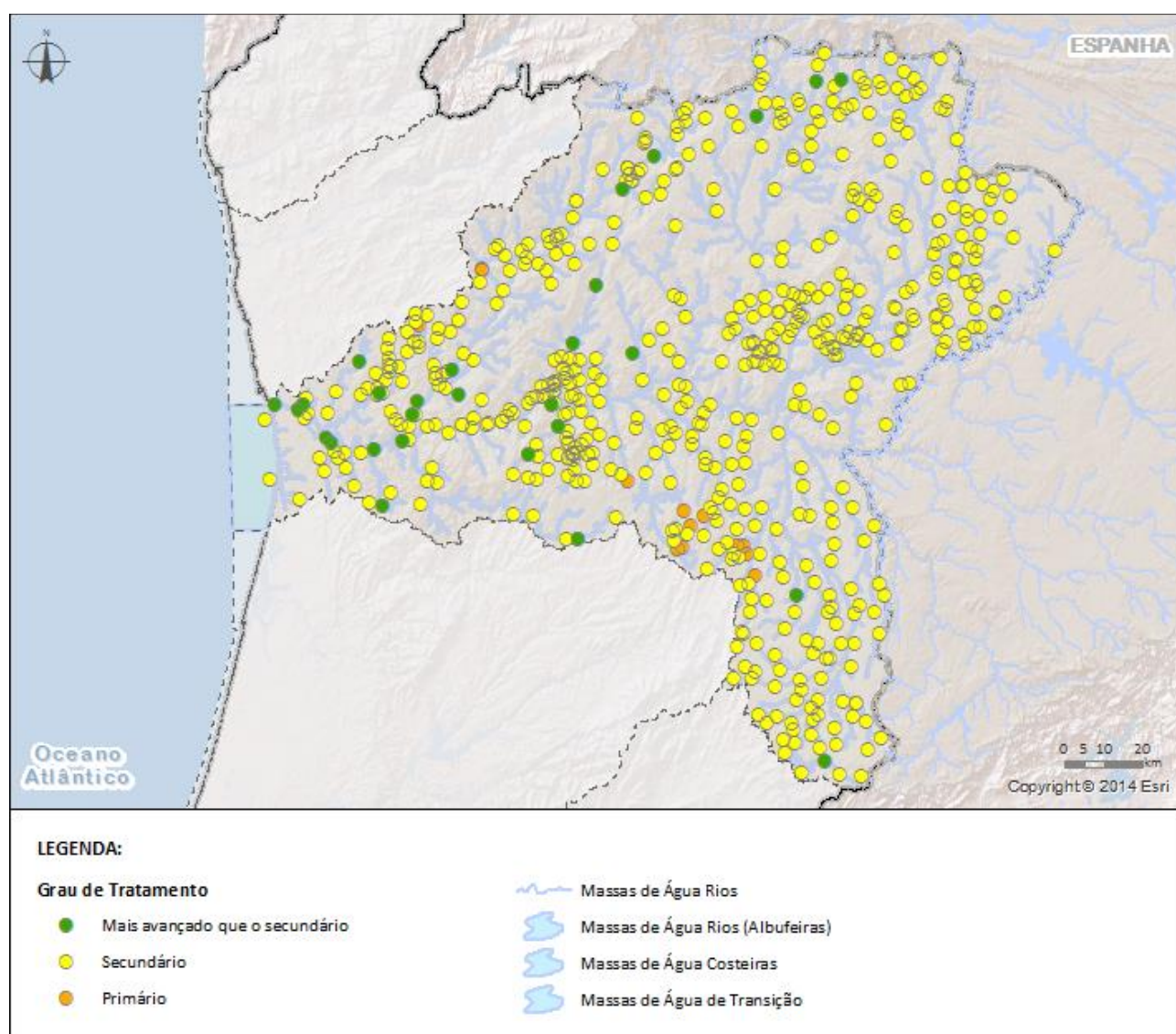


Figura 2.3 - Pontos de descarga no meio hídrico das ETAR urbanas na RH3

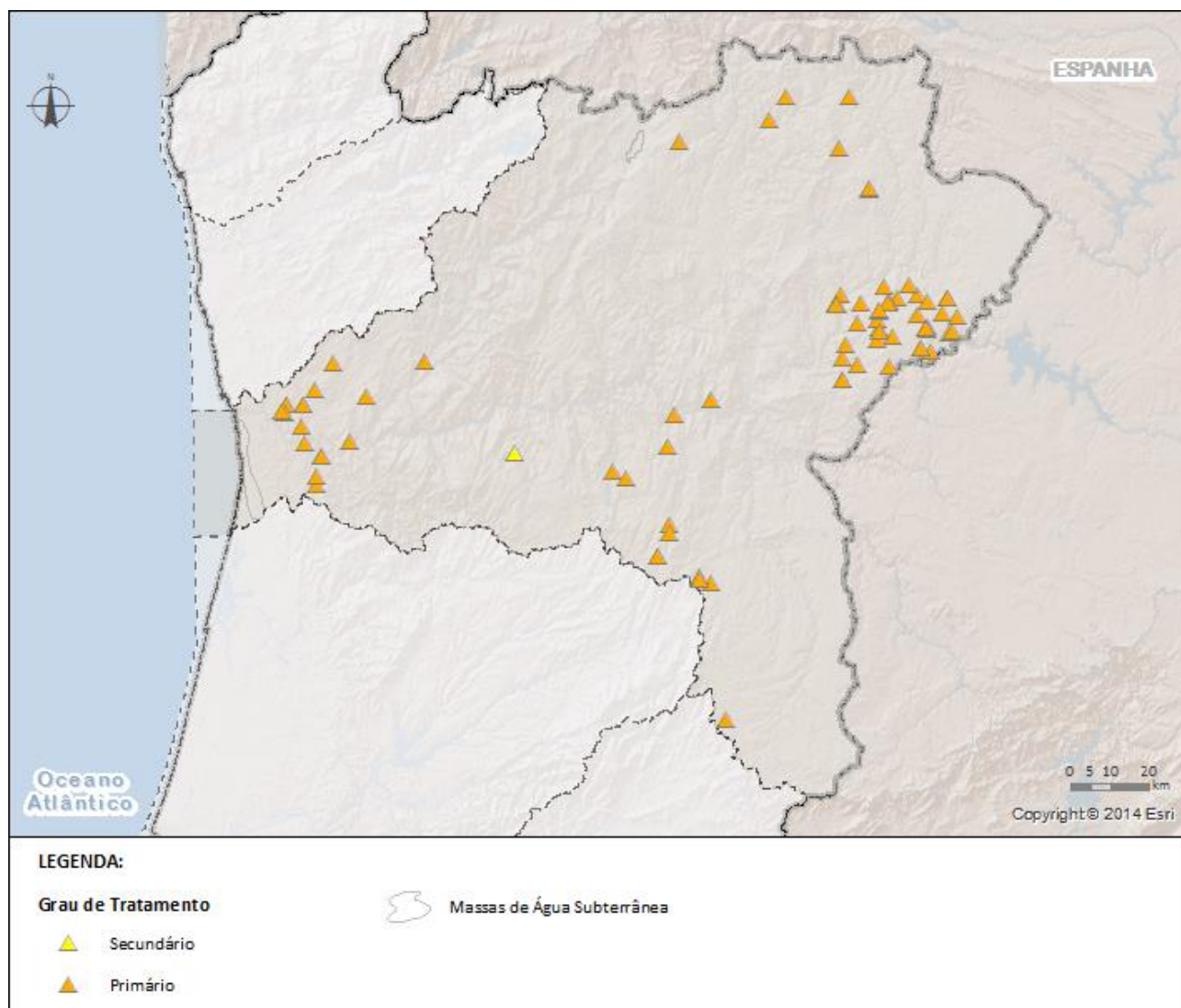


Figura 2.4 - Pontos de descarga no solo das ETAR urbanas na RH3

Na RH3 a maior concentração de ETAR localiza-se no troço final da bacia do Douro (abrangendo os concelhos do Porto, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Valongo), no eixo Paredes – Penafiel – Paços de Ferreira – Lousada (bacia do Sousa e Ferreira) e no eixo Vila Real – Régua – Lamego, assim como na sub-bacia do Tâmega.

O mapa da Figura 2.5 representa os sistemas urbanos de drenagem e tratamento por classe de dimensionamento, referente à população máxima servida em horizonte de projeto.

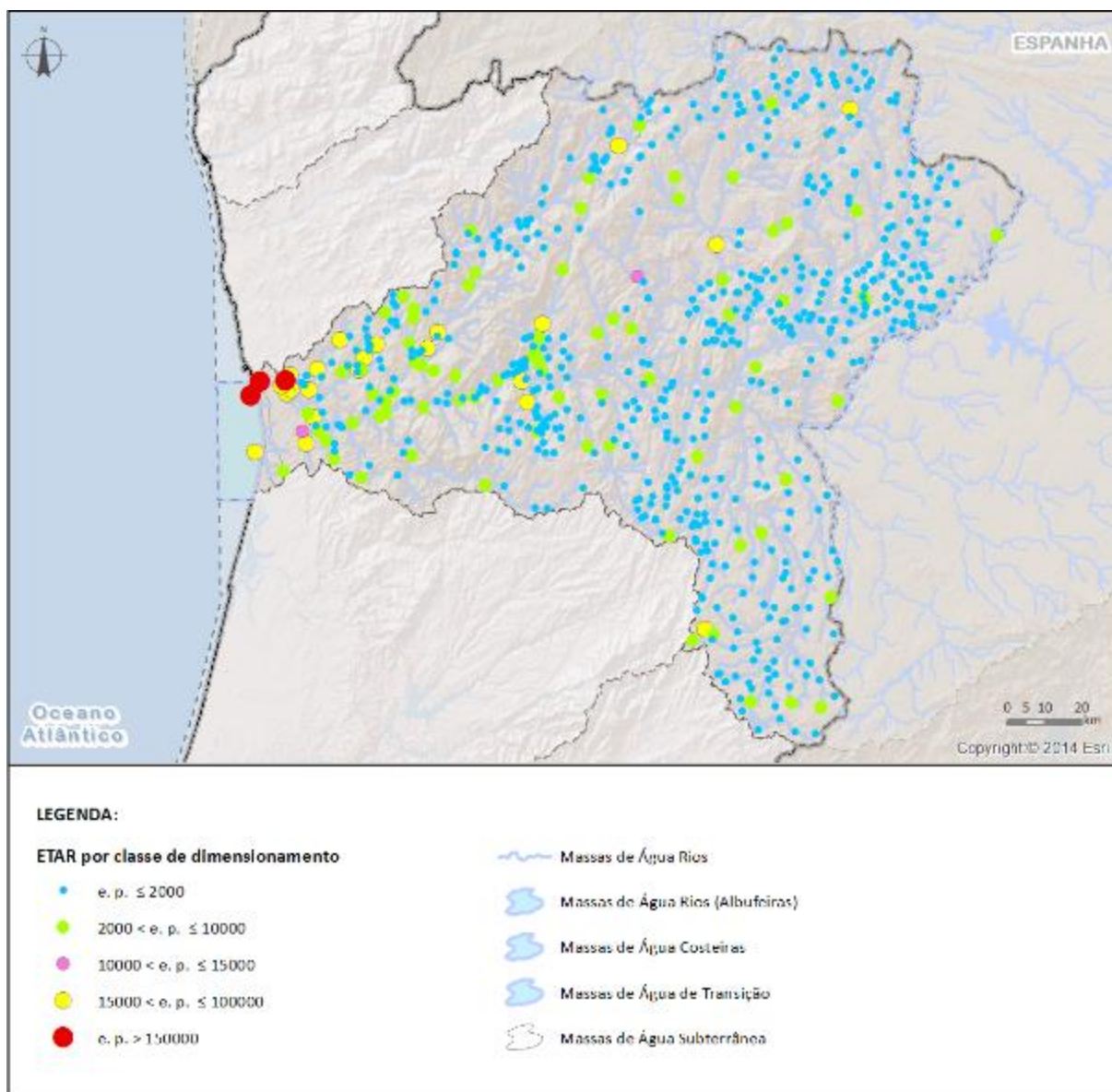


Figura 2.5 - ETAR por classe de dimensionamento na RH3

De acordo com este critério, verifica-se que na classe acima dos 150 mil e.p. existem 3 ETAR, sendo duas na cidade do Porto (Freixo e Sobreiras) e a outra que serve a orla litoral de Vila Nova de Gaia. No patamar de 15 000 a 100 000 e.p. salientam-se as seguintes ETAR:

- Vila Nova de Gaia – Areinho e Crestuma - Lever (na bacia do Douro que inclui a sub-bacia do Feibros);
- Espinho (com rejeição no Oceano Atlântico);
- Gondomar - Meiral e Gramido (na bacia do Douro);
- Valongo – Campo (na bacia do Douro) e Ermesinde (na bacia do Leça);
- Paços de Ferreira – Arreigada (na bacia do Douro);
- Paredes – Baltar (na bacia do Douro);
- Penafiel (na bacia do Douro);
- Amarante (na bacia do Tâmega);

- Chaves (na bacia do Tâmega).

O Quadro 2.4 apresenta a carga rejeitada por categoria de massas de água na RH3.

Quadro 2.4- Carga rejeitada pelos sistemas urbanos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas por categoria de massas de água RH3

Categoria de massa de água		Carga rejeitada (kg/ano)			
		CBO ₅	CQO	P _{total}	N _{total}
Superficiais	Rios	2524950,7	10189638,0	521298,5	1598097,4
	Rios (albufeiras)	210625,8	842503,2	41282,7	126375,5
	Águas de transição	269013,5	1173972,6	58477,6	222100,7
	Águas costeiras	180835,1	1082533,6	43051,8	490768,4
Subterrâneas		111823,6	186689,5	4895,1	26571,5
TOTAL		3297248,7	13475336,9	669005,6	2463913,4

Na RH3 cerca de 74,5% da carga total (CBO₅ + CQO + P_{total} + N_{total}) é rejeitada nas massas de água da categoria rios, seguindo-se o estuário do Douro (massa de água de transição) com cerca de 8,7%. Quanto às águas costeiras (9%), as descargas referem-se à bacia atlântica do sistema de Vila Nova de Gaia e à descarga do sistema de Espinho, que abrange ainda parte dos municípios de Ovar e Santa Maria da Feira.

2.1.1.2. Águas residuais domésticas

A rejeição de águas residuais domésticas no solo só é admissível em situações particulares e na impossibilidade de ligação à rede pública (n.º 4 do artigo 48º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio). Estes sistemas devem contemplar obrigatoriamente um órgão de tratamento que promova a remoção de alguma carga orgânica, seguido de um órgão a jusante para infiltração das águas residuais no solo.

Neste sentido, considera-se que a rejeição no solo de águas residuais provenientes de habitações (≤ 10 habitantes) e de pequenas unidades isoladas (atividade industrial, de comércio e serviços e de unidades hoteleiras com características predominantemente domésticas - cantinas, balneários, instalações sanitárias) com um sistema autónomo de tratamento, não tem impacto significativo desde que não incida sobre os recursos hídricos (cfr. n.º 3 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto), nomeadamente em zonas de elevada vulnerabilidade hidrogeológica (zonas de máxima infiltração), no perímetro de proteção das captações públicas e em zonas suscetíveis à poluição difusa.

2.1.1.3. Aterros e lixeiras

Na RH3 existem 11 aterros, 9 dos quais em funcionamento e 2 encerrados. Deste universo, os aterros sanitários de Codessoso (Celorico de Basto), do Alto Tâmega, de Bigorne e de Mirandela são instalações abrangidas pelo regime PCIP e rejeitam os lixiviados após tratamento no meio hídrico. Os lixiviados dos restantes aterros são encaminhados para sistemas públicos de tratamento de águas residuais.

As cargas rejeitadas pelos 4 aterros PCIP são apresentadas no Quadro 2.6 do item 2.1.2.1.

No que diz respeito às lixeiras encerradas e seladas foram identificadas 70, sendo que apenas 4 têm monitorização com piezómetros.

A localização dos aterros (em exploração e encerrados) e das lixeiras (seladas e encerradas) é apresentada no mapa da Figura 2.6.

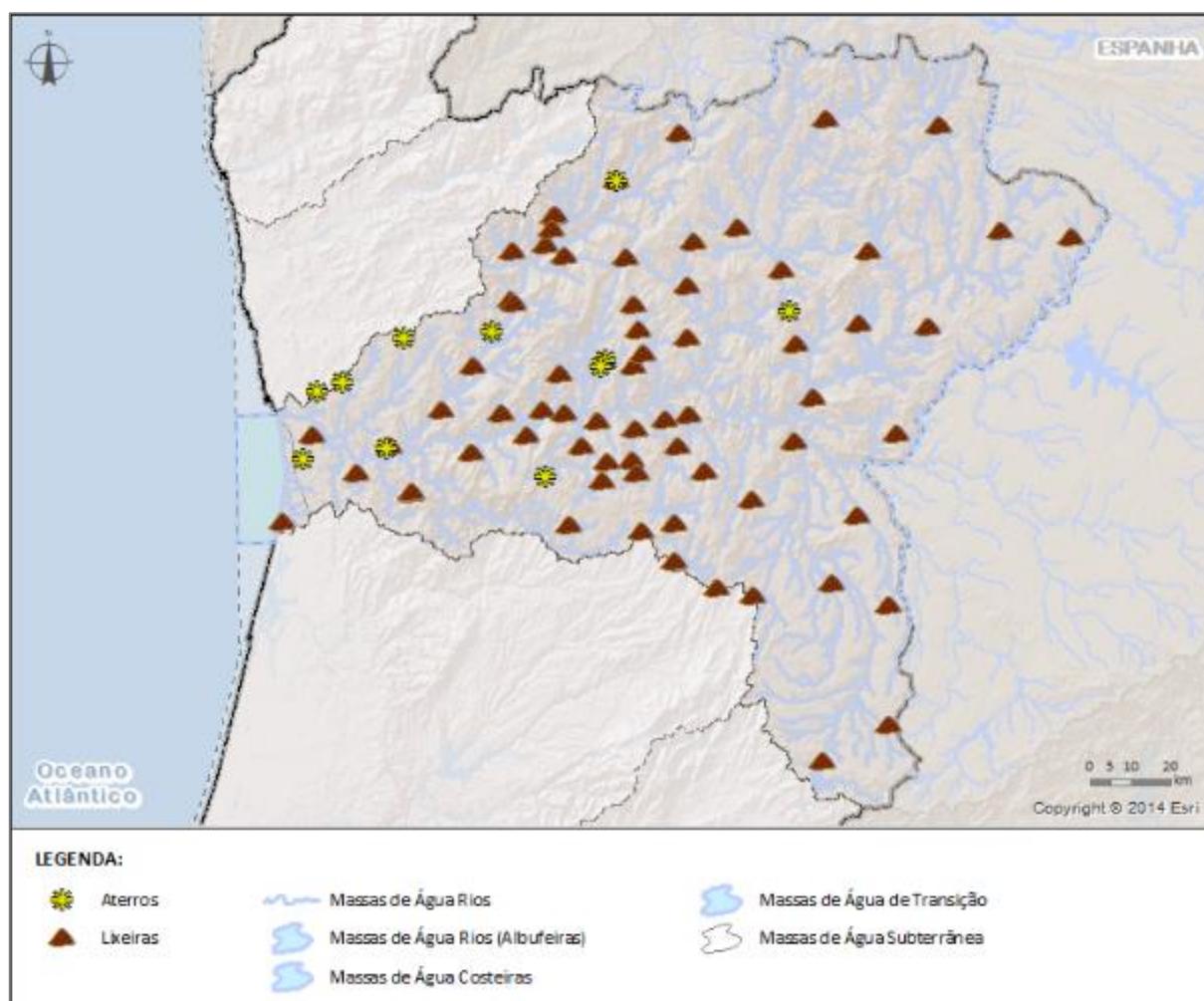


Figura 2.6 - Aterros e lixeiras na RH3

2.1.2. Setor industrial

A promoção da reutilização de água na indústria ocorre quer por imperativos legais (caso das instalações abrangidas pela legislação PCIP onde muitos dos *BREF - Best Available Technologies (BAT) REference* - identificam como melhores tecnologias disponíveis, em muitos setores, medidas de reutilização e poupança de água), quer por questões económicas ou de consciencialização ambiental. Os custos associados ao tratamento complementar das águas residuais para usos compatíveis, associados à reduzida procura das mesmas, têm sido apontados como fatores limitativos à reutilização das águas residuais tratadas.

A avaliação das pressões com origem na atividade industrial teve por base o grau de risco potencial inerente à exploração dos estabelecimentos industriais, para a saúde humana e para o ambiente, em particular para os recursos hídricos. Assim, agruparam-se num único capítulo as instalações com maior risco potencial, independentemente do setor de atividade, sendo que os restantes estabelecimentos apresentam-se por setor de atividade nos capítulos subsequentes.

2.1.2.1. Instalações abrangidas pelo regime PCIP - Prevenção e Controlo Integrado de Poluição

O Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 agosto, estabelece o regime de emissões industriais aplicável à Prevenção e ao Controlo Integrados da Poluição (PCIP), bem como as regras destinadas a evitar e/ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, a fim de alcançar um elevado nível de proteção do ambiente no seu todo. Este diploma transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro, relativa às emissões industriais.

A abordagem utilizada para caracterizar as pressões provenientes das unidades abrangidas pela legislação PCIP contempla a distribuição espacial destas instalações, que pelas suas características podem constituir potenciais pressões relevantes nos recursos hídricos, bem como o cálculo das cargas rejeitadas, tendo por base a seguinte informação:

- Dados PRTR das instalações abrangidas por este regulamento;
- Dados provenientes dos programas de autocontrolo definidos nas licenças de rejeição de águas residuais;
- Dados provenientes do cálculo da TRH.

O Quadro 2.5 apresenta o número de instalações abrangidas pelo regime PCIP por tipo de atividade, existentes na RH3 até 31 de dezembro de 2012.

Quadro 2.5 - Instalações PCIP na RH3

Tipo de atividade	Instalações com licença ambiental (N.º)
Aterros de Resíduos Urbanos	9
Aves e Ovos	1
Cerâmica	1
Fundições não ferrosos (Fusão)	3
Galvanização a quente	1
Matérias-primas vegetais	6
Papel	6
Produção de energia	1
Tratamento de superfície (com solventes orgânicos)	2
Tratamento de superfície (processo eletrolítico ou químico)	9
Vidro	1
TOTAL	40

As atividades industriais mais representativas na RH3 dizem respeito a aterros de resíduos urbanos e ao tratamento de superfície (processo eletrolítico ou químico), o que representa no conjunto cerca de 45% do total. A grande maioria das instalações PCIP localiza-se nos municípios abrangidos pela área Metropolitana do Porto, em particular nos concelhos de Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira.

O Quadro 2.6 apresenta a carga rejeitada (CQO, CBO₅, matéria oxidável, P_{total} e N_{total}) pelas instalações PCIP que têm TURH para rejeição de águas residuais, necessários à exploração da instalação.

Quadro 2.6 - Carga rejeitada pelas instalações PCIP na RH3

Tipo de atividade	Carga rejeitada (kg/ano)				
	CBO ₅	CQO	Matéria oxidável	P _{total}	N _{total}
Aterros de Resíduos Urbanos ⁽¹⁾	381,98	1316,96	1091,64	148,07	1439,50
Produção de energia	329,40	3824,40	1494,38	42,06	1629,30
Vidro	271,84	765,79	436,48	22,89	158,21
TOTAL ⁽¹⁾	983,22	5907,15	3022,5	213,02	3227,01

(1) Não inclui as cargas de CBO₅ e CQO rejeitadas pelos aterros de Mirandela e Celorico de Basto

Do universo de 40 instalações PCIP, seis têm título de utilização dos recursos hídricos para rejeição de águas residuais (Figura 2.7), sendo que a mais significativa em termos de carga rejeitada é a Termoelétrica da Turbogás (Tapada do Outeiro).

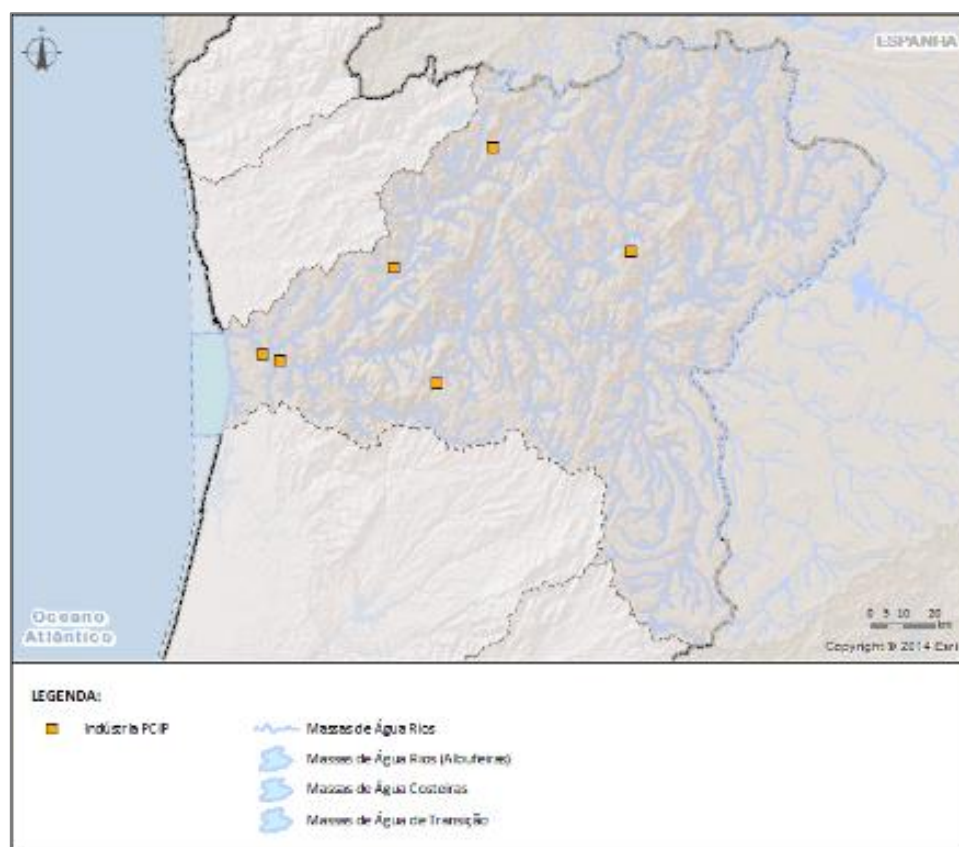


Figura 2.7 - Instalações PCIP com rejeição no meio hídrico na RH3

2.1.2.2. Indústria transformadora

A indústria transformadora tem um papel importante no tecido industrial português, abrangendo contudo atividades potencialmente nefastas para o ambiente, em particular para os recursos hídricos.

A caracterização das pressões com origem na indústria transformadora contempla as seguintes atividades industriais:

- Fabricação de têxteis;
- Indústria do couro e dos produtos do couro;
- Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário;
- Fabricação de obras de cestaria e de espartaria;
- Impressão e reprodução de suportes gravados;
- Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos;
- Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas;
- Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (metalomecânica);
- Fabricação de mobiliário e de colchões;
- Recolha, tratamento e eliminação de resíduos - valorização de materiais;
- Outras indústrias transformadoras.

A metodologia adotada para a avaliação das cargas poluentes oriundas na indústria transformadora baseia-se na informação utilizada no âmbito do PRTR, para as instalações abrangidas por este regulamento, e no cálculo da TRH. Salienta-se que as cargas provenientes das instalações que se encontram ligadas aos sistemas públicos e as provenientes de instalações PCIP não são contabilizadas neste item, uma vez que já estão integradas, respetivamente, nos sistemas urbanos e nas instalações abrangidas pelo regime PCIP.

O Quadro 2.7 apresenta as cargas rejeitadas por tipo de atividade integrada na indústria transformadora.

Quadro 2.7 - Carga rejeitada pela indústria transformadora na RH3

Tipo de atividade		Carga rejeitada (kg/ano)			
CAE	Designação	CBO ₅	CQO	P _{total}	N _{total}
13	Fabricação de têxteis	2242,18	10219,89	132,88	370,88
15	Indústria do couro e dos produtos do couro	816,29	1632,58	63,36	95,04
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	137,92	546,84	2,01	90,89
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	588,50	2390,07	121,45	149,73
25	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (Metalomecânica)	0,0522	0,2108	0,0005	0,0084
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	6,46	52,34	2,87	35,81
32	Outras indústrias transformadoras	162,98	701,71	24,69	86,20
38	Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	150,69	478,85	3,53	38,87
TOTAL		4105,07	16022,48	350,78	867,43

A CAE 13 – “Fabricação de têxteis” constitui a indústria responsável pela maior carga poluente rejeitada, com valores de 55%, 64%, 38% e 43%, respetivamente para as cargas de CBO₅, CQO, P_{total} e N_{total}. Do universo das indústrias transformadoras na RH3 destaca-se ainda a CAE 15 – “Indústria do couro e dos produtos do couro”, que apresenta valores de 20%, 10%, 18% e 11%, para os parâmetros CBO₅, CQO, P_{total} e N_{total}, respetivamente.

2.1.2.3. Indústria alimentar e do vinho

A caracterização das pressões com origem na indústria alimentar e do vinho contempla as seguintes atividades industriais:

- Produção de azeite;

- Indústria do vinho;
- Indústrias do leite e derivados;
- Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne;
- Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas;
- Indústria das bebidas.

No que diz respeito às indústrias do leite e derivados e a outras indústrias agroalimentares, nas quais se incluem o abate de animais, a preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne e a preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas, o critério utilizado consistiu em contabilizar os estabelecimentos em laboração e as respetivas cargas utilizadas no cálculo da TRH. Relativamente à produção de azeite e de vinho, os dados utilizados resultam também do cálculo da TRH.

Salienta-se que as cargas provenientes das instalações que se encontram ligadas aos sistemas públicos e as provenientes de instalações PCIP não são contabilizadas neste item, uma vez que já estão integradas, respetivamente, nos sistemas urbanos e nas instalações abrangidas pelo regime PCIP.

O Quadro 2.8 apresenta a carga rejeitada por tipo de atividade integrada na indústria alimentar e do vinho.

Quadro 2.8 - Carga rejeitada pela indústria alimentar e do vinho na RH3

Tipo de atividade		Carga rejeitada (kg/ano)			
CAE	Designação	CBO ₅	CQO	P _{total}	N _{total}
10412	Produção de azeite	836,00	1 672,00	20,90	167,20
1102	Indústria do vinho	14888,08	35102,38	327,12	1241,67
10510	Indústrias do leite e derivados	873,81	2 903,96	210,88	357,66
101	Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	17643,19	45309,46	2007,23	12113,43
103	Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas	6984,75	13969,50	18,62	232,82
110	Indústria de bebidas	3840,04	6993,58	100,26	278,48
TOTAL		45065,87	105950,88	2685,01	1036,16

A atividade mais expressiva em termos de cargas rejeitadas na RH3 diz respeito à produção de vinho, com particular incidência na Região Demarcada do Douro, onde se localizam os principais produtores e exportadores de Vinho do Porto e adegas cooperativas. De referir ainda que a indústria de abate de animais e transformação de carne tem também uma expressão relevante, encontrando-se dispersa no interior da região de Trás-os-Montes, com particular incidência no Nordeste Transmontano e na Terra Quente.

2.1.2.4. Aquicultura

A aquicultura consiste na criação ou cultura de organismos aquáticos mediante a aplicação de técnicas concebidas para aumentar a produção dos organismos em causa, para além das capacidades naturais do meio. Incluem-se também as designadas culturas biogenéticas a que se referem a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

A metodologia utilizada para cálculo das cargas rejeitadas baseia-se na informação utilizada para o cálculo da TRH.

O Quadro 2.9 apresenta a carga rejeitada pelas explorações aquícolas em atividade na RH3 para o ano 2012.

Quadro 2.9 - Carga rejeitada pelas explorações aquícolas na RH3

Tipo de exploração	Instalações (N.º)	Carga rejeitada (kg/ano)			
		CBO ₅	CQO	P _{total}	N _{total}
Intensivo	1	6296,25	12592,50	839,50	3358,00
Semi-intensivo	1	96,00	192,00	32,00	96,00
Extensivo	0	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2	6392,25	12784,50	871,50	3454,00

Na RH3 existem 12 aquiculturas essencialmente para produção de salmonídeos, sendo algumas de pequena dimensão e extensivas. Das duas instalações para as quais foram apuradas as cargas rejeitadas, a mais significativa refere-se à truticultura do Tuela.

2.1.2.5. Indústria extrativa

As explorações mineiras exigem um acompanhamento técnico, uma atualização tecnológica constante e um desenvolvimento controlado, de modo a mitigar os possíveis perigos para o meio envolvente. Um dos principais perigos é a existência de concentrações elevadas de elementos químicos de reconhecida ecotoxicidade e perigosidade em termos ambientais, que revelam a necessidade de uma investigação mais aprofundada para uma adequada monitorização e tomada de decisão relativamente à aplicação de medidas mitigadoras. O modo de exploração e as características dos resíduos rejeitados constituem, em princípio, um fator de agressividade para o ambiente, o que implica que a exploração das minas seja realizada de forma controlada, respeitando as diversas componentes ambientais potencialmente afetáveis, de modo a garantir uma minimização dos potenciais impactos negativos desta atividade produtiva.

A inventariação da pressão potencial com origem na indústria extrativa baseia-se na informação da Direção Geral de Energia e Geologia e da Empresa de Desenvolvimento Mineiro para o ano 2010.

O Quadro 2.10 apresenta o número de concessões mineiras em exploração e a área total ocupada na RH3.

Quadro 2.10 - Número concessões mineiras em exploração e a área total ocupada na RH3

Concessões (N.º)	Área total (km²)
37	83,102

A concessão de Caulinos da Vista Alegre ocupa uma pequena área na RH3 estando a maioria da concessão inserida na RH4, pelo se excluiu esta área tendo em conta a reduzida representatividade face à área total da concessão.

O mapa da Figura 2.8 apresenta a localização das concessões mineiras em exploração na RH3.

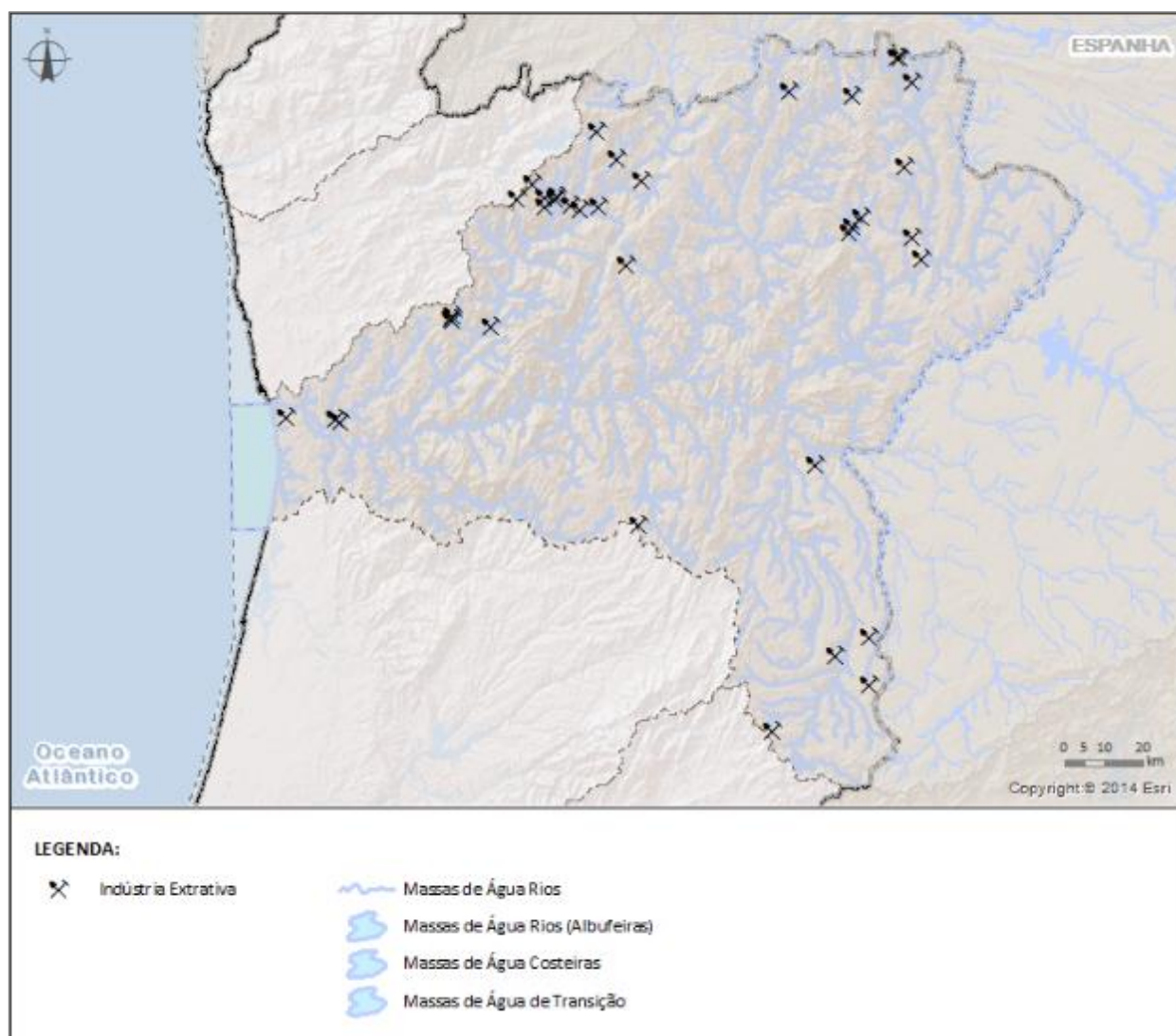


Figura 2.8 - Concessões mineiras em exploração na RH3

Na RH3 predominam as explorações de quartzo e feldspato e também de talco, especialmente na região de Vinhais, Bragança e Macedo de Cavaleiros.

A poluição por áreas mineiras abandonadas, sem qualquer controlo, foi até recentemente, um dos problemas relevantes em termos de riscos de poluição. Atualmente estão em curso uma série de programas de requalificação ambiental de áreas mineiras abandonadas a cargo da Empresa de Desenvolvimento Mineiro.

O Quadro 2.11 apresenta as áreas mineiras abandonadas com recuperação ambiental concluída e o Quadro 2.12 as minas cujos programas de recuperação se encontram em curso na RH3.

Quadro 2.11 - Antigas explorações mineiras degradadas com recuperação ambiental concluída na RH3

Área mineira	Concelho	Natureza da intervenção	Ano de conclusão
Jales	Vila Pouca de Aguiar	Recuperação Ambiental da Escobreira da Mina de Jales	2003
		Instalação de Tratamento de Efluentes de Fundo de Mina	2006
Argoselo	Vimioso	Confinamento, Impermeabilização, Drenagens e Vedação	2007

Área mineira	Concelho	Natureza da intervenção	Ano de conclusão
		de Fundo de Mina	
		Instalação de Tratamento de Efluentes de Fundo de Mina	2007
Montesinho	Bragança	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Montesinho	2007
Freixeda	Mirandela	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Freixeda	2007
Murçós	Macedo de Cavaleiros	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Murçós	2007
Ribeira	Bragança	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Ribeira	2007
Fonte Santa	Freixo de Espada-à-Cinta	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Fonte Santa	2007
Terramonte	Castelo de Paiva	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Terramonte	2008

Quadro 2.12 - Antigas explorações mineiras degradadas com recuperação ambiental em curso na RH3

Área mineira	Concelho	Natureza da intervenção	Ano de início
Senhora das Fontes	Guarda	Remediação Ambiental da Área Mineira de Senhora das Fontes	2010-2011
Adoria	Ribeira de Pena	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Adoria	S/ data
Almendreiças	Vila Nova de Foz Côa	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Almendreiças	2010
Alto da Figueira	Amarante	Recuperação Ambiental da Área Mineira do Alto da Figueira	2005
Alto do Sião	Vila Real	Recuperação Ambiental da Área Mineira do Alto do Sião	2005
Banjas	Gondomar	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Banjas	S/ data
Barca de Alva	Freixo de Espada-à-Cinta	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Barca de Alva	2010
Bessa	Montalegre	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Bessa	S/ data
Brunhosinho	Mogadouro	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Mogadouro	2010
Costa do Marão	Santa Marta de Penaguião	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Costa do Marão	2008
França	Bragança	Recuperação Ambiental da Área Mineira de França	S/ data
Freixo de Numão	Vila Nova de Foz Côa	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Freixo de Numão	2010
Guadramil	Bragança	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Guadramil	2010
Moncorvo	Torre de Moncorvo	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Moncorvo	S/ data
Muro	Arouca	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Muro	2010
Ordes	Amarante	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Ordes	S/ data
Penedono (Sto. António)	Penedono	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Penedono	S/ data
Poço das Freitas	Boticas	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Poço das Freitas	S/ data
Ramalhosa	Amarante	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Ramalhosa	2011
Rio Silos	Bragança	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Rio Silos	2010
São Martinho de Angueira	Miranda do Douro	Recuperação Ambiental da Área Mineira de São Martinho de Angueira	2009
São Pedro da Cova	Gondomar	Recuperação Ambiental da Área Mineira de São Pedro da Cova	S/ data

Área mineira	Concelho	Natureza da intervenção	Ano de início
Santa Leocádia	Tabuaço	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Santa Leocádia	2011
Tarouca	Tarouca	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Tarouca	2010
Torrão Moita	Vila Nova de Foz Côa	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Torrão Moita	2010
Três Minas	Vila Pouca de Aguiar	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Três Minas	S/ data
Tuela	Vinhais	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Tuela	S/ data
Vale das Gatas	Sabrosa	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Vale das Gatas	2011
Vieiros	Amarante	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Vieiros	S/ data

As antigas explorações mineiras situadas na RH3 destinavam-se predominantemente à exploração de volfrâmio e estanho, existindo também um número significativo de explorações de ouro e de ferro. O Quadro 2.13 apresenta as cargas rejeitadas pela indústria extrativa (pedreiras) na RH3.

Quadro 2.13 - Carga rejeitada pela indústria extrativa na RH3

Tipo de atividade		Carga rejeitada (kg/ano)			
CAE	Designação	CBO ₅	CQO	P _{total}	N _{total}
08	Outras indústrias extrativas	623,72	6281,04	90,28	137,96

2.1.2.6. Instalações portuárias

De uma forma geral as atividades desenvolvidas nas instalações portuárias compreendem, nomeadamente:

- Pesca;
- Náutica de recreio;
- Marítimo-Turísticas;
- Industrial e logístico;
- Cais militar;
- Desmantelamento naval;
- Reparação naval;
- Tráfego de mercadorias;
- Tráfego de passageiros;
- Tráfego local.

Atendendo ao risco potencial para as massas de água decorrente das atividades desenvolvidas nas instalações portuárias importa identificar e quantificar estas pressões na RH3. Neste contexto, apresenta-se no Quadro 2.14 o número de portos existentes por massa de água na RH3.

Quadro 2.14 - Infraestruturas portuárias na RH3

Categoria de massa de água	Massa de água	Portos (N.º)
Transição	Douro-WB1	1
	Douro-WB2	4
	Douro-WB3	4 (marinas)
Costeiras	COST1	1
TOTAL		10

As instalações portuárias existentes na RH3 localizam-se essencialmente nas massas de água de transição do rio Douro e encontram-se sob jurisdição da Administração dos Portos do Douro e Leixões. No curso navegável existem ainda outros equipamentos de suporte ao projeto de navegabilidade do Douro, sob tutela do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

O mapa da Figura 2.9 apresenta a localização das infraestruturas portuárias na RH3.

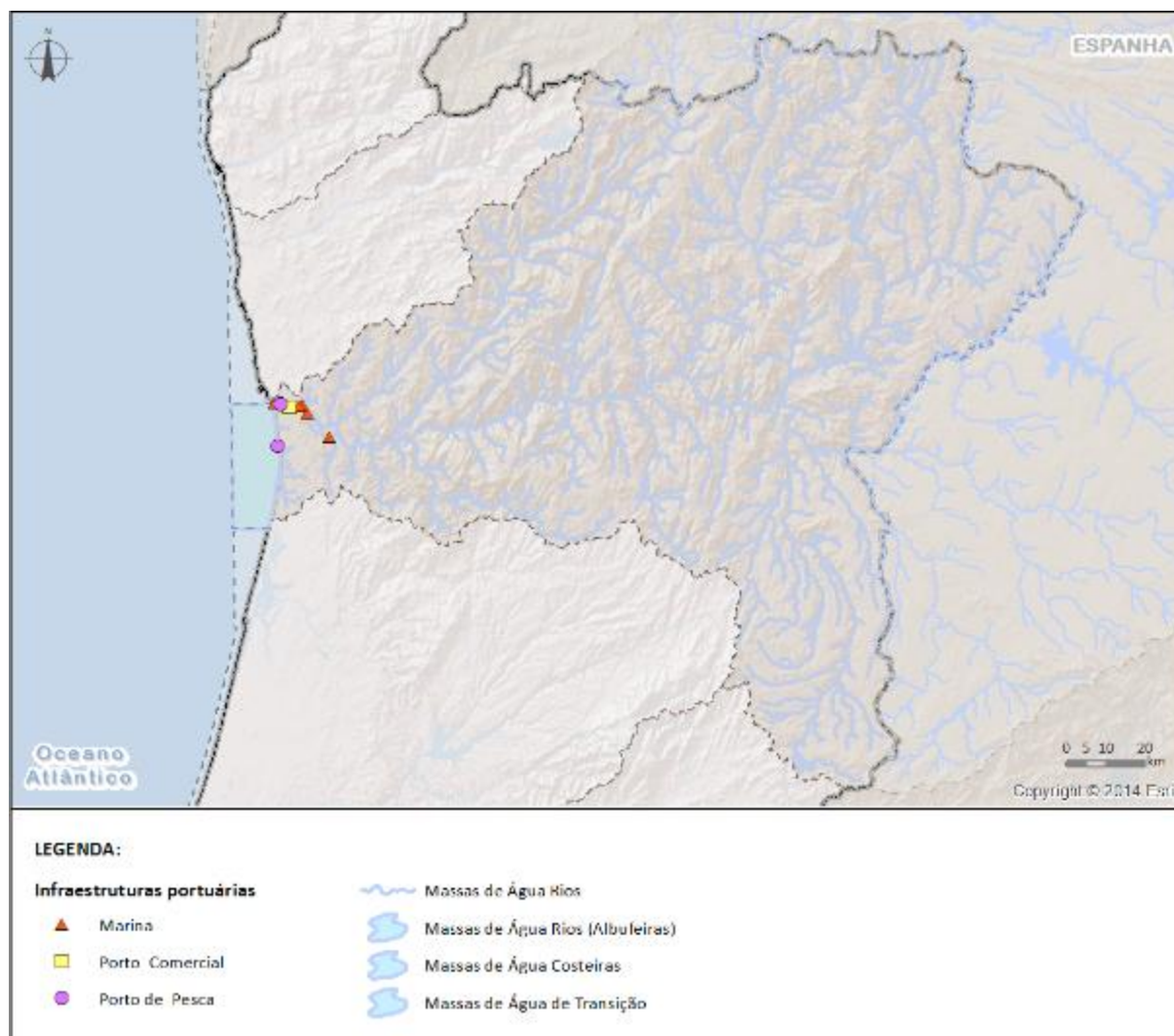


Figura 2.9 - Infraestruturas portuárias na RH3

2.1.3. Passivos ambientais

Os passivos ambientais, locais onde se desenvolveram, no passado, atividades industriais diversas, apresentam-se como fontes pontuais de pressão sobre os recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, por percolação dos contaminantes resultantes da sua laboração ou como resultado de práticas pouco corretas de gestão dos resíduos e águas residuais produzidas, infiltrados no solo e arrastados até às massas de água subterrânea ou lixiviados para as massas de água superficiais.

Embora não seja possível determinar com rigor as cargas contaminantes, considera-se relevante representar a localização desta pressão, uma vez que a lixiviação dos contaminantes presentes no solo para

as águas continuará a ocorrer até à completa remediação de cada um destes locais. Mesmo após o término dessa remediação, poder-se-á justificar uma monitorização como forma de controlo do resultado das intervenções realizadas.

O Quadro 2.15 identifica os passivos ambientais entendidos como prioritários, no âmbito do Documento Enquadrador dos Passivos Ambientais, existentes na RH3.

Quadro 2.15- Identificação dos passivos ambientais na RH3

Identificação	Área total do passivo ambiental (ha)	Tipo de atividade	Município
Escombreiras das antigas minas de São Pedro da Cova	1,55	Deposição de resíduos da indústria transformadora	Gondomar

O passivo das antigas pedreiras de Lourosa está selado e está a ser monitorizado.

A contaminação do solo e a pressão pontual sobre os recursos hídricos, resultantes dos passivos ambientais não relacionados com a indústria extrativa resultam em grande parte da lixiviação de contaminantes (elementos minerais e derivados de hidrocarbonetos) presentes nos resíduos gerados pelas atividades industriais ou de reparação naval, os quais foram depositados nos próprios terrenos dos estabelecimentos. No caso das escombreiras das antigas minas de São Pedro da Cova, os resíduos resultantes foram depositados em local diferente daquele onde foram produzidos.

2.1.4. Setor agropecuário e das pescas

Para a caracterização das pressões associadas à poluição difusa, identificam-se a superfície agrícola utilizada (SAU), os regadios públicos (existentes e previstos), a superfície irrigável, a superfície regada, as explorações pecuárias extensivas e intensivas com valorização agrícola e estimam-se as cargas de azoto e fósforo.

A estimativa da carga poluente de origem difusa gerada em cada uma das zonas de drenagem constitui uma contribuição significativa para o processo de avaliação do estado de cada massa de água, bem como para o estabelecimento de relações entre as pressões e o referido estado, podendo também ser relevante para a aferição dos programas de medidas.

A abordagem metodológica² utilizada para a determinação da estimativa das cargas poluentes de origem difusa tem como base o conceito de taxas de exportação de nutrientes e encontra-se especificada para a agricultura e pecuária nos itens seguintes.

2.1.4.1. Agricultura

Os investimentos em infraestruturas de rega têm contribuído para melhorar a capacidade de armazenamento e distribuição de água, assim como para a promoção e utilização de tecnologias de rega mais eficientes, desempenhando um papel essencial na redução das pressões sobre o ambiente e adaptação às alterações climáticas, o que por sua vez contribui para o reforço da competitividade das explorações agrícolas e das empresas agroalimentares.

² Avaliação das cargas de poluição difusa gerada em Portugal continental – Relatório final, maio de 2015. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

A criação e reabilitação das infraestruturas coletivas de rega têm constituído um papel importante no uso eficiente da água, na criação de fontes de energia renováveis, na preservação dos recursos hídricos subterrâneos, na manutenção dos ecossistemas ribeirinhos e das respetivas funções ambientais, na moderação climática, na conservação do solo e numa maior resiliência aos incêndios florestais.

Superfície agrícola utilizada

A SAU define-se como a superfície da exploração agrícola que inclui terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes. A SAU representa cerca de 40% do território continental, ocupando uma área de 35422 km². O Quadro 2.16 apresenta a área da SAU na RH3 (considerando as áreas da CAOP³), relacionando-a com a área da RH e com a área de SAU no continente.

Quadro 2.16 – Superfície Agrícola Utilizada (SAU) na RH3

Região hidrográfica/continente	Área total (km ²)	Área SAU (km ²)	Área SAU / Área total (%)	Área de SAU na RH/ Área de SAU continente (%)
RH3 (área CAOP)	18857	5703,8	30,2	16,1
Continente	89101	35422,42	39,8	100

Fonte: Dados trabalhados a partir do RA 2009 (INE, 2011)

Na RH3 a percentagem de SAU não é muito elevada, constituindo ainda assim 16% do total de SAL no continente e cerca de 30% em relação à área da RH. Devido ao relevo acidentado, os terrenos com pouca aptidão agrícola são essencialmente ocupado por culturas florestais.

Regadios

Sendo a agricultura uma das principais pressões ao nível da poluição difusa optou-se por recolher a informação disponível sobre os aproveitamentos hidroagrícolas em fase de exploração, construídos pelo Estado, na Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (<http://sir.dgadr.pt/>, DGADR, 2014), assinalando-se aqueles que estão classificados como Obras do Grupo II (obras de interesse regional com elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região).

Apresenta-se no Quadro 2.17 as áreas beneficiadas e regadas dos aproveitamentos hidroagrícolas existentes na RH3.

Quadro 2.17 - Áreas Beneficiadas e Áreas Regadas dos Aproveitamentos Hidroagrícolas na RH3

Aproveitamentos Hidroagrícolas	Área beneficiada (km ²)	Área regada (km ²)	Área regada/ Área beneficiada (%)
Alfaiates	1,35	1,35	100
Alfândega da Fé ⁽¹⁾	5,27	1,96	37
Armamar (Temilobos)	4,75	4,75	100
Camba	3,2	3,2	100
Cerejo	4,7	4,7	100
Chaves ⁽¹⁾	18,80	18,80	100
Crasto	1,10	1,10	100
Curalha	1,20	1,20	100

³ CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal

Aproveitamentos Hidroagrícolas	Área beneficiada (km ²)	Área regada (km ²)	Área regada/ Área beneficiada (%)
Gostei	2,80	2,80	100
Mairos	1,25	1,25	100
Rego do Milho	5,00	5,00	100
Vale Madeiro	3,00	3,00	100
Vermiosa	1,31	1,31	100
Vale da Vilarça ⁽¹⁾	21,06	21,06	100
Prada	1,00	1,00	100
Macedo de Cavaleiros ⁽¹⁾	56,02	32,52	58
Sabugal	1,22	1,22	100

(1) Obra do Grupo II (Obras de interesse regional com elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região).

Na RH3 os grandes regadios em exploração (17) abrangem um total de área regada de aproximadamente 100 km². Os mais significativos são os de Macedo de Cavaleiros (Azibo), de Chaves e do Vale da Vilarça, sendo que este último integra 4 barragens.

O mapa da Figura 2.10 apresenta a localização dos regadios públicos existentes na RH3.

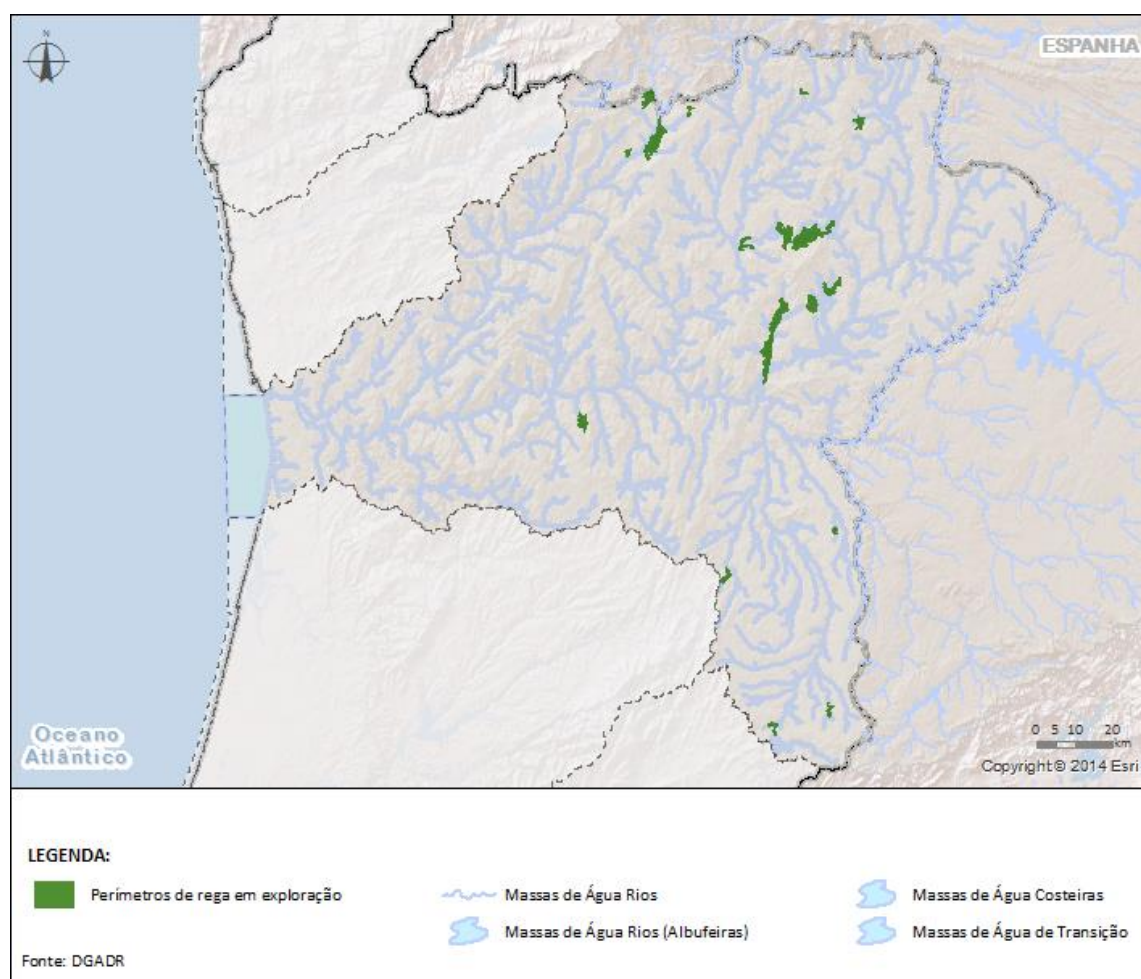


Figura 2.10 - Localização dos regadios públicos existentes na RH3

A maioria dos perímetros de rega situa-se na Terra Quente Transmontana e no Alto Tâmega.

Superfície regada

A superfície regada define-se como a superfície agrícola da exploração ocupada por culturas temporárias principais, culturas permanentes e prados e pastagens permanentes (exclui a horta familiar e as estufas) que foram regadas pelo menos uma vez no ano agrícola.

Para calcular a superfície regada na região hidrográfica, recorreu-se à informação do Recenseamento Agrícola 2009 – RA 2009 (INE, 2011). O Quadro 2.18 apresenta a superfície regada na região hidrográfica e a percentagem dessa superfície face à área total da região.

Quadro 2.18 - Superfície regada na RH3

Região hidrográfica/continente	Área (km²)	Superfície regada	
		(km²)	%
RH3 (área CAOP)	18857	693,26	3,7
Continente	89101	4646,23	5,2

Fonte: Dados trabalhados a partir do RA 2009 (INE, 2011)

O Quadro 2.19 apresenta a relação entre a superfície regada e a superfície agrícola utilizada (SAU) na RH3 e a nível do continente.

Quadro 2.19- Superfície regada e superfície agrícola utilizada (SAU) na RH3

Região hidrográfica/continente	Área SAU (km²)	Área SAU / Área total (%)	Superfície regada (km²)	Superfície regada/ Área SAU (%)
RH3 (área CAOP)	5703,8	30,2	693,26	12,2
Continente	35422,42	39,8	4646,23	13,1

Fonte: Dados trabalhados a partir do RA 2009 (INE, 2011)

Na RH3 as percentagens de área regada e de área regada na área de SAU são, respetivamente, 3,7% e 12,2%, valores ligeiramente inferiores aos valores do continente.

Carga poluente de origem difusa

A metodologia utilizada para estimativa da carga poluente de origem difusa proveniente da agricultura baseia-se na atribuição, a cada uma das classes de uso de solo, de uma capitação correspondente à carga difusa de N e de P que será transportada pelo escoamento superficial com origem na área que drena para cada massa de água ou conjunto de massas de água.

A carga poluente de origem difusa afluente a cada massa de água é obtida pela multiplicação das cargas unitárias pelas áreas parciais de cada categoria de uso do solo de acordo com a seguinte fórmula:

$$CT_i = \sum (C_{ij} \times A_j)$$

em que :

CT_i - carga total do poluente i afluente à secção de referência por unidade de tempo;

Cij - carga do poluente i por unidade de área e de tempo na categoria de solo j (taxa de exportação);

Aj - área de uso do solo da categoria j.

A identificação e distribuição espacial das classes de uso do solo existentes na área de estudo foram determinadas através da carta de uso do solo Corine 2006 (Corine Land Cover 2006), o que permitiu, com o recurso a um sistema de informação geográfica definir a percentagem de cada uma das classes de uso do solo, relativamente à área de drenagem, para cada massa de água.

O Quadro 2.20 apresenta as classes de uso do solo que definem as áreas agrícolas e florestais existentes em Portugal continental, de acordo com a CLC2006. Estas áreas perfazem aproximadamente 94.8% da área total de Portugal continental. Apresenta ainda as classes de uso do solo obtidas após o processo de agregação e as correspondentes taxas de exportação para as águas superficiais consideradas na análise realizada. No mesmo Quadro pode também observar-se a contribuição relativa de cada classe de uso do solo para a área total de Portugal continental, de entre as quais se destacam as classes correspondentes a florestas e a áreas agrícolas heterogéneas, perfazendo estas um total de 73.5% da área total.

No caso das águas subterrâneas assumiu-se que atingem estas massas de água o equivalente a 70% da carga de N e 20% da carga de P exportada para as massas de água superficiais, efetuando-se a afetação tendo em conta a ocupação do solo em cada massa de água. Nas massas de água subterrâneas sobrepostas, considerou-se apenas a área aflorante.

Quadro 2.20 - Classes de uso do solo obtidas após agregação e as correspondentes taxas de exportação de N e de P

Classes de uso do solo CLC2006		Classes de uso do solo após agregação	
141	Espaços verdes urbanos		Áreas agrícolas com culturas temporárias
211	Culturas temporárias de sequeiro		Áreas agrícolas com culturas permanentes
212	Culturas temporárias de regadio		Florestas
213	Arrozais		Pastagens permanentes
221	Vinhas		Áreas agrícolas heterogéneas
222	Pomares		
223	Olivais		
231	Pastagens permanentes		
% da área total de Portugal continental			
241	Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes		14.1
242	Sistemas culturais e parcelares complexos		6.7
243	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais		47.3
244	Sistemas agro-florestais		0.5
311	Florestas de folhosas		26.2
312	Florestas de resinosas		
313	Florestas mistas		
321	Vegetação herbácea natural		
322	Matos		
323	Vegetação esclerófila		
324	Florestas abertas, cortes e novas plantações		
333	Vegetação esparsa		
Total			94.8
Taxas de exportação⁽¹⁾			
	N total kg/ha/ano	P total kg/ha/ano	
	5.00	1.00	
	2.70	0.30	
	2.00	0.05	
	1.50	0.90	
	3.85	0.65	

(1) Avaliação das cargas de poluição difusa gerada em Portugal continental – Relatório final, maio de 2015. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

O Quadro 2.21 apresenta os resultados da estimativa efetuada para a agricultura.

Quadro 2.21 – Estimativa da carga de origem difusa proveniente da agricultura na RH3

Massas de água	Carga estimada (kg/ano)	
	P _{total}	N _{total}
Superficiais	616472,37	5199184,03
Subterrâneas	123762,40	3649314,09
TOTAL	740234,77	8848498,12

2.1.4.2. Pecuária

O setor da pecuária é responsável pela produção de efluentes pecuários que, por conterem azoto e fósforo, podem constituir uma importante fonte de poluição, tanto pontual (se ocorrerem descargas no solo ou nas águas superficiais) como difusa (se os efluentes pecuários forem aplicados nos solos agrícolas de forma menos adequada). A matéria orgânica e os nutrientes veiculados pelos efluentes pecuários podem conduzir à deterioração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, devido às descargas ou transporte das cargas poluentes elevadas, que podem provocar alterações nas características organoléticas da água, o enriquecimento em nutrientes e a eutrofização dos meios recetores. Além disso, a matéria orgânica excretada pode conter microrganismos patogénicos.

Em 2009, no âmbito do Recenseamento Agrícola realizado pelo INE, registou-se um efetivo pecuário, em Portugal, de 42 982 097 animais, correspondente a 2 205 812 de Cabeças Normais (CN). Na RH3 registou-se um efetivo de 186 645 CN.

O mapa da Figura 2.11 apresenta a distribuição do efetivo pecuário, em termos de cabeças normais, por superfície agrícola utilizada (CN/ha) na RH3, por concelho.

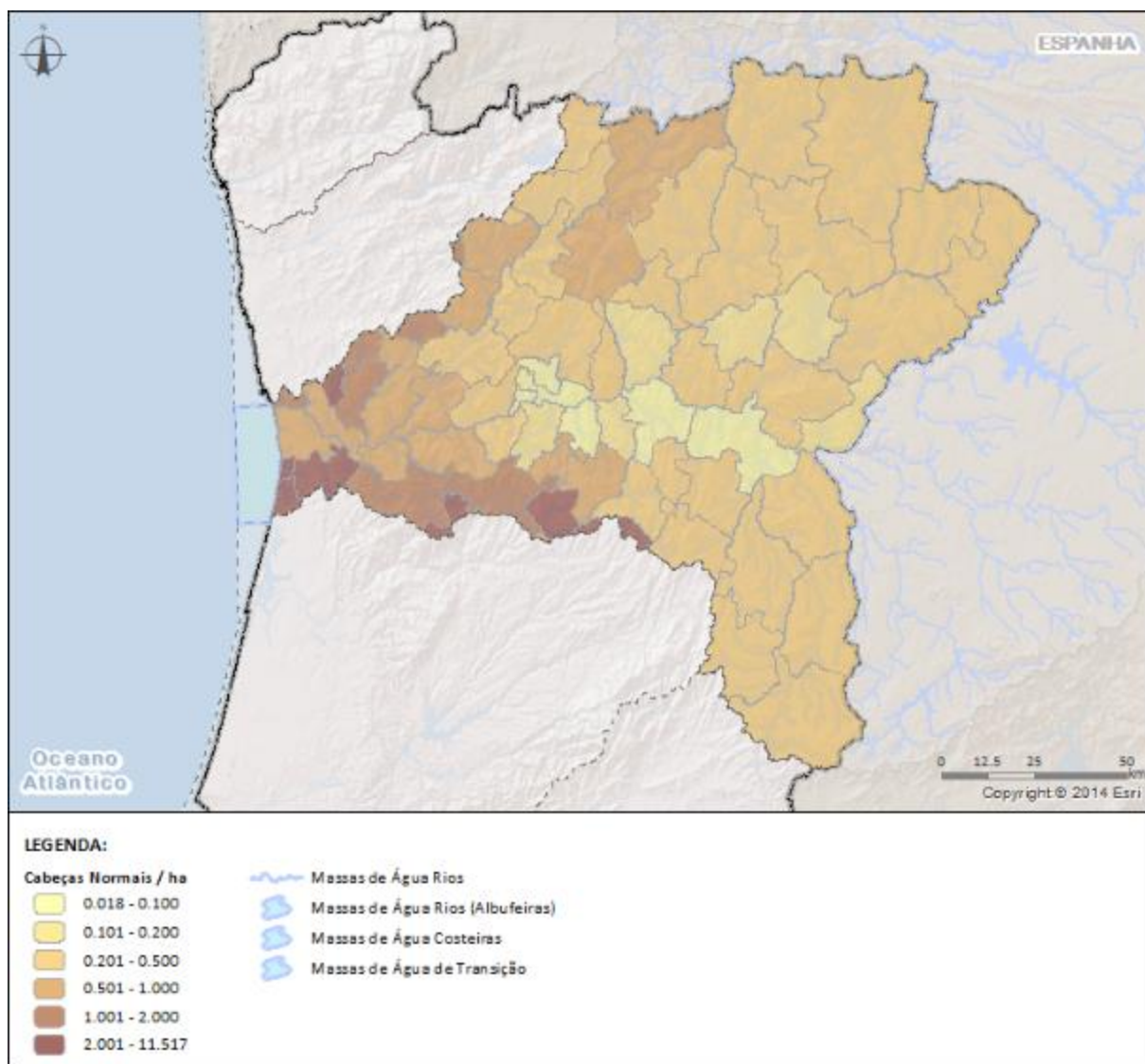


Figura 2.11 - Efetivo pecuário por superfície agrícola utilizada na RH3

O destino final dos efluentes pecuários, dependendo do tipo de tratamento, pode ser considerado uma fonte de poluição pontual ou difusa. As cargas poluentes relativas às explorações pecuárias intensivas (em que os efluentes pecuários são aplicados para valorização agrícola) e extensivas são consideradas fontes de poluição difusa devido ao arrastamento, por escoamento superficial ou por lixiviação, de azoto e fósforo veiculado pelos efluentes pecuários.

Para determinação da poluição de origem pontual associada às explorações pecuárias, utilizou-se a informação existente para o cálculo da TRH. O Quadro 2.22 apresenta as cargas rejeitadas pelas explorações tituladas na RH3. Excluem-se deste âmbito as explorações abrangidas pelo regime PCIP incluídas em capítulo próprio.

Quadro 2.22 - Carga rejeitada no meio hídrico pelas instalações pecuárias na RH3

Explorações (N.º)	Carga rejeitada (kg/ano)				
	CBO ₅	CQO	Matéria oxidável	P _{total}	N _{total}
3 (suiniculturas)	1895,04	4492,08	2760,72	161,64	437,16

Na RH3 a carga resultante das explorações pecuárias enquanto fontes de poluição pontual tem origem em três suiniculturas tituladas com rejeição no meio hídrico. Este valor não é representativo do universo total de instalações pecuárias existentes, o que estará relacionado com o facto de muitas dessas instalações não terem rejeições para o meio hídrico.

A estimativa dos valores de carga bruta de N e de P gerados pela atividade pecuária iniciou-se com a obtenção da quantidade média de nutrientes excretados anualmente por “cabeça normal” (CN) para cada espécie pecuária. Os valores de CN foram obtidos no Anexo II do Decreto-Lei n.º 214/2008 de 10 de outubro e o número e a espécie/tipo de animal existente em cada uma das explorações obteve-se com base nos dados do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA 2009), disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Após a estimativa do número de CN existente em cada um dos concelhos de Portugal continental, avaliou-se a carga total gerada em cada uma das explorações, tendo como base a quantidade média de N total e de fosfatos (P₂O₅) excretados anualmente por CN, definida no anexo XII da Portaria n.º 259/2012, de 28 de agosto.

Para a estimativa da carga total de N e de P que aflui às massas de água, após a sua deposição no solo, utilizou-se uma abordagem metodológica idêntica à que foi considerada para o cálculo da carga gerada em áreas agrícolas e florestais, que consiste na utilização de taxas de exportação. Estas taxas variam em média entre 10%-17% para o N e 3%-5% para o P (e.g. Johnes, 1996, Haygarth et al. 2003 e Agostinho e Fernando, 2005).

Assim, conservativamente assumiu-se que 17% da carga de N e 5% da carga de P atingem as massas de água superficiais da bacia hidrográfica em que se encontra a exploração pecuária. No caso das águas subterrâneas assumiu-se que a carga que atinge estas massas de água é de 70% da carga de N que aflui às águas superficiais (ou seja, cerca de 12% da carga bruta de N gerada pela atividade pecuária) e 20% da carga de P que atinge as águas superficiais (ou seja, cerca de 1% da carga bruta de P gerada pela atividade pecuária), efetuando-se a afetação tendo em conta a percentagem de concelho inserida em cada massa de água.

O Quadro 2.23 apresenta os resultados da estimativa efetuada para a pecuária.

Quadro 2.23 – Estimativa da carga de origem difusa proveniente da pecuária na RH3

Massas de água	Carga estimada (kg/ano)	
	P - P ₂ O ₅	N _{total}
Superficiais	141051,16	2754755,15
Subterrâneas	28233,86	1930186,30
TOTAL	169285,02	4684941,45

2.1.4.1. Pesca

A pesca constitui uma pressão direta sobre as comunidades biológicas, em particular sobre as comunidades piscícolas, podendo afetar direta ou indiretamente o funcionamento dos ecossistemas aquáticos, nomeadamente através de alterações na estrutura trófica.

No que diz respeito às águas interiores do domínio público e particular (rios e albufeiras), o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) é o organismo com responsabilidade na gestão da pesca, promovendo a exploração sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores não submetidas à jurisdição da autoridade marítima. A Lei n.º 2097, de 6 de junho de 1959, estabelece atualmente o regime jurídico para o exercício da pesca nas águas interiores. Neste caso, a pesca está regulamentada pelo Decreto n.º 44623, de 10 de outubro de 1962, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 312/70, de 6 de julho e pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho, Decreto Regulamentar n.º 18/86, de 20 de maio, e pela Portaria n.º 252/2000, de 11 de maio, atualizada pela Portaria n.º 544/2001, de 31 de maio, e pela Portaria n.º 794/2004, de 12 de julho. O Decreto n.º 30/88, de 8 de setembro, estabelece ainda as normas para o exercício da pesca nos troços fluviais que servem de fronteira entre Portugal e Espanha.

De acordo com a regulamentação, o exercício da pesca aplica-se não só à captura de peixes e outras espécies aquícolas, mas também a prática de quaisquer atos conducentes ao mesmo fim. A pesca é ainda considerada como profissional quando praticada com fim lucrativo e como desportiva (de recreio ou lúdica), quando praticada como distração.

Para efeitos de pesca, as águas interiores do domínio público, classificam-se em águas livres, zonas de pesca reservada e concessões de pesca. Nas águas livres pode praticar-se a pesca desportiva e profissional e nas zonas de pesca reservada e concessões de pesca só é permitida a pesca desportiva nos termos dos respetivos regulamentos. A pesca profissional pode ser praticada nos locais definidos por regulamentação específica, nas Zonas de Pesca Profissional e ainda nos troços fronteiriços (também com regulamentação específica).

Deve-se salientar que a Lei n.º 7/2008, Lei da Pesca nas Águas Interiores, publicada a 15 de fevereiro, estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores, define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas e procede à revogação de grande parte da legislação referida anteriormente. No entanto, esta lei apenas entrará em vigor com a publicação da respetiva legislação complementar que se encontra atualmente em fase de elaboração.

Apesar de não existirem ZPP na RH3, estão identificados vários troços de pesca profissional que abrangem o troço do Douro a montante da barragem de Crestuma, todo o rio Tua e partes dos rios Sabor, Corgo, Pinhão, entre outros.

Um dos aspetos a relevar, do ponto de vista da pressão da pesca, nas águas interiores e de transição, associa-se ao facto de, parte das espécies procuradas pela atividade desportiva, mas sobretudo profissional se dirigir a espécies com estatuto de conservação preocupante. De facto, algumas das espécies com estatuto de conservação preocupante possuem um valor pesqueiro/económico elevado (Quadro 2.24) o que promove uma procura mais intensa por parte da comunidade de pescadores e uma pressão importante sobre as populações destas espécies. É o caso da Enguia-europeia, *Anguilla anguilla*, com estatuto “Em perigo”, da lampreia-marinha, *Petromyzon marinus*, com o estatuto “Vulnerável” e do sável, *Alosa alosa*, com o estatuto vulnerável (Cabral *et al.*, 2006).

Relativamente à área de jurisdição do ICNF, não existe em Portugal obrigatoriedade de declaração de capturas de pesca nas águas interiores, desconhecendo-se os quantitativos pescados. Não obstante, importa também referir que, ao longo das últimas décadas, a pesca profissional em águas interiores tem perdido expressão. De facto, o cenário que subsistia até à década de 60, de atividades piscatórias

profissionais bem desenvolvidas e sendo a base única da economia familiar, centrado em espécies migradoras como o sável e a lampreia-marinha, mas também em espécies de água doce como os barbos e as bogas de boca reta, cujo escoamento era facilmente realizado em mercados locais, tem vindo a desaparecer. De qualquer modo, subsistem esforços de pesca consideráveis de espécies, sobretudo migradoras, durante as épocas favoráveis, como acontece a jusante de algumas barragens.

A pesca desportiva em águas interiores, que frequentemente é efetuada sobre espécies introduzidas (e.g. carpa, *Cyprinus carpio* e achigã, *Micropterus salmoides*) e em albufeiras, não parece constituir uma pressão direta importante sobre as associações piscícolas. A única exceção poderá estar relacionada com a pesca da truta-de-rio (*Salmo trutta fario*) que, em determinados locais/condições, pode ser um importante fator na redução da abundância local da espécie. O impacto da utilização dos engodos na prática da pesca desportiva de algumas espécies parece também não ter reflexos na qualidade da água, tendo sido avaliado em estudos recentes (e.g., Ferreira *et al.*, 2010).

No entanto a atividade da pesca desportiva pode ter efeitos negativos indiretos nos sistemas naturais devido aos repovoamentos realizados por pescadores, associações de pesca desportiva ou outras entidades, na medida em que podem resultar num aumento da carga piscícola numa massa de água e sobretudo na introdução de espécies exóticas nos ecossistemas aquáticos. Esta temática será abordada no capítulo relativo às pressões biológicas.

No que se refere às águas oceânicas, às águas interiores marítimas e aos rios sob influência das marés, a Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) é o organismo com responsabilidade na gestão da pesca.

Nas águas sob jurisdição marítima pode igualmente praticar-se pesca profissional e lúdica (ou de recreio). A pesca lúdica de espécies marinhas é regulada pelo Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de setembro, alterado e republicado através do Decreto-Lei n.º 101/2013, de 25 de julho e pela Portaria n.º 14/2014, de 23 de janeiro. Esta legislação impõe um conjunto de regras, dos quais se salienta a proibição de venda de espécimes capturados, a definição das espécies não passíveis de captura e o estabelecimento de tamanhos mínimos de captura e do peso total máximo diário de pescado.

A pesca profissional sob jurisdição da DGRM está enquadrada na Política Comum de Pesca (Regulamento (CE) n.º 1380/2014), a qual visa uma exploração sustentável dos recursos, através de instrumentos de gestão que definem medidas técnicas como zonas e épocas de defeso, tamanhos mínimos de captura, características das artes de pesca, entre outros, e que procuram adequar a capacidade de pesca (número e capacidade de embarcações) à possibilidade de capturas existentes (quotas de pesca). A nível nacional, a pesca na área sob jurisdição da DGRM é essencialmente regulamentada pelo Decreto-Regulamentar n.º 43/87, de 17 de julho, na redação dada pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de maio, aos quais acrescem os regulamentos de pesca específicos. A regulação da pesca profissional tem também aumentado nos últimos anos, sendo de salientar a implementação de programas de recuperação para certas unidades populacionais piscícolas depauperadas a nível comunitário.

Estes planos integram uma vasta gama de instrumentos operacionais de gestão, entre os quais a redução das possibilidades de pesca, limitação do esforço de pesca, estabelecimento de épocas de defeso, tamanhos mínimos, capturas acessórias e medidas de controlo específicas. O Regulamento (CE) n.º 1100/2007, de 18 de setembro, que resultou no Plano de Gestão para a Enguia em Portugal (aprovado em abril de 2011), é um bom exemplo deste tipo de instrumentos de gestão, já que se traduziu num aumento da limitação ao exercício da pesca dirigida à enguia-europeia quer na área de jurisdição do ICNF quer na área de jurisdição da DGRM.

No que se refere à pesca profissional nas águas costeiras, e com base em dados de 2005, respeitantes a um programa de amostragem por inquirição sobre a captura, esforço e consumo de combustível, realizados pela frota menor que doze metros de comprimento de fora-a-fora (pequena pesca), na costa Continental

portuguesa, em janeiro de 2005 encontravam-se licenciadas em Portugal Continental 3 448 embarcações menores que 12 m de comprimento de fora-a-fora, sendo que a grande maioria (cerca de 80%) operava desde 1974.

O conjunto das três espécies mais importantes nas capturas em peso (sardinha, cavala e polvo vulgar) foi responsável por cerca de 59% do total das capturas amostradas desta frota em 2005. Os aspetos mais importantes, relativos à pressão da pesca em áreas costeiras, parecem associar-se à pesca ilegal, praticada em áreas onde esta atividade se encontra condicionada ou proibida. No Quadro 2.24 são apresentadas as espécies piscícolas que ocorrem nas massas de águas interiores da RH3 (ano de referência 2012).

Quadro 2.24 - Espécies piscícolas que ocorrem nas massas de águas interiores da RH3 e o respetivo valor pesqueiro

Nome Científico ⁽¹⁾	Nome Vulgar	Valor Pesqueiro	
		Desportiva	Profissional
<i>Achondrostoma arcasii</i>	Panjorca, Pardelha	Nulo	Nulo
<i>Achondrostoma oligolepis</i>	Ruivaco, Ruivaca	Nulo	Nulo
<i>Alosa alosa</i>	Sável	Moderado	Elevado
<i>Alosa fallax</i>	Savelha, Saboga, Saveleta	Moderado	Elevado
<i>Anguilla anguilla</i>	fase Adulta- enguia, Eiró; fase larvar- Meixão, Angula	Moderado	Elevado
<i>Atherina boyeri</i>	Peixe-rei, Verduga, Piarda	Nulo	Nulo
<i>Carassius auratus</i>	Pimpão, Peixe-vermelho, Peixe-dourado	Moderado	
<i>Cobitis calderoni</i>	Verdemã-do-Norte, Pardelha, Verdemã	Nulo	Nulo
<i>Cobitis paludica</i>	Verdemã, Pardelha, Serpentina	Nulo	Nulo
<i>Cyprinus carpio</i>	Carpa, Sarmão	Elevado	Moderado
<i>Esox lucius</i>	Lúcio	Moderado	Moderado
<i>Gambusia holbrooki</i>	Gambúsia, Gambusino, Peixe-mosquito	Nulo	Nulo
<i>Gasterosteus gymnuris</i>	Esgana-gata, Peixe-espinho, Espinhela	Nulo	Nulo
<i>Gobio lozanoi</i>	Góbio, Barbo-espanhol, Espanholito	Nulo	Nulo
<i>Lampetra planeri</i>	Lampreia-pequena	Nulo	Nulo
<i>Lepomis gibbosus</i>	Peixe-sol, Perca-sol	Moderado	
<i>Liza aurata</i>	Taínha-garrento, Tainha amarela	Moderado	Moderado
<i>Liza ramada</i>	Muge, Taínha, Taínha-fataça, Mugem	Moderado	Moderado
<i>Luciobarbus bocagei</i>	Barbo, Barbo-do-Norte	Moderado	Moderado
<i>Micropterus salmoides</i>	Achigã	Elevado	Moderado
<i>Mugil cephalus</i>	Saltor, Mugem, Taínha-olhalvo	Moderado	
<i>Oncorhynchus mykiss</i>	Truta-arco-íris	Elevado	
<i>Perca fluviatilis</i>	Perca	Moderado	
<i>Petromyzon marinus</i>	Lampreia, Lampreia-marinha		Elevado
<i>Platichthys flesus</i>	Solha	Moderado	
<i>Pseudochondrostoma duriensis</i>	Boga do Norte	Moderado	
<i>Salmo trutta fario</i>	Truta-de-rio, Truta fário	Elevado	
<i>Sander lucioperca</i>	Lucioperca, Sandre	Moderado	
<i>Squalius alburnoides</i>	Bordalo	Nulo	Nulo
<i>Squalius carolitertii</i>	Escalo-do-Norte	Moderado	
<i>Tinca tinca</i> *	Tenca	Moderado	

* Segundo o Livro Vermelho a sua classificação como exótica ou nativa não é clara, sendo referido que são necessários estudos para clarificar esta classificação.

(1) As espécies introduzidas estão salientadas a negrito.

2.1.5. Turismo

O turismo constitui um setor de atividade económica de grande importância em Portugal. A região do Douro é uma área em crescimento, responsável pela afluência cada vez mais significativa de turistas, particularmente na região do Alto Douro Vinhateiro (Património Mundial da UNESCO), com o aproveitamento da via navegável do Douro até Barca d'Alva. O turismo da natureza e rural também tem uma expressão relevante na região, assim como o turismo termal, com especial incidência nas zonas de Chaves, Vidago e Pedras Salgadas. Grande parte destas unidades está ligada aos sistemas urbanos de tratamento de águas residuais, não existindo informação individualizada relativamente às cargas para este tipo de atividade.

Os campos de golfe são considerados pressões importantes ao nível de poluição difusa, pelo que importa quantificá-los e calcular as cargas produzidas (Quadro 2.25).

Na RH3 existem 6 campos de golfe, 3 na bacia do Tâmega e 3 na orla litoral de Vila Nova de Gaia e Espinho. De referir que Oporto Golf Club, embora esteja geograficamente na RH3, exerce também uma pressão ao nível da poluição difusa sobre a massa de água subterrânea PTO1_C2 - Quaternário de Aveiro, cuja gestão ao nível das pressões está cometida à RH4 pelo que a contabilização da carga rejeitada nas águas subterrâneas é efetuada na RH3 e na RH4 de acordo com área ocupada em cada região.

Quadro 2.25 - Carga rejeitada pelos campos de golfe na RH3

Campos de golfe (N.º)	Massas de água	Carga estimada (kg/ano)	
		P _{total}	N _{total}
6	Superficiais	45,11	2071,66
	Subterrâneas	35,89	1814,49
TOTAL		80,99	3886,15

Para o cálculo das cargas produzidas⁴ pelos campos de golfe, adotou-se um valor de fertilização de 240kg de N/ha.ano e 80kg P₂O₅/ha.ano para greens/tees e 200kg de N/ha.ano e 60kg P₂O₅/ha.ano para fairways/roughs, considerando as seguintes proporções média: tees (3,75%); fairways (42,5%); roughs (50%); greens (3,75%).

O mapa da Figura 2.12 apresenta a localização dos campos de golfe existentes na RH3.

⁴ Metodologia desenvolvida pela Universidade do Algarve (março de 2015).

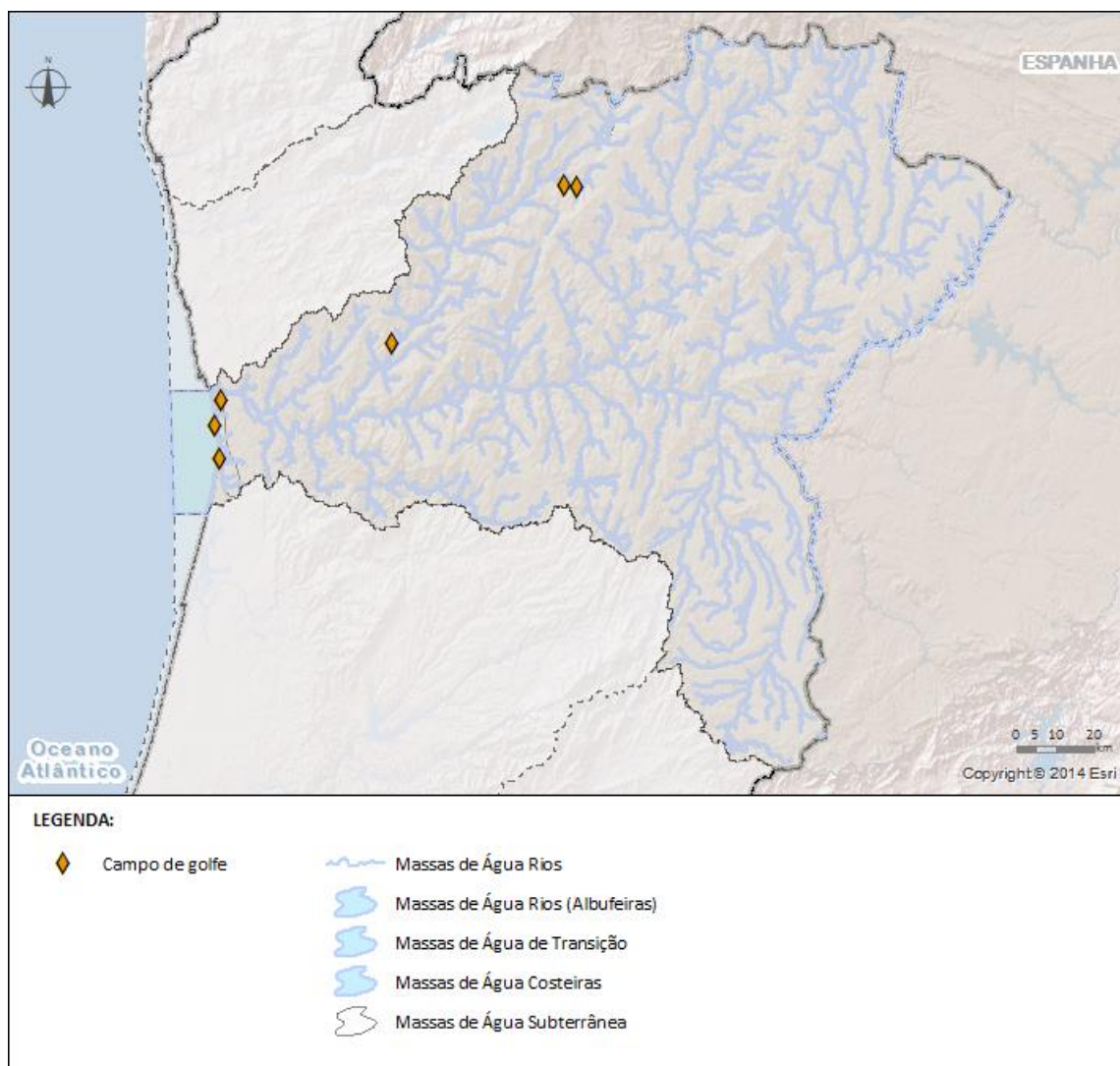


Figura 2.12 - Campos de golfe na RH3

2.1.6. Substâncias prioritárias e outros poluentes e poluentes específicos

Algumas substâncias, atendendo ao seu carácter tóxico, persistente e de bioacumulação, foram classificadas como prioritárias, devendo os Estados Membros adotar medidas para eliminar a poluição das águas de superfície provocada pelas mesmas e para reduzir progressivamente a poluição causada por outras substâncias que, de outra forma, prejudiquem o alcance dos objetivos relativos às massas de águas de superfície.

Instalações abrangidas pelo regulamento PRTR

O Regulamento (CE) n.º 166/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes, e que altera as Diretivas 91/689/CEE do Conselho, de 12 de dezembro e 96/61/CE do Conselho, de 24 de setembro, (o “Regulamento PRTR-E”), foi aprovado em 18 de janeiro de 2006. A sigla PRTR significa “*Pollutant Release and Transfer Register*”. O Protocolo PRTR da Convenção de Aarhus é um mecanismo que tem por objetivo facilitar o acesso do público à informação sobre ambiente.

A informação quantitativa sobre emissões das instalações PRTR engloba conjuntos de substâncias para o meio hídrico, nomeadamente substâncias prioritárias e outros poluentes, designadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, que transpõe a Diretiva 2008/105/CE, e poluentes específicos, designados como preocupantes ao nível do Estado Membro. Estes dados correspondem apenas às instalações que excederam os limiares de emissão apresentados no Anexo II do Regulamento PRTR, não representando, desta forma, todas as emissões para a água, nem o universo de unidades industriais que emitem estas substâncias. No entanto, esta informação permite ter uma perceção da relevância destas instalações na RH3.

A metodologia utilizada para a determinação das cargas rejeitadas dos poluentes referenciados teve por base a utilização dos dados reportados em 2012 no âmbito do regulamento PRTR.

O Quadro 2.26 apresenta as emissões de substâncias prioritárias e outros poluentes na RH3.

Quadro 2.26 - Emissões de substâncias prioritárias e outros poluentes para as massas de água da RH3

Substância	Emissões (kg/ano)	
	Descarga no meio hídrico	Descarga no solo
Cádmio e compostos de cádmio (Cd)	3,41	-
Chumbo e compostos de chumbo (Pb)	98	-
Níquel e compostos de níquel (Ni)	250	-
Mercúrio e compostos de mercúrio (Hg)	0,083	-
Diurão	5,18	-
Isoproturão	1,06	-
Ftalato de di-(2-etil-hexilo) (DEHP)	15,1	-
Tetracloroetileno	16,1	-
Nonilfenol (4-n-Nonilfenol)	2,60	-
Octilfenol (4-(1,1',3,3'-tetrametilbutil)-fenol)	0,388	-
Triclorometano	16,1	-

O Quadro 2.27 apresenta as emissões de poluentes específicos na RH3.

Quadro 2.27- Emissões de poluentes específicos para as massas de água da RH3

Substância	Emissões (kg/ano)	
	Descarga no meio hídrico	Descarga no solo
Arsénio e compostos de arsénio (As)	1,82	-
Cianetos Totais	2,30	-
Cobre e compostos de cobre (Cu)	367	-
Crómio e compostos de crómio (Cr)	547	-
Zinco e compostos de zinco (Zn)	647	-

O Quadro 2.28 e o apresentam a contribuição dos setores para a emissão de substâncias prioritárias e outros poluentes e poluentes específicos na RH.

Quadro 2.28 – Contribuição dos setores de atividade na emissão de substâncias prioritárias e outros poluentes na RH3

Substância	Sector de atividade	Carga/ Sector de atividade (%)
Cádmio e seus compostos (Cd)	• Centrais térmicas e outras instalações de combustão	44,6
	• Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado)	55,4
Chumbo e seus compostos (Pb)	• Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado)	96,8
	• Centrais térmicas e outras instalações de combustão	3,1
	• Instalações de tratamento de superfície de metais e matérias plásticas que utilizem um processo eletrolítico ou químico	0,1
Diurão	• Estações de tratamento de águas residuais urbanas	100
Ftalato de di-(2-etil-hexilo) (DEHP)	• Estações de tratamento de águas residuais urbanas	100
Isoproturão	• Estações de tratamento de águas residuais urbanas	100
Mercúrio e seus compostos (Hg)	• Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado)	63,1
	• Centrais térmicas e outras instalações de combustão	36,9
Níquel e seus compostos (Ni)	• Estações de tratamento de águas residuais urbanas	93,2
	• Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado)	3,8
	• Centrais térmicas e outras instalações de combustão	2,4
	• Instalações de tratamento de superfície de metais e matérias plásticas que utilizem um processo eletrolítico ou químico	0,5
Nonilfenol (4-n-Nonilfenol)	• Estações de tratamento de águas residuais urbanas	100
Octilfenol (4-(1,1',3,3'-tetrametilbutil)-fenol)	• Estações de tratamento de águas residuais urbanas	100
Tetracloroetileno (PER)	• Estações de tratamento de águas residuais urbanas	100
Triclorometano	• Estações de tratamento de águas residuais urbanas	100

Quadro 2.29 – Contribuição dos setores de atividade na emissão de poluentes específicos na RH3

Substância	Sector de atividade	Carga/ Sector de atividade (%)
Arsénio e seus compostos (As)	• Centrais térmicas e outras instalações de combustão	83,7
	• Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado)	0,04
	• Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado)	16,2

Substância	Setor de atividade	Carga/ Setor de atividade (%)
	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade de triagem 	
Cianetos	<ul style="list-style-type: none"> • Instalações de tratamento de superfície de metais e matérias plásticas que utilizem um processo eletrolítico ou químico 	58,8
	<ul style="list-style-type: none"> • Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado) 	0,03
	<ul style="list-style-type: none"> • Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado) 	41,1
	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade de triagem 	
Cobre e seus compostos (Cu)	<ul style="list-style-type: none"> • Instalações de tratamento de superfície de metais e matérias plásticas que utilizem um processo eletrolítico ou químico 	0,2
	<ul style="list-style-type: none"> • Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado) 	0,01
	<ul style="list-style-type: none"> • Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado) 	1,5
	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade de triagem 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Estações de tratamento de águas residuais urbanas 	98,3
Crómio e seus compostos	<ul style="list-style-type: none"> • Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado) 	0,23
	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade de triagem 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Centrais térmicas e outras instalações de combustão 	0,6
	<ul style="list-style-type: none"> • Instalações de tratamento de superfície de metais e matérias plásticas que utilizem um processo eletrolítico ou químico 	0,01
	<ul style="list-style-type: none"> • Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado) 	13,9
Zinco e seus compostos (Zn)	<ul style="list-style-type: none"> • Estações de tratamento de águas residuais urbanas 	85,3
	<ul style="list-style-type: none"> • Centrais térmicas e outras instalações de combustão 	1,0
	<ul style="list-style-type: none"> • Instalações de tratamento de superfície de metais e matérias plásticas que utilizem um processo eletrolítico ou químico 	0,2
	<ul style="list-style-type: none"> • Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado) 	0,002
	<ul style="list-style-type: none"> • Aterros (excluindo os aterros de resíduos inertes que tenham sido encerrados antes de 16.7.2001 ou cuja fase de manutenção após encerramento exigida pelas autoridades competentes nos termos do artigo 13.º da Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa aos aterros de resíduos, tenha terminado) 	1,5
	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade de triagem 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Estações de tratamento de águas residuais urbanas 	97,3

Instalações abrangidas pelo regime PAG

No âmbito das pressões com emissões de substâncias prioritárias e outros poluentes específicos o Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, estabelece o regime de Prevenção de Acidentes Graves (PAG) que envolvam substâncias perigosas, o qual se aplica aos estabelecimentos onde estão presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às quantidades indicadas no anexo I do mesmo diploma.

O Quadro 2.30 apresenta o número de estabelecimentos abrangidos pelo regime PAG (nível inferior e superior de perigosidade) na região hidrográfica para o ano 2011.

Quadro 2.30 - Número de instalações PAG por nível de perigosidade na RH3

Nível de perigosidade	Instalações (N.º)
Nível inferior de perigosidade	26
Nível superior de perigosidade	2
TOTAL	28

Cerca de 93% das instalações PAG da RH3 estão classificadas no nível inferior de perigosidade.

Outras instalações não abrangidas por nenhum dos regimes anteriores, incluindo o setor urbano

Algumas instalações são passíveis de utilizarem/produzirem substâncias prioritárias e outros poluentes específicos, sendo o respetivo controlo efetuado através da imposição de condicionantes através dos TURH.

Na RH3 o número deste tipo de instalações não é muito expressivo, concentrando-se essencialmente na zona do troço final da bacia do Douro, nos concelhos de Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira.

2.1.7. Outras atividades com impacte nas massas de água

Para além das atividades que constituem uma pressão qualitativa para as massas de água identificadas nos itens anteriores, existem outros CAE que assumem importância significativa quanto ao impacte nos recursos hídricos e que importa quantificar.

O Quadro 2.31 apresenta a carga rejeitada por tipo de atividade na RH3.

Quadro 2.31- Carga rejeitada por tipo de atividade na RH3

Tipo de atividade		Carga rejeitada (kg/ano)			
CAE	Designação	CBO ₅	CQO	P _{total}	N _{total}
18	Impressão e reprodução de suportes gravados	4,22	10,92	1,21	9,39
45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	14,90	22,65	0,35	1,75
46	Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	39,18	127,90	16,07	110,56
85	Educação	12,82	70,23	5,54	33,62
	TOTAL	71,12	231,7	23,17	155,32

2.1.8. Síntese das pressões qualitativas

O Quadro 2.32 apresenta as cargas provenientes de fontes pontuais rejeitadas por setor na RH2, no que diz respeito aos parâmetros CBO₅, CQO, N_{total} e P_{total}.

Quadro 2.32 – Carga pontual rejeitada na RH3

Setor		Carga (kg/ano)			
		CBO ₅	CQO	P _{total}	N _{total}
Urbano	Águas residuais urbanas	3297248,7	13475336,9	669005,6	2463913,4
Industrial	PCIP	983,22	5907,15	213,02	3227,01
	Transformadora	4105,07	16022,48	350,78	867,43
	Alimentar e do vinho	45065,87	105950,88	2685,01	1036,16
	Aquicultura	6392,25	12784,5	871,5	3454
	Extrativa	623,72	6281,04	90,28	137,96
Pecuária		1895,04	4492,08	161,64	437,16
Outros		71,12	231,7	23,17	155,32
TOTAL		3356384,99	13627006,73	673401,00	2473228,44

O Quadro 2.33 apresenta as cargas difusas estimadas provenientes da agricultura, pecuária e golfe na RH3, no que diz respeito aos parâmetros N_{total} e P_{total}.

Quadro 2.33 – Carga difusa estimada na RH3

Setor	Carga (kg/ano)	
	P _{total}	N _{total}
Agricultura	740234,77	8848498,12
Pecuária ⁽¹⁾	169285,02	4684941,45
Golfe	80,99	3886,15
TOTAL	909600,78	13537325,72

(1) A carga de fósforo proveniente da pecuária foi estimada em P-P₂O₅.

2.2. Pressões quantitativas

A utilização sustentável das águas, em especial nos seus aspetos quantitativos, constitui um verdadeiro desafio para a gestão dos recursos hídricos, tendo em conta os usos atuais e futuros e sua conjugação com os cenários de alterações climáticas. Para responder a essa situação, além da melhoria do armazenamento e distribuição da água, devem ser tomadas medidas no domínio da eficiência de utilização da água, promovendo a redução dos consumos globais em zonas de maior stress hídrico e potenciando a utilização da poupança resultante em outras atividades económicas.

No que se refere às pressões quantitativas apresenta-se o volume de água captado para os diversos setores de atividade (urbano, indústria, agricultura, pecuária, turismo e golfe), assim como os respetivos retornos.

Para determinação do volume de água utilizou-se em regra a informação existente para o cálculo da TRH complementada, sempre que necessário, com informação dos TURH. Para o setor agrícola, que inclui a rega e a pecuária, e para o golfe, efetuou-se uma estimativa dos volumes captados tendo por base as seguintes metodologias:

- Rega

A estimativa dos consumos de água para rega foi efetuada de acordo com a fórmula seguinte, utilizando informação disponível no INE, no âmbito do RA 2009.

$$\text{Consumo} = \text{Área regada} \times \text{Dotação cultural} / \text{Fator de perdas}$$

Foram identificadas em cada uma das bacias/regiões a cultura ou culturas mais importantes em termos de área total regada, tendo sido consideradas as necessidades estabelecidas pela DGADR para a RH. Na definição das eficiências globais de rega para cada região foram adotados os valores considerados no PNA 2002, atualizados tendo em conta os valores globais apresentados no relatório do INE, *MECAR – Metodologia para a estimativa da água de rega em Portugal*.

- Pecuária

A estimativa do volume de água consumido na pecuária foi efetuada recorrendo aos dados relativos ao número de efetivos por concelho, provenientes do RA 2009, realizado pelo INE.

O volume de água que se estima ser consumido pelo setor foi calculado tendo em conta as captações para cada espécie recorrendo à expressão seguinte:

$$\text{Consumo} = \text{Efetivo pecuário} \times \text{Necessidades hídricas médias dos efetivos}$$

- Golfe

A estimativa do volume total de água consumido em cada região hidrográfica foi obtida considerando o valor aferido para o consumo anual médio de água para um campo de golfe equivalente (0,45 hm³/ano) como base e tendo em conta o número total de campos de golfe na RH.

O Quadro 2.34 apresenta os volumes de água captados anualmente por setor na RH3.

Quadro 2.34 - Volumes de água captados por setor na RH3

Setor		Volume (hm ³)		TOTAL
		Superficial	Subterrâneo	
Urbano	Abastecimento público	141,23	10,06	151,29
	Consumo particular	-	9,64	9,64
Industrial	PCIP	0,13	-	0,13
	Não PCIP	1,09	5,61	6,70
Agrícola	Agricultura	160,09	281,34	441,43
	Pecuária	0,27	2,21	2,48
Turismo	Golfe	0,45	2,03	2,48
	Hotelaria ⁽¹⁾	0,01	0,04	0,05
Energia	Termoelétrica	251,83	-	251,83
	Hidroelétrica <10m	369,99	-	369,99
	Hidroelétrica >10m ⁽²⁾	72744,49	-	72744,49
Outros		-	0,27	0,27
TOTAL		73669,58	311,20	73980,78

(1) Empreendimentos turísticos com captações próprias.

(2) O valor correspondente às barragens exploradas pela EDP diz respeito ao volume médio anual turbinado no período 2010-2013.

Na RH3 os principais volumes captados/consumidos dizem respeito à energia (volumes não consumptivos), com cerca de 99% do total captado, seguido da agricultura com 0,6% e do abastecimento público com 0,2%.

Os mapas da Figura 2.13 e da Figura 2.14 apresentam, respetivamente, a localização das captações de água superficial e subterrânea para abastecimento público existentes da RH3.

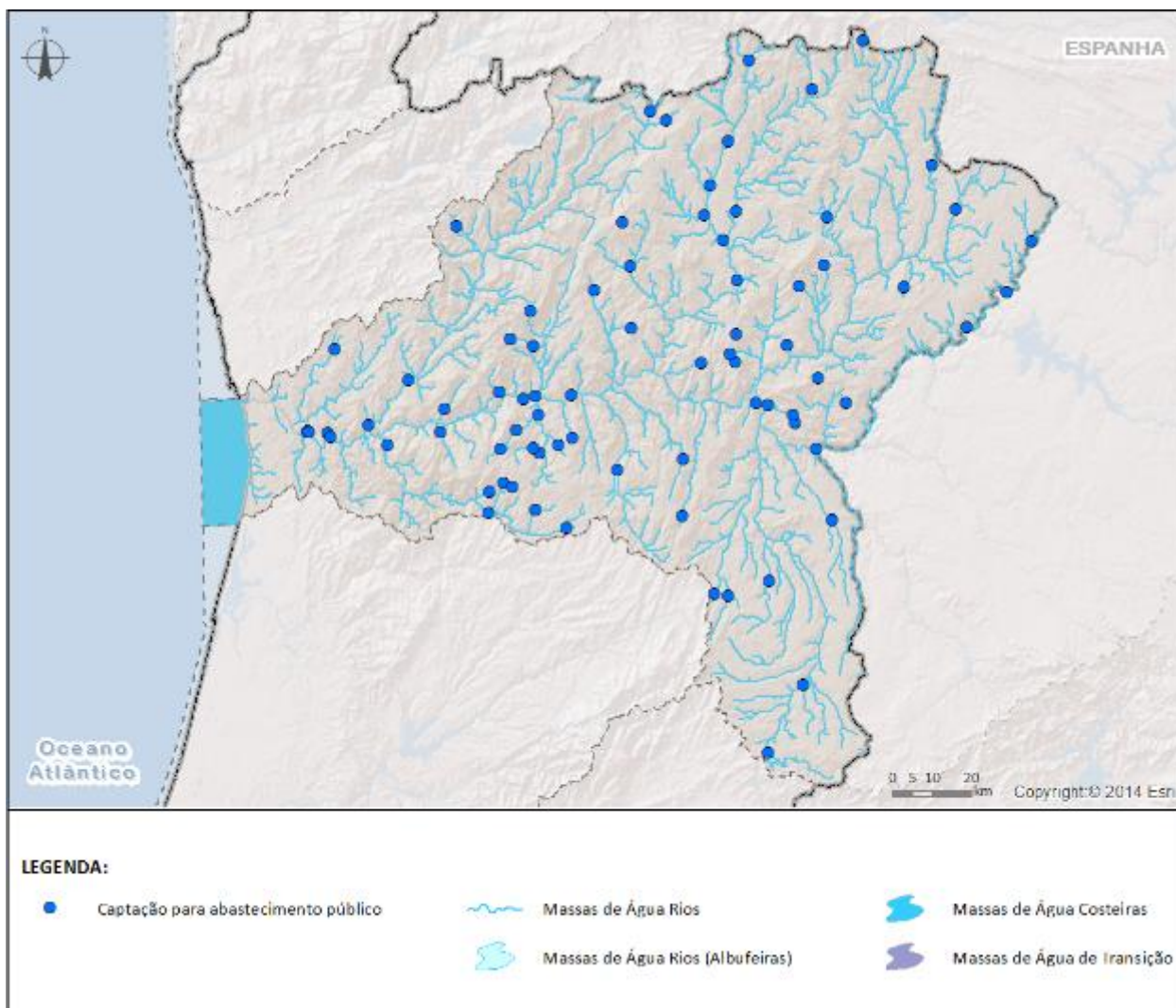


Figura 2.13 – Captações de água superficial para abastecimento público na RH3

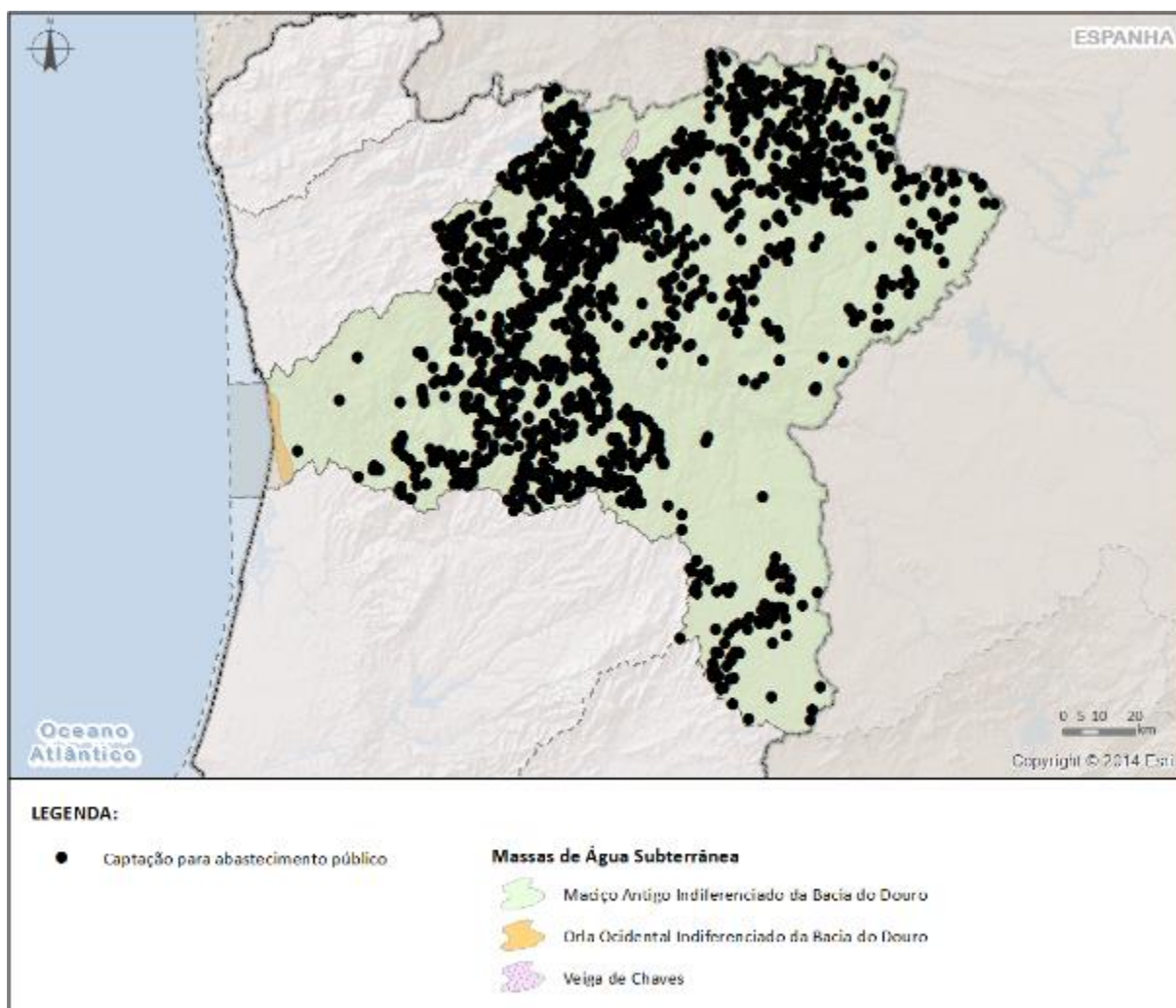


Figura 2.14 – Captações de água subterrânea para abastecimento público na RH3

Para efeito de balanço hídrico, foi calculado o retorno da utilização da água nos diversos setores, com base nos pressupostos incluídos no Quadro 2.35.

Quadro 2.35 – Taxas de retorno dos volumes captados por setor para as águas superficiais e subterrâneas

Retorno (%)	Setor						
	Urbano ⁽¹⁾	Industrial	Agricultura	Pecuária	Golfe	Energia	Outros
Superficial	70	80	10	80	10	100	5
Subterrâneo	10	5	20	5	10	-	10

(1) inclui as perdas nos sistemas abastecimento e saneamento de águas residuais

O Quadro 2.36 apresenta os retornos dos volumes captados por setor na RH3.

Quadro 2.36 - Retornos dos diferentes setores na RH3

Setor	Retorno (hm ³)	
	Superficial	Subterrâneo
Urbano	98,87	1,97
Industrial	0,97	0,28
Agricultura	16,01	56,27
Pecuária	0,22	0,11
Golfe	0,05	0,20
Energia	73366,31	
Outros	0,00	0,027
TOTAL	73482,42	58,86

Na RH3, aproximadamente, 99% do volume captado/consumido retorna aos recursos hídricos.

2.3. Pressões hidromorfológicas

As pressões hidromorfológicas sobre as águas de superfície, de acordo com o artigo 2.º e o Anexo III do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, são as seguintes: captações de água significativas, regularização significativa dos cursos de água, incluindo as transferências e desvios de água, e as alterações morfológicas significativas das massas de água.

As pressões hidromorfológicas de origem antropogénica correspondem a alterações físicas nas áreas de drenagem, nos leitos e nas margens das massas de água e a alterações do regime hidrológico das massas de água. São exemplos de pressões hidromorfológicas:

- As deposições de sedimentos;
- As remoções de substratos aluvionares (extração de inertes);
- As barragens e os açudes (estruturas transversais);
- Os diques de proteção lateral (estruturas longitudinais);
- Os esporões;
- Os canais de navegação;
- A ocupação e alteração do leito e das margens;
- Os desvios dos leitos das linhas de água;
- As captações de água;
- Os casos significativos de regularização dos cursos de água, incluindo transferências e desvios de água.

As pressões hidromorfológicas podem ter como impacto modificações no estado e no potencial ecológico das massas de água, nomeadamente:

- Alterações ao nível da continuidade fluvial;
- Alterações às condições morfológicas das massas de água;
- Alterações de transporte sólido, com consequência ao nível da composição e estrutura do substrato aluvionar;
- Alterações do nível hidrométrico das massas de água;
- Variações nas características do fluxo de água (por exemplo, volume, velocidade, profundidade, secção de escoamento) a montante e a jusante das barreiras ao escoamento;
- Alterações significativas sobre as características gerais de escoamento e nos balanços hídricos;

- Alterações no regime hidrológico das massas de água, bem como na distribuição da cunha salina.

Caudal ecológico

Em Portugal Continental, o desenvolvimento económico esteve sempre muito diretamente associado ao aumento dos consumos de água e à diversificação das utilizações, que tem conduzido, por sua vez, ao aumento do número de aproveitamentos hidráulicos para produção de energia, abastecimento público e rega, usos aos quais estão frequentemente associadas atividades de recreio e lazer. Esta procura de água não abrandou nos últimos anos tendo mesmo, em termos energéticos, existido uma aposta clara na energia renovável, nomeadamente proveniente de fontes hídricas.

A modificação do regime hidrológico é uma das mais importantes alterações antropogénicas no ambiente, com consequências importantes ao nível dos ecossistemas lóticos, dado que o caudal constitui um fator determinante na estrutura e diversidade das comunidades bióticas. A jusante de um aproveitamento hidráulico verifica-se habitualmente a redução do caudal médio, a diminuição da variação sazonal do caudal, a alteração da época de ocorrência dos caudais extremos, com a redução da magnitude das cheias e/ou a ocorrência de descargas não naturais. A modificação do regime hidrológico conduz à alteração do padrão da velocidade e da profundidade do escoamento, do regime de transporte sólido e da morfologia do leito, da temperatura e da qualidade da água.

O *habitat* das espécies aquícolas é consequentemente afetado, perdendo complexidade e induzindo impactos nas comunidades bióticas, nomeadamente na composição específica, estrutura dos agrupamentos e relações inter e intraespecíficas. Assim, verifica-se um abaixamento da diversidade biótica, com tendência para a dominância de espécies de afinidades lênticas e/ou de espécies exóticas, e, por consequência, redução do grau de integridade ecológica e do estado de conservação dos ecossistemas.

Quanto à vegetação ripária, as transformações processam-se em articulação com as da geomorfologia do curso de água. As alterações na estrutura do canal e na natureza dos materiais do leito são acompanhadas do avanço da vegetação, colonizando as margens e o leito (*encroachment*). Este processo é particularmente notório nos casos em que as albufeiras têm uma grande capacidade de armazenamento relativamente ao escoamento da bacia drenante, i.e. têm uma grande capacidade de regularização, reduzindo-se a frequência e magnitude dos episódios de cheia a jusante.

O caudal ecológico corresponde ao regime de caudais que permite assegurar a conservação e a manutenção dos ecossistemas aquáticos naturais, o desenvolvimento e a produção das espécies aquícolas, assim como a conservação e manutenção dos ecossistemas ripícolas associados ao regime hidrológico natural. O regime de caudais ecológicos (RCE) é uma série temporal de caudais que deverão ser mantidos, e que variam consoante as diferentes necessidades dos ecossistemas aquáticos ao longo do ano hidrológico, flexível em função das condições hidrológicas naturais que se verificam em cada ano (húmido ou seco).

O enquadramento e conhecimento das componentes associadas ao caudal ecológico são fundamentais para assegurar que os objetivos ambientais são cumpridos. A CE tem entendido que o tratamento destas matérias deve ter uma abordagem coerente e comum no âmbito dos PGRH dos vários Estados Membros, apontando a necessidade de melhorar os parâmetros associados à gestão quantitativa da água, nomeadamente nos parâmetros que se prendem com as componentes ecológicas, morfológicas e hidrológicas, e também os associados às pressões que afetam o regime hidrológico. As orientações a considerar no 3.º ciclo de planeamento constam do Documento Guia nº 31 “*Ecological flows in the implementation of the Water Framework Directive*,” (WFD CIS, 2015).

No sentido de minimizar os impactos sobre os ecossistemas aquícolas a jusante de aproveitamentos hidráulicos têm sido desenvolvidos esforços no sentido de definir, para os aproveitamentos hidráulicos existentes, um RCE, que obrigatoriamente é associado aos que agora são construídos.

Nos aproveitamentos hidroelétricos construídos no século passado, que constam do Anexo III do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, e no âmbito da regularização prevista no artigo 91.º do referido Decreto, foram definidos para as situações aplicáveis os RCE, apontando para valores da ordem dos 15%. Tratando-se de estruturas antigas foi necessário definir medidas que permitam lançar os regimes definidos.

Paralelamente foram e estão a ser desenvolvidos programas de monitorização que permitem aferir a eficácia do RCE definido, podendo assim avaliar a necessidade de reformulação caso não seja atingido o potencial ecológico nos troços de jusante às infraestruturas hidráulicas. Atualmente, nas Declarações de Impacte Ambiental (DIA) emitidas pela APA, nas condições para licenciamento ou autorização dos projetos hidráulicos, são propostos planos de monitorização para o caudal ecológico. Estes planos permitem adotar uma estratégia de ajustamento progressivo, com a introdução de alterações ao regime de caudais previamente estabelecido, em conformidade com a resposta dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos ao novo regime hidrológico. Estes planos devem ter em consideração a relação entre o volume do caudal e as alterações da fauna e flora observadas, incluindo as margens para o caso das comunidades vegetais, nos locais a jusante dos empreendimentos, de modo a que o processo de monitorização possa fornecer dados que permitam realizar as correções necessárias ao caudal ecológico.

Os aproveitamentos que integram o Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) vão dispor de dispositivo próprio para o lançamento do RCE definido, bem como de programas de monitorização para aferir a sua eficácia e eficiência. Entende-se, portanto, que têm existido esforços dirigidos para a implementação do RCE a nível nacional.

2.3.1. Águas superficiais - Rios

2.3.1.1. Alterações morfológicas

A metodologia utilizada para caracterização das pressões devidas às alterações morfológicas em rios contempla abordagens distintas para os seguintes tipos de alterações:

- Implementação de infraestruturas transversais no domínio hídrico (barragens e açudes);
- Regularização fluvial;
- Extração de inertes.

Sempre que possível a informação utilizada é complementada com a informação obtida pela aplicação do *River Habitat Survey*.

Considera-se como pressão significativa aquela que é expectável que coloque a massa de água em risco de não atingir o Bom Estado Ecológico, ou seja, quando põe em causa:

- i) A conservação dos *habitats* ou a sobrevivência de espécies diretamente dependentes da água;
- ii) As normas de qualidade a que se refere a legislação específica das zonas protegidas.

Impactes devido à implementação de infraestruturas transversais no domínio hídrico

Os principais impactes decorrentes da implementação de barragens ou açudes estão relacionados com:

- Criação do efeito barreira por uma infraestrutura que limite a livre circulação da fauna e que conduza à perda do *continuum* fluvial;
- Alterações no regime hidrológico;
- Alterações na morfologia, nomeadamente ao nível do substrato do leito.

Outro dos impactes que pode resultar deste tipo de infraestruturas é a retenção de sedimentos a montante, em resultado do efeito barreira criado e a regularização de caudais (nomeadamente dos caudais

de cheia). O Quadro 2.37 apresenta a caracterização das principais infraestruturas transversais existentes na RH3.

Quadro 2.37 - Infraestruturas transversais na RH3

Objetivo da infraestrutura	N.º	Área total inundada (km ²) ⁽¹⁾	Volume total útil (m ³) ⁽¹⁾	N.º de infraestruturas com passagem para peixes ou outra fauna
Rega	21	n.d.	n.d.	0
Produção de energia	62	n.d.	n.d.	17
Abastecimento público	22	n.d.	n.d.	0
Fins Múltiplos	17	n.d.	n.d.	3

n.d. – não disponível

(1) Existe uma variabilidade de dados muito significativa no que diz respeito à correspondência entre o número de infraestruturas, a área total inundada e o respetivo volume total útil.

Das infraestruturas transversais existentes da RH3, 66 estão classificados como grandes barragens (16 para produção de energia, 18 para abastecimento público, 17 de fins múltiplos e 15 para rega) pelo que estão abrangidas pelo regulamento de segurança de barragens.

Na RH3, 62 infraestruturas transversais destinam-se exclusivamente à produção de energia, que incluem os grandes aproveitamentos hidroelétricos e os pequenos produtores (mini-hídricas).

O mapa da Figura 2.15 apresenta a localização das grandes barragens inventariadas na RH3, incluindo as barragens de Aldeiadavila e Saucelle, cujas massas de água são partilhadas com Espanha.

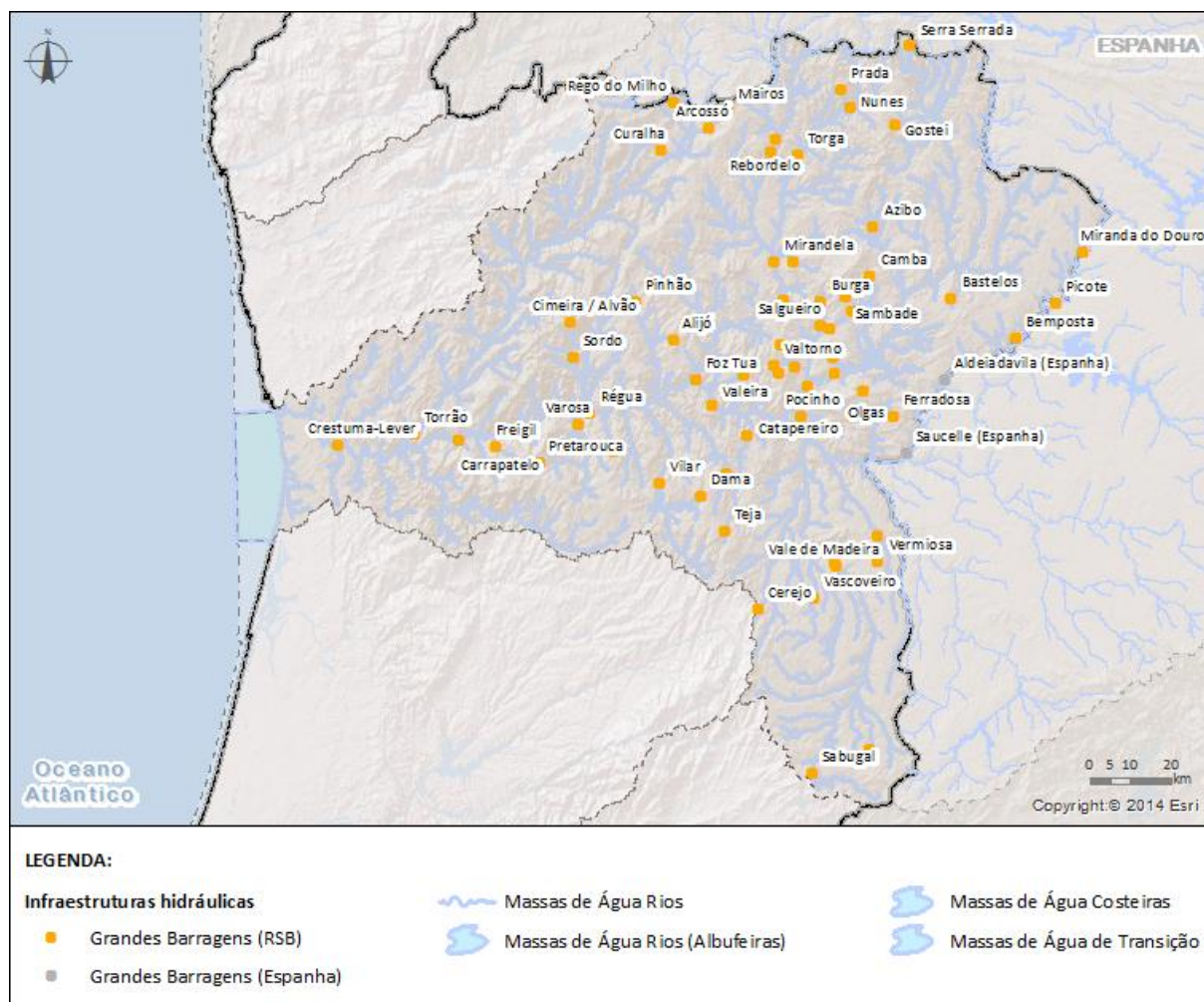


Figura 2.15 – Grandes barragens na RH3

Grande parte das barragens para abastecimento público está localizada nas sub-bacias do Douro, Tua, Sabor, Côa e Távora. Relativamente à produção de energia, os principais centros de produção localizam-se no Douro nacional e internacional e na sub-bacia do Tâmega. Em termos agrícolas, destacam-se as infraestruturas hidroagrícolas de Macedo de Cavaleiros (Azibo), do vale da Vilariga e de Chaves.

Alterações morfológicas devido à regularização fluvial

Os principais impactes decorrentes da regularização de linhas de água e/ou da implementação de infraestruturas nas margens estão relacionados com a perda da galeria ripícola e da conectividade lateral. A regularização fluvial pode também implicar alterações na morfologia (leito e margens) e no escoamento.

Na RH3 este tipo de intervenções não tem expressão significativa.

Alterações morfológicas devido à extração de inertes

As pressões decorrentes da extração de inertes, que incluem intervenções de desassoreamento das zonas de escoamento e de expansão das águas de superfície, da qual resulta a retirada de materiais aluvionares granulares, nomeadamente siltes, areia, areão, burgau, godo, cascalho, terras arenosas e lodos diversos, conduzem à alteração das características morfológicas das linhas de água.

A extração de inertes, em águas públicas, só é permitida quando se encontre prevista em plano específico de gestão das águas, enquanto medida de conservação e reabilitação da rede hidrográfica e zonas ribeirinhas, como medida de conservação e reabilitação de zonas costeiras e de transição, ou ainda como medida necessária à criação ou manutenção de condições de navegação em segurança e da operacionalidade de portos.

Neste conjunto de intervenções destacam-se, pelo potencial risco associado, as extrações periódicas de inertes, destinada a assegurar as condições de navegabilidade e acessibilidade a portos comerciais, de pesca, marinas, cais de acostagem ou outras infra-estruturas de apoio à navegação.

Na RH3 não foram licenciadas extrações de inertes em domínio público hídrico, sendo que apenas são efetuados trabalhos de extração de inertes, associados às operações regulares de manutenção do canal de navegabilidade do Douro, da foz do Douro a Barca d'Alva, pelo IPTM, numa extensão de cerca de 208 km. Estes trabalhos não estão a ser quantificados pelo IPTM em termos de volume.

2.3.1.2. Alterações no regime hidrológico

A metodologia utilizada para caracterização das pressões devidas às alterações do regime hidrológico em rios, contempla abordagens distintas para os seguintes tipos de alterações, devido a:

- Captações de água (tema incluído no capítulo das pressões quantitativas);
- Transferência de água através de circuitos de transvase;
- Alterações a jusante de uma central hidroelétrica;
- Circuitos hidroelétricos;
- Alterações a jusante de barragens com albufeiras com capacidade de regularização.

Alteração do regime hidrológico devido à transferência de água através de circuitos de transvase

O principal impacto caracterizado neste item está relacionado com transferência de água através de circuitos de transvase para outra massa de água ou bacia hidrográfica.

O Quadro 2.38 apresenta uma síntese das transferências de água na RH3 em ano médio.

Quadro 2.38 - Transferências de água através de circuitos de transvase na RH3

Objetivo	Caudal (m³/dia)	Massa de água de origem	Massa de água de destino
Produção de energia	89065,75	03DOU0372 - Ribeira da Teja	03DOU0353 - Valeira
	309282,19	03DOU0436 - Vilar-Tabuaço	03DOU0355 - Rio Távora
Fins múltiplos	2852,05	03DOU0284 - Ribeira do Zacarias	03DOU0318 - Ribeira do Calvário
	2095,89	03DOU0290 - Ribeira da Vilariça	03DOU0318 - Ribeira do Calvário
Rega	32876,71	03DOU0503 - Sabugal	RH5 – Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste

O transvase mais relevante em termos estratégicos corresponde à transferência da albufeira da barragem de Sabugal para a de Meimoa (na RH5) para reforço do perímetro afeto ao aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira.

Alteração do regime hidrológico a jusante de uma central hidroelétrica e devido a circuitos hidroelétricos

Neste item é caracterizado o impacto resultante de:

- Alterações decorrentes de barragens com capacidade de regularização para produção de energia hidroelétrica por concentração do turbinamento nas horas nobres do diagrama de carga;
- Circuitos hidroelétricos (redução significativa do escoamento no troço de linha de água entre a barragem e a restituição a jusante da central).

O Quadro 2.39 apresenta um inventário dos aproveitamentos hidroelétricos existentes na RH3, incluindo as grandes barragens e os pequenos produtores, bem como os aproveitamentos do Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico, ainda em construção ou fase final de entrada em exploração.

Quadro 2.39 - Aproveitamentos hidroelétricos existentes na RH3

Aproveitamento hidroelétrico	Conclusão da obra (ano)	Caudal máximo turbinado (m³/s)	Barragem a jusante (S/N)	Regime de caudais ecológicos (S/N)	Comprimento da MA entre barragem e a restituição a jusante da central (km)
Aldeadavila (ES)	1963		S	Em cascata	-
Baixo Sabor -escalão montante	2015	140	S	Em cascata	-
Baixo Sabor -escalão jusante	2015	110	S	Em cascata	-
Bemposta	1964	152,00	S	Em cascata	-
Bouçoais-Sonim	2004	22,00	N	S	1,770
Carrapatelo	1972	290,00	S	Em cascata	-
Catapereiro	1999	3,00	N	S	
Crestuma-Lever	1986	450,00	N	Fio-de-água	-
Freigil	1955	4,00	S	N	0,840
Miranda do Douro	1960	514,00	S	Em cascata	-
Nunes	1995	12,00	N	S	4,720
Picote	1958	117,00	S	Em cascata	-
Pocinho	1983	390,00	S	Em cascata	-
Rebordelo	2004	24,40	N	S	1,900
Régua	1973	316,00	S	Em cascata	-
Saucelle (ES)	1956		S	Em cascata	-
Senhora de Monforte	1993	12,50	N	S	3,100
Torrão	1988	161,00	S	Em cascata	-
Valeira	1976	360,00	S	Em cascata	-
Varosa	1976	15,80	N		3,350
Vilar	1965	9,00	N	N	26,000
Sordo	1997	3,60	N	S	4,100
Serra Serrada	1989	n.d.			
Mirandela (Pte. Europa)	1994	28,00	N	S	Central pé de barragem
Agilde	2012	1,42	N	S	Circuitos hidráulicos
Alvadia	1993	1,50	N	S	4,160
Aregos	1958	1,46	N	N	2,320
Assobio	2004	1,35	N	S	Circuitos hidráulicos
Bragadas	1999	8,20	N	S	**
Bragado	1998	2,20	N	S	3,530

Aproveitamento hidroelétrico	Conclusão da obra (ano)	Caudal máximo turbinado (m³/s)	Barragem a jusante (S/N)	Regime de caudais ecológicos (S/N)	Comprimento da MA entre barragem e a restituição a jusante da central (km)
Candemil	2011	2,20	N	S	1,2
Canedo	2008	5,38	N	S	7,900
Casal	n.d.	1,20	N	S	1,800
Cefra	1995	3,30	N	N	2,210
Chelo I - Mourães	n.d.	3,87	N		Central pé de barragem
Chelo II	n.d.	3,87	N		Central pé de barragem
Covas do Barroso	1996	5,70	N	S	3,010
Ermida	1993	2,35	N	S	3,440
Fráguas	1993	4,30	N	S	1,470
Gimonde	1991	6,50	N		n.d.
Granja do Tedo	2007	1,60	N	S	3
Hortas*	n.d.	3,90	N	S	Central pé de barragem
Lomba	n.d.	5,60	N		-
Misarela	2004	0,40	N	S	1,3
Moinhos de Moiratão	2012	1,20	N	S	1,5
Montesinho	1995	n.d.	N		0,670
Ovadas	1993	2,15	S	S	2,850
Pego Negro	1942/2013 ³	1,70	N	S	0,9
Peneda	1903/1992 ³	8,00	N	S	Central pé de barragem
Penhas Altas	1997	4,40	N	S	0,2
Pereira	2006	2,00	N	S	2,550
Pinhel	2004	5,00	N	S	4,120
Pinhel (R.ª da Pega)	2000	5,00	N	S	3,710
Riba Côa*	1906	1,74	N	N	0,600
Ribadouro	1993	1,80	N	S	1,750
Senhora do Salto	1993	8,00	N		0,6
Terragido	1993	10,00	N	S	2,820
Torga	1994	18,00	N	S	2,830
Trutas	2010	8,30	N	S	0,5
Ucanha - Gouveias	2001	5,25	N	S	3,000
Vale de Madeira	2008	12,00	N	S	Central pé de barragem
Vale Soeiro	1994	10,00	N	S	1,270
Vales	2008	2,90	N	S	3,450
Vila Viçosa	1994	4,38	N	S	Circuitos hidráulicos
Ponte Nova	1999	4,5	N	S	Central pé de barragem
Quinta da Fervença	1999	4,5	N	S	Central pé de barragem

* Concessões caducadas. Em breve serão emitidos novos contratos de concessão.

** Açude na massa de água PT03DOU0300 (Rio Beça) e restituição na massa de água PT03DOU0233 (Rio Tâmega)

n.d. – Não disponível

Alteração do regime hidrológico à escala sazonal, anual ou interanual a jusante de barragens com albufeiras com capacidade de regularização

Neste item é caracterizado o impacto resultante das alterações sazonais a jusante de barragens com albufeiras com capacidade de regularização.

O Quadro 2.40 apresenta um inventário das barragens com capacidade de regularização na RH3.

Quadro 2.40 - Barragens com capacidade de regularização na RH3

Barragens	Finalidade	Regime de caudais ecológicos - RCE (S/N)	Volume útil das albufeiras (hm³)	Escoamento total em ano médio na secção da barragem (hm³)	Coefficiente de Regularização
Bastelos	Abastecimento público	N	1,20	6,40	0,19
Sambade		S	1,06	n.a.	n.a.
Alijó		N	1,59	26,00	0,06
Carviçais / Vale de Ferreiro		N	0,99	19,50	0,05
Palameiro		N	0,26	2,66	0,09
Peneireiro		N	0,67	1,33	0,50
Ferradosa		S	0,63	19,50	0,03
Valtorno		S	1,12	3,33	0,33
Ranhados		N	1,79	26,60	0,07
Pretarouca		S	2,62	30,20	0,09
Teja		N	2,74	29,50	0,09
Vascoveiro		N	2,40	23,40	0,10
Arcossó		S	4,55	9,54	0,47
Arroio		S	0,14	0,11	1,27
Cimeira / Alvão		N	1,50	n.a.	n.a.
Fonte Longa		N	0,80	10,08	0,08
Olgas		S	0,74	4,52	0,16
Pinhão		S	3,60	n.a.	n.a.
Ponte Pedrinha		N	0,10	n.a.	n.a.
Vale Covo / Salgueiral		S	0,13	2,90	0,05
Vale de Madeiro	Rega	N	1,34	9,60	0,14
Rego do Milho		N	1,88	n.a.	n.a.
Burga		N	1,38	2,55	0,54
Salgueiro		N	1,65	8,50	0,19
Santa Justa		N	3,48	6,80	0,51
Vermiosa		N	2,20	4,40	0,50
Cerejo		N	4,68	27,80	0,17
Alfaiates		N	0,65	48,70	0,01
Curalha		N	0,79	ver	ver
Dama		N	n.a.	n.a.	n.a.
Gostei		N	1,38	26,10	0,05
Mairos		N	0,36	0,79	0,45
Prada		N	0,33	4,80	0,05
Ribeiro Grande e Arco		N	4,33	11,97	0,36

Barragens	Finalidade	Regime de caudais ecológicos - RCE (S/N)	Volume útil das albufeiras (hm³)	Escoamento total em ano médio na secção da barragem (hm³)	Coefficiente de Regularização
Frechas - Cachão	Produção de energia	N	n.a.	n.a.	n.a.
Aldeadavila (ES)		N	56,03	8 143,10	0,91
Baixo Sabor / Escalão Montante		Cascata	470,00	917	n.a.
Baixo Sabor / Escalão Jusante		Cascata	172,00	917	n.a.
Varosa		N	12,94	223,90	0,01
Valeira		Cascata	8,00	10 274,40	0,81
Saucelle (ES)		Cascata	181,00	8 186,70	0,93
Bouçoais-Sonim		S	1,37	256,08	0,01
Catapereiro		S	4,08	49,8	0,14
Freigil		N	0,13	n.a.	n.a.
Nunes		S	0,01	n.a.	n.a.
Rebordelo		S	3,13	250,80	0,01
Régua		Cascata	12	12 039,60	0,71
Senhora de Monforte		S	0,03	427,40	0,03
Azibo	Fins Múltiplos	S	46,67	22,30	2,09
Serra Serrada		N	1,50	11,90	0,13
Camba		N	1,08	n.a.	n.a.
Sordo		N	0,85	51,60	0,02
Alfândega da Fé / Estevaíinha		N	1,30	7,40	0,18
Armamar		N	2,80	8,80	0,32
Vilar		N	95,27	n.a.	n.a.
Santa Maria de Aguiar		N	5,12	21,30	0,34
Miranda do Douro		Cascata	6,4	7 444,80	0,56
Picote		Cascata	13,4	7 517,60	0,56
Bemposta		Cascata	20	7 548,40	0,56
Pocinho		Cascata	12	9 231,90	0,82
Carrapatelo		Cascata	15,6	13 010,40	0,66
Torrão		Cascata	77,00	2 226,10	0,16
Crestuma-Lever		Fio-de-água	22,5	16 296,70	0,55
Sabugal		S	10,40	48,60	0,21
Mirandela		S	0,55	1198,5	0,16

n.a. – não aferido

2.3.2. Águas superficiais - Costeiras e de transição

As pressões hidromorfológicas em águas costeiras e de transição são tipicamente devidas às seguintes intervenções ou infraestruturas:

- Barragens/açudes nos rios afluentes às massas de água;
- Assoreamentos;
- Molhes e quebra-mares;

- Pontes e pontões;
- Dragagens;
- Obras de proteção marginal;
- Outras obras de proteção costeira.

A existência de barragens e açudes nos rios poderá ter impactes nas águas de transição e costeiras, implicando, em função da sua localização na região hidrográfica, alterações ao nível do fluxo de água doce e de nutrientes e também do transporte de sedimentos.

O Quadro 2.41 apresenta um inventário das intervenções e infraestruturas, consideradas significativas, existentes em águas de transição e costeiras na RH3.

Quadro 2.41 - Intervenções e infraestruturas existentes em águas de transição e costeiras na RH3

Intervenção/infraestrutura	N.º	Extensão intervencionada (km)	Área intervencionada (km²)
Assoreamentos	4	n.d.	0,16 ⁽¹⁾
Quebramares	3	1,25	n.d.
Dragagens	1	208	n.d.
Obras de proteção marginal	8	20,57 ⁽³⁾	n.d.
Esporões	1	0,20	
Defesa costeira	6	1,525 ⁽²⁾	0,01 ⁽¹⁾

n.d. – não disponível

⁽¹⁾ Corresponde a uma intervenção

⁽²⁾ Corresponde a duas intervenções

⁽³⁾ Corresponde a três intervenções

A área costeira da RH3 está sujeita a um forte processo erosivo, sendo por isso submetida a um conjunto de intervenções relevantes, que implicam uma monitorização permanente da linha de costa. As áreas críticas com maior risco de erosão costeira são a faixa litoral entre Espinho e a Barrinha de Esmoriz, a área da Granja e, potencialmente, a zona do Cabedelo (não se conhece ainda o efetivo comportamento dos molhes da embocadura do rio Douro sobre a estabilidade desta zona).

2.4. Pressões biológicas

As principais pressões biológicas sobre as massas de água identificáveis associam-se com as cargas piscícolas em meio dulçaquícola e com a presença de espécies exóticas.

2.4.1. Espécies exóticas

Em Portugal, a introdução na natureza de espécies não indígenas, bem como a sua detenção, são regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 4 - E/2000, de 31 de janeiro. Este diploma encontra-se atualmente em revisão, consequência não apenas da deteção de algumas lacunas e incongruências identificadas no âmbito da aplicação do diploma legal, mas também por se pretender acompanhar os desenvolvimentos legislativos, como a adoção da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, ou a aprovação do novo regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade através do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, diplomas que confirmam a importância desta matéria no quadro da conservação da diversidade biológica. A revisão inclui também a atualização da lista de espécies não indígenas com ocorrência no território nacional, bem como o risco ecológico associado.

Portugal tem um número considerável de espécies exóticas (peixes, plantas, invertebrados, anfíbios, répteis) aclimatadas em águas interiores (e.g., Godinho, 2006, Aguiar *et al.*, 2007, Ribeiro *et al.*, 2008, Pinheiro, 2010), algumas há já vários séculos, mas também nas águas costeiras e nos estuários.

Pelas áreas relativamente vastas onde ocorrem, devem ser realçadas algumas espécies piscícolas dulçaquícolas (de que se salientam espécies como a perca-sol, *Lepomis gibbosus*, o achigã, *Micropterus salmoides*, a carpa, *Cyprinus carpio* e o alburno, *Alburnus alburnus*) e o lagostim-vermelho do Luisiana, *Procambarus clarkii*. Várias das espécies exóticas presentes em sistemas aquáticos portugueses têm sido consideradas como um dos fatores importantes na estruturação de alguns ecossistemas aquáticos, podendo contribuir não apenas para o declínio de taxa nativos (e.g. pequenos ciprinídeos endémicos da Península Ibérica) mas também para alterar aspetos funcionais dos ecossistemas. O sucesso da invasão dos sistemas aquáticos portugueses por espécies exóticas, sobretudo dos fluviais, parece ser fortemente mediado pelas características do *habitat*; sistemas mais artificializados, como as albufeiras e os canais, facilitam e estimulam a invasão, enquanto sistemas mais naturais permitem a dominância de espécies nativas. Assim, a presença de espécies exóticas contribui diretamente para a diminuição do estado ecológico de uma massa de água, mas também é parcialmente condicionada pelo estado global da mesma.

O Quadro 2.42 apresenta as espécies de macroinvertebrados exóticos (crustáceos e bivalves) introduzidos na RH3.

Quadro 2.42 – Principais espécies de macroinvertebrados exóticos (crustáceos e bivalves) introduzidos na RH3

Espécies	Nome vulgar	Nome científico
Crustáceos	Lagostim-vermelho do Luisiana	<i>Procambarus clarkii</i>
	Lagostim-sinal	<i>Pacifastacus leniusculus</i>
Moluscos	Amêijoia-asiática	<i>Corbicula fluminea</i>

O Lagostim-vermelho do Luisiana encontra-se em todo o território nacional. No que se refere ao Lagostim-sinal, foi detetado pela primeira vez em Portugal em 1997, no rio Maças, tendo-se difundido na sua bacia hidrográfica nos últimos anos.

Em relação aos macrófitos, alguns *taxa* exóticos contribuem também para a redução do estado ecológico de várias massas de água. Uma percentagem destes *taxa* apresenta comportamento invasivo, gerando problemas também quanto ao funcionamento de infraestruturas hidráulicas, como os canais de rega.

O Quadro 2.43 apresenta as principais espécies de macrófitos invasores existentes em Portugal.

Quadro 2.43 – Principais espécies de macrófitos invasores existentes em Portugal

Nome científico	Nome vulgar
<i>Acacia dealbata</i>	Mimosa
<i>Acacia longifolia</i>	Acácia-de-espigas
<i>Acacia melanoxylon</i>	Acácia-da-austrália
<i>Ailanthus altissima</i>	Ailanto-da-china
<i>Azolla filiculoides</i>	Azola
<i>Conyza bonariensis</i>	Avoadinha-peluda
<i>Datura stramonium</i>	Figueira-do-inferno
<i>Eichhornia crassipes</i>	Jacinto-de-água
<i>Galinsoga parviflora</i>	Erva-da-moda
<i>Oxalis pes-caprae</i>	Azedas
<i>Robinia pseudoacacia</i>	Falsa-acácia
<i>Tradescantia fluminensis</i>	Erva-da-fortuna
<i>Myriophyllum aquaticum</i>	Milefólio-aquático
<i>Elodea canadensis</i>	Estrume-novo

Nome científico	Nome vulgar
<i>Salvinia molesta</i>	Espécie invasora com origem no sudeste do Brasil
<i>Spartina densiflora</i>	Espécie invasora com origem na América do Sul

Fonte: adaptado de Aguiar *et al.*, 2007 e Marchante *et al.*, 2009

A introdução das espécies de flora exótica encontra-se geralmente associada a fins ornamentais e de produção florestal, ou ainda para a fixação de solos (principalmente em zonas costeiras). Algumas das espécies apresentam um crescimento muito rápido, com grande produção de sementes, colonizando rapidamente locais perturbados, e formando povoamentos densos que inviabilizam o desenvolvimento de espécies nativas.

Quanto à ocorrência de *taxa* exóticos marinhos em estuários e zonas costeiras, identificam-se no Quadro 2.44 as espécies encontradas na RH3.

Quadro 2.44 - Espécies exóticas existentes em águas costeiras e de transição⁵, na RH3

Nome científico	Nome vulgar
<i>Styela clava</i>	Espécie de Ascídia

2.4.2. Carga piscícola

Um dos efeitos negativos indiretos passíveis de ser causado pela pesca desportiva em águas interiores está relacionado com o aumento da carga piscícola nas massas de água, resultante de ações de biomanipulação realizadas de forma não regulada.

As cargas piscícolas em meio dulçaquícola, particularmente nas albufeiras, podem contribuir para a promoção de fenómenos de eutrofização, nomeadamente através da ressuspensão de nutrientes contidos nos sedimentos ou através dos seus efeitos na cadeia trófica (e.g. o aumento ou diminuição de peixes plantívoros influencia a biomassa de zooplâncton e, consequentemente, a biomassa fitoplantónica).

No entanto o aumento da carga piscícola é, sobretudo, uma consequência dos níveis de nutrientes existentes na massa de água e não a sua causa. Não obstante os elevados períodos de crescimento de grande parte das espécies piscícolas que ocorrem nas massas de água portuguesas - resultantes das elevadas temperaturas da água e da estrutura trófica simplificada das associações piscícolas existentes (sem predadores naturais) – contribuem para os problemas associados às elevadas cargas piscícolas, pelo que a redução da carga piscícola nas massas de água pode contribuir para a minimização desses problemas.

⁵ Fonte: Compilação de informação do projeto INSPECT – “Espécies exóticas marinhas introduzidas em estuários e zonas costeiras Portuguesas: padrões de distribuição e abundância, vetores e potencial de invasão” e Garaulet, 2011.

3. PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização compreende, de acordo com o definido na LA, o processo sistemático de recolha e processamento de informação sobre as várias componentes do ciclo hidrológico e elementos de qualidade para a classificação do estado das massas de água, visando acompanhar o comportamento das mesmas no cumprimento dos objetivos estabelecidos na legislação e, assim, determinar a eficácia dos programas de medidas estabelecidos nos PGRH. Os programas de monitorização podem também ser utilizados para aferir os sistemas de classificação e para aprofundar a caracterização das condições de referência, bem como o conhecimento sobre o efeito das pressões nas massas de água.

O artigo 8.º da DQA determina os requisitos para a monitorização das massas de água e o Documento Guia nº 7 – “*Monitoring under the Water Framework Directive – Working Group 2.7*” (WFD CIS, 2003) estabelece as linhas orientadoras para a definição dos programas de monitorização. Encontram-se estabelecidos programas de monitorização de **vigilância**, **operacional** e, onde necessário, de **investigação**. No caso das zonas protegidas, os programas de monitorização são complementados com os requisitos especificados na legislação que regula cada uma dessas zonas.

Os principais objetivos da monitorização são os seguintes:

- Avaliar o estado das massas de água;
- Avaliar alterações, de longo prazo, nas condições naturais;
- Avaliar alterações, de longo prazo, resultantes das atividades humanas;
- Estimar as cargas poluentes transferidas entre fronteiras internacionais ou descarregadas no mar;
- Avaliar as alterações das massas de água identificadas como estando em risco, em resposta às medidas aplicadas para melhoria ou prevenção da deterioração;
- Apoiar a identificação das causas do não cumprimento dos objetivos ambientais das massas de água, quando a razão para esse não cumprimento não tenha sido identificada;
- Apoiar a identificação da magnitude e impactes da poluição accidental;
- Apoiar a aferição dos sistemas de classificação;
- Avaliar o cumprimento dos objetivos e obrigações estabelecidas ao nível das zonas protegidas;
- Caracterizar as condições de referência (onde existem) para as massas de água superficiais.

A monitorização assume assim uma importância significativa na obtenção de dados quantitativos e qualitativos sobre o estado das massas de água e sobre a eficácia das medidas de melhoria implementadas. No entanto, este é um processo dispendioso, pelo que muitas vezes é necessário recorrer à modelação matemática para complementar a informação disponível, reduzindo os custos e viabilizando uma abordagem combinada aos problemas.

A determinação do estado das massas de água implica a monitorização, no caso das águas superficiais, de componentes biológicas, químicas, físico-químicas e hidromorfológicas, e no caso das águas subterrâneas, químicas e quantitativas.

3.1. Águas superficiais

Para cada período de vigência de um PGRH (6 anos) são estabelecidos: um programa de monitorização de vigilância, um programa de monitorização operacional e, caso necessário, programas de monitorização de investigação.

O Programa de Monitorização de Vigilância destina-se a fornecer informações que permitam:

- i) Completar e validar o processo de avaliação do impacto;
- ii) Conceber de forma eficaz e eficiente futuros programas de monitorização;

- iii) Avaliar as alterações a longo prazo nas condições naturais (rede de referência);
- iv) Avaliar as alterações a longo prazo resultantes do alargamento da atividade antropogénica.

O Programa de Monitorização Operacional é efetuado com os seguintes objetivos:

- i) Determinar o estado das massas de água identificadas como estando em risco de não atingirem os objetivos ambientais ou onde são descarregadas substâncias prioritárias em quantidades significativas;
- ii) Avaliar a evolução do estado das massas de água em resultado da aplicação dos programas de medidas definidos nos PGRH.

O Programa de Monitorização de Investigação é implementado quando:

- i) não se conhece o motivo de eventuais excessos (nos resultados da monitorização);
- ii) a monitorização de vigilância indicar que é provável que não venham a ser atingidos os objetivos especificados na LA para uma determinada massa de água, e não tiver ainda sido efetuada monitorização operacional, a fim de determinar as respetivas causas;
- iii) se pretende avaliar a magnitude e o impacto da poluição accidental, bem como o cumprimento dos objetivos e medidas específicas necessárias para corrigir os efeitos da poluição accidental.

Salienta-se ainda que, em conformidade com o previsto na Diretiva filha das Substâncias Prioritárias, iniciou-se em 2013 o programa de monitorização de substâncias prioritárias em sedimentos no sentido de avaliar a sua tendência.

O Quadro 3.1 apresenta as características da rede de monitorização para avaliação do estado/potencial ecológico e do estado químico das massas de água superficiais na RH3.

Quadro 3.1 – Rede de monitorização do estado/potencial ecológico e do estado químico das águas superficiais na RH3

Redes de monitorização		Categoria			
		Rios	Rios (albufeiras)	Águas de transição	Águas costeiras
Rede de Vigilância	Estações de monitorização (N.º)	76	21	5	3
	Massas de água monitorizadas (N.º)	59	12	3	1
Rede Operacional	Estações de monitorização (N.º)	91	3	0	0
	Massas de água monitorizadas (N.º)	71	3	0	0
Total de massas de água na RH (N.º)		367	20	3	2
Massas de água monitorizadas na RH (%)		35	75	100	50

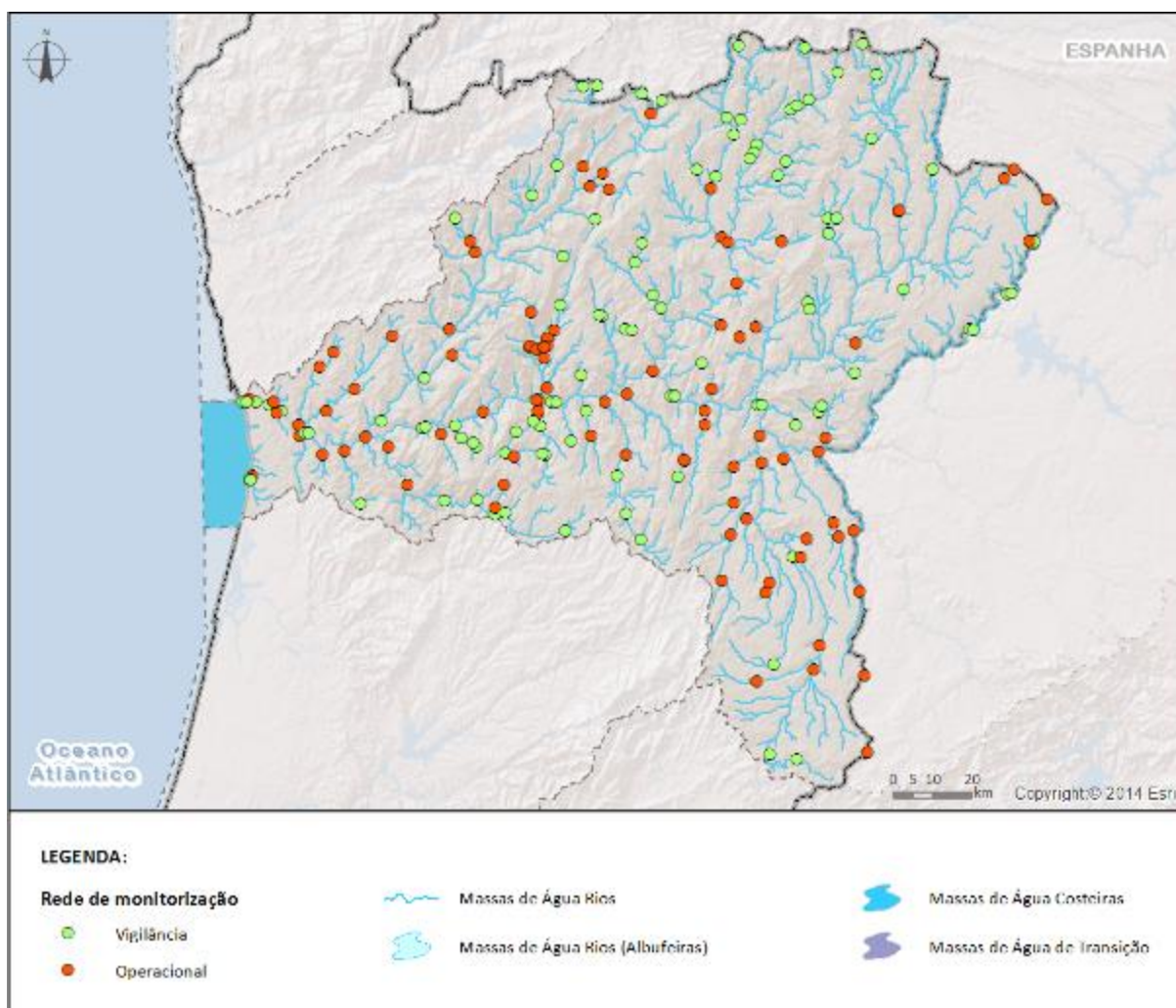
NOTA: No total das massas água rios consideraram-se as 2 massas de água artificiais que não são monitorizadas. No caso das albufeiras, 2 são espanholas e 3 correspondem às albufeiras criadas pelas novas barragens (Foz-Tua, Baixo-Sabor e respetivo contraembalse).

Na RH3, as redes operacional e de vigilância garantem a monitorização de 35% das massas de água da categoria rios e 75% da categoria rios – albufeiras, 50% da categoria e 50% da categoria águas costeiras. Todas as massas de água da categoria águas de transição são monitorizadas.

De referir ainda que estas redes incluem 9 pontos, 8 de vigilância e 1 operacional, monitorizados no âmbito da CADC. Acresce que, sempre que não existam estações de monitorização em território nacional são

utilizados os dados provenientes de estações localizadas em Espanha, de forma conjunta no âmbito dos trabalhos de cooperação entre os dois países.

O mapa da Figura 3.1 representa a localização das estações de monitorização de vigilância e operacionais na RH3.



3.2. Águas subterrâneas

Um dos objetivos da DQA é assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição.

De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, as especificações técnicas e os métodos normalizados de análise e de controlo do estado das massas de água subterrâneas são definidos por decreto regulamentar e têm em consideração o disposto no anexo VII do referido decreto.

Os programas de monitorização para as águas subterrâneas, incluem a monitorização dos estados químico e quantitativo.

Assim, e segundo o Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, são definidos para as águas subterrâneas:

- ✓ um programa de monitorização do estado quantitativo;
- ✓ um programa de monitorização do estado químico que engloba dois tipos de monitorização – vigilância e operacional.

A monitorização do estado quantitativo visa fornecer uma avaliação fiável do estado quantitativo das massas de água subterrânea, onde se inclui uma avaliação dos recursos hídricos subterrâneos disponíveis.

A rede de monitorização do estado químico é estabelecida de modo a proporcionar uma panorâmica coerente e completa das águas subterrâneas em cada região hidrográfica e permitir detetar a presença de tendências a longo prazo, antropogenicamente induzidas, para o aumento da concentração de poluentes. Desta forma, a monitorização do estado químico engloba a caracterização das massas de água subterrâneas e a avaliação do impacto das pressões antropogénicas, para cada período de vigência do PGRH. Com base nesta informação é estabelecido um programa de monitorização de vigilância e com os resultados desse programa define-se um programa de monitorização operacional a aplicar no período remanescente de vigência do plano nas massas de água em risco de não cumprir os objetivos ambientais.

O Quadro 3.2 apresenta a rede de monitorização do estado químico das massas de água subterrâneas na RH3.

Quadro 3.2 – Rede de monitorização do estado químico e do estado quantitativo das águas subterrâneas na RH3

Categoria	Estado químico						Estado quantitativo		
	Rede de vigilância			Rede operacional					
	Estações	Massas de água monitorizadas		Estações	Massas de água monitorizadas		Estações	Massas de água monitorizadas	
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%
Águas subterrâneas	21	2	67	0	0	0	10	2	67

Na RH3 apenas duas das três massas de água subterrânea existentes são monitorizadas ao nível do estado químico e do estado quantitativo.

A rede de monitorização para avaliação do estado químico das massas de água subterrâneas é composta por 21 pontos de monitorização de vigilância e não inclui qualquer ponto de monitorização operacional. A frequência de amostragem na rede de vigilância é semestral, com uma campanha nas águas altas (março-maio) e outra nas águas baixas (setembro-outubro).

A rede de monitorização do estado quantitativo é constituída por 10 pontos, dos quais 9 são poços/furos e 1 é nascente. A frequência das observações dos níveis piezométricos nos poços/furos, bem como do caudal das nascentes, é mensal.

A Figura 3.2 apresenta um mapa com a distribuição dos pontos de monitorização para avaliação do estado químico (vigilância e operacional) nas várias massas de água subterrânea na RH3.

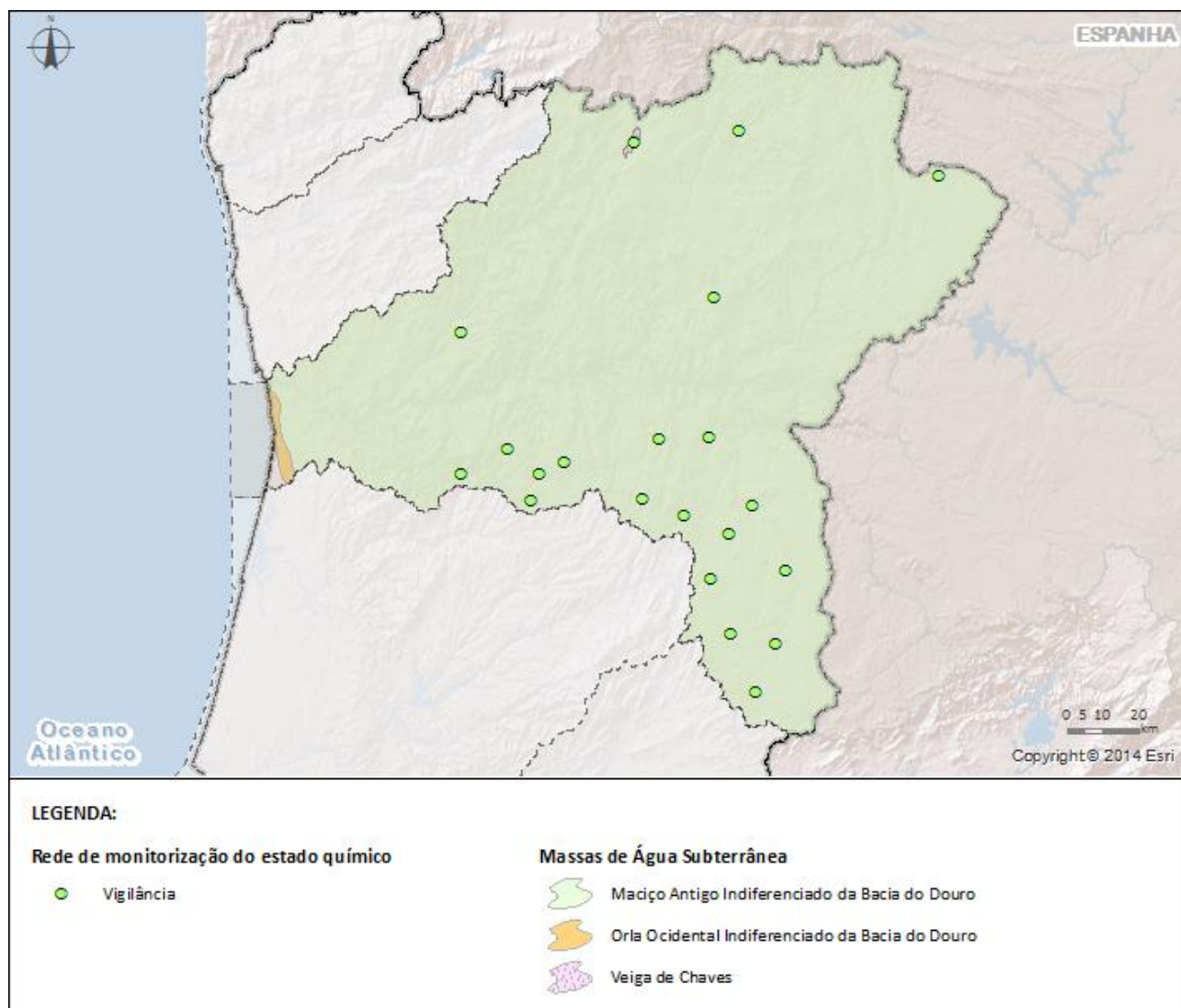


Figura 3.2 – Localização dos pontos de monitorização do estado químico das águas subterrâneas da RH3

A Figura 3.3 apresenta um mapa com a distribuição dos pontos de monitorização para avaliação do estado quantitativo nas massas de água subterrânea na RH3.

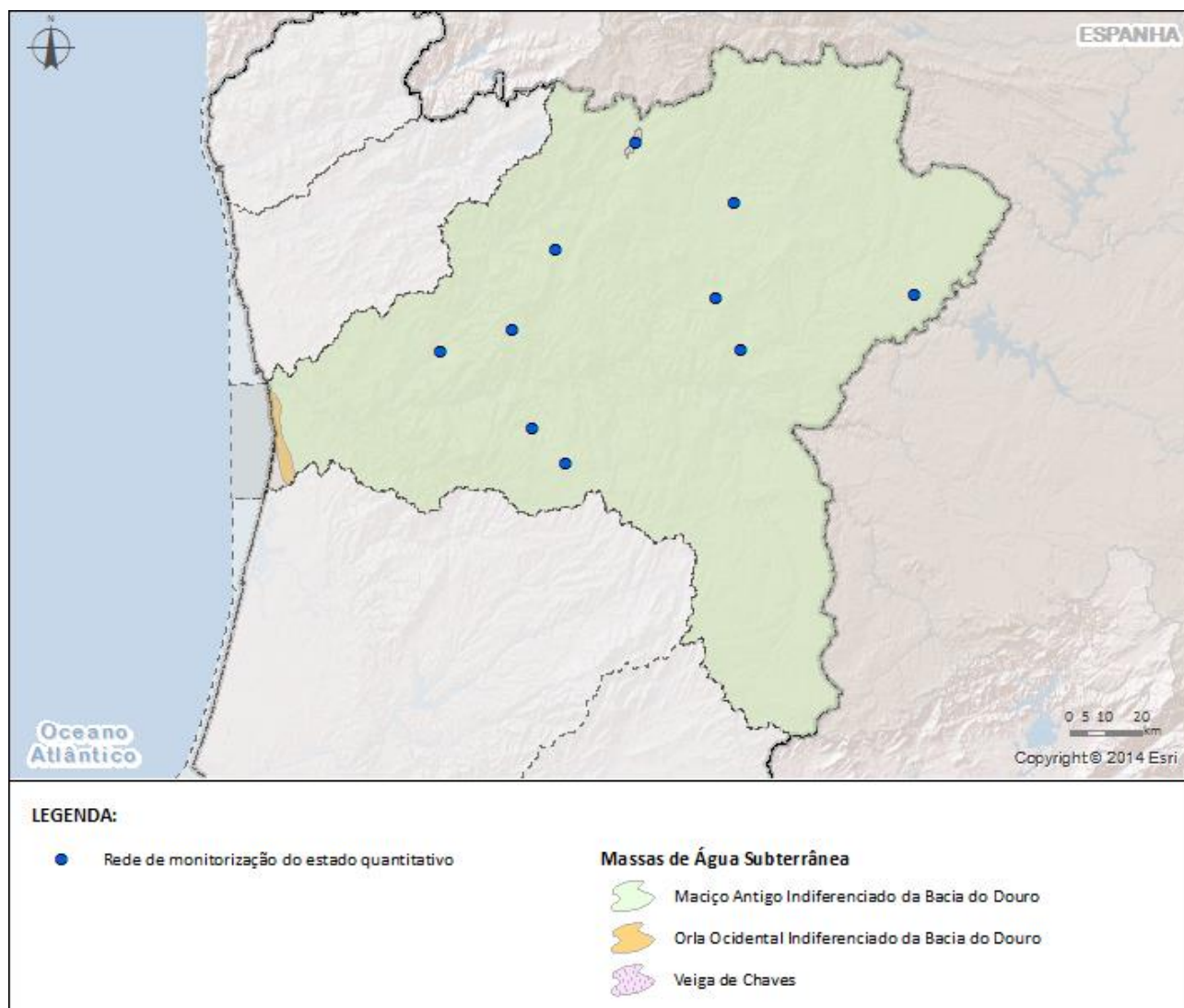


Figura 3.3 – Localização dos pontos de monitorização do estado quantitativo nas massas de água subterrânea da RH3

3.3. Zonas protegidas

Para as zonas protegidas, os programas de monitorização são complementados pela monitorização específica constante da legislação que criou cada uma dessas zonas protegidas.

Os programas de monitorização das Zonas Protegidas integram:

- Locais de captação de água para a produção de água para consumo humano;
- Zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico;
- Massas de água designadas como águas de recreio, incluindo zonas designadas como águas balneares;
- Zonas designadas como vulneráveis aos nitratos de origem agrícola;

○ Zonas de captação de água para a produção de água para consumo humano

Para as massas de águas superficiais designadas para a captação de água destinada à produção de água para consumo humano, que fornecem em média mais de 100 m³ por dia, foram estabelecidos programas

de monitorização de acordo com a frequência estabelecida no ponto 1.3.5. do Anexo V da DQA. Assim, as massas de água nesta situação foram identificadas como pontos a monitorizar e sujeitas a monitorização suplementar de forma a cumprir os requisitos do artigo 8º da DQA e do artigo 54.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro. Nessas massas de água foram monitorizadas:

- Todas as substâncias descarregadas pertencentes à lista de substâncias prioritárias de acordo com a Diretiva 2008/105/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro;
- Todas as outras substâncias descarregadas em quantidades significativas passíveis de afetar o estado dessas águas e que são sujeitas a controlo de acordo com a Diretiva 98/83/CE, transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

○ Zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico

A Diretiva Comunitária 78/659/CEE, transposta para a legislação nacional através do Decreto-Lei n.º 236/98, 1 de agosto, implica a designação de troços como águas piscícolas – de Salmonídeos e de Ciprinídeos - sendo esses troços considerados como zonas protegidas. Esta Diretiva foi revogada pela DQA no final de 2013, pelo que só no 3º ciclo de planeamento a classificação destas zonas será realizada nos termos da DQA.

A Diretiva 79/923/CE do Conselho, de 30 de outubro, relativa à qualidade das águas do litoral e salobras para fins aquícolas – águas conquícolas, foi transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 236/98, 1 de agosto, estabelecendo normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. Estabelece no seu artigo 41º que sejam classificadas as águas conquícolas.

Até ao momento não houve classificação de águas conquícolas.

As zonas destinadas à produção de bivalves para consumo humano são monitorizadas pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

○ Zonas designadas como águas balneares

Para as massas de água designadas como águas balneares a monitorização deve ser complementada com as exigências da Diretiva 2006/7/CE, transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 135/2009, 3 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio.

○ Zonas designadas como vulneráveis aos nitratos de origem agrícola

As zonas vulneráveis aos nitratos de origem agrícola são definidas no âmbito da Diretiva 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro, transposta para o quadro jurídico português pelo Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de setembro, com as posteriores alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 68/99, de 11 de março, com o objetivo de impedir ou reduzir, a propagação da poluição das massas de água causada ou induzida por nitratos, cuja origem resida na atividade agrícola.

A monitorização das zonas vulneráveis associadas às massas de água subterrâneas está contemplada pela análise do respetivo estado químico, sendo que para as massas de água superficiais esta avaliação se encontra abrangida pelo estado/potencial ecológico.

Na RH3 não estão designadas zonas vulneráveis.

O Quadro 3.3 apresenta o n.º de estações de monitorização referentes às zonas protegidas na RH3.

Quadro 3.3 – Rede de monitorização das zonas protegidas na RH3

Zonas protegidas		Estações (N.º)
Captações de água superficial para a produção de água para consumo humano	Rios	27
	Albufeiras	15
Captações de água subterrânea para a produção de água para consumo humano		20
Águas piscícolas	Salmonídeos	3
	Ciprinídeos	6
Águas balneares	Águas costeiras e de transição	28
	Águas interiores	20

4. CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUA

No 2º ciclo de planeamento 2016-2021, a definição de medidas para a gestão das massas de água obriga à realização de um diagnóstico que integra, obrigatoriamente, a classificação do estado das massas de água com base nos dados recolhidos no âmbito dos programas de monitorização, estabelecidos nos planos de região hidrográfica em vigor.

Para as **águas de superfície** o estado global é resultado da combinação entre o **estado/potencial ecológico** e o **estado químico**.

No caso das **águas subterrâneas** o estado global é obtido através da combinação do **estado químico** e do **estado quantitativo**.

Em ambos os casos esta classificação foi complementada pela avaliação do **estado das zonas protegidas**.

À semelhança do referido no capítulo 2 também a classificação do estado das massas de água pode ser consultada no geovisualizador dos planos, disponível no endereço <http://sniamb.apambiente.pt/pgrh/>.

A Figura 4.1 exemplifica a classificação do estado/potencial ecológico das massas de água superficial na região hidrográfica.

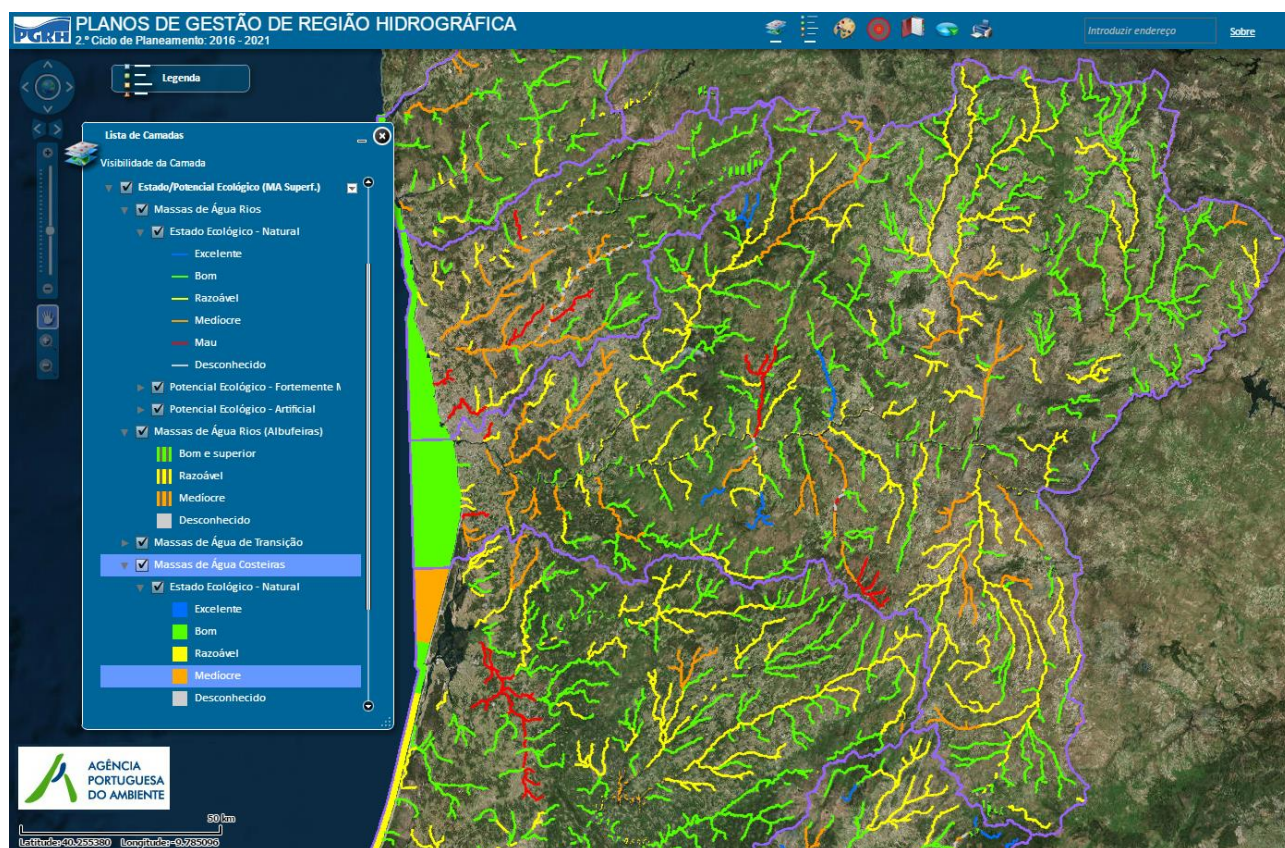


Figura 4.1– Geovisualizador dos PGRH – Classificação do estado/potencial das massas de água superficial

4.1. Estado das massas de água superficial

A avaliação do estado global das águas de superfície naturais inclui a avaliação do estado ecológico e do estado químico. A avaliação do estado global das massas de água artificiais ou fortemente modificadas é realizada através da avaliação do potencial ecológico e do estado químico.

O **estado ecológico** traduz a qualidade da estrutura e do funcionamento dos ecossistemas aquáticos associados às águas superficiais e é expresso com base no desvio relativamente às condições de uma massa de água idêntica, ou seja do mesmo tipo, em condições consideradas de referência. As condições de referência equivalem a um estado que corresponde à presença de pressões antropogénicas pouco significativas e em que apenas ocorrem pequenas modificações físico-químicas, hidromorfológicas e biológicas.

O **potencial ecológico** é expresso com base no desvio ao “máximo potencial ecológico”, que representa as condições biológicas e físico-químicas em que os únicos impactes na massa de água resultam das suas características artificiais ou fortemente modificadas após a implementação de todas as medidas de mitigação que não afetem significativamente os usos ou o ambiente envolvente, de forma a assegurar a melhor aproximação ao *continuum* ecológico, em particular no que respeita à migração da fauna e existência de *habitats* apropriados para a sua reprodução e desenvolvimento.

O estado/potencial ecológico corresponde a uma estimativa do grau de alteração da estrutura e função do ecossistema devido às diferentes pressões antropogénicas e integra a avaliação de elementos de qualidade biológica e de elementos de suporte aos elementos biológicos, isto é, químicos, físico-químicos e hidromorfológicos. A classificação final do estado/potencial ecológico resulta da pior classificação obtida para cada elemento de qualidade.

A definição dos critérios de classificação do estado/potencial ecológico foram estabelecidos por cada estado-membro.

A avaliação do estado químico está relacionada com a presença de substâncias químicas que em condições naturais não estariam presentes ou que estariam presentes em concentrações reduzidas. Estas substâncias são suscetíveis de causar danos significativos para o ambiente aquático, para a saúde humana e para a fauna e flora, devido às suas características de persistência, toxicidade e bioacumulação.

A definição dos critérios de classificação do estado químico foi estabelecida a nível comunitário.

Na Figura 4.2 apresenta-se uma representação esquemática e conceptual da classificação do estado global das águas de superfície (adaptado de UK TAG, 2007).

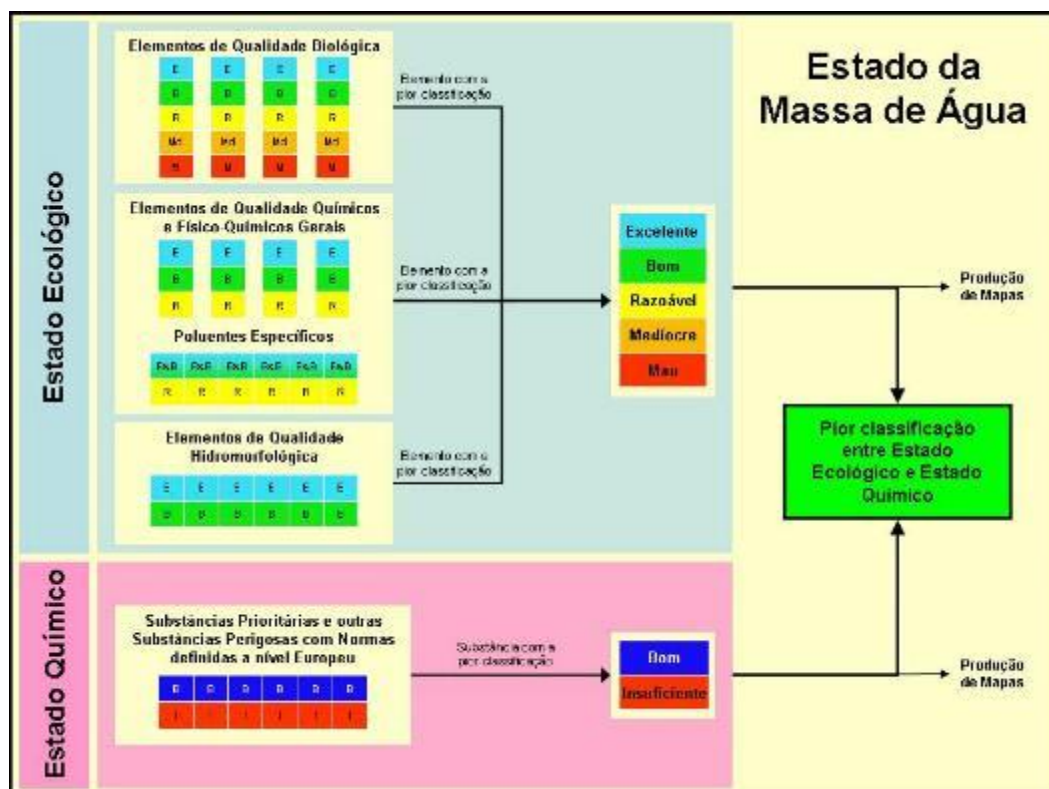


Figura 4.2 - Esquema conceptual do sistema de classificação do estado das águas superficiais (Fonte: adaptado de UK Technical Advisory Group on the Water Framework Directive, 2007)

Para as massas de água que não foram abrangidas pelos programas de monitorização, apresentados no capítulo 4, utilizaram-se métodos indiretos de classificação nomeadamente, modelação, análise pericial e agrupamento de massas de água, nos termos previstos no *Guidance Document No. 7 "Monitoring under the Water Framework Directive"*.

4.1.1. Critérios de classificação do estado

4.1.1.1. Critérios de classificação do estado/potencial ecológico

Tal como no 1º ciclo de planeamento, a avaliação do estado/potencial ecológico baseia-se na classificação de vários elementos de qualidade (biológicos, químicos e físico-químicos e hidromorfológicos) os quais variam de acordo com a categoria de massa de água. A avaliação das massas de água artificiais e fortemente modificadas recorreu aos mesmos elementos de qualidade utilizados na avaliação da categoria de massas de água naturais que mais se assemelha à massa de água artificial ou fortemente modificada em causa.

No Quadro 4.1 são apresentados os elementos de qualidade utilizados na avaliação do estado/potencial ecológico em Portugal Continental.

Quadro 4.1 - Elementos de qualidade utilizados na avaliação do estado/potencial ecológico

Quadro 12 - Elementos de qualidade utilizados na avaliação do estado/potencial ecológico			
Rios	Rios (albufeiras)	Águas de Transição	Águas Costeiras
Elementos de Qualidade Biológica			
Fitobentos - Diatomáceas	Fitoplâncton	Fitoplâncton	Fitoplâncton
Macrófitos		Restante flora aquática	Restante flora aquática
Invertebrados Bentónicos		Invertebrados bentónicos	Invertebrados bentónicos
Fauna Piscícola		Fauna piscícola	
Elementos de Qualidade Hidromorfológica			
Regime Hidrológico	Não definido	Regime marés	Regime marés
Condições Morfológicas		Condições morfológicas	Condições morfológicas
Continuidade do Rio		-	-
Elementos de Qualidade Químicos e Físico-Químicos			
Condições Gerais	Condições Gerais	Condições Gerais	Condições Gerais
Poluentes Específicos	Poluentes Específicos	Poluentes Específicos	Poluentes Específicos

O estado ecológico é classificado numa de cinco classes (Excelente, Bom, Razoável, Medíocre e Mau) enquanto o potencial ecológico é classificado numa de quatro classes (Bom ou superior, Razoável, Medíocre e Mau).

O sistema de classificação dos elementos biológicos recorre à utilização de indicadores representativos (índices) os quais são expressos em Rácios de Qualidade Ecológica (EQR, *Ecological Quality Ratio*). Os EQR representam o desvio do valor observado do indicador relativamente às condições de uma massa de água do mesmo tipo em condições de referência.

O sistema de classificação do estado/potencial ecológico utilizado no 2º ciclo de planeamento evoluiu relativamente ao utilizado no 1º ciclo, passando a integrar mais elementos de qualidade em várias categorias de massas de água. Contudo, considerando todos os requisitos impostos pela DQA, permanecem ainda algumas lacunas no sistema de classificação, as quais se pretendem colmatar durante o 2º ciclo de forma a serem integradas no sistema de classificação a utilizar no 3º ciclo.

No Anexo V inclui-se uma descrição dos critérios de classificação do estado/potencial ecológico das massas de água superficiais.

4.1.1.2. Critérios de classificação do estado químico

As Normas de Qualidade Ambiental (NQA) utilizadas na avaliação do estado químico das massas de água superficiais estão estabelecidas no Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, que estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água, transpondo a Diretiva n.º 2013/39/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto, no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água.

A Diretiva n.º 2013/39/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto, inclui NQA para 45 substâncias, definidas ao nível da matriz água e da matriz biota e introduz alterações relativamente à Diretiva 2008/105/CE, utilizada no 1.º ciclo de planeamento.

4.1.1.3. Critérios de classificação do estado das zonas protegidas

As massas de água superficiais englobadas em zonas protegidas estão sujeitas a uma avaliação complementar realizada segundo critérios específicos, sintetizados no Quadro 4.2.

Quadro 4.2 – Critérios de avaliação complementar para as massas de água superficiais incluídas em zonas protegidas

Zonas protegidas	Critérios de classificação
Zonas de captação de água para a produção de água para consumo humano	A classificação da qualidade da água é realizada em conformidade com o disposto no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Esta classificação tem 4 classes (A1, A2, A3 e >A3) que implicam diferentes níveis de tratamento para a produção de água potável. Para articular a legislação nacional com a DQA, considera-se que quando a qualidade da água tem uma classificação >A3 a massa de água não cumpre os objetivos da zona protegida.
Zonas designadas para proteção de espécies aquáticas de interesse económico	<u>Águas piscícolas:</u> A classificação da qualidade da água é realizada em conformidade com o disposto no Anexo X do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Esta classificação tem 2 classes (compatíveis ou não compatíveis). Para articular a legislação nacional com a DQA, considera-se que quando a classificação não está conforme, a massa de água não cumpre os objetivos da zona protegida. <u>Áreas de produção de bivalves:</u> a massa de água não cumpre os objetivos da zona protegida quando é proibida a produção nos termos do Despacho n.º 4022/2015, de 22 de abril, em conjunto com adenda publicada pelo IPMA e nos termos do Despacho n.º 9179/2015, de 5 de agosto.
Zonas designadas como águas de recreio	A massa de água não cumpre os objetivos da zona protegida quando a água balnear tem classificação “má”.
Zonas designadas como zonas sensíveis em termos de nutrientes	A massa de água designada, no âmbito da Diretiva de Águas Residuais Urbanas, como zona sensível por nutrientes (excluindo as massas de água que estão na bacia de drenagem), é considerada com um estado inferior a bom.
Zonas designadas para a proteção de habitats e da fauna e flora selvagens e a conservação das aves selvagens	Não existem critérios de classificação complementares. A classificação final corresponde à obtida com os critérios da DQA para o estado das massas de água, já que se considera que estes critérios são suficientes para atingir os objetivos previstos nestas duas diretivas.

4.1.2. Estado ecológico e potencial ecológico

A classificação do estado ecológico nas diferentes categorias de massas de água naturais para o 2º ciclo encontra-se no Quadro 4.3.

Quadro 4.3 – Classificação do estado ecológico das massas de água superficial naturais na RH3

Classificação	Rios		Águas de transição		Águas costeiras		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Excelente	4	1	0	0	0	0	4	1
Bom	228	64	0	0	1	50	229	64
Razoável	91	26	1	100	0	0	92	26
Medíocre	28	8	0	0	0	0	28	8

Classificação	Rios		Águas de transição		Águas costeiras		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Mau	5	1	0	0	0	0	5	1
Desconhecido	0	0	0	0	1	50	1	0
TOTAL	356	100	1	100	2	100	359	100

A classificação do potencial ecológico nas diferentes categorias de massas de água fortemente modificadas e artificiais para o 2º ciclo encontra-se no Quadro 4.4.

Quadro 4.4 – Classificação do potencial ecológico das massas de água fortemente modificadas e artificiais na RH3

Classificação	Rios		Rios (albufeiras)		Águas de transição		Águas costeiras		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Bom e superior	3	27	6	30	1	50	0	0	10	31
Razoável	3	27	8	40	1	50	0	0	12	36
Medíocre	2	18	3	15	0	0	0	0	5	15
Mau	1	9	0	0	0	0	0	0	1	3
Desconhecido	2	18	3	15	0	0	0	0	5	15
TOTAL	11	100	20	100	2	100	0	0	33	100

NOTA: As 3 albufeiras com potencial ecológico desconhecido correspondem às barragens identificadas e delimitadas como massas de água no atual ciclo de planeamento, sendo que só se procederá à avaliação do seu potencial ecológico durante o próximo ciclo de planeamento.

Com base nos dados da monitorização realizada no período 2010-2013 reavaliou-se a classificação do estado das massas de água. Dos resultados obtidos pode concluir-se que apenas 1 massa de água superficial natural, 3 massas de água fortemente modificadas e 2 artificiais não foram classificadas.

A Figura 4.3 apresenta a classificação do estado ecológico e do potencial ecológico das massas de água superficial na RH.

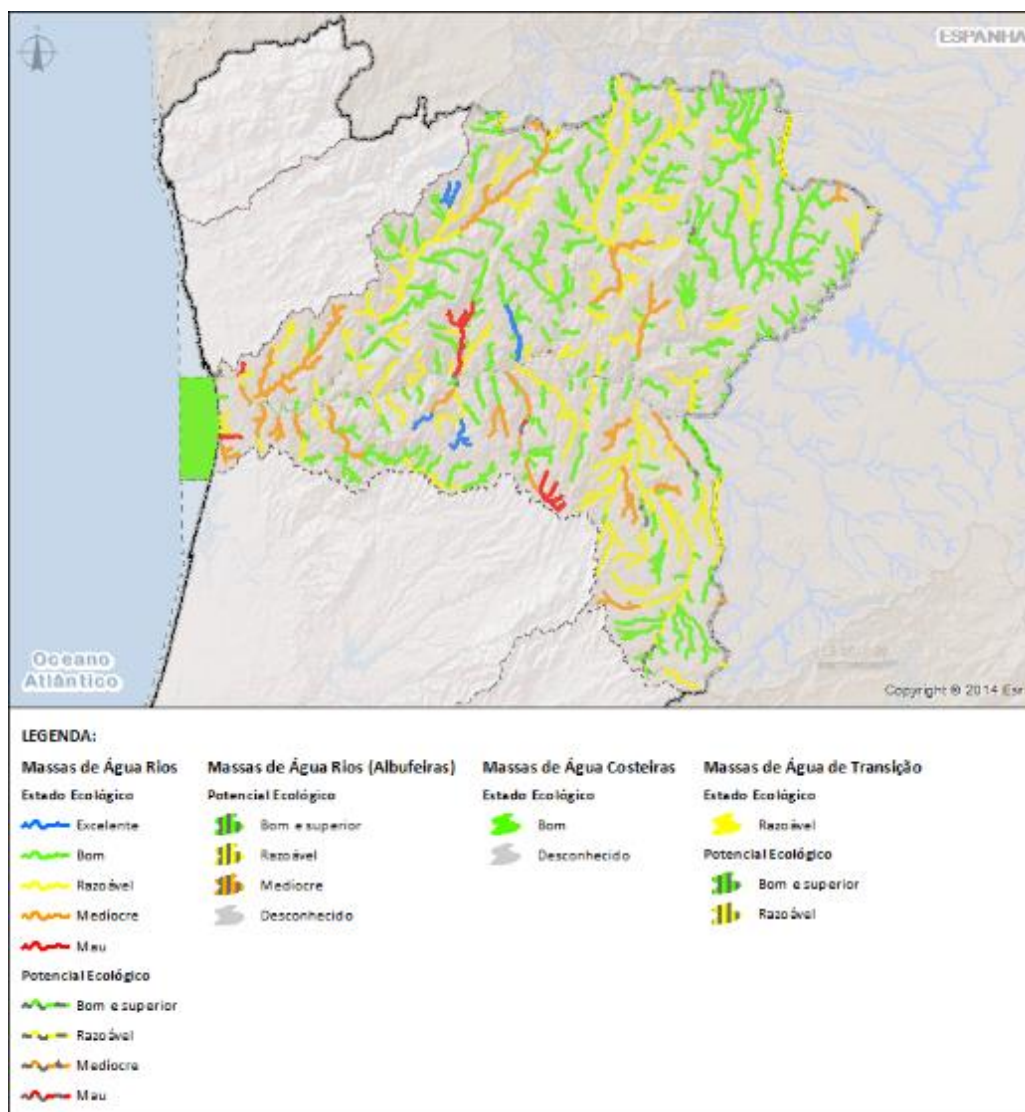


Figura 4.3 – Classificação do estado ecológico/potencial das massas de água superficial na RH3

O Quadro 4.5 apresenta a comparação entre a avaliação do estado ecológico do 1º e do 2º ciclos de planeamento.

Quadro 4.5 – Comparação do estado ecológico das massas de água superficial naturais, entre o 1º e o 2º ciclos de planeamento, na RH3

Massas de água		Bom e Superior (%)	Inferior a Bom (%)	Desconhecido (%)
Rios	1º Ciclo	71	29	0
	2º Ciclo	65	35	0
Águas de transição	1º Ciclo	0	0	100
	2º Ciclo	0	100	0

Massas de água		Bom e Superior (%)	Inferior a Bom (%)	Desconhecido (%)
Águas costeiras	1º Ciclo	50	50	0
	2º Ciclo	50	0	50

Fonte: WISE – Water Information System for Europe (1º ciclo).

O Quadro 4.6 apresenta a comparação entre a avaliação do potencial ecológico do 1º e do 2º ciclos de planeamento.

Quadro 4.6 – Comparação do potencial ecológico das massas de água superficial fortemente modificadas e artificiais, entre o 1º e o 2º ciclos de planeamento na RH3

Massas de água		Bom e Superior (%)	Inferior a Bom (%)	Desconhecido (%)
Rios	1º Ciclo	25	38	38
	2º Ciclo	27	55	18
Rios (albufeiras)	1º Ciclo	12	76	12
	2º Ciclo	30	55	15
Águas de transição	1º Ciclo	0	0	100
	2º Ciclo	50	50	0
Águas costeiras	1º Ciclo	0	0	0
	2º Ciclo	0	0	0

Fonte: WISE – Water Information System for Europe (1º ciclo).

Tendo por base a classificação das massas de água do 1º ciclo quanto ao estado ecológico, constata-se que cerca de 71% das massas de água superficial naturais da categoria rios apresentaram um estado Bom e Superior e 29% um estado Inferior a Bom. Todas as massas de água superficial naturais da categoria água de transição não foram classificadas. Das massas de água da categoria águas costeiras 50% apresentaram um estado Bom e Superior e 50% Inferior a Bom.

Relativamente ao potencial ecológico no 1º ciclo, verifica-se que cerca de 25% das massas de água fortemente modificadas e artificiais da categoria rios apresentaram um potencial ecológico Bom e Superior, 38% Inferior a Bom e 38% não foram classificadas. Todas as massas de água fortemente modificadas e artificiais da categoria águas de transição não foram classificadas. Relativamente às massas de água rios (albufeiras) 12% apresentaram um potencial ecológico Bom e Superior, 76% inferior a Bom e 12% não foram classificadas.

No que diz respeito ao 2º ciclo, verifica-se um ligeiro agravamento do estado das massas de água superficial naturais da categoria rios comparativamente ao 1º ciclo (65% Bom ou Superior e 35% Inferior a Bom). Relativamente às águas de transição verifica-se que a massa de água foi monitorizada embora com estado

Inferior a Bom. Quanto às águas costeiras 50% foram classificadas no estado Bom e Superior e 50% não foram classificadas.

Quanto ao potencial ecológico no 2º ciclo verifica-se que cerca de 27% das massas de água fortemente modificadas da categoria rios apresentam um potencial ecológico Bom ou Superior, 55% Inferior a Bom e 18% não foram classificadas. As massas de água rios (albufeiras) melhoraram o estado relativamente ao 1º ciclo (30% apresentaram um potencial ecológico Bom ou Superior, 55% Inferior a Bom e 15% não foram classificadas). Quanto às massas de águas de transição, 50% apresentaram um estado Bom ou Superior e 50% Inferior a Bom.

4.1.3. Estado químico

O Quadro 4.7. apresenta a classificação do estado químico para as diferentes categorias de massas de água superficial naturais.

Quadro 4.7 – Classificação do estado químico das massas de água superficial naturais na RH3

Classificação	Rios		Águas de Transição		Águas Costeiras		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Bom	62	17	1	100	1	50	64	18
Insuficiente	2	1	0	0	0	0	2	1
Desconhecido	292	82	0	0	1	50	293	81
TOTAL	356	100	1	100	2	100	359	100

O Quadro 4.8. apresenta a classificação do estado químico para as diferentes categorias de massas de água fortemente modificadas e artificiais.

Quadro 4.8 – Classificação do estado químico das massas de água superficial fortemente modificadas e artificiais na RH3

Classificação	Rios		Rios (albufeiras)		Águas de Transição		Águas Costeiras		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Bom	1	9	6	30	2	100	0	0	9	27
Insuficiente	1	9	0	0	0	0	0	0	1	3
Desconhecido	9	82	14	70	0	0	0	0	23	70
TOTAL	11	100	20	100	2	100	0	0	33	100

Com base nos dados da monitorização realizada no período 2010-2013 reavaliou-se a classificação do estado das massas de água. Dos resultados obtidos pode concluir-se que cerca de 18% das massas de água superficial naturais e 30% das massas de água fortemente modificadas e artificiais foram classificadas.

A Figura 4.4 apresenta a classificação do estado químico das massas de água superficial na RH.

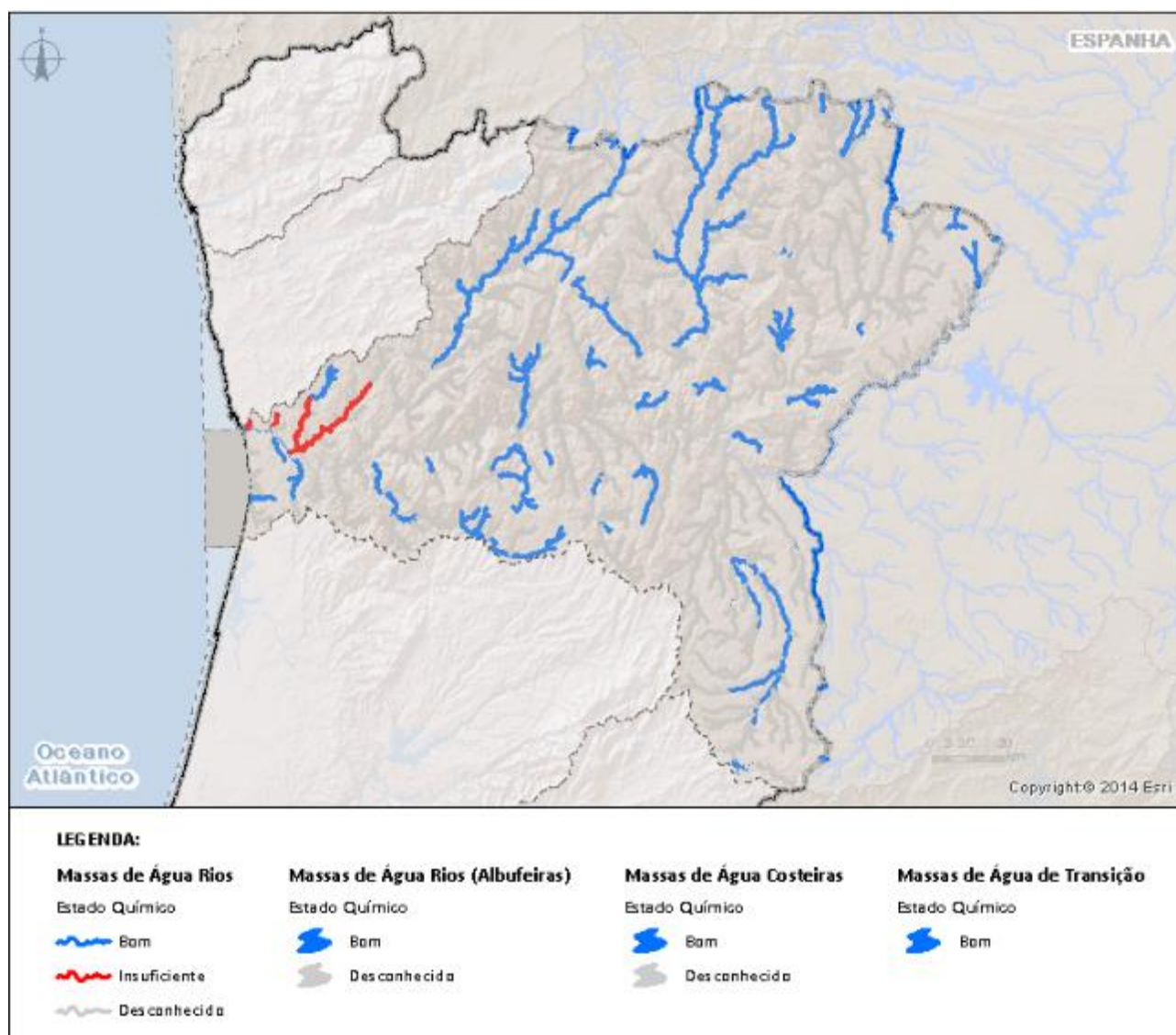


Figura 4.4 - Classificação do estado químico das massas de água superficiais na RH3

O Quadro 4.9 apresenta a comparação entre a avaliação do estado químico das massas de água naturais do 1º e do 2º ciclos de planeamento.

Quadro 4.9 – Comparação do estado químico das massas de água superficial naturais, entre 1º e o 2º ciclos de planeamento, na RH3

Massas de água		Bom (%)	Insuficiente (%)	Desconhecido (%)
Rios	1º Ciclo	16	0	84
	2º Ciclo	17	1	82
Águas de transição	1º Ciclo	0	0	100
	2º Ciclo	100	0	0

Massas de água		Bom (%)	Insuficiente (%)	Desconhecido (%)
Águas costeiras	1º Ciclo	0	0	100
	2º Ciclo	50	0	50

O Quadro 4.10 apresenta a comparação entre a avaliação do estado químico das massas de água fortemente modificadas e artificiais do 1º e do 2º ciclo de planeamento.

Quadro 4.10 – Comparação do estado químico das massas de água superficial fortemente modificadas e artificiais, entre o 1º e o 2º ciclos de planeamento, na RH3

Massas de água		Bom (%)	Insuficiente (%)	Desconhecido (%)
Rios	1º Ciclo	63	0	38
	2º Ciclo	9	9	82
Rios (albufeiras)	1º Ciclo	65	0	35
	2º Ciclo	30	0	70
Águas de transição	1º Ciclo	0	0	100
	2º Ciclo	100	0	0
Águas costeiras	1º Ciclo	0	0	0
	2º Ciclo	0	0	0

Tendo por base a classificação das massas de água do 1º ciclo quanto ao estado químico, constata-se que cerca de 16% das massas de água superficial naturais da categoria rios apresentaram um estado Bom e 84% não foram classificadas. As massas de água superficial naturais da categoria águas de transição e águas costeiras não foram classificadas.

Relativamente à classificação do estado químico das massas de água fortemente modificadas e artificiais verifica-se que, no 1º ciclo, cerca de 63% dos rios apresentaram um estado Bom e 38% não foram classificadas. Das massas de água das categorias rios (albufeiras) 65% apresentaram estado Bom e 35% não foram classificadas. As massas de água categoria águas de transição não foram classificadas.

No que diz respeito ao 2º ciclo, verifica-se que 17% das massas de água superficial naturais da categoria rios apresentaram um estado Bom, 1% Insuficiente e 82% não foram classificadas. Todas as massas de água superficial naturais da categoria águas de transição foram classificadas no estado Bom. As massas de água costeiras melhoraram a classificação (50% no estado Bom e 50% mantiveram-se não classificadas).

Quanto ao estado químico das massas de água fortemente modificadas e artificiais verifica-se que 9% das massas de água superficial naturais da categoria rios apresentam um estado Bom, 9% Insuficiente e 82% não foram classificadas. Quanto às massas de água rios (albufeiras) 30% apresentam um estado Bom e 70%

não foram classificadas. Todas as massas de água da categoria águas de transição foram classificadas no estado Bom.

4.1.4. Estado global

O estado global das massas de água resulta da combinação do estado/potencial ecológico e do estado químico (Quadro 4.11), não englobando a avaliação das zonas protegidas.

Quadro 4.11 – Classificação do estado global das massas de água superficial na RH3

Classificação	Rios	Rios (Albufeiras)	Águas de Transição	Águas Costeiras	TOTAL	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	%
Bom e Superior	235	6	1	1	243	62
Inferior a Bom	130	11	2	0	143	36
Desconhecido	2	3	0	1	6	2
TOTAL	367	20	3	2	392	100

Tendo por base o universo das massas de água superficial existentes na RH3, constata-se que cerca de 62% apresenta um estado global Bom e Superior, 36% um estado global Inferior a Bom e 2% não foram classificadas.

O mapa da Figura 4.5 representa a classificação do estado das massas de água na região hidrográfica.

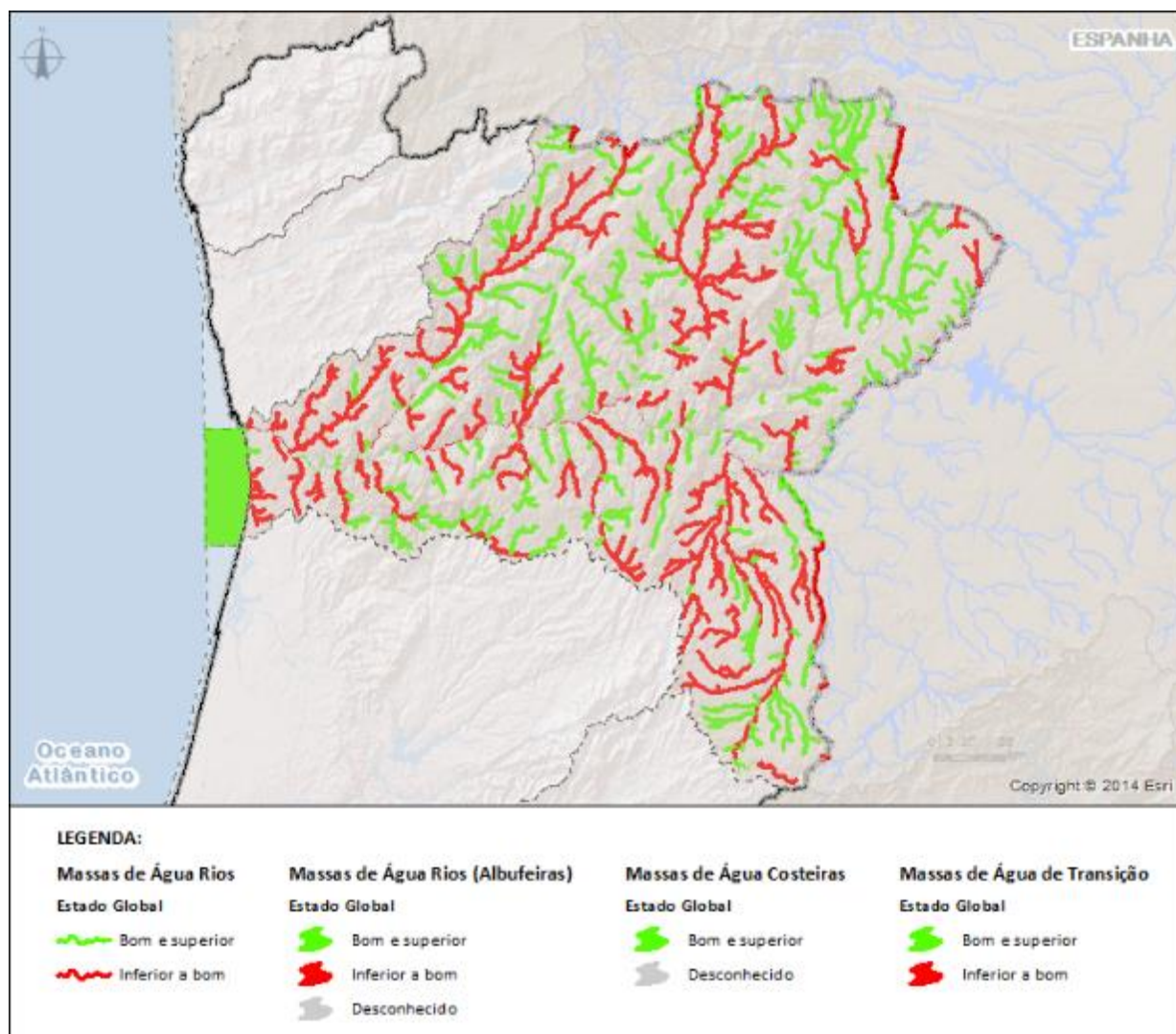


Figura 4.5 - Classificação do estado global das massas de água superficial na RH3

O gráfico da Figura 4.6 ilustra a evolução, por categoria, do estado das massas de água entre o 1.º e o 2.º ciclos. Em termos de distribuição, o número de massas existentes na RH3 por categoria, é de 93.6% rios, 5.1% rios (albufeiras), 0.8% águas de transição e 0.5% águas costeiras. Importa salientar que no 2.º ciclo diminuiu o número de massas de água não classificadas.

Para a categoria rios a percentagem de massas de água com estado Bom e Superior diminuiu ligeiramente no 2.º ciclo (de 70% para 64%) e para rios (albufeiras) observou-se um aumento significativo (de 12% para 30%).

Importa salientar que diferenças de classificação para as categorias águas de transição e águas costeiras, do 1.º para o 2.º do ciclo, refletem não só o facto do sistema de classificação no 2.º ciclo incluir mais elementos biológicos, como também o facto das fronteiras para os diferentes estados terem sido estabelecidas com mais acuidade, atendendo aos resultados dos trabalhos do grupo de intercalibração comunitário.

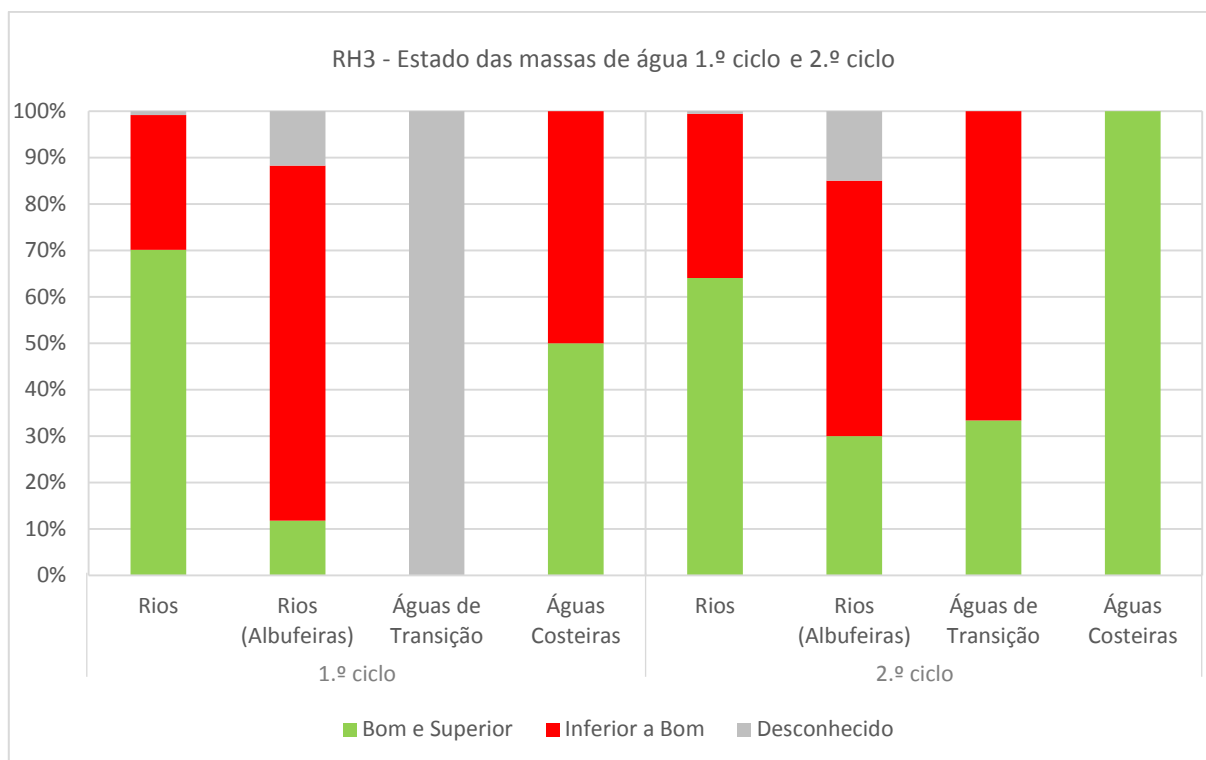


Figura 4.6 - Classificação do estado global das massas de água na RH3 – comparação entre o 1.º e 2.º ciclo

No 1.º ciclo cerca de 67% das massas de água apresentaram estado Bom e superior e no 2.º ciclo essa percentagem baixou para 62% (243 massas de água num total de 392). Da totalidade de massas de água que no 1.º ciclo obtiveram classificação Inferior a Bom, catorze melhoraram no 2.º ciclo para Bom ou Superior. No entanto 33 massas de água que no 1.º ciclo tinham sido classificadas com estado Bom ou Superior pioraram no 2.º ciclo.

4.1.5. Avaliação das zonas protegidas

Complementarmente à classificação do estado nas massas de água que integram zonas protegidas definidas no âmbito da DQA, foi feita uma avaliação de cumprimento dos objetivos da zona protegida, com informação resultante da monitorização específica constante da legislação que criou cada uma dessas zonas protegidas. A avaliação complementar integra as seguintes zonas protegidas:

- Zonas designadas para a captação de água destinada à produção de água para consumo humano;
- Zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico;
- Massas de água designadas como águas de recreio, incluindo águas balneares.

○ Zonas protegidas para a captação de água destinada à produção de água para consumo humano

No âmbito do n.º 1 do artigo 7º (águas utilizadas para captação de água potável) da DQA, devem ser identificadas, em cada região hidrográfica, as massas de água destinadas à captação de água para consumo humano que forneçam mais de 10m³/dia em média ou, que sirvam mais de 50 pessoas, bem como as massas de água previstas para esse fim.

Conforme anteriormente referido quando a classificação for >A3, de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, considera-se que a massa de água não cumpre os objetivos da zona protegida.

O Quadro 4.12 apresenta a avaliação complementar para as massas de água inseridas em zonas protegidas com captações destinadas à produção de água para consumo humano.

Quadro 4.12 – Avaliação complementar das zonas protegidas e das massas de água inseridas em zonas protegidas destinadas à produção de água para consumo humano na RH3

Avaliação	Zonas Protegidas		Massas de água inseridas nas zonas protegidas	
	N.º	%	N.º	%
Cumpre	41	82	37	86
Não Cumpre	0	0	0	0
Desconhecido	9	18	6	14
TOTAL	50	100	43	100

Nota: Existem 3 zonas protegidas (1 cumpre e 2 desconhecidas) que abrangem uma única massa de água a qual adotou a avaliação da única zona protegida avaliada (Cumpre).

Na RH3, de acordo com a avaliação complementar, das 43 massas de água inseridas em 50 zonas protegidas para captação destinada à produção de água para consumo humano, 37 cumprem os objetivos das zonas protegidas e 6 não foram avaliadas.

○ Zonas designadas para proteção de espécies aquáticas de interesse económico

O Quadro 4.13 apresenta a avaliação complementar para as zonas protegidas e para as massas de água inseridas em zonas protegidas para as águas piscícolas.

Quadro 4.13 – Avaliação complementar das zonas protegidas e das massas de água inseridas em zonas protegidas para as águas piscícolas na RH3

Avaliação	Zonas Protegidas						Massas de água inseridas nas zonas protegidas					
	Salmonídeos		Ciprinídeos		TOTAL		Salmonídeos		Ciprinídeos		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cumpre	3	100	6	100	9	100	9	100	14	100	23	100
Não Cumpre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desconhecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3	199	6	100	9	100	9	100	14	100	23	100

Na RH3, de acordo com a avaliação complementar, as 9 massas de água incluídas nas 3 zonas protegidas para águas salmonícolas cumprem os objetivos das zonas protegidas. Quanto às águas ciprinícolas, as 14 massas de água, incluídas nas 6 zonas protegidas, cumprem os objetivos das zonas protegidas.

Importa salientar que as 2 massas de água que são simultaneamente águas salmonícolas e ciprinícolas, e que apenas foram contabilizadas nas águas salmonícolas, cumprem os dois objetivos.

O Quadro 4.14 apresenta a avaliação complementar para as massas de água inseridas em zonas protegidas destinadas à produção de moluscos bivalves para consumo humano.

Quadro 4.14 – Avaliação complementar das massas de água inseridas em zonas protegidas destinadas à produção de moluscos bivalves na RH3

Avaliação	Zonas Protegidas		Massas de água inseridas nas zonas protegidas	
	N.º	%	N.º	%
Cumprir	1 ⁽¹⁾	33	1 ⁽¹⁾	33
Não Cumprir	1	33	2	67
Desconhecido	1 ⁽¹⁾	33	0 ⁽¹⁾	0
TOTAL	3	100	3	100

⁽¹⁾ As 2 zonas protegidas (1 cumpre e outra não foi avaliada), abrangem uma única massa de água que adotou a avaliação da zona protegida avaliada (Cumprir).

Na RH3, de acordo com a avaliação complementar das 3 massas de água superficial, inseridas nas 3 zonas protegidas destinadas à produção de moluscos bivalves, 1 cumpre os objetivos das zonas protegidas e 2 não cumprem.

- Massas de água designadas como águas balneares

O Quadro 4.15 apresenta a avaliação complementar para as zonas protegidas e para as massas de água inseridas em zonas protegidas para águas balneares.

Quadro 4.15 – Avaliação complementar das zonas protegidas e das massas de água inseridas em zonas protegidas para as águas balneares na RH3

Avaliação	Zonas Protegidas		Massas de água inseridas nas zonas protegidas	
	N.º	%	N.º	%
Cumprir	46	96	14	88
Não Cumprir	0	0	0	0
Desconhecido	2	4	2	12
TOTAL	48	100	16	100

Na RH3, de acordo com a avaliação complementar, as 16 massas de água superficial abrangidas pelas 48 zonas protegidas para águas balneares, 14 cumprem os objetivos das zonas protegidas e 2 não foram avaliadas.

- Zonas designadas como zonas sensíveis em termos de nutrientes

Na RH3 estão designadas 4 zonas sensíveis que abrangem 4 massas de água, pelo que a avaliação da zona protegida e da respetiva massa de água abrangida é Não Cumprir.

4.2. Estado das massas de água subterrâneas

A Diretiva Quadro da Água (DQA) estabelece um enquadramento para a proteção das águas subterrâneas que assegure a redução gradual da poluição das águas e evite o agravamento da sua poluição.

O artigo 4º da DQA diz respeito aos objetivos ambientais e estabelece que os Estados-Membros:

- a) Tomarão as medidas necessárias a fim de evitar ou limitar a descarga de poluentes nas águas subterrâneas e de evitar a deterioração do estado de todas as massas de água;
- b) Protegerão, melhorarão e reconstituirão todas as massas de água subterrâneas, garantindo o equilíbrio entre as captações e as recargas dessas águas, com o objetivo de alcançar o Bom estado das águas subterrâneas;
- c) Aplicarão as medidas necessárias para inverter quaisquer tendências significativas persistentes para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacto da atividade humana, por forma a reduzir gradualmente a poluição das águas subterrâneas.

A proteção das massas de água subterrâneas é reforçada pela Diretiva n.º 2006/118/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, transposta para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, que estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração e regulamenta a avaliação do estado químico das massas de água. Por sua vez, a Portaria n.º 1115/2009, de 29 de setembro, regula o procedimento para a avaliação e monitorização do estado quantitativo das massas de água subterrânea com o objetivo de assegurar o bom estado quantitativo.

4.2.1. Critérios de classificação do estado

Conforme já adotado no 1º ciclo de planeamento, a avaliação do estado das massas de água subterrâneas engloba a avaliação do estado quantitativo e do estado químico, tendo-se adotado a metodologia proposta no Guia n.º 18 “*Guidance on Groundwater Status and Trend Assessment*” (CIS – WFD, 2009).

De acordo com o citado guia, para se avaliar o estado químico e quantitativo de uma massa de água, torna-se necessário realizar uma série de testes químicos e quantitativos relevantes para os elementos em risco e que se aplicam à massa de água em questão. A classificação final da massa de água é obtida pela pior classificação dos testes, sendo necessário realizar todos aqueles que são relevantes.

O processo de classificação deverá indexar a cada massa de água uma única classe de estado. Para as águas subterrâneas são estabelecidas duas classes de estado, em resultado das pressões a que a massa de água se encontra sujeita (Quadro 4.16). O estado da massa de água corresponde ao pior estado registado – quantitativo e químico.

Quadro 4.16 – Classes de estado das águas subterrâneas consideradas na DQA e na LA

Classes de estado
Bom
Medíocre

4.2.1.1. Critérios de classificação do estado quantitativo

O bom estado quantitativo, de acordo com o artigo 4.º da DQA, é o estado de um meio hídrico subterrâneo em que o nível piezométrico é tal que os recursos hídricos subterrâneos disponíveis não são ultrapassados

pela taxa média anual de captação a longo prazo, não estando por isso sujeitas a alterações antropogénicas.

A definição do bom estado quantitativo das massas de águas subterrâneas, deve considerar os critérios previstos na Portaria n.º 1115 / 2009, de 29 de setembro, que são os seguintes:

- o nível de água na massa de água subterrânea deve ser tal que os recursos hídricos subterrâneos disponíveis não sejam ultrapassados pela taxa média anual de extração a longo prazo, de acordo com o n.º 2.1.2. do anexo V do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março;
- a ocorrência de alterações na direção do escoamento subterrâneo em consequência de variações de nível não compromete o bom estado quantitativo, desde que essas alterações:
 - não provoquem intrusões de água salgada, constantes e claramente identificadas;
 - não impeçam que sejam alcançados os objetivos ambientais especificados nos termos do artigo 4.º para as águas de superfície que lhe estão associadas;
 - não provoquem danos significativos nos ecossistemas terrestres diretamente dependentes da massa de água subterrânea.
- Considera-se que uma massa de água subterrânea atinge o bom estado quantitativo quando a taxa média anual de captações a longo prazo for inferior a 90% da recarga média anual a longo prazo.

A forma de representação dos resultados da classificação do estado quantitativo das massas de água subterrâneas deve seguir o esquema apresentado no Quadro 4.17, de acordo com o anexo V do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março.

Quadro 4.17 – Classificação do estado quantitativo das massas de água subterrâneas

Classificação do estado quantitativo
Bom
Medíocre

A metodologia para avaliar o estado quantitativo das massas de água subterrâneas é composta por um conjunto de testes relevantes, de acordo com o documento Guia n.º 18, a saber:

- a) Teste do balanço hídrico subterrâneo;
- b) Teste do escoamento superficial;
- c) Teste da avaliação dos ecossistemas terrestres dependentes das águas subterrâneas (ETDAS);
- d) Teste da intrusão salina ou outra.

Neste âmbito e no sentido de averiguar se as extrações não ultrapassam os recursos hídricos subterrâneos disponíveis, o procedimento gizado começou pelo cálculo do balanço entre a recarga média anual a longo prazo (utilizando dados do 1º ciclo de planeamento pois não existe informação adicional que justificasse a revisão desta componente) e as extrações. Esta avaliação foi complementada com as seguintes análises:

- ✓ a nível espacial, com a análise das superfícies piezométricas para os anos hidrológicos 2009-2010, 2010-2011, 2011-2012 e 2012-2013 no sentido de detetar se existem eventuais inversões de fluxo subterrâneo;
- ✓ a nível temporal, utilizou-se a série geral piezométrica para análise de evolução do nível piezométrico e análise de tendências.

A avaliação final do estado quantitativo será determinada pela pior classificação dos testes quantitativos relevantes, ou seja, por exemplo, se a classificação de um teste for medíocre então a classificação final da massa de água subterrânea é medíocre.

4.2.1.2. Critérios de classificação do estado químico

A definição do estado químico de uma massa de água subterrânea tem por base os critérios e termos previstos no n.º 2.3 do anexo V do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março e no Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/118/CE, de 12 de dezembro, e deve considerar o seguinte:

- as normas de qualidade da água subterrânea referidas no anexo I do Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, relativas a nitratos e a substâncias ativas dos pesticidas, incluindo os respetivos metabolitos e produtos de degradação e de reação;
- os limiares que vierem a ser estabelecidos em conformidade com o procedimento previsto na parte A do anexo II do Decreto – Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, para os poluentes, grupos de poluentes e indicadores de poluição que tenham sido identificados como contribuindo para a caracterização das massas ou grupo de massas de água subterrânea consideradas em risco, tendo em conta, pelo menos, a lista da parte B do anexo II do mesmo decreto-lei:
 - Substâncias, iões, ou indicadores, que podem ocorrer naturalmente ou como resultado de atividades humanas:
 - Arsénio;
 - Cádmio;
 - Chumbo;
 - Mercúrio;
 - Azoto amoniacal;
 - Cloreto;
 - Sulfato.
 - Substâncias sintéticas artificiais:
 - Tricloroetileno;
 - Tetracloroetileno.
 - Parâmetro indicativo de intrusões salinas ou outras:
 - Condutividade.
- os limiares de qualidade aplicáveis ao bom estado químico da água subterrânea baseiam-se na proteção da massa de água, em conformidade com os pontos 1, 2 e 3 da parte A do anexo II, concedendo particular atenção às suas repercussões e inter-relação com as águas de superfície e ecossistemas terrestres associados e as zonas húmidas diretamente dependentes, devendo ser tidos em conta, nomeadamente, conhecimentos de toxicologia e de ecotoxicologia;
- os limiares podem ser estabelecidos a nível nacional, a nível da região hidrográfica ou a nível da parte da região hidrográfica internacional situada no território nacional ou ainda a nível da massa ou grupo de massas de água subterrânea;

No decurso da elaboração do 1º ciclo de planeamento foi identificada uma massa de água com uma pressão pontual significativa devido à presença de hidrocarbonetos, na sua maioria hidrocarbonetos aromáticos polinucleares (PAH), que colocava a mesma em risco de não cumprir os objetivos ambientais. Neste sentido foi necessário estabelecer limiares, a nível nacional, para os hidrocarbonetos na referida massa de água, os quais podem ser utilizados noutras regiões que venham a ter uma pressão significativa com estes poluentes.

Assim, com o intuito de avaliar o estado das massas de água subterrânea no 2º ciclo, sintetizam-se no Anexo VI os limiares que foram estabelecidos para 32 substâncias, das quais 11 decorrem das obrigações da DQA, resultando as restantes 21 de parâmetros da avaliação de risco do 1º ciclo de planeamento.

Apresentam-se ainda no Anexo VI as exceções aos limiares a nível nacional a serem considerados nalgumas massas de água, uma vez que há substâncias que ocorrem naturalmente sendo a concentração de fundo superior ao limiar estabelecido a nível nacional. Nestes casos estabeleceu-se um limiar específico para essas massas de água, tendo em conta a concentração de fundo.

Considera-se que uma massa ou grupo de massas de água subterrâneas apresentam um bom estado químico sempre que:

- os dados resultantes da monitorização demonstrem que as condições definidas no n.º 2.3.2 do anexo V do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, estão a ser cumpridas;
- ou
- os valores das normas de qualidade da água subterrânea, referidos no anexo I do Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, e os limiares, estabelecidos em conformidade com o artigo 3.º e o anexo II do mesmo decreto-lei, não sejam excedidos em nenhum ponto de monitorização na massa de água subterrânea.

De acordo com o anexo V do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, a apresentação da classificação do estado químico das massas de água subterrâneas deve seguir o esquema apresentado no Quadro 4.18.

Quadro 4.18 – Classificação do estado químico das massas de água subterrâneas

Classificação do estado químico
Bom
Medíocre

No procedimento de avaliação do estado químico utilizaram-se os dados de monitorização disponíveis para o período 2010-2013. Assim, calculou-se em cada estação de monitorização e para cada parâmetro indicador de poluição ou que possa colocar a massa de água em risco, o valor médio dos resultados de monitorização para o período em análise. Seguidamente, verificou-se se o valor obtido excedia a norma de qualidade ou o limiar para os vários parâmetros constantes dos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, bem como para outros parâmetros, que causam pressão na massa de água e a podem colocar em risco de não cumprir os objetivos ambientais.

No caso de uma ou mais estações de monitorização não cumprirem as normas de qualidade ou os limiares estabelecidos, a avaliação do estado químico dessas massas de água subterrânea seguiu o documento orientador da CE, Guia n.º 18, que refere a necessidade de aplicar um conjunto de testes que a seguir se enumeram, no sentido de avaliar o estado químico final da massa de água:

- a) Teste da avaliação global do estado químico;
- b) Teste de diminuição da qualidade química ou ecológica das massas de água superficiais;
- c) Teste de avaliação dos ecossistemas terrestres dependentes das águas subterrâneas (ETDAS);
- d) Teste de proteção das águas de consumo;
- e) Teste da intrusão salina ou outra.

Acresce-se que apenas os testes relevantes devem ser aplicados às massas de água, de acordo com as especificidades das mesmas, por exemplo, o teste de intrusão deve ser aplicado em aquíferos costeiros ou em massas de água subterrâneas em contacto com rochas evaporíticas.

A intrusão salina é um fenómeno costeiro que pode ocorrer em massas de água subterrâneas em contacto com o mar se a quantidade de água doce captada for superior à recarga, levando a um desequilíbrio que origina a progressão lenta e continuada da água salgada para o interior da água subterrânea. Em situação

normal, existe uma interface de água doce-água salgada que está em equilíbrio. Se o volume de água doce captada aumentar, esta interface pode deslocar-se no sentido da massa de água subterrânea e começar a ser captada água salgada.

A avaliação final do estado químico é determinada pela pior classificação dos testes relevantes realizados, ou seja, se a classificação para um teste for medíocre a classificação final da massa de água será medíocre.

4.2.1.3. Critérios de classificação do estado das zonas protegidas

As massas de água subterrâneas englobadas em zonas protegidas estão sujeitas a uma avaliação complementar realizada segundo critérios específicos, que se sintetizam no Quadro 4.19.

Quadro 4.19 – Critérios de avaliação complementar para as massas de água subterrâneas inseridas em zonas protegidas

Zonas protegidas	Critérios de classificação complementares
Zonas de captação de água para a produção de água para consumo humano	A classificação da qualidade da água é realizada em conformidade com o disposto no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Esta classificação tem 4 classes (A1, A2, A3 e >A3) que implicam diferentes níveis de tratamento para a produção de água potável. Para articular a legislação nacional com a DQA, considera-se que quando a qualidade da água tem uma classificação >A3 a massa de água não cumpre os objetivos da zona protegida.
Zonas designadas como zonas sensíveis em termos de nutrientes	A massa de água designada, no âmbito da Diretiva Nitratos, como zona vulnerável aos nitratos de origem agrícola, é classificada com um estado inferior a bom.

4.2.2. Determinação do estado global

No capítulo IV da LA, são estabelecidos os objetivos ambientais para as diversas categorias de massas de água. O artigo 47.º da referida lei enuncia para as águas subterrâneas os seguintes objetivos ambientais:

- Aplicação de medidas destinadas a evitar ou limitar a descarga de poluentes nas águas subterrâneas e prevenir a deterioração do estado de todas as massas de água;
- Alcançar o bom estado quantitativo e químico das águas subterrâneas, para o que se deve:
 - Assegurar a proteção, melhoria e recuperação de todas as massas de água subterrâneas, garantindo o equilíbrio entre as captações e as recargas dessas águas;
 - Inverter quaisquer tendências significativas persistentes para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacto da atividade humana, com vista a reduzir gradualmente os seus níveis de poluição.
- A proibição da descarga direta de poluentes nas águas subterrâneas, à exceção de descargas que não comprometam o cumprimento dos objetivos específicos estabelecidos na LA, que podem ser autorizadas nas condições definidas por normas a aprovar, nos termos do n.º 3 do artigo 102.º da referida lei.

Sintetizando, a metodologia seguida e recomendada pelo Guia n.º18 (EC, 2009) propõe que a avaliação do estado global das massas de água subterrâneas resulte da avaliação do estado químico e quantitativo, devendo ser adotada a pior classificação obtida.

A avaliação final do estado do 2º ciclo de planeamento será comparada com a do 1º ciclo de modo a analisar a evolução do estado das massas de água e a determinar a localização das situações preocupantes no sentido de as reverter. Permitirá igualmente aferir sobre a eficácia dos programas de medidas, uma vez

que, nas massas de água com programas de medidas já implementadas há algum tempo, podem ser detetados sinais que indiciam uma melhoria ou não do seu estado.

4.2.3. Estado quantitativo

O Quadro 4.20 e a Figura 4.7 apresentam a classificação do estado quantitativo das massas de água subterrâneas na RH.

Quadro 4.20 – Classificação do estado quantitativo das massas de água subterrâneas na RH3

Classificação	Massas de água subterrâneas	
	N.º	%
Bom	3	100
Medíocre	0	0
Desconhecido	0	0
TOTAL	3	100

Na RH3 as 3 massas de água subterrânea existentes apresentam um estado quantitativo Bom.

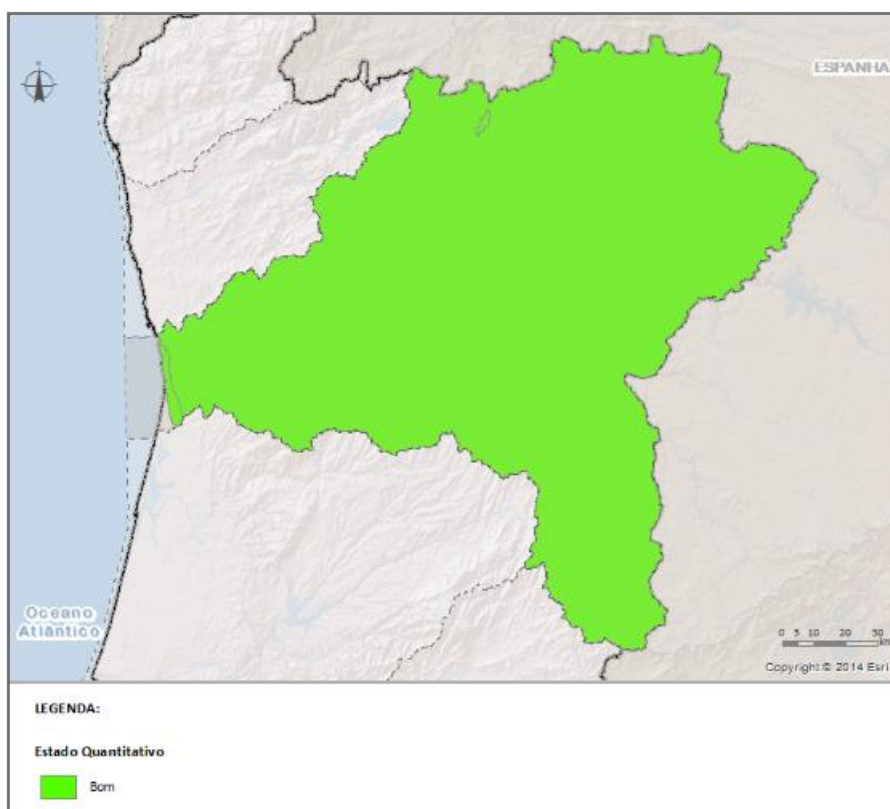


Figura 4.7 – Estado quantitativo das massas de água de subterrânea na RH3

O Quadro 4.21 apresenta a comparação da avaliação do estado quantitativo das massas de água subterrânea entre 1º e o 2º ciclo de planeamento.

Quadro 4.21 – Comparação do estado quantitativo das massas de água subterrânea, entre o 1º e o 2º ciclo de planeamento, na RH3

Massas de água	Bom		Medíocre		Desconhecido	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1º Ciclo	3	100	0	0	0	0
2º Ciclo	3	100	0	0	0	0

Na RH3 a classificação do estado quantitativo das 3 massas de água subterrânea não se alterou entre o 1º e o 2º ciclo de planeamento, mantendo-se o estado Bom.

4.2.4. Estado químico

O Quadro 4.22 e a Figura 4.8 apresentam a classificação do estado químico das massas de água subterrânea na RH.

Quadro 4.22 – Classificação do estado químico das massas de água subterrâneas na RH3

Classificação	Massas de água subterrânea	
	N.º	%
Bom	3	100
Medíocre	0	0
Desconhecido	0	0
TOTAL	3	100

Na RH3 as 3 massas de água subterrânea existentes apresentam um estado químico Bom.

Acresce-se que, para efeitos de monitorização e avaliação do estado, a massa de água Orla Ocidental Indiferenciado da Bacia do Douro foi agrupada com as massas de água Orla Ocidental Indiferenciado da Bacia do Lis e Orla Ocidental Indiferenciado da Bacia do Mondego.

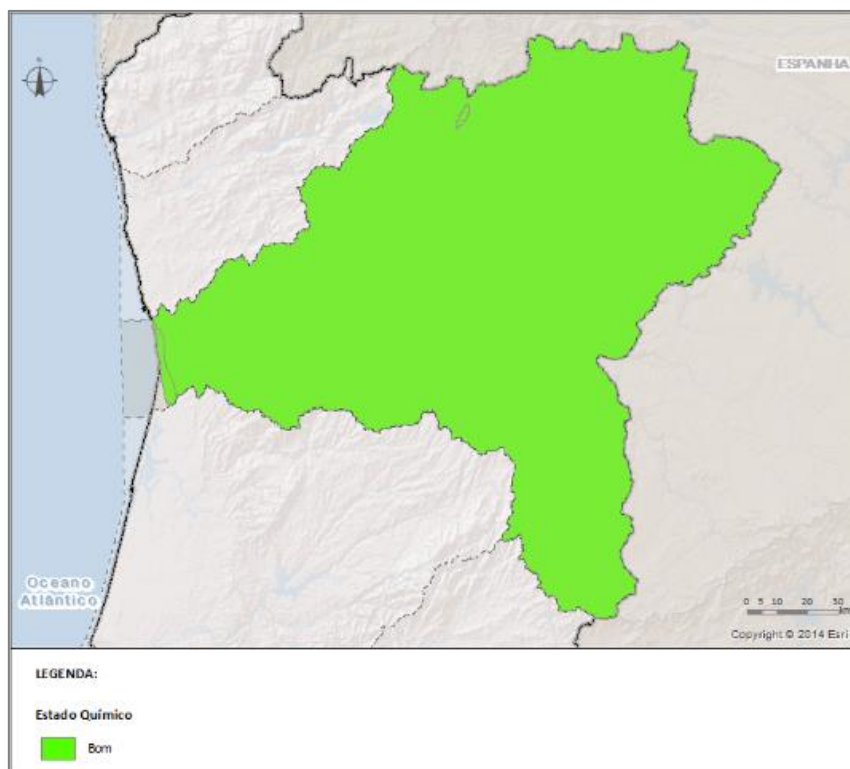


Figura 4.8 – Estado químico das massas de água subterrânea na RH3

O Quadro 4.23 apresenta a comparação entre a avaliação do estado químico das massas de água subterrâneas do 1º e do 2º ciclos de planeamento.

Quadro 4.23 – Comparação do estado químico das massas de água subterrâneas, entre o 1º e o 2º ciclos de planeamento, na RH3

Massas de água	Bom		Medíocre		Desconhecido	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1º Ciclo	3	100	0	0	0	0
2º Ciclo	3	100	0	0	0	0

Na RH3 a classificação do estado químico das 3 massas de água subterrânea não se alterou entre o 1º e o 2º ciclo de planeamento, mantendo-se o estado Bom.

4.2.1. Estado global

O estado global das massas de água subterrânea resulta da combinação da avaliação do estado quantitativo e do estado químico (Quadro 4.24), não englobando a avaliação das zonas protegidas.

Quadro 4.24 – Classificação do estado global das massas de água subterrânea na RH3

Classificação	Massas de água subterrânea	
	N.º	%
Bom	3	100
Medíocre	0	0
Desconhecido	0	0
TOTAL	3	100

Na RH3 todas as massas de água subterrânea apresentam um estado global Bom.

O mapa da Figura 4.9 representa a classificação do estado global das 3 massas de água subterrâneas existentes na RH3.

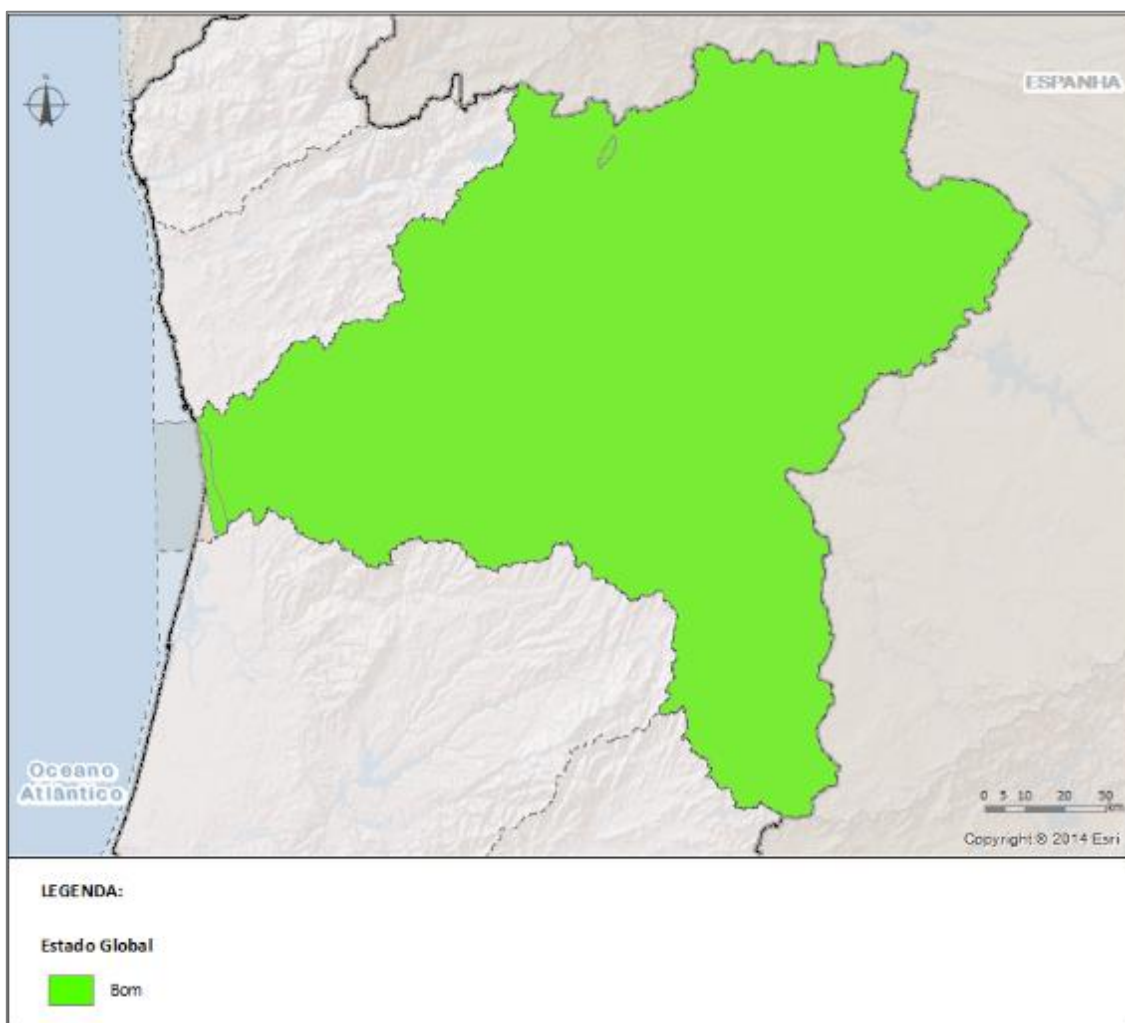


Figura 4.9 - Classificação do estado global das massas de água subterrânea na RH3

4.2.2. Avaliação das zonas protegidas

- Zonas protegidas para captação de água destinada à produção de água para consumo humano

O Quadro 4.25 apresenta a avaliação complementar das massas de água inseridas em zonas protegidas destinadas à produção de água para consumo humano.

Quadro 4.25 – Avaliação complementar das massas de água subterrâneas inseridas em zonas protegidas destinadas à produção de água para consumo humano na RH3

Avaliação	Massas de água subterrânea	
	N.º	%
Cumpre	1	100
Não Cumpre	0	0
Desconhecido	0	0
TOTAL	1	100

Na RH3, de acordo com a avaliação complementar, a massa de água subterrânea incluída na zona protegida para a captação destinada à produção de água para consumo humano, cumpre os objetivos da zona protegida.

5. DISPONIBILIDADES E NECESSIDADES DE ÁGUA

A utilização sustentável das águas, em especial nos seus aspetos quantitativos, constitui um verdadeiro desafio para a gestão dos recursos hídricos, tendo em conta os usos atuais e futuros e sua conjugação com os cenários de alterações climáticas. Para responder a essa situação, além da melhoria do armazenamento e distribuição da água, devem ser tomadas medidas do domínio da eficiência de utilização da água, permitindo potenciar a utilização da poupança resultante em outras atividades económicas ou conduzindo à redução dos consumos globais em zonas de maior stress hídrico.

5.1. Disponibilidades hídricas superficiais

5.1.1. Precipitação

Para a caracterização da precipitação na RH3 foi utilizado como fonte o estudo efetuado no âmbito do capítulo referente à caracterização climatológica do relatório de base da Parte 2 do PGRH-Douro 2009-2015. De forma resumida, a metodologia utilizada foi a seguinte:

- Análise de todos os postos pluviométricos localizados no interior da RH3 e alguns outros existentes nas regiões adjacentes, utilizando os dados de base do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), incluindo identificação de falhas da precipitação mensal e respetivo preenchimento de falhas, através de um modelo de cálculo automático. Com base nesta análise, foi efetuada a seleção dos postos udométricos e do período de referência a utilizar, nomeadamente de 1932/33 a 2001/2002 (70 anos hidrológicos);
- Análise do comportamento mensal da precipitação na região hidrográfica e respetivas sub-bacias. Através deste estudo foi possível caracterizar os meses mais chuvosos e os meses mais secos dentro do período estudado. Foi ainda efetuada uma validação dos dados através da comparação com valores de precipitação média obtidos através do IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera);
- Determinação da precipitação anual sobre a região RH3 e respetivas sub-bacias através da análise das precipitações mensais obtidas na totalidade dos postos selecionados. Efetuando a análise estatística dos valores de precipitação anual na região hidrográfica, obtiveram-se as estimativas associadas a diversos períodos de retorno por ajustamento de leis estatísticas. A caracterização dos anos secos e húmidos foi efetuada considerando os valores de precipitação ponderada sobre a região hidrográfica. Adicionalmente, foi feita uma análise comparativa com o Plano de Bacia Hidrográfica do Douro (2001).

A distribuição da precipitação média anual é caracterizada por uma grande variabilidade mensal, a qual está presente também nas diferentes bacias hidrográficas. O apresenta os valores de precipitação média mensal e anual.

Quadro 5.1 – Precipitação média mensal e anual na RH3

Bacia/região/continente	Precipitação média (mm)												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
Águeda	92	79	75	71	73	39	19	13	46	81	98	95	780
Côa	92	77	69	62	64	35	13	12	38	75	90	94	722
Paiva	240	196	172	129	115	58	20	25	69	155	196	241	1617
Rabaçal/Tuela	124	99	96	76	73	42	18	18	49	89	104	121	909
Sabor	101	81	77	65	66	39	16	15	40	74	89	102	766

Bacia/região/continente	Precipitação média (mm)												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
Tâmega	198	163	151	114	102	55	21	24	64	129	164	202	1387
Tua	109	88	85	65	63	36	14	13	40	72	92	111	788
Douro	138	113	105	83	78	43	17	17	49	95	118	140	995
Costeiras entre o Douro e o Vouga	192	171	157	119	104	50	22	26	65	143	181	209	1440
RH3	138	114	105	83	78	43	17	17	49	95	119	140	999

Como se pode verificar a sub-bacia que apresenta valores médios de precipitação mensal superiores é a do Rio Paiva, sendo a sub-bacia do Rio Côa a que apresenta menores valores de precipitação média mensal. Relativamente aos valores globais da RH3, a precipitação média mensal na região hidrográfica é de cerca de 83 mm, sendo máxima em dezembro, com 140 mm, e mínima em julho e agosto, com 17 mm. Como seria expectável a precipitação média mensal no semestre seco é bastante reduzida. Anualmente, a precipitação média ponderada é de 999 mm, variando entre 541 mm e 1 773 mm. As sub-bacias do Paiva, do Tâmega e das bacias Costeiras entre o Douro e o Vouga têm, particularmente de outubro a março, cerca de mais 100 mm por mês que as restantes sub-bacias.

5.1.2. Escoamento

5.1.2.1. Regime natural

No que se refere à determinação de escoamentos, utilizaram-se os estudos efetuados no âmbito do PGRH-Douro 2009-2015 no qual se optou por usar o que foi determinado no Plano de Bacia Hidrográfica do Douro de 2001.

No Plano de Bacia Hidrográfica do Douro de 2001, os escoamentos naturais gerados em território nacional (disponibilidades hídricas endógenas), foram determinados a partir das precipitações por aplicação do modelo de Temez, laboriosamente aferido para as diferentes zonas da região hidrográfica.

Uma vez que as precipitações de que se dispunha, aquando da elaboração do PGRH-Douro 2009-2015, para um período de 70 anos, não eram significativamente diferentes das utilizadas no Plano de Bacia do Douro, a aplicação, de novo, do modelo de Temez, forçosamente não iria conduzir a escoamentos significativamente diferentes. Por isso, foi decidido utilizar diretamente as séries de escoamentos naturais determinadas no Plano de Bacia do Douro para o período de 50 anos compreendido entre 1941/42 e 1990/91.

Para o território nacional foram elaboradas cartas de isolinhas de escoamento natural em anos médio, seco e húmido. Para tal, utilizaram-se as séries de escoamentos naturais, em mm, determinadas no Plano de Bacia do Douro, para as bacias próprias secções de avaliação. Para cada uma destas séries de escoamentos referidas determinaram-se, com base nas frequências amostrais, os escoamentos em anos médio (50% de probabilidade de não excedência), seco (20% de probabilidade de não excedência) e húmido (80% de probabilidade de não excedência).

A distribuição anual média do escoamento, que decorre essencialmente da distribuição da precipitação anual média, é caracterizada por uma grande variabilidade do escoamento mensal, a qual está presente

também nas diferentes bacias hidrográficas. O Quadro 5.2 apresenta os valores anuais de escoamento em regime natural.

Quadro 5.2 - Escoamento médio anual em regime natural na RH3

Bacia/região/continente	Escoamento médio anual (m³)		
	80% (ano húmido)	50% (ano médio)	20% (ano seco)
Águeda	146 288 910	104 686 570	67 938 250
Côa	894 105 800	620 902 850	321 438 490
Paiva	915 123 510	657 857 670	416 975 960
Rabaçal/Tuela	1 156 562 200	823 654 180	505 329 090
Sabor	1 367 622 000	928 371 000	496 756 000
Tâmega	3 134 066 000	2 254 522 000	1 443 016 000
Tua	547 710 290	374 862 130	213 236 120
Douro	16 434 853 490	11 142 511 910	7 362 635 510
Costeiras entre o Douro e o Vouga	157 215 000	115 871 000	80 089 000
Espanha	13 478 624 720	9 013 155 670	6 074 155 010
RH3	24 753 547 200	17 023 239 310	10 907 414 420

A afluência anual média total disponível na bacia hidrográfica do Douro é de, aproximadamente, 17023 hm³, sendo 8010 hm³ gerados pela parte portuguesa da bacia hidrográfica e correspondendo 9013 hm³ ao escoamento originado na parte espanhola da bacia hidrográfica.

5.1.3. Capacidade de regularização das albufeiras

A capacidade de armazenamento das albufeiras permite não só regularizar o escoamento afluente, atenuando as variações próprias do regime natural, como também proporcionar condições para o armazenamento de água, garantindo assim a sua disponibilidade de modo mais fiável.

A capacidade de armazenamento das albufeiras, a nível nacional, foi estimada a partir da informação de 60 estações hidrométricas localizadas em barragens, que definem albufeiras com capacidade de armazenamento de água, sem portanto, incluir aproveitamentos a fio d'água, albufeiras com uso privado ou albufeiras com capacidades de regularização diminutas. Estas albufeiras são aquelas que integram o boletim de armazenamento das albufeiras, publicado mensalmente, desde 1990/91, pelo Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) e a partir do qual é possível obter valores baseados numa série temporal longa, mais de 20 anos de observações sistemáticas e consistentes.

O Quadro 5.3 apresenta a capacidade de armazenamento das albufeiras, avaliada considerando o ano de 2012/13, tanto para o Continente como para a RH3. A capacidade adicional será obtida através da contabilização dos volumes armazenáveis após a construção dos aproveitamentos previstos no Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico -PNBEPH (Foz Tua, Fridão e Girabolhos) e as albufeiras de Ribeiradio-Ermida e do Baixo Sabor.

Em Portugal, a capacidade de armazenamento nas albufeiras com condições para efetuar regularização é de 12697,32 hm³ (avaliação até 2021), enquanto as restantes albufeiras, onde se incluem entre outras as albufeiras a fio d'água, representam um armazenamento de 1376,77 hm³. A capacidade de armazenamento adicional prevista (até 2027) representa 201,6 hm³, associada aos aproveitamentos de Alto Tâmega, Daivões e Gouvães.

Quadro 5.3 - Capacidade de armazenamento das albufeiras na RH3

Bacia hidrográfica/continente	Capacidade de armazenamento existente (hm³)	Capacidade de armazenamento existente associado a outros aproveitamentos (hm³)	Capacidade de armazenamento adicional prevista até 2027 (hm³)	Capacidade de armazenamento prevista (hm³)	Volume afluente* (hm³)	Índice de regularização existente (%)
Douro	1726,91	953,63	201,60	2882,1	8988,0	32,1
Continente	12697,32	1376,77	201,60	14275,7	30336,7	47,1

*Em território nacional

Fonte: PNBEPH, http://cnpbg.inag.pt/gr_barragens/gbportugal/Lista.htm, SNIRH, 2014 (<http://snirh.pt>).

5.1.4. Transferências de água entre bacias hidrográficas Luso-Espanholas

Historicamente os governos de Espanha e Portugal têm assinado acordos bilaterais, em benefício mútuo, sobre o uso e aproveitamento dos rios transfronteiriços. As bacias hidrográficas a que se referem as convenções são as dos rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana. Desde 2000 que os dois países fazem cumprir a designada Convenção de Albufeira, que está traduzida pelas normas contidas na Resolução da Assembleia da República n.º 66/99, de 17 de agosto e na Resolução da Assembleia da República n.º 62/2008, de 14 de novembro.

De acordo com os Relatórios Hidrometeorológicos Anuais - Regime de Caudais (dos anos 2010/2011, 2011/12 e 2012/13) foram alcançadas afluências que comprovam o cumprimento generalizado da Convenção de Albufeira. Perante estes resultados, considera-se que os volumes afluentes acordados na referida Convenção, têm um peso considerável perante os recursos hídricos superficiais médios gerados nas bacias nacionais, sendo um contributo relevante para as disponibilidades.

O Quadro 5.4 apresenta as afluências anuais na RH de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 66/99, de 17 de agosto.

Quadro 5.4 – Afluências nos anos hidrológicos 2010/11, 2011/12 e 2012/13 na RH3

Bacia hidrográfica	Estações	Ano Hidrológico	Volume afluente anual (hm³)	Relação ao mínimo anual estabelecido na Convenção (%)	Volume afluente mínimo anual estabelecido na Convenção (hm³)
Douro	Barragem de Miranda/Bemposta	2010/11	7 347/7094	210/203	3 500
		2011/12	2 942* 2833*	84	
		2012/13	6 900/7126	197	
	Barragem de Saucelhe e rio Águeda	2010/11	7 782	205	3 800
		2011/12	3 975	105	
		2012/13	7 591	200	
	Barragem de Crestuma-Lever	2010/11	17 488	350	5 000
		2011/12	8 032	160	
		2012/13	17 405	348	

Fonte: Relatórios Hidrometeorológicos do Regime de Caudais - Ano Hidrológico 2010/11, 2011/12 e 2012/13 – CADC.

* Limites anuais registados que não cumpriram a Convenção de Albufeira, mas está em regime exceção.

O Quadro 5.5 apresenta as afluências mensais e semanais na RH de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 62/2008, de 14 de novembro.

Quadro 5.5 – Afluências mensais e semanais nos anos hidrológicos 2010/11, 2011/12 e 2012/13 na RH3

Bacia hidrográfica	Estações	Ano Hidrológico e Trimestres	Volume afluente trimestral (hm³)	Volume mínimo trimestral estabelecido na Convenção (hm³)	Volume afluente mínimo semanal estabelecido na Convenção (hm³)
Douro	Barragem de Miranda/ Bemposta	2010/11 - 1º trimestre	510	1465/1453	10
		2011/12 - 1º trimestre		1225/1129	
		2012/13 - 1º trimestre		921/870	
		2010/11 - 2º trimestre	630	3160/3072	10
		2011/12 - 2º trimestre		535**/510**	10***
		2012/13 - 2º trimestre		2242/2189	10
		2010/11 - 3º trimestre	480	1803/1761	10
		2011/12 - 3º trimestre		714*/711*	
		2012/13 - 3º trimestre		2836/3168	
		2010/11 - 4º trimestre	270	919/808	10
		2011/12 - 4º trimestre		467*/482*	
		2012/13 - 4º trimestre		901/898	/10***
	Barragem de Saucelhe e rio Águeda	2010/11 - 1º trimestre	580	1527	15
		2011/12 - 1º trimestre		1651	
		2012/13 - 1º trimestre		1383	
		2010/11 - 2º trimestre	720	3426	
		2011/12 - 2º trimestre		815	
		2012/13 - 2º trimestre		2257	
		2010/11 - 3º trimestre	520	1942	
		2011/12 - 3º trimestre		868	
		2012/13 - 3º trimestre		2753	
		2010/11 - 4º trimestre	300	888	
		2011/12 - 4º trimestre		641	
		2012/13 - 4º trimestre		1198	
	Barragem de Crestuma-Lever	2010/11 - 1º trimestre	770	4369	20
		2011/12 - 1º trimestre		3021	
		2012/13 - 1º trimestre		2791	
		2010/11 - 2º trimestre	950	8329	
		2011/12 - 2º trimestre		1766	
		2012/13 - 2º trimestre		7459	
		2010/11 - 3º trimestre	590	3448	
		2011/12 - 3º trimestre		2319	
		2012/13 - 3º trimestre		5599	
		2010/11 - 4º trimestre	400	1343	
		2011/12 - 4º trimestre		926	
		2012/13 - 4º trimestre		1556	

Fonte: Relatórios Hidrometeorológicos do Regime de Caudais - Ano Hidrológico 2010/11, 2011/12 e 2012/13 – CADIC.

* Cumpre com o volume trimestral, mas está em regime de exceção.

**Não cumprido com o volume trimestral, mas está em regime exceção.

*** Não cumprido numa ou várias semana, mas está em regime de exceção.

Em geral, na bacia do rio Douro os volumes anuais foram cumpridos, exceto em Miranda e Bemposta 2011/12, onde ocorreram condições para declarar o regime de exceção e os valores observados foram inferiores ao normalmente exigido. Esta bacia hidrográfica apresentou alguns períodos de exceção para o regime trimestral e semanal onde foram ou não cumpridos os valores mínimos, mesmo não sendo obrigatório. Estas situações foram observadas na secção de controlo de Miranda ou Bemposta.

5.2. Disponibilidades hídricas subterrâneas

Entende-se por disponibilidade hídrica subterrânea o volume de água que uma massa de água subterrânea pode fornecer anualmente em condições naturais. Este volume está intrinsecamente associado à recarga direta por precipitação. No entanto, ao nível da massa de água subterrânea poderão ocorrer outras origens de recarga, nomeadamente as trocas de água com outras massas de água e processos de drenagem. Dado que não se conhece a influência da recarga induzida, os valores de disponibilidade apresentados aproximam-se dos valores associados ao regime natural.

Para a avaliação das disponibilidades hídricas subterrâneas, foram considerados os estudos mais recentes de cada uma das massas de água subterrânea. As metodologias consideradas incluem: balanços hídricos anuais expeditos para massas de água subterrânea com escassa informação, balanços hídricos ao nível do solo, balanços hídricos sequenciais, decomposição de hidrogramas, balanço de cloretos e modelos numéricos de diferentes complexidades para massas de água subterrânea em que existe um bom suporte de informação.

No caso das massas de água associadas a sistemas aquíferos, na falta de publicações posteriores ao ano 2000 com novas estimativas de disponibilidades, consideraram-se as apresentadas em Almeida *et al.* (2000), onde é feita uma compilação da informação hidrogeológica por aquífero. No entanto, sempre que o autor considera outros estudos, apresentam-se as referências originais dessa informação.

Para a determinação das disponibilidades hídricas das massas de água subterrânea indiferenciadas, menos importantes do ponto de vista da gestão do recurso, mas com uma maior representação espacial no país, foi por vezes necessário extrapolar valores de áreas em que se estudaram essas formações do ponto de vista hidrogeológico. Desta forma considerou-se o indiferenciado de cada uma das unidades hidrogeológicas como homogêneas do ponto de vista das disponibilidades. Para o cálculo das disponibilidades nestas massas de água considerou-se a taxa de recarga obtida nos documentos referidos e a precipitação média anual proposta por Nicolau (2002).

Tão importante como a avaliação da disponibilidade hídrica é o conhecimento da incerteza espacial associada à heterogeneidade dos meios hidrogeológicos. É neste binómio que assenta a principal diferença entre as massas de água subterrânea associadas a aquíferos diferenciados e a aquíferos indiferenciados. Por essa razão, foi tido em conta o grau de incerteza associado à disponibilidade por unidade de área, diferenciando-se desta forma a importância da disponibilidade hídrica subterrânea por massa de água, e, consequentemente, por região hidrográfica, atendendo aos diferentes meios hidrogeológicos, Quadro 5.6.

Quadro 5.6 - Classificação da heterogeneidade do meio

Heterogeneidade do meio	Massas de água subterrânea indiferenciadas	Massas de água subterrânea diferenciadas		
		Aquíferos cársicos	Aquíferos fissurados	Aquíferos porosos
	Alta	Média		Baixa

Da análise efetuada verifica-se que as massas de água subterrânea indiferenciadas são as que apresentam a maior incerteza espacial. Esta incerteza não está só relacionada com a disponibilidade hídrica, mas também com a produtividade das captações e com a qualidade da água. No geral são formações com fraca capacidade hidrogeológica, de importância local e por vezes com formações geológicas de várias naturezas.

Atribuiu-se o grau de variabilidade médio às massas de água associadas a sistemas aquíferos essencialmente cársicos, fissurados ou mistos. Estas massas de água correspondem a formações hidrogeológicas mais ou menos contínuas, de importância regional, embora a sua natureza geológica possa levar a importantes variações de comportamento a nível local.

Foi atribuído o grau de variabilidade mais baixo às massas de água subterrânea associadas a sistemas aquíferos constituídos essencialmente por formações porosas. Apesar de ocorrerem também vários graus

de incerteza entre estes aquíferos, teoricamente estas serão as massas de água mais homogêneas no que se refere à dispersão espacial das suas características hidrogeológicas.

A disponibilidade hídrica subterrânea aproxima-se da recarga em regime natural, uma vez que se desconhece a influência da recarga induzida nas massas de água subterrâneas, apresentando-se na Figura 5.1 a disponibilidade hídrica subterrânea por unidade de área.



Figura 5.1 - Disponibilidade hídrica subterrânea por unidade de área na RH3

No Continente as disponibilidades mais importantes estão associadas às Orlas Ocidental e Meridional, resultantes das importantes formações porosas e cársicas aí presentes.

Uma vez que se considerou a mesma taxa de recarga para as massas de água subterrânea indiferenciadas, a dispersão espacial da disponibilidade hídrica relaciona-se essencialmente com a dispersão da precipitação, de onde resulta um aumento da disponibilidade por unidade de área nestas massas de água para Norte.

No Quadro 5.7 apresenta-se a disponibilidade hídrica subterrânea total, por unidade de área, associada ao grau de variabilidade.

Quadro 5.7 - Disponibilidade hídrica subterrânea na RH3

Disponibilidade hídrica subterrânea total (hm³/ano)	Disponibilidade hídrica subterrânea média por unidade de área (hm³/km² ano)	Disponibilidade hídrica subterrânea associada ao grau de variabilidade (hm³/ano)		
		Grau de variabilidade baixo	Grau de variabilidade médio	Grau de variabilidade alto
1083,81	0,06	2,70	0,00	1081,11

Como se pode verificar a disponibilidade hídrica total não significa maior aptidão hidrogeológica da massa de água, ou seja, poderá não espelhar na realidade o volume de água disponível, resultado da ocorrência de meios bastante heterogêneos associados a elevada variabilidade e incerteza local e regional.

Nas massas de água subterrâneas da RH3 a disponibilidade de água está quase na totalidade associada a meios hidrogeológicos com grau de variabilidade alto. O Quadro 5.8 apresenta a disponibilidade hídrica subterrânea por massa de água na RH.

Quadro 5.8 – Disponibilidade hídrica das massas de água subterrânea na RH3

Massa de água		Disponibilidade hídrica subterrânea anual (hm ³ /ano)	Disponibilidade hídrica subterrânea por unidade de área (hm ³ /km ² ano)	Heterogeneidade do meio
A1	Veiga de Chaves	2,70	0,18	Baixa
O01RH3	Orla Ocidental Indiferenciado da Bacia do Douro	4,83	0,07	Alta
A0x1RH3	Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Douro	1076,28	0,06	Alta

5.3. Balanço disponibilidades/consumos

5.3.1. Pressupostos e metodologias

A assimetria das disponibilidades hídricas em Portugal é bastante elevada, tanto em termos espaciais, como sazonais e anuais. Como consequência desta variabilidade, é fundamental dispor da capacidade de armazenamento das albufeiras e dos aquíferos em exploração, de forma a dar resposta às necessidades hídricas dos diferentes setores. Porém, em situações extremas, a disponibilidade de água pode não ser suficiente para garantir a manutenção do abastecimento de água das utilizações, dando origem a situações escassez.

A escassez hídrica define-se por um desequilíbrio entre a procura e a oferta de água em condições sustentáveis, com base em análises efetuadas a longo prazo. A forma mais expedita de proceder à sua avaliação passa pela realização de um balanço hídrico, aferindo-se assim os níveis de garantia ou de vulnerabilidade. A escassez hídrica pode ser um fenómeno conjuntural, quando associada a curtos períodos de tempo e motivada pela redução temporal das disponibilidades ou aumento da procura, ou estrutural, quando a procura de modo cíclico ou frequente excede o recurso mobilizável.

A disponibilidade hídrica natural constitui o volume disponível para escoamento superficial imediato à precipitação e para recarga de aquíferos, podendo ser definida como a diferença entre a precipitação e a evapotranspiração real. À escala anual pode considerar-se que a disponibilidade hídrica natural é sensivelmente igual ao escoamento uma vez que, de modo geral, os aquíferos, não têm capacidade de regularização inter-anual de escoamento. A transferência de volume de água entre períodos de tempo, ou regularização de aflúências, permite uniformizar as disponibilidades, considerando-se neste caso as disponibilidades em regime modificado. Estas últimas são, por isso, indissociáveis da distribuição dos consumos e do esquema de operação dos reservatórios.

Uma análise de balanço hídrico deve, por norma, estar associada à realização de um balanço hidrológico, uma vez que boa parte dos consumos é também, de modo mais ou menos direto, função de variáveis meteorológicas (e.g. necessidade de água para rega / evapotranspiração das plantas). Por definição, uma

equação do balanço hidrológico relaciona as afluências e efluências ocorridas num determinado espaço e durante um certo período de tempo, com a variação do volume no interior desse espaço (Lencastre e Franco, 2006). A forma geral de equação do balanço hidrológico é, desta forma, a seguinte:

Afluências – Efluências = Variação no Armazenamento de Água

A realização do balanço com base apenas nas disponibilidades hídricas anuais tem a vantagem de permitir não só analisar de forma integrada as necessidades de água supridas por origem superficial e subterrânea, como também identificar eventuais situações de escassez de água, cuja resolução depende de um incremento da capacidade de armazenamento que proporcione uma regularização inter-anual. Porém, este tipo de análise não considera as situações de escassez hídrica derivadas da variabilidade sazonal dos recursos hídricos ou da eventual desadequação dos sistemas de captação ou adução à própria disponibilidade de água. Neste âmbito realiza-se um balanço hídrico, com desagregação mensal, entre disponibilidades e consumos de água.

O balanço modelado tem por base, no caso das disponibilidades hídricas superficiais em regime natural, as séries mensais de escoamento obtidas para as principais bacias hidrográficas. Os consumos foram diferenciados por setor e por tipo de origem (superficial ou subterrânea). Os setores considerados são: urbano, industrial, agrícola, turístico (onde se incluíram os consumos relativos ao golfe) e ecológico. Por consumo ecológico entende-se o volume de água que deve estar disponível para assegurar a conservação e proteção dos ecossistemas aquícolas. No caso dos usos energéticos, tratando-se de utilizações marcadamente não consumptivas, considerou-se que estes não seriam relevantes para uma análise simplificada das situações de escassez.

Assim, o modelo de balanço apenas considera os usos consumptivos, razão pela qual não se incluem os consumos afetos à produção de energia. Tal apenas seria possível incluindo-se a organização do sistema hídrico de cada unidade de análise (pontos de captação e de restituição) e, sobretudo, os critérios de alocação de volumes, uma vez que os aproveitamentos hidroelétricos a fio-de-água, por exemplo, tendem a utilizar todo o escoamento disponível em cada momento. Reconhece-se que tal simplificação pode efetivamente enviesar os resultados, em particular por se considerar a utilização de capacidade de regularização que, a ser mobilizada na produção energética, poderá não ser efetiva para as utilizações remanescentes.

O crescimento contínuo dos consumos de água face às disponibilidades limitadas pode levar a situações críticas quando estas disponibilidades diminuem em consequência da ocorrência de secas. Nesta secção define-se escassez hídrica e avalia-se até que ponto esta constitui efetivamente um problema nas diferentes unidades de análise. A determinação e avaliação de eventuais situações de escassez podem ser realizadas através de balanço entre consumos e disponibilidades para uma dada unidade espacial de análise.

5.3.2. Fenómenos de escassez de água

A desertificação é um problema económico, social e ambiental que afeta importantes partes do território nacional e que tenderá a agravar-se devido ao impacte das alterações climáticas. Portugal é um dos países europeus mais vulneráveis à desertificação. O crescimento contínuo dos consumos de água face às disponibilidades limitadas pode levar a situações críticas quando estas disponibilidades diminuem em consequência da ocorrência de secas.

5.3.2.1. Índice de escassez WEI+

O índice de escassez WEI+ surge no seguimento do WEI (*Water Exploitation Index*), que corresponde à razão entre a procura média anual de água e os recursos médios disponíveis a longo prazo e permite assim avaliar o *stress* hídrico a que se encontra sujeito um território. O WEI+ tem por objetivo complementar o WEI, incorporando no cálculo da vulnerabilidade a situações de escassez, os retornos de água ao meio hídrico, bem como os caudais ambientais ecológicos. O WEI+ é assim definido como a razão entre o volume total de água captado e as disponibilidades hídricas renováveis, calculadas através da expressão:

$$\text{Disponibilidades hídricas renováveis} = \text{Precipitação} - \text{Evapotranspiração} + \text{Afluências externas} - \text{Necessidades hídricas} + \text{Retornos}$$

As necessidades hídricas incluem não só os caudais ambientais, como também os volumes que devem estar disponíveis de forma a cumprir outros requisitos como, por exemplo, a navegação ou tratados internacionais em rios transfronteiriços. Estes volumes, calculados no âmbito do WEI+, correspondem a 10% do valor do escoamento de cada região hidrográfica. Por retorno entende-se o volume de água que é devolvido ao meio hídrico após utilização pelos setores e que se encontra disponível para ser reutilizado.

O critério da ONU (1997) para avaliação da escassez com o cálculo do WEI baseia-se na parcela de recursos consumidos e divide-se em quatro categorias:

- Sem escassez – países que consomem menos de 10% dos seus recursos renováveis;
- Escassez reduzida – países que consomem entre 10% e 20% dos seus recursos renováveis;
- Escassez moderada – países que consomem entre 20% e 40% dos seus recursos renováveis;
- Escassez severa – países que consomem mais de 40% dos seus recursos renováveis.

O Quadro 5.9 apresenta os valores utilizados no cálculo do WEI+ para a RH bem como para Portugal.

Quadro 5.9 - WEI+ para a RH3

Bacia hidrográfica /Continente	Escoamento (hm³)	Disponibilidades subterrâneas (hm³)	Escoamento e recarga de aquíferos (hm³)	Necessidades hídricas (hm³)	Retornos (hm³)	Disponibilidades hídricas renováveis (hm³)	Volume captado (hm³)	WEI+ (%)
Douro	8010	1084	8986	1183	176	7978	618	8
Continente	31980	7909	39098	6426	1056	33728	4596	14

O índice WEI+ foi determinado tendo em consideração os seguintes dados de base:

- a) Escoamentos anuais médios em regime natural, associados ao percentil 50% e a recarga de aquíferos, a partir das quais se estimou os recursos hídricos subterrâneos disponíveis;
- b) Necessidades, volumes captados e volumes de retorno associados aos setores identificados no capítulo 2.2 (nomeadamente, agrícola, pecuário, abastecimento público, indústria e turismo).

O WEI+ de 14% obtido para Portugal indica que o país se encontra numa situação de escassez reduzida. No entanto, a mesma análise efetuada à escala da região hidrográfica mostra grandes diferenças a nível regional, decorrentes sobretudo da distribuição dos recursos hídricos.

Considerando o escoamento em regime natural associado ao percentil 50%, na RH3 (bacia do Douro) não existe escassez.

Muito embora o cálculo deste índice permita identificar potenciais situações de escassez, a avaliação efetuada demonstra a importância da escala de análise. Considera-se assim que seria importante incorporar neste índice a capacidade de armazenamento existente em cada região de modo a retratar de forma mais correta as respectivas disponibilidades hídricas.

6. ANÁLISE DE PERIGOS E RISCOS

Um risco é um problema potencial que convém identificar, avaliar a sua probabilidade de ocorrência e estimar o seu impacto.

Ao nível da gestão dos recursos hídricos, a variabilidade aleatória, temporal e espacial torna particularmente importante a avaliação e prevenção de riscos que lhe estão associados. Acresce que para além destes há ainda que considerar a incerteza associada aos aspetos económicos e sociais que alteram as necessidades e as cargas produzidas. A garantia da disponibilidade de água, em quantidade e qualidade, a proteção de pessoas e bens contra ameaças de origem natural ou provocadas pela atividade antropogénica, o equilíbrio dos ecossistemas aquáticos e outros ecossistemas deles dependentes têm de estar sempre presentes numa estratégia de gestão destes recursos. Como principais perigos ou ameaças associados à água salientam-se os seguintes:

- Sismos e maremotos;
- Cheias e inundações;
- Secas e desertificação;
- Erosão hídrica;
- Erosão costeira;
- Descargas acidentais e poluição dos meios hídricos;
- Acidentes e rotura de barragens ou de diques.

Importa salientar que no PGRH do 1.º ciclo foi sistematizado e avaliado um grande volume de informação, tendo sido produzidos uma caracterização e diagnóstico que, para muitas das temáticas, ainda se mantêm válidos. Assim sendo, sempre que não se justifique uma atualização apresentam-se as principais conclusões em termos de riscos potenciais.

6.1. Alterações climáticas

6.1.1. Cenários climáticos e potenciais impactes nos recursos hídricos

Portugal encontra-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade aos impactes das alterações climáticas. Têm vindo a intensificar-se os fenómenos de seca, desertificação, degradação do solo, erosão costeira, ocorrência de cheias e inundações e incêndios florestais. Para as situações de risco contribuem fenómenos climáticos extremos, como ondas de calor, picos de precipitação e temporais com ventos fortes associados, que se prevê que continuem a afetar o território nacional mas com maior frequência e intensidade. Outro dos impactes esperados é ainda o aumento da irregularidade intra e inter-anual da precipitação, com impactes assinaláveis nos sistemas biofísicos e de infraestruturas, dada a transversalidade inerente à disponibilidade e qualidade da água.

As alterações climáticas tendem a potenciar ou a acelerar tendências que afetam o território nacional, onde se conjugam riscos naturais e antrópicos. A título de exemplo, a seca registada em 2012 acarretou prejuízos (sobretudo por quebras de produção agrícola) na ordem dos 200 milhões de euros. Em 2005 registou-se a seca mais grave do século, com custos estimados em 290 milhões de euros.

Nos projetos SIAM, SIAM_II e CLIMAAT_II, que constituem a primeira avaliação de risco climático a nível nacional e na qual assentou a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA), foram analisados os cenários de alterações climáticas para Portugal, usando simulações de diferentes modelos. Os resultados obtidos apontam para o seguinte cenário climático, para o período 2080-2100:

- Aumento significativo da temperatura média em todas as regiões de Portugal (tendência que já se verifica desde a década de 80 com variações entre +0,29°C por década (região Centro) e +0,57°C por década (região Norte);
- Aumentos da temperatura máxima no Verão entre 3°C na zona costeira e 7°C no interior (em particular nas regiões Norte e Centro);
- Grande incremento da frequência e intensidade de ondas de calor e aumento no número de dias quentes (máxima superior a 35°C) e de noites tropicais (mínimas superiores a 20°C);
- Reduções em índices relacionados com tempo frio (por exemplo, dias de geada ou dias com temperaturas mínimas inferiores a 0°C);
- Em todo o território nacional são previstos efeitos decorrentes da alteração do clima térmico, designadamente os relacionados com o incremento da frequência e intensidade das ondas de calor, com o aumento do risco de incêndio, com a alteração das capacidades de uso e ocupação do solo e com implicações sobre os recursos hídricos;
- No que se refere à precipitação, o nível de incerteza é substancialmente maior, mas quase todos os modelos analisados preveem redução da precipitação em Portugal Continental durante a primavera, verão e outono; um dos modelos de clima prevê reduções da quantidade de precipitação no continente que podem atingir valores entre 20% a 40% da precipitação anual (devido a uma redução da duração da estação chuvosa), com as maiores perdas a ocorrerem nas regiões do Sul. Estes cenários encontram-se em sintonia com as observações retiradas das comparações entre as normais climatológicas de 1971-2000 e 1941-70.
- O modelo regional, com maior desagregação regional, aponta para um aumento na precipitação durante o inverno, devido a aumentos no número de dias de precipitação forte (acima de 10 mm/dia).

Estes dados têm sido reconfirmados por estudos mais recentes, que referem:

- Resultados obtidos para o futuro (2071-2100) consistentes com os encontrados desde meados dos anos 70 em Portugal, com um aumento de temperatura máxima de 3,2°C a 4,7°C para o verão e de cerca de 3,4°C para a primavera. Para a temperatura mínima, os resultados foram semelhantes, com aumentos de verão (primavera) variando entre 2,7°C (2,5°C) e 4,1°C (2,9°C) (Ramos *et al.* 2011);
- Reduções significativas na precipitação total para 2071-2100, especialmente no outono ao longo do noroeste e sul de Portugal. O aumento da precipitação de inverno sobre o nordeste do Portugal (num único cenário) é a exceção mais importante para a tendência global de seca. Um aumento da contribuição dos eventos extremos de precipitação para a precipitação total, principalmente no inverno e na primavera no nordeste de Portugal. Um aumento projetado para a duração dos períodos de seca no outono e na primavera, evidenciando uma extensão da estação seca do verão para a primavera e para o outono (Costa *et al.* 2012);
- Tendências de aquecimento significativas (para 2041-2070) projetadas para a temperatura máxima e mínima em ambas as escalas sazonais e diárias. A média sazonal da temperatura máxima e temperatura mínima são deslocados de forma positiva (2-4°C), principalmente para a temperatura máxima no verão e outono (3-4°C). As projeções indicam que os extremos diários se tornarão mais frequentes, especialmente na temperatura máxima no verão, no interior de Portugal. No geral, as alterações no inverno são menos pronunciadas do que nas outras estações do ano. No entanto, o aumento do número de dias de calor na primavera e no verão, especialmente no interior do país, é bastante notável (Andrade *et al.* 2014).

Estas alterações significativas no clima em Portugal indicadas nos diferentes cenários climáticos encontram-se em linha com os aspetos apontados para a região mediterrânica, como demonstra o projeto PESETA II. O

facto de Portugal se enquadrar neste hotspot fá-lo integrar-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade aos impactes das alterações climáticas. O projeto PESETA II dividiu a UE em cinco grandes regiões e para o Sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Bulgária) refere potenciais perdas no PIB entre 1,8% e 3% (respetivamente para um cenário de temperatura média global de 2°C e para um cenário de referência onde esta pode atingir 3,5°C, sem recurso a medidas de mitigação). Estas perdas económicas são principalmente devidas aos impactes das alterações climáticas relacionados com a agricultura, energia, cheias e inundações, incêndios florestais, saúde humana, secas e zonas costeiras (Ciscar *et al.* 2014).

De acordo com aquele estudo, os principais impactes setoriais projetados para o Sul da Europa (2071-2100), são:

- Agricultura: decréscimo do rendimento global das culturas da ordem dos 10% na UE, devido principalmente a uma queda de 20% no sul da Europa (para o cenário de referência) e pouco efeito sobre os rendimentos agrícolas a nível da UE no cenário 2°C;
- Energia: decréscimo da procura de energia global na UE de 7% a 13% (respetivamente para o cenário 2°C e para o de referência), devido principalmente à diminuição das necessidades de aquecimento. É esperada uma redução da procura de energia em todas as regiões da UE, exceto no sul da Europa, onde a necessidade de arrefecimento adicional levaria a um aumento de cerca de 8% (para o cenário de referência);
- Cheias e inundações (fluviais): o cenário de referência projeta uma potencial duplicação dos danos resultantes das cheias e inundações de origem fluvial em 2080 podendo atingir cerca de 11 mil milhões de euros/ano. Este aumento de danos ocorrerá principalmente nas regiões do Reino Unido e Irlanda, e da Europa central do sul. Nesta última região poderá registar-se um aumento considerável nos danos, totalizando 1,3 mil milhões de euros/ano;
- Incêndios florestais: para o sul da Europa, o cenário de referência projeta mais que uma duplicação da potencial área queimada devido a incêndios florestais atingindo quase os 800 000 ha. No cenário 2°C esse aumento é projetado como sendo cerca de 50%;
- Saúde humana: o cenário de referência projeta que o número de mortes relacionadas com o calor por ano duplique. No cenário 2°C, embora menor, há também uma projeção de aumento do número de mortes relacionadas com o calor para o sul da Europa;
- Secas: as regiões do sul da Europa serão particularmente afetadas por secas, enfrentando fortes reduções nas zonas de baixos caudais. Projeta-se um aumento em 7 vezes na área agrícola da UE afetada por secas, atingindo 700 000 km²/ano (cenário de referência). O maior aumento na área exposta à seca será nesta região, chegando a quase 60% da área total afetada da UE (em comparação com os atuais 30%). O mesmo cenário aponta que o número de pessoas afetadas pelas secas também aumentará face aos níveis atuais, por um fator de 7, atingindo 153 milhões pessoas/ano. Metade da população total afetada localizar-se-á na região do sul da Europa;
- Zonas costeiras: os danos associados às inundações marítimas (sem adaptação) podem triplicar e atingir 17 mil milhões de euros/ano no cenário de referência. Esse aumento relativo nos danos é maior no sul da Europa, refletindo-se em quase 600%. No cenário 2°C, associado a menores aumentos no nível médio do mar, os danos são menores sendo ainda assim substanciais, com uma projeção de um aumento de praticamente 500% para o sul da Europa.

As alterações climáticas correspondem a “uma mudança no estado do clima, que pode ser identificada (e.g. através de testes estatísticos) devido a alterações na média e/ou na variação das propriedades, e que persiste durante um longo período de tempo, tipicamente de décadas ou mais. As alterações climáticas podem derivar de processos naturais internos ou forças externas, como modulações dos ciclos solares, erupções vulcânicas, e alterações antropogénicas persistentes na composição da atmosfera ou no uso do

solo”. Note-se que a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC), no seu artigo 1º, define as alterações climáticas como: “uma mudança de clima que é atribuída direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial e que, em conjunto com a variabilidade climática natural, é observada ao longo de períodos comparáveis”. A UNFCCC faz, assim, uma distinção entre alterações climáticas atribuíveis às atividades humanas que alteram a composição atmosférica, e variabilidade climática atribuível a causas naturais.

Qualquer alteração no sistema climático vai provocar alterações no ciclo hidrológico, pelo que importa analisar os potenciais impactos futuros nos recursos hídricos decorrentes das alterações climáticas. Para o efeito, utilizam-se modelos climáticos com vista a gerar cenários climáticos, tendo por base determinadas premissas e simplificações necessárias para simular o funcionamento complexo do sistema climático.

Os atuais modelos climáticos são capazes de simular à escala global a evolução de um conjunto de variáveis climáticas, e nalguns casos hidrológicas, em função de vários fatores, em que se destaca a emissão de gases com efeito de estufa (GEE). Os modelos climáticos globais produzem cenários para todo o planeta, incluindo a atmosfera e o oceano, recorrendo a pontos discretos espalhados numa malha tridimensional com resolução horizontal entre 200 e 400 km. Todavia, com a resolução espacial dos modelos globais não é possível avaliar com rigor os impactos das alterações climáticas sobre determinadas regiões e, nomeadamente, sobre os recursos hídricos de uma bacia hidrográfica. Para aumentar a resolução espacial dos cenários climáticos pode-se recorrer a modelos climáticos regionais, com resolução de 30 a 50 km, forçados ou condicionados pelas condições de fronteira dos modelos globais (Oliveira *et al.*, 2010).

Importa ter presente que a consideração plena dos impactos das alterações climáticas num horizonte de curto prazo está condicionada à dificuldade de os quantificar. Com efeito, a magnitude das variações identificadas pelos vários modelos climáticos para um horizonte de curto prazo é, para muitas variáveis climáticas, da mesma ordem de grandeza da incerteza resultante do processo de observação e modelação climática, dificultando conclusões robustas sobre os diferentes cenários climáticos. É, no entanto, possível identificar tendências claras para horizontes mais longínquos (*e.g.* final do século XXI), quando a magnitude da variação climática é francamente superior à incerteza (Oliveira *et al.*, 2010).

Mais recentemente o *Fifth Assessment Report* (AR5) (IPCC, 2013; IPCC, 2014) do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) veio a confirmar a influência humana no sistema climático e respetivo aquecimento associado ao aumento da concentração de GEE. Desde o *Fourth Assessment Report: Climate Change 2007* (AR4) que as lacunas de conhecimento têm sido sistematicamente preenchidas e o grau de incerteza reduzido. Os modelos climáticos melhoraram a vários níveis, reproduzindo à escala continental padrões observados de temperatura de superfície e as tendências ao longo de muitas décadas, incluindo o aquecimento mais rápido desde meados do século XX e o arrefecimento após grandes erupções vulcânicas. Contudo à escala regional a confiança é menor para simular a temperatura de superfície.

O AR5 indica ainda que as alterações no ciclo global da água causadas pelo aquecimento ao longo do século XXI não serão uniformes. As diferenças na precipitação entre as regiões húmidas e secas e entre estações húmidas e secas vão aumentar, embora possa haver exceções regionais. Estas alterações vêm a afetar os sistemas hidrológicos tanto ao nível da quantidade como da qualidade dos recursos hídricos. Destes impactos destacam-se os eventos meteorológicos extremos como ondas de calor, secas, inundações, ciclones e incêndios florestais, que em ocorrências recentes revelaram significativa vulnerabilidade e exposição de alguns ecossistemas e muitos sistemas humanos à variabilidade climática atual, inclusivamente em Portugal. Para a Europa o AR5 identifica os principais riscos, questões e prospetivas de adaptação de acordo com o Quadro 6.1.

Quadro 6.1 – Principais riscos, questões e prospetivas de adaptação para a Europa (AR5).

Principais riscos	Questões e prospetivas de adaptação	Drivers climáticos	Horizonte temporal	Risco e potencial para adaptação		
Aumento de perdas económicas e população afetada por inundações em bacias hidrográficas e zonas costeiras, impulsionado pela crescente urbanização, o aumento do nível do mar, erosão costeira e caudais de ponta de cheia (nível elevado de confiança)	Adaptação pode evitar a maioria dos danos previstos (nível elevado de confiança). <ul style="list-style-type: none">○ Experiência significativa em soluções estruturais pesadas de proteção contra inundações e aumento da experiência em restauração de zonas húmidas○ Custos elevados para aumento da proteção contra inundações● Os potenciais obstáculos à implementação: demanda por terras na Europa e as preocupações ambientais e paisagísticas	Precipitação extrema Nível do mar				
				Very low	Medium	Very high
			Present			
			Near term (2030–2040)			
			Long term (2080–2100) 2°C 4°C			
Aumento de restrições hídricas. Redução significativa da disponibilidade hídrica para captação em massas de água superficiais e águas subterrâneas, combinado com o aumento da procura de água (e.g., para irrigação, energia e indústria, uso doméstico) e com a diminuição da drenagem de água e escoamento, como resultado do aumento da evaporação, especialmente no sul da Europa (nível elevado de confiança)	○ Potencial de adaptação comprovado na adoção de tecnologias mais eficientes no uso da água e de estratégias de poupança de água (e.g., para irrigação, espécies de culturas, cobertura do solo, indústrias, uso doméstico) ○ Implementação de melhores práticas e de instrumentos de governança nos planos de gestão das bacias hidrográficas e gestão integrada da água	Tendência de aquecimento Temperaturas extremas Tendência de seca				
				Very low	Medium	Very high
			Present			
			Near term (2030–2040)			
			Long term (2080–2100) 2°C 4°C			
Aumento das perdas económicas e população afetada por eventos extremos de calor: impactos na saúde e bem-estar, na produtividade do trabalho, na produção agrícola, na qualidade do ar e aumento do risco de incêndios florestais no sul da Europa e na região boreal Russa (nível médio de confiança).	○ Implementação de sistemas de alerta ○ Adaptação de residências e locais de trabalho e de infraestruturas de transportes e energia ○ Redução de emissões para melhorar a qualidade do ar ○ Melhor gestão em incêndios florestais ○ Desenvolvimento de produtos de seguro contra variações na produção devidos ao clima	Temperaturas extremas				
				Very low	Medium	Very high
			Present			
			Near term (2030–2040)			
			Long term (2080–2100) 2°C 4°C			

Nota: Os gráficos de barras representam o nível de risco numa situação de elevada ação em matéria de adaptação (laranja a cheio) e numa situação com níveis de ação em matéria de adaptação idênticos aos atuais (laranja a cheio e preenchimento diagonal) (adaptado de IPCC, 2014).

Vários são os estudos onde são usados os cenários de emissão de GEE como dados de entrada em modelos globais e regionais de circulação de forma a obter cenários climáticos futuros. Os parâmetros meteorológicos de maior interesse e comumente analisados, atendendo às interações e processos físicos, químicos e biológicos do sistema atmosfera-hidrosfera, são a temperatura e precipitação.

Os vários resultados apresentados não são diretamente comparáveis por se referirem por vezes a escalas temporais e espaciais diferentes e, em alguns casos, terem por base pressupostos distintos (cenários de emissões que resultam em diferentes concentrações de GEE na atmosfera). No entanto, e de acordo com os resultados que se apresentam nos pontos seguintes, é possível destacar uma tendência generalizada para o aumento da temperatura e a redução da precipitação em Portugal.

Os padrões de variação da precipitação são mais complexos, realçando-se à escala regional e local tendências de variação por vezes distintas, consoante a região do país e a estação do ano. O estudo dos impactos das alterações climáticas nos recursos hídricos, em especial no que concerne os riscos de cheias, inundações, secas ou mesmo erosão, dependem necessariamente das alterações de uso do solo e da vulnerabilidade do sistema biofísico e carecem de um estudo mais detalhado. É fundamental a integração das previsões climáticas futuras nos modelos de balanço hidrológico, e um estudo orientado para as bacias hidrográficas, sendo que a resolução espacial e temporal constituem aqui considerações de entrada e de simulação essenciais. Este é um trabalho que deveria requerer articulação ao nível ibérico, na medida em que a maioria das bacias hidrográficas portuguesas são partilhadas com Espanha.

Neste sentido será promovido o Projeto *Local Warming Website* (Sítio Internet “Aquecimento Local”) que tem por objeto produzir e publicar uma plataforma de acesso fácil para o público em geral com funções de disseminação dos resultados obtidos no projeto, nomeadamente: séries históricas, alterações climáticas a nível regional e indicadores climáticos para setores específicos em Portugal. Neste sentido, este projeto tem como base o processamento das séries climáticas históricas e projeções apresentadas pelo IPCC AR5. Os indicadores produzidos, nos quais se inclui a precipitação, deverão apresentar uma resolução espacial de 9 km ou inferior, e uma resolução temporal dos cálculos trimestral correspondendo às estações do ano. Este projeto será financiado através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e do Fundo Português de Carbono, sendo coordenado pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP, em parceria com o Instituto Don Luís.

Foram produzidos por *Oliveira et al.* diversos relatórios no âmbito dos trabalhos de elaboração da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactes das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAA-RH). A coleção de relatórios é composta por um documento de enquadramento, designado “Cenários Climáticos para Portugal Continental de acordo com o Projeto ENSEMBLES”, e por 8 relatórios regionais, cada um relativo às diferentes regiões hidrográficas de Portugal Continental. Nestes estudos, foram avaliadas as variações de parâmetros meteorológicos e hidrológicos, para as Regiões Hidrográficas do Continente, tendo sido incluída uma análise a nível ibérico nas bacias que são partilhadas com Espanha.

o Temperatura

Os resultados do Projeto ENSEMBLES para Portugal Continental preveem, em geral, um aumento da temperatura anual média que se vai agravando com o passar do século XXI, podendo atingir 4°C (tendo em consideração a média dos resultados dos vários modelos). Estas tendências não se verificam da mesma forma em todas as estações do ano, sendo o aumento da temperatura mais acentuado no verão.

No Quadro 6.2 apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos para a RH3 e para a parte espanhola da bacia internacional onde são referenciados os intervalos de valores e valores médios obtidos para os

períodos 1991-2020, 2021-2050 e 2071-2100 com os vários modelos utilizados relativamente à variação da temperatura anual média do ar e da temperatura média do ar no inverno, primavera, verão e outono.

o Precipitação

O Projeto ENSEMBLES prevê para Portugal Continental, em geral, uma diminuição da precipitação anual média, que se vão agravando com o passar do século XXI, podendo atingir 20% de redução (tendo em consideração a média dos resultados dos vários modelos). Estas tendências não se verificam da mesma forma em todas as estações do ano, sendo a redução da precipitação mais acentuadas no Verão. Alguns modelos preveem um aumento da precipitação no Inverno. A precipitação horária máxima deverá diminuir (tendo em consideração a média dos resultados dos vários modelos).

No Quadro 6.3 apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos para a RH3 e para a parte espanhola da bacia internacional onde são referenciados os intervalos de valores e valores médios obtidos para os períodos 1991-2020, 2021-2050 e 2071-2100 com os vários modelos utilizados relativamente à variação da precipitação anual média, da precipitação horária máxima e da precipitação média no inverno, primavera, verão e outono.

Quadro 6.2 - Síntese dos resultados de temperatura obtidos para a RH3

Área em estudo	Período	Variação da temperatura anual média do ar (°C)			Variação sazonal da temperatura média do ar (°C)											
					Inverno			Primavera			Verão			Outono		
		Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
RH3	1991-2020	0,3	0,8	1,3	0,0	0,4	1,1	0,0	0,7	1,4	0,4	1,1	1,7	0,1	0,8	1,5
	2021-2050	0,7	1,7	2,8	0,5	1,4	2,3	0,5	1,4	3,1	0,8	2,3	3,3	0,6	1,8	3,2
	2071-2100	1,7	3,7	5,8	1,3	2,5	3,9	1,7	3,1	4,7	2,9	5,3	7,5	1,8	4,1	6,5
Bacia do rio Douro em Espanha	1991-2020	0,3	0,8	1,3	-0,1	0,5	1,3	0,1	0,7	1,4	0,4	1,0	3,1	0,1	0,8	1,5
	2021-2050	0,7	1,8	2,9	0,5	1,5	2,7	0,3	1,5	3,3	0,5	2,3	6,5	0,6	1,8	3,2
	2071-2100	2,1	3,9	6,1	1,4	2,7	4,7	1,6	3,4	6,2	2,5	5,3	7,5	1,8	4,1	6,8

Fonte: adaptado de Oliveira *et al.*, 2010

Quadro 6.3- Síntese dos resultados de precipitação obtidos para RH3

Área em estudo	Período	Variação da precipitação anual média (%)			Variação da precipitação horária máxima (%)			Variação sazonal da precipitação média (%)											
								Inverno			Primavera			Verão			Outono		
		Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
RH3	1991-2020	-16,1	-5,0	5,6	-13,1	-3,9	6,0	-23,5	-0,5	15,0	-28,4	-10,8	14,4	-46,8	-8,9	41,8	-28,1	-5,2	13,7
	2021-2050	-22,8	-6,7	18,6	-17,3	-4,9	21,4	-18,9	5,6	28,3	-39,2	-14,3	26,2	-60,5	-26,3	25,3	-40,7	-13,6	23,4
	2071-2100	-35,2	-15,9	-3,2	-27,3	-15,4	-3,0	-24,5	2,9	29,6	-52,4	-29,1	-0,8	-85,0	-54,7	-20,5	-49,7	-23,0	5,4
Bacia do rio Douro em Espanha	1991-2020	-16,5	-4,3	9,9	-14,9	-3,3	12,3	-23,0	-1,3	18,7	-30,5	-7,6	20,2	-43,3	-7,0	29,4	-32,8	-5,1	21,2
	2021-2050	-23,1	-7,2	13,6	-18,3	-5,3	12,0	-25,5	2,8	27,8	-34,4	-10,0	35,2	-60,4	-21,6	21,9	-40,6	-11,4	22,2
	2071-2100	-35,5	-16,5	1,0	-31,1	-15,6	1,2	-34,3	3,1	37,7	-50,7	-26,0	3,6	-84,4	-46,7	-9,7	-53,3	-19,3	8,8

Fonte: adaptado de Oliveira *et al.*, 2010

○ Evaporação e humidade relativa do ar

Apresentam-se de seguida os impactos avaliados relativamente à humidade relativa do ar e à evaporação anual média tendo por base o projeto ENSEMBLES aplicado a Portugal Continental. Os modelos sugerem uma diminuição da evaporação anual média, mas os resultados apresentam uma dispersão muito significativa. A diminuição será mais acentuada no Sul, podendo atingir mais de 15% de redução, comparativamente a 1951-1980 (tendo em consideração a média dos resultados dos vários modelos).

No que respeita à humidade relativa do ar, os resultados indicam a sua diminuição, podendo atingir 7% (tendo em consideração a média dos resultados dos vários modelos).

No Quadro 6.4 apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos para a RH3 e para a parte espanhola da bacia internacional onde são referenciados os intervalos de valores e valores médios obtidos para os períodos 1991-2020, 2021-2050 e 2071-2100 com os vários modelos utilizados relativamente à variação da evaporação anual média e da humidade relativa do ar.

Quadro 6.4– Síntese dos resultados de evaporação e humidade relativa do ar obtidos para a RH3

Área em estudo	Período	Variação da evaporação anual média (%)			Variação da humidade relativa do ar (%)		
		Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
RH3	1991-2020	-11,3	-0,9	8,7	-4,5	-1,3	3,6
	2021-2050	-16,0	-2,1	17,7	-7,2	-2,9	3,4
	2071-2100	-27,1	-6,3	13,5	-11,9	-5,9	8,5
Bacia do rio Douro em Espanha	1991-2020	-14,2	-0,8	20,3	-4,2	-1,0	4,3
	2021-2050	-20,3	-2,5	27,3	-7,5	-2,5	6,3
	2071-2100	-30,4	-7,4	60,4	-14,1	-5,6	16,1

Fonte: adaptado de Oliveira *et al.*, 2010

○ Disponibilidade de água

Projeta-se que as alterações climáticas conduzam a grandes variações na disponibilidade de água anual e sazonal, em toda a Europa na segunda metade do século, e que os escoamentos no verão diminuam na maioria da Europa, incluindo nas regiões onde os escoamentos anuais aumentem. Relativamente ao caudal anual dos rios, projeta-se que diminuam no sul e sudeste da Europa e aumentem no norte da Europa, mas as variações absolutas permanecem incertas. (EEA, CCI e WHO, 2008).

As águas subterrâneas também poderão estar sobre pressão devido às alterações climáticas, nomeadamente, devido à diminuição da recarga, ao aumento do nível médio do mar e ao aumento da captação de águas subterrâneas (EEA, CCI e WHO, 2008), em especial no sul da Europa.

No que respeita ao escoamento anual médio em Portugal Continental e tendo por base os resultados do projeto ENSEMBLES, a maior parte dos modelos prevê a sua diminuição no final do século XXI, podendo atingir uma redução de 30% quando comparado com 1951-1980 (tendo em consideração a média dos resultados dos vários modelos). Há, contudo, modelos que preveem um aumento do escoamento em áreas pontuais (Oliveira *et al.*, 2010).

No Quadro 6.5 apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos para a RH3 e para a parte espanhola da bacia internacional onde são referenciados os intervalos de valores e valores médios obtidos para os períodos 1991-2020, 2021-2050 e 2071-2100 com os vários modelos utilizados relativamente à variação do escoamento anual médio.

Quadro 6.5– Síntese dos resultados de escoamento obtidos para a RH3

Área em estudo	Período	Variação do escoamento anual médio (%)		
		Mínima	Média	Máxima
RH3	1991-2020	-60,5	-9,2	13,5
	2021-2050	-35,7	-11,4	33,1
	2071-2100	-66,3	-28,4	2,7
Bacia do rio Douro em Espanha	1991-2020	-70,3	-11,7	94,3
	2021-2050	-81,9	-15,0	56,6
	2071-2100	-90,6	-34,5	73,6

Fonte: adaptado de Oliveira *et al.*, 2010

o Inundações

As cheias e inundações são fenómenos naturais que podem provocar perdas de vidas e bens, riscos para a saúde humana, para o ambiente, para o património cultural, para as infraestruturas e naturalmente, perturbações significativas às atividades económicas. As alterações climáticas podem acarretar uma maior frequência e impacto deste tipo de ocorrências. Ao longo dos últimos anos as Administrações de Região Hidrográfica da APA (ARH), as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) em conjunto com as Autarquias e várias instituições de investigação têm desenvolvido diversos trabalhos visando a delimitação de zonas sujeitas às inundações.

Foram identificadas na RH3, 3 zonas com riscos significativos de inundações onde a ocorrência das inundações conduz a elevadas consequências prejudiciais, e, como tal, carecem da adoção de medidas mitigadoras. Esta identificação foi promovida pela necessidade de cumprir com as obrigações comunitárias decorrentes da Diretiva 2007/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 outubro de 2007 relativa à avaliação e gestão dos riscos de inundações.

A harmonização temporal entre a elaboração dos Planos de Gestão de Riscos de Inundação, nos termos da Diretiva 2007/60/CE, e o ciclo de planeamento dos PGRH vai permitir assegurar a coerência e articulação entre os objetivos e medidas destes Planos.

o Secas

Também se projeta um aumento da frequência e da intensidade das secas em muitas regiões da Europa, nomeadamente como resultado do aumento da temperatura e da diminuição da precipitação no verão, em especial nas regiões mais a sul e sudeste da Europa (EEA, CCI e WHO, 2008).

De acordo com o estudo do Instituto de Meteorologia “Riscos de secas em Portugal Continental” (Pires *et al.*, 2010), registou-se uma maior frequência de situações de seca nas últimas décadas. Nos estudos de Moreira *et al.* (2010), os resultados das análises estatísticas não apoiam a suposição de uma tendência para o agravamento da seca desde o início do século XX. No entanto, comparando o último sub-período de 27 anos com o antecedente de 24, observou-se, em geral, um aumento significativo da ocorrência e severidade das secas. No Relatório de Balanço da Seca 2005 é referido que se verificou nas duas últimas décadas do século XX uma intensificação da frequência e intensidade dos episódios de seca em Portugal Continental (Comissão para a Seca 2005, 2006).

○ Qualidade da água e biodiversidade em sistemas aquáticos

A qualidade das águas superficiais pode ser afetada por alterações da temperatura e precipitação (EEA, CCI e WHO, 2008). Um aumento da temperatura atmosférica e da temperatura da água, bem como a variação sazonal da precipitação, vão afetar a taxa dos processos biogeoquímicos e ecológicos que determinam a qualidade da água. Tal pode conduzir às seguintes consequências:

- Redução do teor de oxigénio;
- Eutrofização;
- Mudanças temporais na proliferação de algas e aumento da proliferação de algas nocivas;
- Alterações nos *habitats* e na distribuição de organismos aquáticos;
- Alterações ao nível qualitativo e quantitativo dos sedimentos.

A qualidade das águas subterrâneas pode ser afetada devido ao possível aumento do transporte de nutrientes, resultante de precipitações intensas, à diminuição da recarga e à ocorrência de intrusão salina propiciada por um futuro aumento do nível do mar.

○ Aumento do nível médio da água do mar

As alterações climáticas e os impactos resultantes são um problema relevante que se coloca a médio e a longo prazo à gestão da zona costeira e, em particular, à gestão dos riscos associados. Os principais efeitos das alterações climáticas no risco de erosão nas zonas costeiras são os seguintes:

- Elevação do nível médio das águas do mar, incluindo as marés meteorológicas;
- Alteração dos padrões de tempestuosidade (número de temporais por decénio, intensidade, rumos, direções de ventos, agitação e persistência);
- Modificação de caudais fluviais (líquidos e sólidos).

As zonas costeiras apresentam elevada suscetibilidade a estes efeitos atendendo a que os respetivos sistemas naturais são frágeis e relativamente debilitados por ações antrópicas, fatores que diminuem a capacidade de resiliência dos mesmos. Pode prever-se a possibilidade de ocorrência mais frequente de tempestades mais intensas bem como de um défice sedimentar generalizado acompanhado de uma agitação marítima muito energética o que propiciará uma situação generalizada de erosão (migração de praias para o interior) e maior vulnerabilidade nas planícies costeiras de baixa altitude. As dificuldades de previsão das condições de evolução correspondentes aos cenários exigem medidas de precaução do seguinte tipo:

- Monitorização adequada e acompanhamento de evolução da situação;
- Melhoria dos conhecimentos nomeadamente a partir de simulações de comportamentos com base nos cenários de alterações climáticas;
- Planeamento de medidas de adaptação que possam acompanhar a evolução da situação.

A costa portuguesa Continental estende-se ao longo de cerca de 987 km, concentra cerca de 75% da população nacional e é responsável pela geração de 85% do produto interno bruto. Mais de 30% da linha de costa é considerada área protegida com estatuto legal e integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas, valor que atinge praticamente 50% se forem igualmente consideradas as áreas que integram a Rede Natura 2000.

Aproximadamente 25% da orla costeira Continental é afetada por erosão costeira. Regista-se tendência erosiva ou com erosão confirmada em cerca de 232 km, sendo de referir a existência de um risco potencial de perda de território em 67% da orla costeira. Como causas principais de erosão apontam-se a artificialização das bacias hidrográficas, a expansão urbana, a construção de infraestruturas como vias de comunicação e outras, a interrupção do transporte de sedimentos ao longo da costa devido a construção de portos, estruturas de defesa costeira como esporões, dragagens e exploração de inertes.

Os processos erosivos poderão ser agravados pelos efeitos das alterações climáticas, designadamente pela subida mais rápida do nível do mar e da ocorrência mais frequente de fortes temporais.

Embora os valores médios de elevação anual sejam da ordem de 1,5 mm e pareçam ser, em primeira análise, desprezáveis, não o são de facto. Pequenas variações persistentes do nível médio do mar induzem, com frequência, grandes modificações nas zonas ribeirinhas (por ex. em zonas estuarinas e lagunares e em zonas costeiras de baixa altitude). Compreende-se melhor a amplitude do problema, quando se tem em atenção o conhecimento (nomeadamente através da análise dos maregramas das estações de Cascais e de Lagos) de que o nível médio do mar em Portugal se encontra, atualmente, quase 20 cm acima da posição que ocupava no início do século XIX.

A Figura 6.1 ilustra a vulnerabilidade da zona costeira portuguesa à subida do nível das águas do mar (Fonte: Ferreira, 2010).

Para o período de 2014-2020 a prioridade estratégica nacional centrar-se-á essencialmente no investimento dirigido à proteção do litoral e das suas populações, especialmente nas áreas identificadas como mais vulneráveis face a fenómenos erosivos, complementando as intervenções realizadas em áreas prioritárias.

A identificação das áreas a intervir, assim como as principais medidas a apoiar, estão alinhadas com os instrumentos de política pública nesta matéria, como sejam i) a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira; ii) os Planos de Ordenamento da Orla Costeira; iii) o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015, que prevê um conjunto de intervenções prioritárias, com vista a assegurar a salvaguarda de pessoas e bens face aos riscos inerentes à dinâmica da faixa costeira.

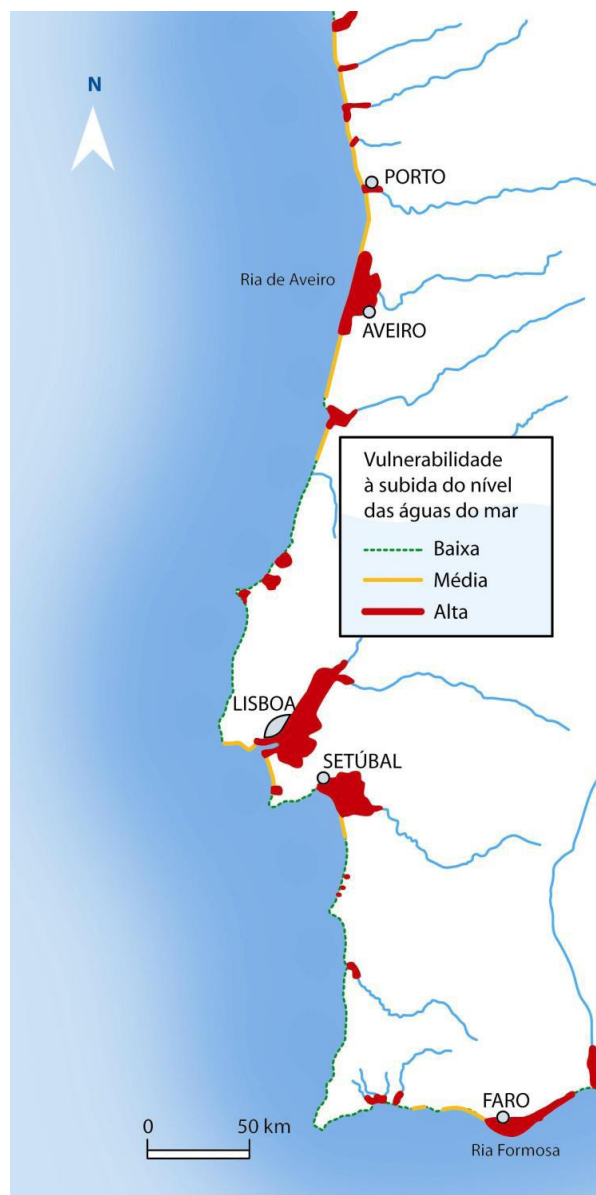


Figura 6.1 - Vulnerabilidade da zona costeira portuguesa à subida do nível das águas do mar

6.1.1.1. Novos cenários climáticos

O programa AdaPT foi desenvolvido para apoiar financeiramente a atuação na área de “Adaptação às Alterações Climáticas” em Portugal. O seu desenvolvimento foi guiado pelos termos estabelecidos no Memorando de Entendimento entre Portugal, Noruega, Islândia e Liechtenstein, no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEED/EEA-Grants). Posteriormente o programa foi informado das necessidades e contribuições do grupo de coordenação da ENAAC (Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas).

Foram propostas áreas de projeto que contribuem fortemente para aumentar a capacidade para avaliar a vulnerabilidade às alterações climáticas e para aumentar a consciencialização e educação sobre as alterações climáticas. Dentre elas foi proposta a criação de um portal relacionado as alterações climáticas, o *Local Warming Website* (LWW). O portal tem como um dos seus objetivos contribuir para aumentar a

capacidade de avaliar a vulnerabilidade às alterações climáticas e para aumentar a consciencialização e educação sobre as alterações climáticas em Portugal.

O portal disponibiliza vários indicadores climáticos que quantificam a ocorrência e risco de diferentes eventos atmosféricos. (Figura 6.2). Os indicadores podem ser simples, como a temperatura do ar ou o vento à superfície, ou complexos resultantes de algoritmos que combinam variáveis do modelo para criarem novas variáveis orientadas para as necessidades dos utilizadores, como índices que quantificam o risco de ocorrência de eventos com impactos potenciais significativos como secas, chuvas, ondas de calor e de frio, incêndio, etc.

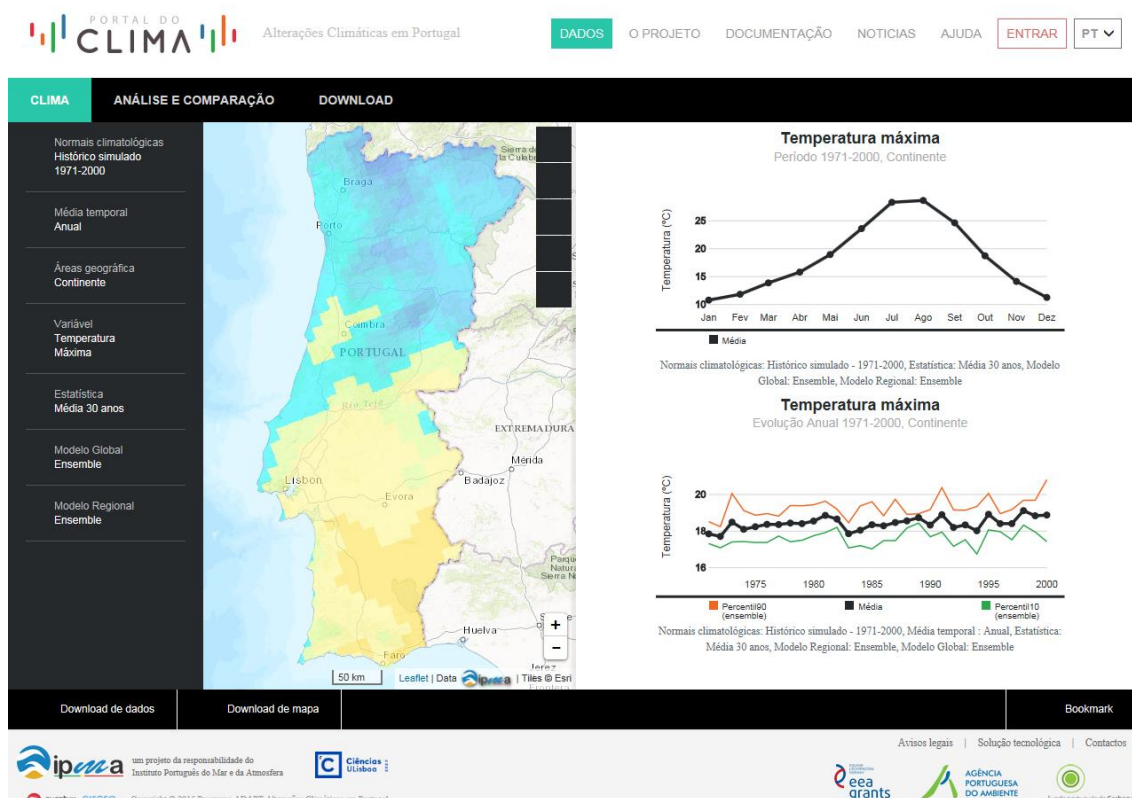


Figura 6.2 – Portal do Clima sobre alterações climáticas em Portugal

A base para a construção destes indicadores presentes no LWW referem-se a observações de clima passado e projeções simuladas do clima atual e futuro, baseados em múltiplas combinações de modelos CORDEX (programa EURO-CORDEX) e dos respetivos forçamentos.

O Cenário RCP (*Representative Concentration Pathways*) refere-se a porção dos patamares de concentração que se prolongam até 2100, para os quais os modelos de avaliação integrada produzem cenários de emissões correspondentes [IPCC, 2013]:

- RCP4.5 é um patamar de estabilização intermediário em que o forçamento radiativo está estabilizado a aproximadamente 4,5 Wm⁻² e 6,0 Wm⁻² após 2100 (o RCP correspondente assume emissões constantes após 2150) [IPCC, 2013].
- RCP8.5 é um patamar elevado para cada forçamento radiativo e superior a 8,5 Wm⁻² em 2100 e continua a aumentar durante algum tempo (o RCP correspondente assume emissões constantes após 2250) [IPCC, 2013].

O LWW é uma plataforma de acesso para o público em geral com funções de disseminação dos resultados obtidos no projeto, nomeadamente:

- Séries históricas;
- Alterações climáticas a nível regional;
- Indicadores climáticos para setores específicos em Portugal.

As observações meteorológicas são utilizadas para registar as condições meteorológicas de cada local e a sua evolução, a fim de caracterizar os respetivos climas. De modo a comparar resultados de diferentes regiões, tornou-se necessário definir critérios e procedimentos para as redes de estações segundo normas internacionais, relacionadas com a resolução espaço-temporal dos fenómenos meteorológicos. A Organização Meteorológica Mundial definiu um intervalo de 30 anos como padrão para o cálculo das normais climatológicas, o que se admite que seja suficiente para que, na média dos valores, sejam filtradas as flutuações de menor escala temporal. Neste portal a normal climática observada refere-se ao período de 1971-2000.

O processamento das normais climatológicas é efetuado sobre séries de dados observados. Os valores das normais dependem das observações disponíveis de cada estação meteorológica e pode agrupar-se em dois grupos:

- Valores médios mensais de variáveis observadas (temperatura mínima, média e máxima do ar e precipitação acumulada).
- Número médio de dias em que se observaram determinadas condições meteorológicas (ex. vento forte, precipitação intensa, etc).

A informação climática relativa às observações é proveniente da informação matricial do Atlas Climático de Portugal Continental 1971-2000. Os dados utilizados foram obtidos a partir da interpolação dos valores médios no período 1971-2000, dos parâmetros climatológicos temperatura do ar e precipitação, observados em 61 estações climatológicas (ex-IM) e 260 postos udométricos (ex-INAG). Para os valores médios da temperatura mínima, máxima e média do ar e da precipitação total utilizou-se o método de regressão multivariada com altitude e distância ao litoral e krigagem normal dos resíduos. A krigagem normal foi utilizada na interpolação do número de dias para os diferentes valores indicados no portal (ex. temperatura mínima, máxima e precipitação). Em ambos os casos a modelação manual do variograma experimental foi auxiliada e otimizada recorrendo à análise de diversos tipos de erro obtidos por validação cruzada.

Os novos cenários desenvolvidos para a precipitação, foram simulados no final de 2015, para os seguintes períodos de anos:

- histórico modelado (1971-2000)
- cenário RCP 8.5 (2011-2040)
- cenário RCP 8.5 (2041-2070)
- cenário RCP 8.5 (2071-2100)
- cenário RCP 4.5 (2011-2040)
- cenário RCP 4.5 (2041-2070)
- cenário RCP 4.5 (2071-2100)

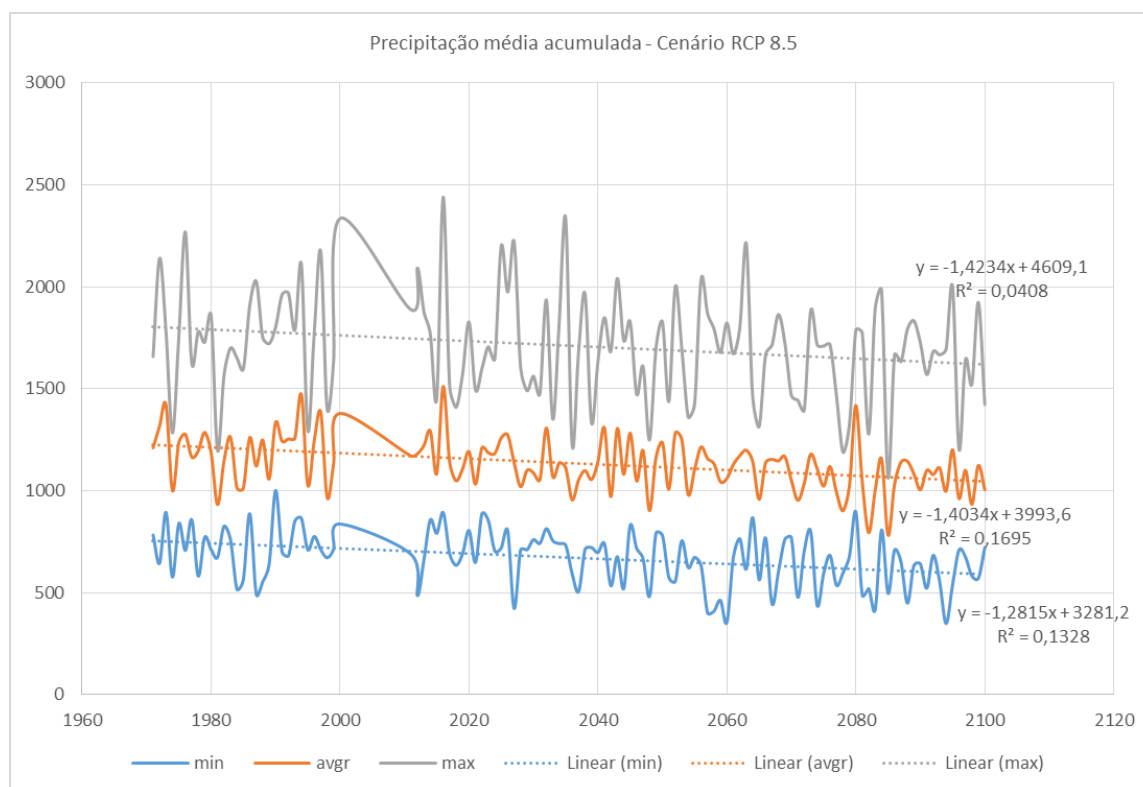
Em termos temporais estes cenários de precipitação foram desenvolvidos a nível anual, sazonal (Outono, Inverno, Primavera e Verão) e mensal (12 meses) e em termos espaciais foram aplicadas às regiões hidrográficas.

O Quadro 6.6 e a Figura 6.3 apresentam os valores médios dos mínimos, média e máximos simulados para os períodos de anos considerados para a RH3 em termos de precipitação anual.

Quadro 6.6 – Valores de precipitação mínimos, médias e máximos (segundo os dois cenários)

RH3	1971-2000	2011-2040	2041-2070	2071-2100
Mínimos (RCP 8.5)	726,41	714,09	633,66	603,92
Mínimos (RCP 4.5)	726,4	721,9	647,0	679,2
Média (RCP 8.5)	1201,62	1147,35	1132,87	1051,58
Média (RCP 4.5)	1201,6	1163,5	1130,6	1145,3
Máximos (RCP 8.5)	1775,31	1737,07	1700,53	1620,11
Máximos (RCP 4.5)	1775,3	1779,9	1622,6	1654,5

Observa-se que, de uma forma geral, existe uma tendência de descida dos valores mínimos, médios e máximos de precipitação ao longo dos anos, de carácter mais acentuado com o cenário 8.5. Assim, em termos de análise destes fenómenos nas disponibilidades hídricas deverá considerar-se este cenário por ser o mais pessimista, logo o mais preventivo em termos de medidas de adaptação.

**Figura 6.3 – Valores mínimos, médios e máximos da precipitação anual**

Na RH3, em termos de precipitação anual ao longo dos períodos de anos considerados, verifica-se uma ligeira descida nos valores máximos, médios e mínimos da precipitação anual.

A análise efetuada ao nível sazonal na RH3 permite observar melhor os fenómenos extremos relacionados com as épocas das chuvas e de estiagem (Figura 6.4, Figura 6.5, Figura 6.6 e Figura 6.7).

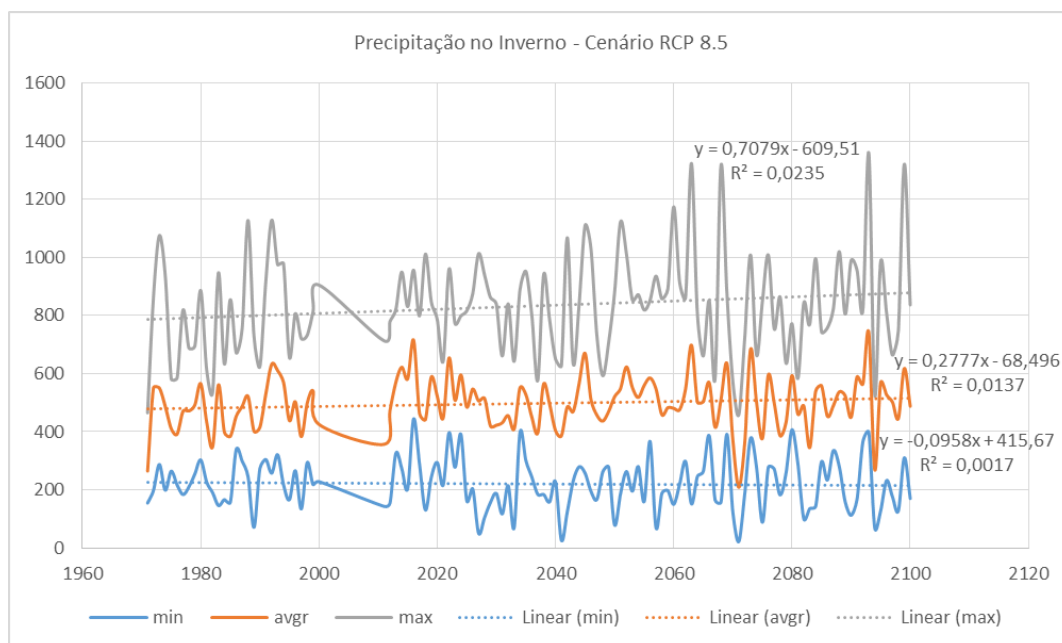


Figura 6.4 – Valores mínimos, médios e máximos da precipitação nos meses de Inverno (dezembro, janeiro e fevereiro)

Em termos de precipitação no Inverno ao longo dos períodos de anos considerados, verifica-se uma subida mais acentuada nos valores máximos, uma ligeira subida nos valores médios e uma estabilização nos valores mínimos.

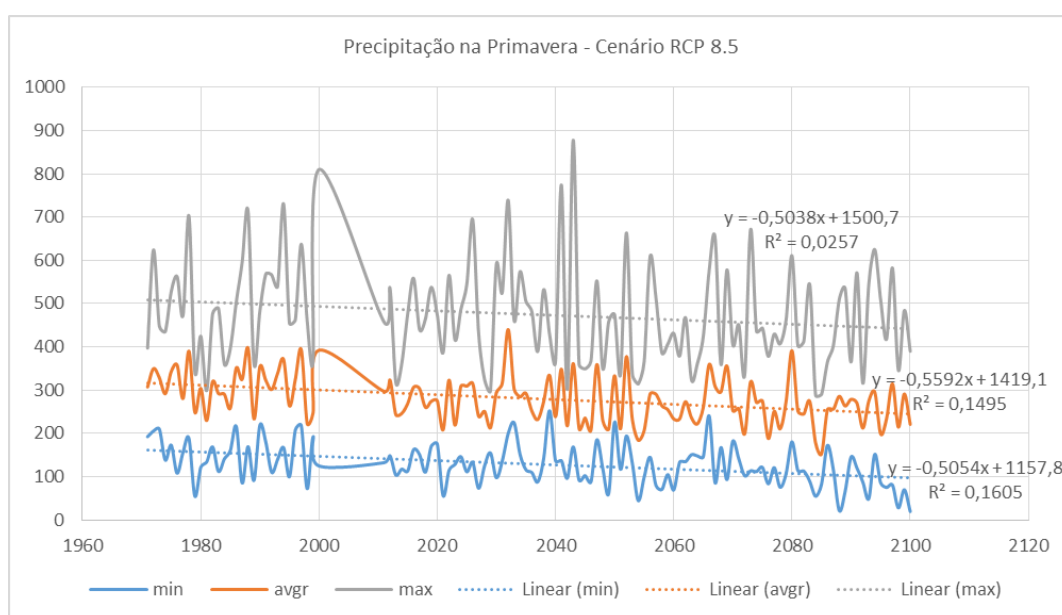


Figura 6.5 – Valores mínimos, médios e máximos da precipitação nos meses de Primavera (março, abril e maio)

Em termos de precipitação na Primavera ao longo dos períodos de anos considerados, verifica-se uma descida generalizada.

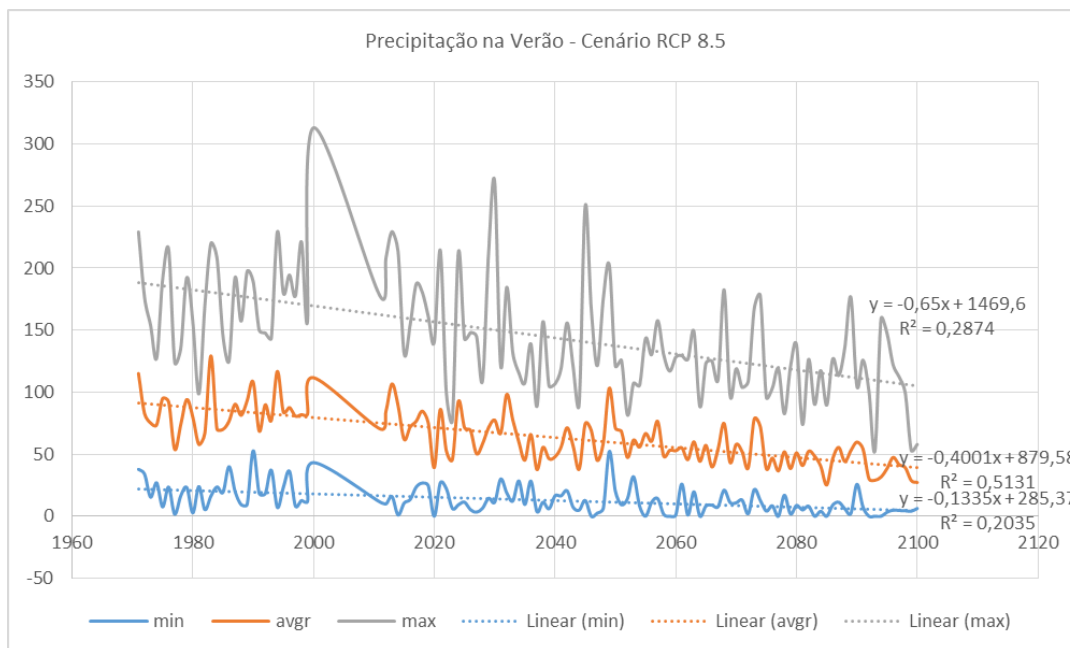


Figura 6.6 – Valores mínimos, médios e máximos da precipitação nos meses de Verão (junho, julho e agosto)

Em termos de precipitação no Verão ao longo dos períodos de anos considerados, verifica-se uma descida generalizada bastante mais acentuada do que na Primavera, sendo mais visível nos valores máximos.

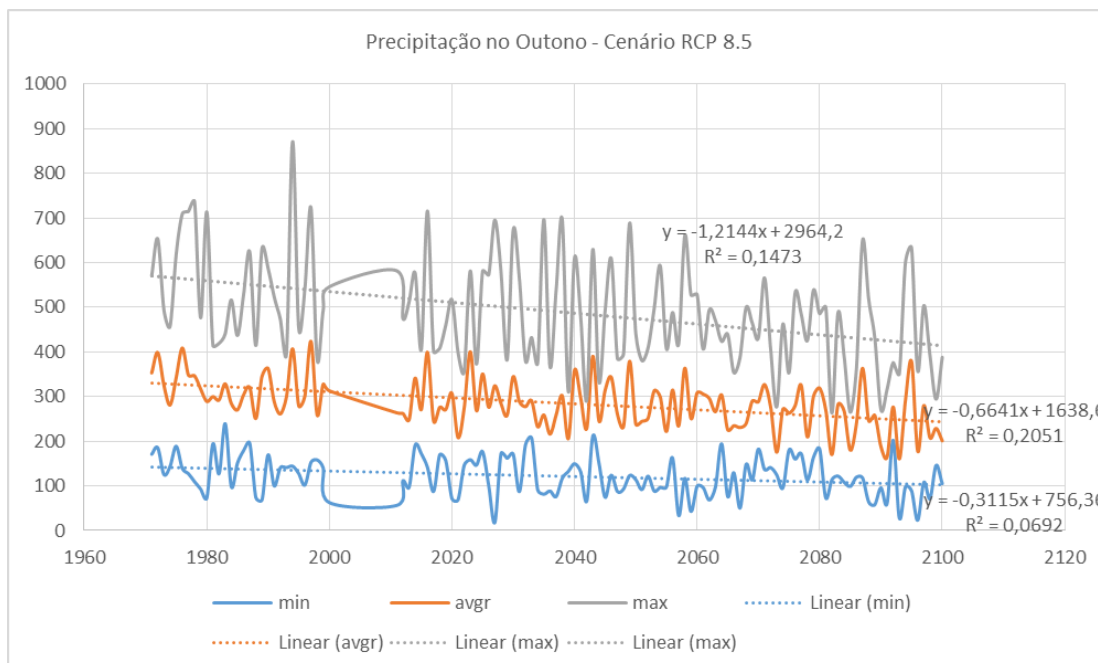


Figura 6.7 – Valores mínimos, médios e máximos da precipitação nos meses de Outono (setembro, outubro e novembro)

Em termos de precipitação no Outono ao longo dos períodos de anos considerados, verifica-se uma descida generalizada mas mais acentuada nos valores máximos.

Importa salientar que os cenários desenvolvidos ilustram ainda que existe uma maior probabilidade de ocorrerem períodos de seca mais longos. Contudo, a análise efetuada será complementada com o cálculo das disponibilidades hídricas futuras, com base nestes cenários, de modo a comparar com as utilizações da água atuais e futuras e, desta forma, definir medidas de adaptação que assegurem a sustentabilidade futura das utilizações da água pelos diversos setores económicos e o equilíbrio dos ecossistemas.

6.1.2. Adaptação às alterações climáticas

A estratégia de combate às alterações climáticas e aos seus impactes, definida nos quadros da política internacional (sob égide das Nações Unidas), europeia e nacional considera duas linhas fundamentais de orientação:

- I. A mitigação das alterações climáticas, recorrendo ao controlo das emissões de GEE e à implementação de medidas de diminuição das mesmas;
- II. A adaptação aos impactes das alterações climáticas, cujas estratégias preveem o recurso a medidas que visam reduzir a vulnerabilidade dos sistemas sociais, económicos e ambientais e procuram aumentar a resiliência destes sistemas relativamente aos impactes que forem inevitáveis.

A adaptação às alterações climáticas surgiu a nível europeu como linha de orientação complementar às estratégias de mitigação, reconhecendo que, pelo efeito da inércia climática, mesmo que as emissões de GEE diminuam no curto ou médio prazo, os efeitos da sua concentração elevada na atmosfera irão fazer-se sentir durante muitos anos. Como resposta, a CE publicou em 2010 a Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas (COM(2013)216), tendo em vista o fortalecimento dos níveis de atuação e decisão da União Europeia (UE) relativos aos impactos resultantes das alterações climáticas. Neste documento destacam-se os seguintes três grandes objetivos e respetivas ações:

1. Promover a ação dos Estados Membros:
 - a. Estimular os Estados-Membros a adotarem Estratégias de Adaptação abrangentes;
 - b. Disponibilizar fundos do LIFE em apoio à criação de capacidades e intensificar as medidas de adaptação na Europa (2013-2020);
 - c. Introduzir a adaptação no âmbito do Pacto de Autarcas (2013/2014);
2. Tomada de decisões mais informada:
 - a. Colmatar as lacunas de conhecimento;
 - b. Aprofundar a *Climate-ADAPT* como «balcão único» de informações sobre a adaptação na Europa;
3. Ação da UE destinada a preservar contra as alterações climáticas: promover a adaptação em setores vulneráveis fundamentais:
 - a. Viabilizar a preservação da Política Agrícola Comum (PAC), da política de coesão e da Política Comum das Pescas (PCP) contra as alterações climáticas;
 - b. Assegurar infraestruturas mais resilientes;
 - c. Promover regimes de seguros e outros produtos financeiros para decisões de investimento e empreendimento resilientes.

A conceção da Estratégia Europeia resultou de um processo iniciado em 2007 quando foi lançada uma consulta no âmbito do Livro Verde intitulado “Adaptação às alterações climáticas na Europa” que por sua vez deu origem ao Livro Branco “Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu”

(COM(2009)147). Desta forma, o Livro Branco apresenta um quadro de ação europeu para melhorar a capacidade de resistência da Europa às alterações climáticas, reafirmando a necessidade de incorporar os princípios de adaptação nas principais políticas europeias e de intensificar a cooperação a todos os níveis de governança.

Neste seguimento, e como parte integrante das ações incluídas no Livro Branco, foi adotado em dezembro de 2009 o “Documento Guia sobre a Adaptação às Alterações Climáticas na Gestão da Água”, constituído por 26 linhas de orientação, de forma a assegurar que a realização dos PGRH tenha em consideração os impactos das alterações climáticas num conjunto setorial interligado com a gestão dos recursos hídricos. Destaca-se também o documento “*River Basin Management in a Changing Climate*”, que enumera 11 princípios para a gestão da adaptação dos recursos hídricos às alterações climáticas:

- 1) Avaliação das pressões climáticas diretas e indiretas;
- 2) Detecção de sinais de alterações climáticas;
- 3) Monitorização de alterações em locais de referência;
- 4) Definição de objetivos;
- 5) Previsão do abastecimento e da procura de água, ao nível económico;
- 6) Verificação da eficácia das medidas;
- 7) Favorecimento de medidas de adaptação robustas;
- 8) Maximização dos benefícios intersetoriais e minimização dos efeitos negativos setoriais;
- 9) Aplicação do artigo 4.º da DQA;
- 10) Gestão do risco de inundações;
- 11) Gestão das secas e escassez de água.

Relativamente às medidas de adaptação às alterações climáticas, o Grupo de Trabalho da Estratégia Comum de Implementação da DQA recomendou que no primeiro ciclo de planeamento a ação se centrasse na validação climática (“*climate-proofing*”) do processo de planeamento ou seja, na verificação das medidas propostas independentemente de alterações do clima, relevando para os próximos ciclos de planeamento a integração plena das alterações climáticas na avaliação da evolução do estado das massas de água e dos riscos de cheias e secas e na definição dos programas de medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos.

A Estratégia Nacional para a Energia com o horizonte de 2020 (ENE 2020 – Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril) é composta por 10 medidas que visam relançar a economia e promover o emprego, apostar na investigação e no desenvolvimento tecnológico no que se refere às energias renováveis e ainda aumentar a eficiência energética. Desta forma a ENE 2020 contribui para a redução de emissões de CO₂.

No que se refere à estratégia a implementar no campo da energia hídrica, em 2007 foi lançado o PNBEPH, que irá permitir a Portugal aproveitar melhor o seu potencial hídrico (cerca de 54% estava ainda por explorar em 2007) e viabilizar o crescimento da energia eólica. Vai contribuir para atingir as metas energéticas estabelecidas, no âmbito do cumprimento das disposições das Diretivas 2001/77/CE e 2009/28/CE, ou seja, incrementar a percentagem de energia elétrica produzida por fontes renováveis, reduzir a forte dependência externa, essencialmente de combustíveis fósseis, e aumentar a eficiência energética e a redução das emissões de CO₂. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril, aprova a revisão do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) e do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020 (Estratégia para as Energias Renováveis - PNAER 2020), revendo o PNAER 2010. Esta revisão teve em consideração a conjuntura económico-

financeira que obrigou à racionalização dos recursos e à necessidade de priorizar, concretizar e dar clareza às grandes linhas de atuação nas áreas da eficiência energética e das energias renováveis. A evolução conjugada da redução do consumo de energia (primária e final), do acentuar de uma oferta excessiva de energia e das restrições de financiamento determinou, assim, a necessidade de revisitar os planos nacionais de ação para a eficiência energética e energias renováveis.

Em 2009 a Comissão para as Alterações Climáticas (CAC) concluiu a elaboração da ENAAC, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 1 de abril. A ENAAC encontra-se estruturada em torno de quatro objetivos principais:

- I. Informação e conhecimento (necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida);
- II. Redução da vulnerabilidade e aumento da capacidade de resposta (identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação);
- III. Participação, sensibilização e divulgação (imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas, transmitir a necessidade de ação e suscitar a participação desses agentes na definição e aplicação da estratégia);
- IV. Cooperação internacional (incluindo o acompanhamento das negociações levadas a cabo nos diversos fora internacionais).

A ENAAC seguiu uma abordagem por setores, identificando assim medidas de adaptação setoriais de forma mais consistente. São nove os setores estratégicos identificados na ENAAC:

- i) Ordenamento do território e cidades;
- ii) Recursos hídricos;
- iii) Segurança de pessoas e bens;
- iv) Saúde humana;
- v) Energia e indústria;
- vi) Turismo;
- vii) Agricultura e pescas;
- viii) Zonas costeiras;
- ix) Biodiversidade.

Os recursos hídricos são assim identificados como um setor estratégico, sendo a Autoridade Nacional da Água a entidade responsável por este grupo de trabalho setorial. Como resposta à ENAAC, foi desenvolvida uma proposta de ENAAC-RH. A ENAAC-RH, cujo objetivo último é a redução da vulnerabilidade dos setores, atividades e sistemas dependentes ou afetados pela água aos impactes decorrentes do aumento da concentração dos GEE, inclui ações em torno de 3 grandes eixos:

- I. Redução da exposição dos sistemas e atividades aos fenómenos climáticos (ações que procuram reduzir as pressões sobre o meio hídrico, nomeadamente a procura de água e as descargas de contaminantes, de modo a reduzir o stress de origem não climática; ações que visam reduzir o risco de situações adversas, nomeadamente de cheias e de seca);
- II. Aumento da robustez e da resiliência dos sistemas expostos aos fenómenos climáticos (ações que visam melhorar a capacidade instalada em lidar com os novos padrões de variabilidade climática, recorrendo por exemplo à expansão dos sistemas de monitorização, previsão e alerta);

III. Aprofundamento do conhecimento no domínio da avaliação dos impactes das alterações climáticas e também da viabilidade de possíveis ações de adaptação (resulta do reconhecimento que a informação disponível é ainda escassa para delinear um programa de adaptação, voluntarista e intervencionista, com ações muito concretas especificamente dirigidas à adaptação).

Tendo em consideração que se procura descrever um conjunto abrangente, consistente e operacional de recomendações práticas, foi considerado útil contemplar um conjunto de quatro objetivos estratégicos e 13 objetivos específicos, que se encontram elencados no Quadro 6.7. Estes objetivos são transversais a todos os setores considerados na proposta de ENAAC-RH, sendo os setores os seguintes:

- a) Planeamento e gestão de recursos hídricos;
- b) Serviços da água;
- c) Agricultura e silvicultura;
- d) Produção de energia;
- e) Ecossistemas aquáticos e biodiversidade;
- f) Zonas costeiras;
- g) Turismo.

Quadro 6.7 – Objetivos estratégicos e específicos da proposta de ENAAC – Recursos Hídricos

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
Redução das pressões sobre o meio hídrico	Gestão da procura de água (redução da dependência da disponibilidade de água)
	Proteção das massas de água e dos ecossistemas dependentes
Reforço da segurança da disponibilidade de água	Aperfeiçoamento dos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos
	Reforço das infraestruturas de captação, regularização e adução
Gestão do risco	Avaliação do risco de diferentes naturezas
	Promoção de programas de medidas de proteção
	Implementação de sistemas de monitorização, deteção e alerta precoce
	Sensibilização pública
Aprofundamento do conhecimento	Reforço dos sistemas de monitorização e análise
	Avaliação dos riscos resultantes dos impactes das alterações climáticas
	Análise da viabilidade de possíveis medidas de adaptação
	Revisão das metodologias de análise e de dimensionamento de sistemas e infraestruturas
	Sensibilização pública e capacitação técnica

A proposta de ENAAC-RH inclui ações a desenvolver por instituições, públicas ou privadas, à escala nacional, regional ou local.

A Avaliação Nacional de Risco (2014) é um documento de referência neste domínio, tendo em consideração, para os riscos aplicáveis, o impacto das alterações climáticas e os cenários daí decorrentes, com indicação das tendências para agravamento ou atenuação. Esta Avaliação foi produzida com base nos trabalhos anteriormente desenvolvidos para dois instrumentos fundamentais: o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil (PNEPC) e a ENAAC.

6.1.2.1. Medidas de adaptação

No âmbito dos trabalhos da ENAAC um dos objetivos foi propor medidas de adaptação às alterações climáticas no âmbito dos recursos hídricos, a incluir no futuro quadro de programação no âmbito dos fundos estruturais para o período 2014-2020. Este trabalho apresentou uma revisão da lista de medidas de adaptação às alterações climáticas e das fontes de financiamento para as medidas de AAC.

A análise preliminar de medidas constou de:

- Uma listagem de medidas de adaptação,
- Identificação da elegibilidade destas medidas em fontes de financiamento de fundos estruturais europeus, bem como noutros programas (ex.: o LIFE e o HORIZONTE 2020),

A lista geral de medidas foi dividida em quatro grupos:

- Medidas de adaptação para os recursos hídricos (Quadro 6.8),
- Medidas de adaptação para os recursos hídricos em termos de ecossistemas aquáticos e biodiversidade (Quadro 6.9),
- Medidas de adaptação para os recursos hídricos nos serviços de águas (Quadro 6.10)
- Medidas de adaptação para os recursos hídricos no setor da agricultura e florestas (Quadro 6.11).

Na área do planeamento e gestão de recursos hídricos, incluem-se as medidas de natureza mais abrangente, que procuram assegurar a proteção dos recursos hídricos e promover as condições de base para uma gestão integrada das utilizações de água e dos riscos associados a cheias e secas com mecanismos eficazes de resolução de conflitos. É também objetivo o desenvolvimento da investigação de base sobre a vulnerabilidade do território e dos sistemas de recursos hídricos e sobre a identificação das estratégias de adaptação mais adequadas.

As medidas de adaptação às alterações climáticas incluídas no setor do planeamento e gestão dos recursos hídricos apostam: na proteção das massas de água, com o objetivo de criar uma folga que possa ser utilizada para encaixar as pressões adicionais decorrentes das alterações climáticas; na melhoria dos processos e das infraestruturas de planeamento e gestão dos recursos hídricos para otimizar os benefícios a obter dos recursos disponíveis; no controlo dos riscos de cheias; e na melhoria de conhecimento para melhor planear uma nova geração de medidas.

São propostos sete programas, que abrangem 25 medidas. As medidas têm uma natureza transversal e proporcionam benefícios nos restantes setores utilizadores de água. Na sua maioria, estas medidas constituem um reforço dos objetivos já assumidos nos Planos de Gestão de Recursos Hídricos para proteção dos recursos hídricos, promoção de um uso eficiente da água e controlo dos riscos associados com a água. Esta opção resulta da constatação que os impactos das alterações climáticas constituem uma pressão adicional sobre os recursos hídricos e que a primeira geração das políticas de adaptação deve privilegiar a execução integral e em tempo útil de um conjunto de medidas de planeamento e gestão já planeadas ou em curso, que visam responder aos problemas já detetados. Em simultâneo, é necessário prosseguir os esforços de investigação e de melhoria do conhecimento para melhor planear uma segunda geração de medidas.

Programa 1. Proteção das massas de água

Medida RH 1.1 – Controlo da contaminação do meio hídrico por descargas pontuais, designadamente através de um aumento da eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais ou da

implementação de esquemas mais eficientes para o licenciamento de descargas, em função do caudal disponível no meio hídrico para a sua diluição e da sensibilidade do ecossistema.

Medida RH 1.2 - Redução da contaminação do meio hídrico por descargas difusas, designadamente através da implementação ou continuação de programas que visem a adoção de boas práticas agrícolas e a redução da contaminação por pesticidas e fertilizantes, sobretudo nas zonas vulneráveis.

Medida RH 1.3 - Controlo do licenciamento de captações de água, de forma a assegurar a redução do universo de captações sem licenciamento, e cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH).

Programa 2. Aperfeiçoamento dos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos

Medida RH 2.1 - Melhoria dos sistemas de monitorização, previsão e alerta, que permitam fornecer informação aos decisores operacionais num formato e num tempo adequados à tomada de decisão. Estão abrangidos nesta medida os instrumentos de monitorização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e das utilizações da água, assim como os modelos matemáticos que permitem completar e interpretar os dados de monitorização, antecipar situações críticas e preparar as respostas adequadas. Alguns destes sistemas já estão operacionais, como é o caso do Sistema Nacional de Informação sobre os Recursos Hídricos (SNIRH) ou do Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), sendo necessário continuar a alargar o seu âmbito, aperfeiçoar o seu funcionamento, promover a sua integração com sistemas adjacentes e, de um modo geral, integrá-los de forma eficiente no processo de decisão operacional.

Medida RH 2.2 – Melhoria do aproveitamento da capacidade de regularização e de adução instaladas, para melhorar os processos de gestão das várias infraestruturas, de modo a rentabilizar a capacidade instalada na satisfação das necessidades de água e no controlo do risco de escassez de água.

Medida RH 2.3 - Promoção da gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, para, em conjunto com a medida anterior, promover os sistemas com fins múltiplos, identificando e aproveitando as possibilidades de sinergia entre os recursos disponíveis, as infraestruturas existentes e os usos da água e potenciar os benefícios resultantes da sua operação.

Medida RH 2.4 – Incremento na articulação dos processos de planeamento e de gestão integrada das bacias hidrográficas internacionais com o Reino de Espanha através da troca de informação, da definição de objetivos comuns e da execução de um programa de ação integrado que os concretize. Na implementação desta medida, que dá cumprimento aos requisitos da Diretiva-Quadro da Água no que respeita a bacias internacionais, devem ser acautelados os interesses e os direitos de Portugal, explicitados na própria diretiva e em várias convenções internacionais.

Programa 3. Reforço e diversificação das origens de água

Medida RH 3.1 - Reutilização da água e compatibilização do uso da água com a sua qualidade, identificando as situações onde a utilização de água com menor qualidade pode ser realizada a custos razoáveis e em segurança e desenvolver as soluções que permitam essa utilização. Esta medida está prevista no Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água.

Medida RH 3.2 - Dessalinização da água do mar ou de águas salobras, identificando situações onde a dessalinização pode ser a solução mais adequada para satisfazer as necessidades de água. Esta medida é sobretudo direcionada para o abastecimento da população, dado o custo energético que lhe está associado. A energia consumida nas centrais de dessalinização deve ser de origem renovável, para evitar a emissão de gases com efeito de estufa.

Medida RH 3.3 - Diversificação das origens de água e promoção ambientalmente sustentada da possibilidade de transferência de água entre bacias ou sistemas de abastecimento, nos casos em que esta solução possa contribuir para um aumento da fiabilidade dos sistemas de abastecimento de água e atenuar situações de escassez localizada de água.

Programa 4. Diminuição da dependência da variabilidade anual das disponibilidades hídricas

Medida RH 4.1 - Promoção da gestão integrada das albufeiras, incrementando a ação da Comissão de Gestão de Albufeiras, respondendo ao aumento da variabilidade da precipitação e do escoamento e aumentando a capacidade de regularização do escoamento fluvial para compatibilizar a capacidade de captação com a variação das necessidades de água.

Medida RH 4.2 - Promoção dos usos múltiplos nas albufeiras existentes. Pretende-se promover a cooperação entre o Estado e os utilizadores dos recursos hídricos para a manutenção, conservação e gestão de infraestruturas hidráulicas comuns a diversos fins, repartindo os encargos entre todos os utilizadores, tendo como finalidade, nomeadamente, a promoção da utilização eficiente e sustentável dos recursos hídricos afetos a esses empreendimentos, a proteção da água e dos ecossistemas.

Medida RH 4.3 – Avaliação, nos termos da DQA, da necessidade de construção de novas barragens.

Programa 5. Controlo do risco de cheias

Medida RH 5.1 – Avaliação da alteração dos principais fatores de risco de cheias e inundações, nomeadamente os decorrentes do aumento do nível médio do mar e da alteração do regime de precipitações intensas. Pretende-se quantificar o aumento dos fatores de risco e proporcionar os elementos de análise quantificados que permitam uma tomada de decisão por parte dos responsáveis pela segurança de pessoas e bens às escalas nacional, regional e local.

Medida RH 5.2 – Implementação das medidas definidas nos Planos de Gestão do Risco de Inundações (2015). Para a primeira geração de cartas e planos a elaborar entre 2011 e 2015, a legislação preconiza a avaliação preliminar dos riscos de inundações e, na revisão destes elementos seis anos após a sua aprovação, avaliar o impacto provável das alterações climáticas na ocorrência de inundações.

Medida RH5.3 – Reforço ou manutenção das infraestruturas de proteção contra cheias e inundações, contemplando a execução das medidas previstas nos Planos de Gestão de Risco de Inundações ou em Planos de Segurança internos de instalações. Pode incluir a construção de diques ou de outras estruturas de proteção, a atribuição de volumes para encaixe de cheias em albufeiras existentes, ou o deslocamento de pessoas e atividades de zonas em risco.

Medida RH 5.4 – Promoção dos estudos para revisão (delimitação) e atualização (novas) das zonas de inundação.

Medida RH 5.5 - Promoção do desenvolvimento de sistemas de previsão e alerta das cheias, adaptado às características das bacias hidrográficas, e que assegure a recolha, em tempo real, dos dados hidrometeorológicos. A medida complementa as medidas RH 2.1 e RH 6.3, que apostam no aperfeiçoamento de sistemas de previsão e alerta precoce de cheias e situações de inundação.

Medida RH 5.6 - Promoção, através da aquisição de conhecimento, da caracterização regional do fenómeno das cheias e suas consequências prejudiciais no território, de forma a permitir definir uma política de seguros.

Programa 6. Gestão de situações de seca

Medida RH 6.1 - Desenvolver Sistemas de Alerta precoce para deteção de escassez de água e de seca. Estes poderão estar associados aos vários tipos de seca, como os indicados no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Secas – PPMCSS (2014), para os quais será importante definir níveis críticos.

Medida RH 6.2 - Realização de estudos sobre cenários de evolução, associados a probabilidades de ocorrência e aos usos atuais e futuros.

Medida RH 6.3 - Apoio na recolha de dados de base (hidrometeorológicos e de usos), essencial para operar os sistemas de alerta e para desenvolver e atualizar os vários cenários de evolução.

Programa 7. Aprofundamento e divulgação do conhecimento

Medida RH 7.1 – Aprofundamento do conhecimento sobre os impactos das alterações climáticas nos recursos hídricos e nos diversos sectores deles dependentes, nos seus aspetos técnicos, ambientais, económicos e sociais. Para isso, será necessário investir na melhoria das ferramentas de modelação climática, em programas de monitorização das variáveis hidroclimáticas e dos impactos das alterações climáticas, e na quantificação dos impactos.

Medida RH 7.2 - Inventariação e sistematização de possíveis abordagens e soluções de adaptação e criação de um portfolio de soluções, com a identificação das potencialidades, vantagens, desvantagens, investimentos e encargos associados.

Medida RH 7.3 - Desenvolvimento de plataformas de informação, comunicação e educação para a disseminação da informação disponível e sensibilização e informação dos vários agentes, para o risco decorrente das alterações climáticas.

O Quadro 6.8 apresenta uma síntese dos programas e respetivas medidas de adaptação aos impactos relacionados com o planeamento e gestão de recursos hídricos. A cada medida associa-se, por sua vez, a entidade responsável, os instrumentos de implementação, a tipologia de ação (de planeamento, gestão ou monitorização) a magnitude relativa de custo de implementação, fonte de financiamento, prioridade e âmbito (local, regional ou nacional).

Quadro 6.8 – Programas e medidas de adaptação - Planeamento e gestão de recursos hídricos

Programa	Medida	Entidades responsáveis	Instrumentos de implementação	Tipologia de ação	Custo	Fonte de financiamento	Prioridade	Âmbito
Proteção das massas de água	RH 1.1 – Controlo da contaminação do meio hídrico por descargas pontuais	APA	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Planeamento Gestão	€€	POSEUR	●●●	Região Hidrográfica
	RH 1.2 - Redução da contaminação do meio hídrico por descargas difusas	APA	Planos de Gestão de Região Hidrográfica Códigos de boas práticas	Planeamento Gestão	€€€	POSEUR PDR	●●	Região Hidrográfica
	RH 1.3 - Controlo do licenciamento de captações de água	APA	Política de licenciamento	Gestão	€	POSEUR	●●●	Região Hidrográfica
Aperfeiçoamento dos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos	RH 2.1 - Melhoria dos sistemas de monitorização, previsão e alerta	APA	Sistemas de monitorização	Monitorização	€	POSEUR	●●●	Nacional
	RH 2.2 – Melhoria do aproveitamento da capacidade de regularização e de adução instaladas	Entidades de gestão	Planos operacionais de gestão	Planeamento	€	POSEUR	●●●	Sistema de gestão
	RH 2.3 - Promoção da gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	Entidades de gestão	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Planeamento Gestão	€	POSEUR	●●●	Sistema de gestão
	RH 2.4 - Incremento na articulação dos processos de planeamento e de gestão integrada das bacias hidrográficas internacionais com o Reino de Espanha	APA	Planos de Gestão de Região Hidrográfica Internacional	Planeamento Gestão Monitorização	€	POSEUR LIFE	●●●	Região Hidrográfica
Reforço e diversificação das origens de água	RH 3.1 Reutilização da água e compatibilização do uso da água com a sua qualidade;	Entidades de gestão	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água Planos operacionais de gestão	Planeamento	€€	POSEUR	●●	Região Hidrográfica
	RH 3.2 - Dessalinização da água do mar ou de águas salobras;	Entidades de gestão	Planos operacionais de gestão	Planeamento	€€	POCI LIFE	●	Região Hidrográfica
	RH 3.3 Diversificação das origens de água e promoção ambientalmente sustentada da possibilidade de transferência de água entre bacias ou sistemas de abastecimento	Entidades de gestão	Planos operacionais de gestão	Planeamento	€€	LIFE	●	Sistema de gestão
Diminuição da	RH 4.1 - Promoção da gestão integrada das	APA, Entidades	Planos de Gestão	Planeamento	€	LIFE	●●●	Região

Programa	Medida	Entidades responsáveis	Instrumentos de implementação	Tipologia de ação	Custo	Fonte de financiamento	Prioridade	Âmbito
dependência da variabilidade anual das disponibilidades hídricas	albufeiras, incrementando a ação da Comissão de Gestão de Albufeiras	de gestão	de Região Hidrográfica					Hidrográfica
	RH 4.2 - Promoção dos usos múltiplos nas albufeiras existentes	APA, Entidades de gestão	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Planeamento	€	LIFE	●●●	Região Hidrográfica
	RH 4.3 – Avaliação, nos termos da DQA, da necessidade de construção de novas barragens	APA, Entidades de gestão	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Planeamento	€	LIFE	●	Região Hidrográfica
Controlo do risco de cheias	RH 5.1 – Avaliação da alteração dos principais fatores de risco de cheias e inundações	APA	Política de investigação	Planeamento	€	POSEUR LIFE Horizonte 2020	●●●	Região Hidrográfica
	RH 5.2 – Implementação das medidas definidas nos Planos de Gestão do Risco de Inundações (2015)	APA, CMs	Planos de Gestão do Risco de Inundações	Planeamento	€	POSEUR	●●●	Região Hidrográfica
	RH5.3 – Reforço ou manutenção das infraestruturas de proteção contra cheias	APA, CMs	Planos de Gestão do Risco de Inundações	Planeamento	€€€	POSEUR	●●	Região Hidrográfica
	RH 5.4 – Promoção dos estudos para revisão (delimitação) e atualização (novas) das zonas de inundação	APA	Planos de Gestão do Risco de Inundações	Planeamento	€	POSEUR	●●	Região Hidrográfica
	RH 5.5 - Promoção do desenvolvimento de sistemas de previsão e alerta das cheias, adaptado às características das bacias hidrográficas, e que assegure a recolha, em tempo real, dos dados hidrometeorológicos	APA	Planos de Gestão do Risco de Inundações	Monitorização	€€	POSEUR	●	Região Hidrográfica
	RH 5.6 - Promoção, através da aquisição de conhecimento, da caracterização regional do fenómeno das cheias e suas consequências prejudiciais no território, de forma a permitir definir uma política de seguros	APA, Seguradoras	Planos operacionais de gestão	Planeamento	€	POSEUR	●●	Região Hidrográfica
Gestão de situações de seca	RH 6.1 - Desenvolver Sistemas de Alerta precoce para deteção de escassez de água e de seca. Estes poderão estar associados	APA	Plano de Prevenção, Monitorização e	Monitorização	€€	POSEUR	●●	Região Hidrográfica

Programa	Medida	Entidades responsáveis	Instrumentos de implementação	Tipologia de ação	Custo	Fonte de financiamento	Prioridade	Âmbito
	aos vários tipos de seca, como os indicados no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Secas – PPMCSS (2014), para os quais será importante definir níveis críticos		Contingência para Situações de Secas – PPMCSS					
	RH 6.2 - Realização de estudos sobre cenários de evolução, associados a probabilidades de ocorrência e aos usos atuais e futuros	APA, IPMA, entidades setoriais	Planos setoriais	Planeamento	€	POSEUR	●●	Região Hidrográfica
	RH 6.3 - Apoio na recolha de dados de base (hidrometeorológicos e de usos), essencial para operar os sistemas de alerta e para desenvolver e atualizar os vários cenários de evolução	APA	Redes de recolha de dados	Monitorização	€€	POSEUR	●●	Região Hidrográfica
Aprofundamento e divulgação do conhecimento	RH 7.1 – Aprofundamento do conhecimento sobre os impactos das alterações climáticas nos recursos hídricos e nos diversos sectores deles dependentes	APA, Instituições I&D	Política de investigação	Planeamento	€	POSEUR Horizonte 2020	●●●	Nacional
	RH 7.2 - Inventariação e sistematização de possíveis abordagens e soluções de adaptação e criação de um portfolio de soluções	APA, Instituições I&D	Política de investigação	Planeamento	€	LIFE Horizonte 2020	●●●	Nacional
	RH 7.3 - Desenvolvimento de plataformas de informação, comunicação e educação para a disseminação da informação disponível e sensibilização e informação dos vários agentes	APA, Instituições I&D	Política de educação e comunicação	Planeamento	€	POSEUR LIFE	●●●	Nacional

Legenda:

Custo: € pouco elevado, €€€ muito elevado;

Prioridade: ●●● 0-5 anos ●● 5-10 anos ● 10-20 anos.

No quadro das ações de proteção do estado (ecológico) das massas de águas interiores importa definir uma estratégia coerente e direcionada para assegurar o objetivo estratégico de “Procurar adaptar os ecossistemas aquáticos de águas doces e terrestres associados aos impactos da variabilidade climática”. Na perspetiva de serem contributivos para a resiliência dos ecossistemas e da sua biodiversidade natural, são propostos três programas de respostas contendo, no seu conjunto, nove medidas.

Programa 1. Proteção e melhoria da qualidade físico-química, da qualidade biológica e da biodiversidade das massas de água.

Medida EB 1.1 - Apoio à capacidade adaptativa das espécies sensíveis às alterações climáticas e aos seus habitats, através de um conjunto de ações, como, a realocação de populações e a promoção de migrações assistidas (tendo em atenção as consequências ecológicas secundárias), a cultura em cativeiro, o repovoamento ecológico de espécies com populações debilitadas, o armazenamento de material genético ex-situ e a criação de barreiras migratórias em situações de prevenção do influxo de espécies invasivas (Rahel *et al.*, 2008);

Medida EB 1.2 - Restauro dos habitats danificados, incluindo das zonas ripárias e alagados marginais para repor habitats originais e conferir oportunidades territoriais às espécies e reduzir o stress de procura de habitats de recurso. Prevê-se ainda o restauro de habitats fragmentados, poluídos ou alterados e ações para manter e recuperar a diversidade morfológica e habitacional dos leitos, margens e zonas adjacentes para promover a diversidade natural e a redundância biológica funcional.

Medida EB 1.3 - Manutenção e restauro dos processos e funções globais dos ecossistemas para assegurar a interação da rede hidrográfica e das zonas húmidas associadas, potenciar a capacidade da bacia hidrográfica em amortecer hidrogramas de cheia e promover a infiltração em zonas de recarga de aquíferos. Esta medida visa também reduzir a erosão do solo e a lixiviação de elementos químicos indesejáveis e potenciar a depuração biológica dos contaminantes. Em síntese, pretende-se delimitar e promover a gestão ecológica integrada do território fluvial e reestabelecer os processos vitais do sistema fluvial, nomeadamente o regime hídrico.

Medida EB 1.4 - Promoção da eficácia da gestão da água e do uso dos recursos biológicos, incluindo o controlo da poluição pontual das cargas orgânicas e outros contaminantes, a aplicação de códigos e práticas de uso e gestão de habitats terrestres para minimização de poluição difusa (e.g. interposição de bio-barreiras nas zonas adjacentes ao sistema fluvial), implementar a regressão da eutrofização nas albufeiras por medidas internas (na massa de água) e externas (ao nível da bacia hidrográfica); aumento da eficiência do uso da água, nomeadamente alterando as práticas agrícolas, industriais e urbanísticas, promover a gestão da água em articulação com o ordenamento do território; articular e/ou restringir o uso de recursos piscícolas e atividades piscatórias com as tendências de evolução populacional face às alterações climáticas.

Programa 2. Proteção e melhoria da integridade hidrológica e hidromorfológica

Medida EB 2.1- Gestão integrada do conjunto de obstáculos existente em cada rede hídrica, determinando o grau de (in)transponibilidade de cada obstáculo e identificando os obstáculos intransponíveis. Pretende-se também destruir o maior número possível de obstáculos intransponíveis quando obsoletos ou abandonados e, em todos os outros, construir passagens para peixes (se exequível), tornar as passagens para peixes já existentes funcionais, garantir a possibilidade de migração de juvenis para jusante, por exemplo, com implementação de sistemas transponíveis em aproveitamentos hidroelétricos, repor a conetividade hídrica em corredores e braços fluviais desativados.

Medida EB 2.2 - Redução da fragmentação hídrica e manutenção dos caudais ambientais. Esta medida visa garantir a conectividade hídrica da rede hidrográfica lateral, longitudinal e vertical, por forma a permitir o livre movimento de materiais e espécies, nomeadamente impondo regimes de caudais ecológicos adequados, com variações miméticas das naturais, incluindo caudais inverniais para arrastamento de materiais depositados e rejuvenescimento do sistema ecológico e manutenção operacional das comunidades biológicas nativas Mediterrâneas, mantendo a meta-estabilidade típica dos sistemas fluviais com bom funcionamento (Poff *et al.*, 1997);

Medida EB 2.3 - Redução do stress climático e dos eventuais impactos primários e secundários, resultantes de medidas de adaptação previstas para outros setores. Esta medida contempla o afeiçoar de pequenas soleiras de enrocamento submersas em zonas estratégicas dos leitos nas zonas médias dos rios, de forma a promover as desovas de primavera e contribuir para manter a água nos meses de verão, mantendo livres movimentos de primavera e outono. Inclui também a criação de pequenos açudes transponíveis para atuarem como refúgios térmicos e hídricos (ou identificação e manutenção dos já existentes), na zona de fronteira da distribuição da truta de rio (Magoulik *et al.*, 2003), a construção de açudes transponíveis ou submersos em braços dos afluentes às albufeiras que garantam um nível permanente da água apesar da oscilação dos níveis (com especial atenção aos desníveis extremos em anos de seca) e garantir que a construção de albufeiras em cascata não limite as afluências inter-albufeiras (designadamente em épocas de estiagem).

Programa 3. Aprofundamento e divulgação do conhecimento

Medida EB 3.1 - Implementação de uma monitorização de longo prazo através da seleção e manutenção de uma rede de locais de monitorização de longo prazo, (Mathews e Marsh-Mathews, 2003), com recolha de dados informativos abióticos, biológicos e funcionais para servir de sentinelas climáticas e, ainda, de um conjunto de locais minimamente perturbados para os 15 tipos de ecossistemas fluviais identificados em Portugal, representando condições de referência. Esta medida contempla também o estudo da incerteza da variação biológica e das suas causas, a revisão periódica (e.g. a cada 10 anos) das tipologias de massas de água e condições de referência, o estabelecimento de uma classificação tipológica probabilística, o reforço do sistema de monitorização do estado ecológico da água e dos ecossistemas associados, incluindo a monitorização de sedimentos e a monitorização dos aquíferos, a revisão dos limites das zonas protegidas a médio prazo (por exemplo, a cada 25 anos) com base no mapeamento de habitats e de espécies a monitorização quantitativa da atividade piscatória e a identificação de espécies sentinela (para além da truta) para monitorização da distribuição e estado das populações.

Medida EB 3.2 - Investigação sobre os efeitos de alterações climáticas primárias nas espécies e ecossistemas aquáticos portugueses, separando a variabilidade climática da variabilidade resultante de outras pressões e da natural (em particular para o caso dos ecossistemas e espécies, este conhecimento deve ser integrado, envolvendo componentes hidrológicas, hidráulicas, físicas, físico-químicas e biológicas). Esta medida inclui ainda a identificação e acompanhamento de bioindicadores climáticos, começando pela truta de rio, a monitorização da adaptação genética dos ciprinídeos nativos, a promoção do desenvolvimento de um sistema de informação interoperável e acessível nas bacias hidrográficas internacionais, a aquisição de uma visão compreensiva e atualizada da distribuição das comunidades e identificação dos principais corredores geográficos de dispersão ecológica (Heino *et al.*, 2009).

O Quadro 6.9 apresenta uma síntese do programa e medidas de adaptação destinado a proteger e requalificar os ecossistemas aquáticos de águas interiores e a potenciar a sua adaptação às alterações climáticas. A cada medida associa-se, por sua vez, a entidade responsável, os instrumentos de implementação, a tipologia de ação (de planeamento, gestão ou monitorização) a magnitude relativa de custo de implementação, fonte de financiamento, prioridade e âmbito (local, regional ou nacional).

Quadro 6.9 – Programas e medidas de adaptação – Ecossistemas e biodiversidade

Programa	Medida	Entidades responsáveis	Instrumentos de implementação	Tipologia de ação	Custo	Fonte de financiamento	Prioridade	Âmbito
Proteção e melhoria da qualidade físico-química, a qualidade biológica e a biodiversidade	EB1.1 Apoio à capacidade adaptativa das espécies sensíveis às alterações climáticas e aos seus <i>habitats</i> .	APA, ICNF	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Planeamento Gestão	€	POSEUR	●●	Local
	EB1.2 Restauro de <i>habitats</i> danificados, incluindo zonas ripárias e zonas húmidas marginais.	APA, ICNF, Autarquias	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Planeamento Gestão	€	POSEUR	●●	Local/Regional
	EB1.3 Restauro dos processos e das funções globais dos ecossistemas	APA, ICNF Autarquias	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Planeamento Gestão	€€	POSEUR	●	Local / Regional
	EB1.4 Promoção da eficácia da gestão da água e do uso dos recursos biológicos	APA, ICNF, Autarquias, Entidades gestoras	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Gestão Monitorização	€€	POSEUR	●	Local
Proteção e melhoria da integridade hidrológica e hidromorfológica	EB2.1 Gestão integrada do conjunto de obstáculos existente em cada rede hídrica	APA, ICNF	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Gestão	€	POSEUR PDR	●●	Local
	EB2.2 Redução da fragmentação hídrica e manutenção dos caudais ambientais	APA, ICNF	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Planeamento Gestão	€	POSEUR	●●	Regional
	EB2.3 Redução do <i>stress</i> climático e dos eventuais impactos primários e secundários resultantes de medidas de adaptação previstas para outros setores	APA, ICNF	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Planeamento Gestão Monitorização	€	POSEUR	●●	Local / Regional
Aprofundamento e divulgação do conhecimento	EB4.1 Implementação de uma rede de monitorização de longo prazo (LTER)	APA, ICNF, Instituições I&D	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Monitorização	€	POSEUR	●	Nacional
	EB4.2 Investigação sobre os efeitos de alterações climáticas nas espécies e ecossistemas aquáticos	APA, ICNF, Instituições I&D	Planos de Gestão de Região Hidrográfica	Monitorização	€	POSEUR	●●	Nacional

Legenda:

Custo: € pouco elevado, €€€ muito elevado;

Prioridade: ●●● 0-5 anos ●● 5-10 anos ● 10-20 anos.

O quadro de incerteza e conformidade associado às alterações climáticas, em termos de magnitude e impacto nos diversos setores, incluindo naturalmente os serviços de águas, resulta na necessidade e conveniência de se disporem de estratégias de adaptação flexíveis, multidisciplinares, consistentes e correntes, que incluam medidas estruturais e não estruturais e procedimentos de gestão adaptativa (Oliveira *et al.*, 2013).

No setor dos serviços de águas, são considerados seis programas ou eixos estruturantes com 18 medidas.

As medidas de adaptação referidas não esgotam, naturalmente, o universo de medidas disponíveis, mais ou menos específicas e de aplicação mais ou menos generalizada e que podem contribuir para a adaptação dos serviços de águas às alterações climáticas.

Programa 1 – Promoção do uso eficiente da água

Medida SA 1.1 - Controlo de perdas reais e aparentes nos sistemas. Esta medida corresponde às medidas 05, 06 e 09 do PNUEA que visam a redução de perdas nos sistemas públicos de abastecimento de água para o setor urbano, assim como nos sistemas prediais e instalações coletivas.

Medida SA 1.2 – Controlo do consumo de água pelos setores. Esta medida corresponde à implementação de várias medidas previstas no PNUEA para o setor urbano, nomeadamente a substituição de equipamento por dispositivos mais eficientes ou adequados, a redução de pressão no sistema público de abastecimento de água e a promoção de hábitos de utilização de água mais convenientes, nomeadamente através da alteração do sistema tarifário.

Medida SA 1.3 - Apoio à implementação das melhores tecnologias disponíveis que são consideradas as práticas (que incluem procedimentos e tecnologias/equipamentos) mais eficazes em termos ambientais, evitando ou reduzindo as emissões e o impacto no ambiente da atividade que possam ser aplicadas em condições técnica e economicamente viáveis.

Programa 2 – Reforço e diversificação das origens de água

Medida SA 2.1 - Diversificação das origens de água e interligação de sistemas de abastecimento para assegurar a diversificação das origens de água dos sistemas de captação e de abastecimento e a sua interligação de sistemas em “malha” que, ao permitirem uma maior versatilidade da operação e transferências de água entre regiões ou bacias, podem contribuir para uma maior fiabilidade do abastecimento. Trata-se da concretização da medida RH3.3 para o setor urbano.

Medida SA 2.2 - Reutilização de águas residuais tratadas para usos compatíveis e implementação de sistemas diferenciados de abastecimento, consoante as exigências de qualidade das diferentes utilizações. Esta medida traduz os objetivos da medida RH3.1 para o setor dos serviços da água e deverá ser implementada no quadro do PNUEA que prevê várias medidas de reutilização de água em sistemas públicos de abastecimento de água (medida 04), em sistemas prediais (medida 08), na lavagem de pavimentos (medida 28), na lavagem de veículos (medida 32), na rega de jardins (medida 39) e em campos desportivos (medidas 48 e 49).

Medida SA 2.3 – Avaliação da viabilidade e eventual promoção da dessalinização da água do mar com recurso a fontes renováveis de eletricidade. Esta medida concretiza para o setor dos serviços da água a medida RH 3.2.

Programa 3 – Controlo da qualidade da água para abastecimento público à população

Medida SA 3.1 – Desenvolvimento e implementação de Planos de Segurança da Água (proteção “multi-barreira”), visando uma gestão preventiva da qualidade da água para consumo humano. O desenvolvimento destes planos é recomendado por várias instituições, incluindo a ERSAR. No quadro da ENAAC-RH, propõe-se abranger nestes planos uma antecipação dos impactos concretos das alterações climáticas em cada sistema de abastecimento de água e também de saneamento de águas residuais e o planeamento das respostas mais adequadas.

Medida SA 3.2 – Ajuste dos esquemas de tratamento de água, instalação de tratamentos complementares e eventual reforço da capacidade instalada para assegurar a capacidade para lidar com flutuações significativas da quantidade e qualidade dos volumes de água na origem, nomeadamente através da implementação de sistemas de monitorização associados a processos de decisão em tempo real que assegurem uma gestão dinâmica dos processos de tratamento em função das condições de operação dos sistemas, da instalação de tratamentos complementares mais adequados às novas condições de captação da água bruta ou ainda do reforço da capacidade de tratamento instalada.

Programa 4 – Manutenção das condições de operação dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais

Medida SA 4.1 - Controlo de afluências indevidas aos sistemas de drenagem de águas residuais por ligações ilegais, infiltração e escoamento direto, já previsto nos planos de atividade de várias entidades gestoras.

Medida SA 4.2 – Controlo das afluências de origem pluvial aos sistemas de tratamento de águas residuais, designadamente através de soluções de controlo das águas pluviais na origem e da separação tendencial de redes de drenagem separativas de águas residuais e de águas pluviais.

Medida SA 4.3 - Reforço de condições de autolimpeza de coletores e do controlo de septicidade (controlo de odores e de corrosão), criando e desenvolvendo soluções para manter ou reforçar as condições de autolimpeza dos coletores, face ao regime de precipitações decorrentes das alterações climáticas.

Medida SA 4.4 – Ajuste dos esquemas de tratamento de águas residuais, implementação de tratamentos complementares, sempre que necessário, e reforço da capacidade dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, nomeadamente para ter em conta flutuações significativas da quantidade e qualidade dos volumes afluentes. Implementação de sistemas de monitorização associados a processos de decisão em tempo real que assegurem uma gestão dinâmica dos processos de tratamento em função das condições de operação dos sistemas.

Programa 5 – Controlo do risco de cheias

Medida SA 5.1- Proteção ou deslocação das infraestruturas situadas em zonas de inundação, nomeadamente captações, estações de bombagem, estações de tratamento de água (ETAs) e estações de tratamento de águas residuais (ETARs).

Medida SA 5.2- Promoção de soluções de controlo na origem de águas pluviais.

Medida SA 5.3 - Instalação de válvulas de maré (de retenção) em zonas suscetíveis de inundação pelas águas do mar.

Medida SA 5.4 - Intervenções de reforço ou de operação dos sistemas para aumento da capacidade de drenagem.

Programa 6 – Aprofundamento e divulgação do conhecimento

Medida SA 6.1- Reforço dos instrumentos de regulação do sector e regulamentação e normalização, integrando a obrigatoriedade de inclusão e consideração dos impactos das alterações climáticas.

Medida SA 6.2- Inovação tecnológica. Esta medida visa o desenvolvimento e a utilização de soluções inovadoras de instrumentação, monitorização e controlo, e ainda a promoção de tecnologias menos consumidoras de recursos energéticos.

O Quadro 6.10 apresenta uma síntese do programa e medidas de adaptação aos impactos relacionados com os serviços da água. A cada medida associa-se, por sua vez, a entidade responsável, os instrumentos de implementação, a tipologia de ação (de planeamento, gestão ou monitorização) a magnitude relativa de custo de implementação, fonte de financiamento, prioridade e âmbito (local, regional ou nacional).

Quadro 6.10 – Programas e medidas de adaptação para os serviços da água

Programa	Medida	Entidades responsáveis	Instrumentos de implementação	Tipologia de ação	Custo	Fonte de financiamento	Prioridade	Âmbito
Promoção do uso eficiente da água	SA 1.1 - Controlo de perdas reais e aparentes nos sistemas	Entidade gestora	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água Planos operacionais de gestão das entidades gestoras	Gestão	€	POSEUR	●●●	Local ou regional
	SA 1.2 – Controlo do consumo de água pelos setores	Entidade gestora	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água	Gestão	€	POSEUR	●●●	Nacional
	SA 1.3 - Apoio à implementação das melhores tecnologias disponíveis	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras BREF	Gestão	€€	POSEUR	●●●	Nacional
Reforço e diversificação das origens de água	SA 2.1 - Diversificação das origens de água e interligação de sistemas de abastecimento	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras Planos de Segurança da Água	Planeamento	€€€	POSEUR	●●	Local ou regional
	SA 2.2 - Reutilização de águas residuais tratadas para usos compatíveis e implementação de sistemas diferenciados de abastecimento	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras Planos de Segurança da Água	Planeamento	€€	POSEUR	●●	Local ou regional
	SA 2.3 – Avaliação da viabilidade e eventual promoção da dessalinização da água do mar com recurso a fontes renováveis de eletricidade	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras Planos de Segurança da Água	Planeamento	€€€	Horizonte 2020	●	Local ou regional
Controlo da qualidade da água para abastecimento público à população	SA 3.1 – Desenvolvimento e implementação de planos de segurança da água (proteção “multi-barreira”)	Entidade gestora	Planos de Segurança da Água	Planeamento	€	POSEUR	●●●	Local ou regional
	SA 3.2 – Ajuste dos esquemas de tratamento de água, instalação de tratamentos complementares e eventual reforço da capacidade instalada	Entidade gestora	Planos de Segurança da Água	Planeamento	€€	POSEUR	●●	Local
Manutenção das condições de operação dos sistemas de	SA 4.1 - Controlo de afluências indevidas aos sistemas de drenagem de águas residuais	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras	Gestão Monitorização	€€	POSEUR	●●	Local ou regional
	SA 4.2 – Controlo das afluências de	Entidade	Planos operacionais de gestão	Gestão	€€	POSEUR	●●	Local

Programa	Medida	Entidades responsáveis	Instrumentos de implementação	Tipologia de ação	Custo	Fonte de financiamento	Prioridade	Âmbito
drenagem e tratamento de águas residuais	origem pluvial aos sistemas de tratamento de águas residuais	gestora	das entidades gestoras	Monitorização				
	SA 4.3 - Reforço de condições de autolimpeza de coletores e de controlo de septicidade	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras	Planeamento	€€	POSEUR	●●●	Local
	SA 4.4 – Ajuste dos esquemas de tratamento de águas residuais, implementação de tratamentos complementares, sempre que necessário, e reforço da capacidade dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras	Planeamento	€€€	POSEUR	●●	Local
Controlo do risco de cheias urbanas	SA 5.1 - Proteção ou deslocação das infraestruturas situadas em zonas de inundação	Entidade gestora	Planos de Segurança da Água	Planeamento	€€€	POSEUR	●	Local ou regional
	SA 5.2 - Promoção de soluções de controlo na origem de águas pluviais	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras	Planeamento	€€€	POSEUR	●●●	Local ou regional
	SA 5.3 - Instalação de válvulas de maré (antirretorno) em zonas suscetíveis de inundação pelas águas do mar	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras	Planeamento	€€	POSEUR	●●	Local
	SA 5.4 - Intervenções de reforço ou de operação dos sistemas para aumento da capacidade de drenagem	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras	Planeamento	€€	POSEUR	●	Local
Aprofundamento e divulgação do conhecimento	SA 6.1 - Reforço dos instrumentos de regulação do setor e regulamentação e normalização	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras	Planeamento	€	POSEUR	●●●	Nacional
	SA 6.2- Inovação tecnológica	Entidade gestora	Planos operacionais de gestão das entidades gestoras	Planeamento	€€	POSEUR	●	Nacional

Legenda:

Custo: € pouco elevado, €€€ muito elevado;

Prioridade: ●●● 0-5 anos ●● 5-10 anos ● 10-20 anos.

O futuro da atividade agrícola num novo quadro climático dependerá do aumento da consciência dos agricultores da necessidade de adaptação às alterações climáticas e do fornecimento de melhor informação sobre os desafios em causa e das suas soluções (COPA-COGECA, 2009b). O Livro Branco sobre as Alterações Climáticas refere-se que o principal desafio das políticas nacionais de adaptação da agricultura nas regiões do Sul da Europa às alterações climáticas é o risco de falta de água e de desertificação (CEC, 2009). É por isso fundamental potenciar a capacidade de retenção de água dos solos agrícolas, reduzir escoamento da água das chuvas durante o Inverno e promover a infiltração, adotar espécies vegetais mais adequadas às novas condições climáticas, aumentar a eficiência de aplicação de água de rega e assegurar a segurança da disponibilidade de água (AEA & UPM, 2007).

A ENAAC-RH assume todos estes objetivos, tendo definido 4 programas de medidas de adaptação com 13 medidas. Os primeiros dois destinam-se às culturas temporárias e permanentes e visam a promoção do uso eficiente da água e o reforço da disponibilidade de água. O terceiro programa tem por objetivo a melhoria da conservação e utilização da água nas áreas florestais. Finalmente, no quarto programa incluem-se várias medidas de aprofundamento do conhecimento.

Programa 1. Promoção do uso eficiente da água em culturas temporárias ou permanentes

Medida AF1.1 - Conservação da humidade do solo, conseguida através do enrelvamento ou da manutenção dos resíduos de cultura na entrelinha, ou ainda através da adoção de sistemas de não mobilização ou de mobilização reduzida do solo, combinados com a cobertura permanente dos solos e com a rotação de culturas. A plantação de barreiras ou de pequenas áreas florestais em zonas aráveis potenciam também a redução do escoamento superficial e o aumento da infiltração durante o inverno, de forma a assegurar um mais elevado teor de humidade do solo nas restantes épocas do ano (Bates *et al.*, 2008, Easterling *et al.*, 2007). O aumento ou manutenção da matéria orgânica do solo contribui também a conservação da humidade, pois os solos ricos em matéria orgânica retêm a água durante períodos mais alargados, o que aumenta o tempo de absorção disponível e reduz o stress hídrico das culturas. Os solos ricos em matéria orgânica apresentam também uma maior taxa de infiltração com a consequente recarga de aquíferos.

Medida AF1.2- Seleção de culturas menos exigentes em água ou mais tolerantes à falta de água, introduzindo novas culturas tendo em conta as suas características agronómicas, produtividade e a sua eficiência no uso de água. É desejável optar por cultivares com necessidades térmicas e de vernalização mais adequadas e que apresentem uma maior tolerância à seca e aos picos de calor, nomeadamente por possuírem sistemas radicais mais profundos. A escolha de culturas de ciclo mais longo poderá evitar a aceleração do ciclo devido às temperaturas mais elevadas (Tudela *et al.*, 2005).

Medida AF1.3 - Alteração das operações culturais, nomeadamente dos calendários das operações culturais que inclui a modificação das datas de sementeira para as ajustar à temperatura e ao padrão de precipitação (Bates *et al.*, 2008, COPA-COGECA, 2009b; Easterling *et al.*, 2007) e a adaptação das culturas às novas condições climáticas. Um exemplo deste último tipo de medida no caso da vinha é a opção por sistemas de condução que reduzam a superfície foliar e os cachos expostos.

Medida AF1.4- Aumento da eficiência dos métodos de rega. Este objetivo pode ser concretizado através da alteração das técnicas de rega, incluindo a quantidade, o momento ou a tecnologia. A redução das perdas nas redes de transporte e de distribuição da água e a reconversão dos instrumentos e processos de rega menos eficientes são medidas fundamentais. A melhoria dos sistemas de monitorização através da colocação de micro-estações para medição da humidade do solo nas explorações permite quantificar as reais necessidades de água e identificar períodos críticos de rega. Outras medidas incluem a redistribuição desigual da rega ao longo do ano de acordo com o ciclo da cultura, privilegiando regas mais prolongadas e mais dilatadas no tempo, a opção por regas estratégicas ou de apoio ou por regas deficitárias. Estas

medidas estão previstas no PNUEA que também propõe medidas complementares, como a melhoria da qualidade dos projetos e a promoção de um sistema tarifário adequado que reflita o verdadeiro custo da água (económico e ambiental) e promova a adoção mais rápida destas medidas.

Programa 2. Reforço e diversificação das origens de água

Medida AF2.1 - Melhoria das condições de armazenamento de água para redução das perdas por evaporação. Este objetivo pode ser conseguido conservando a água em reservatórios de maior dimensão, com uma menor superfície exposta à evaporação por volume armazenado, promovendo o ensombramento das zonas de armazenamento menos profundas ou isolando a superfície dos reservatórios de armazenamento de água. A monitorização e o controlo da composição química da água permitem também contrariar a evaporação.

Medida AF2.2 – Utilização de águas residuais tratadas pode, nalgumas situações, constituir uma fonte alternativa de água. Esta medida concretiza a medida RH3.1 no setor agrícola.

Programa 3. Promoção do uso eficiente da água em áreas florestais

Medida AF3.1 – Conservação e aumento da matéria orgânica e da água. O aumento das taxas de retenção e de infiltração hídrica, a redução do risco de erosão e a retenção da matéria orgânica no solo podem ser potenciados protegendo o solo com resíduos florestais ou instalando pastagens permanentes nos sistemas agroflorestais. Para aumentar a infiltração, preservar a humidade no solo e prevenir a ocorrência de fenómenos de erosão é também importante mobilizar o solo ao longo da curva de nível e evitar realizar essa operação até finais de março nas regiões onde existe uma probabilidade elevada de ocorrência de fracas precipitações e verões fortemente secos. Nos terrenos com declives acentuados, após a plantação, o terreno deve ser armado em vala-e-cômodo. Deve também ser privilegiada a conservação de corredores ao longo das linhas de água com uma largura variável consoante as características morfológicas e ecológicas dos cursos de água, e constituídos pela vegetação natural ribeirinha ou expressamente arborizados com espécies arbóreas adequadas ao meio ribeirinho e à sua vizinhança próxima, preferencialmente autóctones.

Medida AF3.2 – Seleção de espécies florestais mais adequadas, preferencialmente endémicas, menos exigentes em água ou mais tolerantes à falta de água. Para o montado de sobro e de azinho no Alentejo, dever-se-ão ensaiar no futuro novas variedades de azinheira e sobreiro, nomeadamente através de depósitos genéticos mais resistentes à seca, como os encontrados no Norte de África, capazes de promover a subsistência do montado. A importância de preservação do montado advém deste se tratar de um sistema agro-silvo-pastoril de elevada importância e relevância social, agrícola e ambiental no Alentejo (EDIA, 2010). Os novos povoamentos de floresta de produção, nomeadamente de crescimento rápido, devem ser instalados em zonas de mais elevada produtividade e com menor nível de sensibilidade às alterações climáticas (por exemplo, as regiões do Norte e Centro Litoral, no caso do eucalipto). Neste processo, deve-se dar preferência pela regeneração por espécies autóctones e pelos povoamentos mistos que apresentam uma melhor resistência aos eventos extremos, às pragas e que contribuam para a redução dos incêndios florestais e para a resiliência do território (COPA-COGECA, 2009a).

Medida AF3.3 - Minimização da utilização de água através da prevenção do risco de incêndio - A Estratégia Nacional para as Florestas estabelece um conjunto de ações com o objetivo de reduzir a área ardida para valores médios inferiores a 100 mil hectares em 2012 e reduzir a área de povoamentos florestais ardidos para menos de 0,8% em 2018 (AFN, 2010a). Entre as medidas propostas para a Região Sul destacam-se a realização no Outono e Inverno das operações culturais que deixam resíduos no terreno, procedendo ao estilhaçamento dos resíduos e incorporando-os no solo com gradagens, ateamento de fogo controlado na

vegetação sob coberto e áreas de incultos com vegetação arbustiva e a exploração da biomassa florestal para aproveitamentos energéticos que de outra forma seria perdida pelos incêndios. Esta medida apenas será aplicada quando se consegue salvaguardar a sustentabilidade ecológica desse mesmo sistema (AFN, 2010b).

Programa 4. Aprofundamento e divulgação do conhecimento

Medida AF4.1 - Formação e divulgação de técnicas de conservação do solo, gestão de nutrientes e aumento da matéria orgânica, mobilização e coberto vegetal, combate e prevenção da erosão.

Medida AF4.2 – Investigação, formação e divulgação de técnicas de rega mais eficiente. Na Europa, em geral, e em Portugal, em particular, assistiu-se durante a última década à modernização dos sistemas de rega através do aumento do desempenho das infraestruturas, da adaptação das técnicas e do calendário de rega. Esta modernização influenciou positivamente a produtividade da água numa dinâmica que é necessário reforçar com mais investigação sobre a tecnologia e a gestão dos sistemas de rega e as suas interdependências (WssTP, 2009).

Medida AF4.3 – Desenvolvimento de estudos específicos para as culturas permanentes com o objetivo de identificar quais as fases críticas do ciclo vegetativo das culturas e quantificar as dotações mínimas de rega para cada fase.

Medida AF4.4 - Investigação de variedades florestais e de novas espécies mais adequadas às novas condições climáticas. Pretende-se identificar variedades florestais alternativas, mais resistentes a acontecimentos climáticos extremos e repentinos, e de novas espécies que possam ser introduzidas nas várias regiões florestais de Portugal. Os modelos de previsão de danos causados por acontecimentos climáticos extremos e repentinos podem constituir um instrumento útil nesta investigação (COPA-COGECA, 2009a).

O Quadro 6.11 apresenta uma síntese do programa e medidas de adaptação aos impactos relacionados com o setor da agricultura e florestas. A cada medida associa-se, por sua vez, a entidade responsável, os instrumentos de implementação, a tipologia de ação (de planeamento, gestão ou monitorização) a magnitude relativa de custo de implementação, fonte de financiamento, prioridade e âmbito (local, regional ou nacional).

Quadro 6.11 – Programas e medidas de adaptação. Agricultura e florestas

Programa	Medida	Entidades responsáveis	Instrumentos de implementação	Tipologia de ação	Custo	Fonte de financiamento	Prioridade	Âmbito
Promoção do uso eficiente da água em culturas temporárias ou permanentes	AF 1.1 - Conservação da humidade do solo	MAMAOT, Assoc. de agricultores	Códigos de boas práticas	Planeamento	€	PDR	●●●	Local/ regional
	AF 1.2 - Seleção de culturas menos exigentes em água ou mais tolerantes à falta de água	MAMAOT, empresas prestadoras de apoio técnico ou fornecedoras de plantas e sementes, Assoc. agricultores e de regantes, Instituições I&D	Política de formação e comunicação Plano Nacional do Uso Eficiente da Água	Planeamento	€€	PDR	●●	Local/ regional
	AF1.3 - Alteração das operações culturais	MAMAOT, ICNF, empresas prestadoras de apoio técnico, Assoc. de agricultores, Instituições I&D	Política de formação e comunicação Códigos de boas práticas	Planeamento	€	PDR	●●●	Local/ regional
	AF1.4 - Aumento da eficiência dos métodos de rega	MAMAOT, empresas prestadoras de apoio técnico, Assoc. agricultores e de regantes, Instituições I&D	Política de formação e comunicação Plano Nacional do Uso Eficiente da Água	Planeamento	€€	PDR	●●●	Local/ regional
Reforço e diversificação das origens de água	AF2.1 - Melhoria das condições de armazenamento de água para redução das perdas por evaporação	MAMAOT, Assoc. de agricultores e de regantes	Política de formação e comunicação Plano Nacional do Uso Eficiente da Água	Planeamento	€	PDR	●●●	Local/ regional
	AF2.2 – Utilização de águas residuais tratadas	MAMAOT, Assoc. de agricultores e de regantes	Política de formação e comunicação Plano Nacional do Uso Eficiente da Água	Planeamento	€	POSEUR	●	Local/ regional
Promoção do uso eficiente da água em áreas florestais	AF3.1 – Conservação da água no solo	ICNF, Assoc. florestais, Instituições I&D	Planos Regionais de Ordenamento Florestal Códigos de boas práticas	Planeamento	€	PDR	●●	Local/ regional
	AF3.2 – Seleção de espécies florestais mais adequadas, preferencialmente	ICNF, Assoc. florestais, Instituições I&D	Planos Regionais de Ordenamento Florestal	Planeamento	€	Horizonte 2020	●●	Local/ regional

Programa	Medida	Entidades responsáveis	Instrumentos de implementação	Tipologia de ação	Custo	Fonte de financiamento	Prioridade	Âmbito
	endémicas, menos exigentes em água ou mais tolerantes à falta de água.							
	AF3.3 - Minimização da utilização de água através da prevenção do risco de incêndio.	ICNF, Assoc. florestais, ANPC	Planos Regionais de Ordenamento Florestal Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	Planeamento	€	PDR	●●●	Local/ regional
Aprofundamento e divulgação do conhecimento	AF4.1 - Formação e divulgação de técnicas de conservação do solo	MAMAOT, ICNF, Assoc. de agricultores e florestais, Instituições I&D	Política de investigação, formação e comunicação	Planeamento	€	LIFE Horizonte 2020	●●●	Local/ regional
	AF4.2 – Investigação, formação e divulgação de técnicas de rega mais eficiente	MAMAOT, Assoc. de agricultores, Instituições I&D	Política de investigação, formação e comunicação	Planeamento	€	PDR POCI	●●●	Local/ regional
	AF4.3 – Desenvolvimento de estudos específicos para as culturas permanentes	MAMAOT, Assoc. de agricultores, Instituições I&D	Política de investigação	Planeamento	€	PDR	●●●	Local/regional
	AF4.4 - Investigação de variedades florestais mais adequadas às novas condições climáticas	ICNF, Assoc. florestais, Instituições I&D	Política de investigação	Planeamento	€	PDR	●●●	Local/regional

Legenda:

Custo: € pouco elevado, €€€ muito elevado;

Prioridade: ●●● 0-5 anos ●● 5-10 anos ● 10-20 anos.

6.2. Cheias e zonas inundáveis

6.2.1. Cheias e inundações

As cheias são fenómenos naturais extremos e temporários, provocados por precipitações moderadas e permanentes ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade. O escoamento dos caudais originados por este excesso de precipitação provoca aumento da velocidade das águas e a subida do nível originando o extravase do leito normal e a inundação das margens e terrenos vizinhos. Os prejuízos resultantes das cheias são em regra elevados, podendo provocar a perda de vidas humanas e bens.

Importa ainda salientar que as cheias provocam inundações, mas nem todas as inundações são devidas às cheias. As inundações são fenómenos hidrológicos extremos, de frequência variável, naturais ou induzidos pela ação humana, que consistem na submersão de uma área usualmente emersa (Ramos, 2011). As inundações podem ser devidas a várias causas e, consoante estas, podem ser divididas em vários tipos: (i) inundações fluviais ou cheias, (ii) inundações de depressões topográficas, (iii) inundações costeiras e (iv) inundações urbanas (Ramos, 2009).

Para a RH3 e de acordo com o levantamento efetuado no PGRH do 1.º ciclo (PGRH, APA, 2012c) resume-se no quadro seguinte as zonas em que, reconhecidamente, se verificaram cheias históricas com danos patrimoniais e humanos significativos.

Quadro 6.12 - Zonas afetadas na RH3 por cheias históricas (PGRH, APA, 2012c)

Bacia do rio Douro
Ribeira do Porto, Avintes até à foz
Espinho/Barrinha de Esmoriz
Zona ribeirinha entre a cidade de Arouca e Zendo
Zonas ribeirinhas entre as barragens de Torrão e de Crestuma (Castelo de Paiva)
Diversas zonas ribeirinhas nos concelhos de Paços de Ferreira, Lousada, Paredes e Penafiel
Zona ribeirinha da cidade de Amarante
Zona ribeirinha das áreas urbanas entre Peso da Régua e Porto de Rei
Concelhos de Cabeceiras de Basto/ Ribeira de Pena
Zona ribeirinha da cidade de Mirandela
Concelho de Macedo de Cavaleiros
Zona ribeirinha da cidade de Chaves

6.2.2. Zonas inundáveis

6.2.2.1. Identificação das zonas com riscos significativos de inundações

Em 1996, no seguimento das cheias severas que fustigaram Portugal, o Ministério do Ambiente lançou estudos de base para a instalação de um Sistema Nacional de Vigilância e Alerta de Cheias, que reduzisse a vulnerabilidade das populações, infraestruturas e ambiente face a estes fenómenos extremos. Esses estudos de índole hidrológica e hidráulica identificaram as áreas afetadas e os meios técnicos mais fiáveis (sensores, telecomunicações e sistemas informáticos) para operacionalização de um Sistema de Vigilância e Alerta de Cheias (SVAC), que é o sistema de informação utilizado na Comissão de Gestão de Albufeiras (órgão permanente de intervenção e de acompanhamento da gestão das albufeiras em caso de cheias, criado pelo Decreto-Lei n.º 21/98, de 3 de fevereiro), e que congrega toda a informação necessária, nomeadamente a meteorológica, a hidrométrica e a relativa à situação e exploração das albufeiras (artigo

11º do mesmo Decreto-Lei). Este sistema foi posteriormente atualizado, tendo sido incorporadas novas funcionalidades e objetivos, transformando-se no Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos de Portugal (SVARH).

A Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro, veio corroborar grande parte dos trabalhos feitos pela administração portuguesa no domínio da gestão do risco de cheias na última década, com efeitos significativos na diminuição da vulnerabilidade.

Com base na experiência passada e em novos desenvolvimentos entretanto ocorridos foram identificadas a nível nacional 22 zonas com riscos significativos de inundações sendo seis localizadas em rios com bacias hidrográficas internacionais e 16 em rios nacionais, estando a maioria coberta pelo SVARH.

O Quadro 6.13 apresenta as zonas com riscos significativos de inundações identificadas na RH.

Quadro 6.13 - Zonas com riscos significativos de inundações identificadas na RH3

Bacia hidrográfica	Zonas com riscos significativos de inundações
Douro	Chaves
	Porto
	Régua

6.2.2.2. Critérios utilizados para a seleção das zonas com riscos significativos de inundações

A seleção das zonas com riscos significativos de inundações foi efetuada tendo em consideração os estudos de base da década anterior à Diretiva 2007/60/CE bem como a compilação da informação sobre a ocorrência de inundações e suas consequências, recolhida por diferentes organismos. Numa 1ª fase, iniciada em 2008, foram contactadas 73 entidades e obtidas 32 respostas (43%). Numa 2ª fase, iniciada em 2010, continuou a recolher-se informação e desenvolveu-se uma base de dados específica. Foram recolhidas cerca de 2000 ocorrências abrangendo os séculos XIX, XX e XXI.

As zonas com riscos significativos de inundações selecionadas apresentam em simultâneo as seguintes características:

- Pelo menos uma pessoa desaparecida ou morta;
- No mínimo quinze pessoas afetadas (evacuados ou desalojados).

As zonas com riscos significativos de inundações selecionadas em Portugal Continental foram analisadas tendo como base a descrição histórica de 651 ocorrências registadas. As zonas selecionadas são todas atingidas por cheias fluviais e a sua ocorrência condiciona grandemente a atividade normal das populações, pelo que se encontram abrangidas pelo SVARH. O Quadro 6.14 apresenta um resumo da informação recolhida associada às zonas com riscos significativos de inundações selecionadas na RH.

Quadro 6.14 – Caracterização das zonas com riscos significativos de inundações na RH3

Zonas com riscos significativos de inundações	Ocorrências com impacto negativo/prejuízos (N.º)	Perdas de vidas humanas ou desaparecidas (N.º)	Pessoas afetadas - evacuados ou desalojados (N.º)	Origem das inundações	Cobertura pelo SVARH
Régua	23 ⁽¹⁾ 48 ⁽²⁾	2 ⁽¹⁾ 5 ⁽²⁾	7338 ⁽¹⁾ 350 Famílias ⁽²⁾	Fluvial	Sim
Porto e Vila Nova de Gaia	149 ⁽¹⁾ 13 ⁽²⁾	17 ⁽¹⁾	5135 ⁽¹⁾	Fluvial	Sim

Zonas com riscos significativos de inundações	Ocorrências com impacto negativo/prejuízos (N.º)	Perdas de vidas humanas ou desaparecidas (N.º)	Pessoas afetadas - evacuados ou desalojados (N.º)	Origem das inundações	Cobertura pelo SVARH
Chaves	2 ⁽¹⁾ 5 ⁽²⁾	1 ⁽¹⁾	1235 ⁽¹⁾	Fluvial	Não

⁽¹⁾ <https://riskam.ul.pt/disaster>

⁽²⁾ <http://snirh.pt> intranet cheias/inundações

6.2.2.3. Elaboração de cartografia sobre inundações

A metodologia utilizada para a elaboração dos mapas sobre inundações baseou-se nos dados hidrometeorológicos históricos armazenados no SNIRH, na atual ocupação do território e nos registos históricos dos prejuízos e foi desenvolvida para ser aplicável a outras zonas objeto de avaliação no 2º ciclo da Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro.

As zonas com riscos significativos de inundações têm características muito diversificadas havendo zonas fluviais sem qualquer regularização, outras com albufeiras a montante e outras estuarinas.

Os mapas das zonas inundáveis estão associados aos períodos de retorno de 100 e 1000 anos, sendo possível identificar a extensão da zona alagada bem como as alturas de água atingidas.

Os mapas de risco de inundação correspondem às mesmas zonas caracterizadas pelos mapas das zonas inundáveis, onde se aplicou a tabela de risco indicada na Figura 6.8. A cartografia de risco terá 5 níveis de consequências, desde o 1 que representa o mínimo ao 5 que representa o máximo.

Risco em relação às Inundações (RI)		
RI=dx(v+0,5)	Grau da ameaça da inundação	Descrição do Risco (considerando apenas a população)
<0,75	1- Inexistente - (I)	-
0,75-1,25	2- Baixo (L)	Cautela
1,25-2,5	3- Médio (M)	Perigo para alguns
2,5 - 7	4- Alto (H)	Perigo para a maior parte das pessoas
>7	5- Muito Alto (VH)	Perigo para toda a população

d- Profundidade (m)

v- Velocidade (m/s)

		Intensidade da Cheia				
		1	2	3	4	5
Consequências	1	I	I	L	L	M
	2	I	L	M	M	H
	3	L	M	M	H	H
	4	L	M	H	H	VH
	5	M	H	H	VH	VH

Consequência	Critério	Fonte
5- Máxima	1.1.1.01.1 Tecido urbano contínuo predominantemente vertical 1.1.1.02.1 Tecido urbano contínuo predominantemente horizontal 1.1.2.01.1 Tecido urbano descontínuo	COS 2010 Nível 5 e CENSOS 2011 (INE)

Consequência	Critério	Fonte
4- Alta	1.2.1.01.1 Indústria (b) 1.2.1.02.1 Comércio 1.2.4.01.1 Aeroportos 1.4.2.02.1 Parques de campismo 1.1.2.02.1 Tecido urbano descontínuo esparso 1.2.1.05.1 Infraestruturas de produção de energia renovável 1.2.1.05.2 Infraestruturas de produção de energia não renovável 1.2.1.06.1 Infraestruturas de captação, tratamento e abastecimento de águas para consumo 1.2.1.07.1 Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais 1.4.2.03.1 Equipamentos culturais e zonas históricas (património mundial, monumento de interesse nacional, imóveis de interesse público) 1.2.1.04.1 Equipamentos públicos e privados (edifícios sensíveis): quartéis dos bombeiros, subestações, administração do estado, educação, saúde, segurança e justiça	COS 2010 Nível 5 e ANPC, DGAJ, APA e DGPC
3- Média	1.1.1.03.1 Áreas de estacionamento e logradouros 1.2.1.01.1 Outras Indústrias 1.2.1.03.1 Instalações agrícolas 1.2.1.04.1 Equipamentos públicos e privados (as restantes edifícios sensíveis não abrangidos no nível 4) 1.2.2.02.1 Rede ferroviária e espaços associados 1.2.3.01.1 Terminais portuários de mar e de rio 1.2.4.02.1 Aeródromos 1.4.2.02.2 Outros equipamentos de lazer 2.1.1.02.1 Estufas e Viveiros 3.2.4.09.1 Viveiros florestais 1.2.2.01.1 Rede viária e espaços associados 1.3.2.02.1 Lixeiras e Sucatas 1.3.2.01.1 Aterros 1.4.2.03.1 Equipamentos culturais, zonas históricas (municipais) e sítios arqueológicos	COS 2010 Nível 5 e ANPC, APA e DGPC
2- Reduzida	1.2.3.02.1 Estaleiros navais e docas secas 1.2.3.03.1 Marinas e docas pesca 1.3.1.01.1 Minas a céu aberto 1.3.3.02.1 Áreas abandonadas em territórios artificializados 1.4.2.01.1 Campos de golfe 1.4.2.01.2 Outras instalações desportivas 4.2.2.02.1 Aquicultura litoral 5.1.2.03.3 Aquicultura interior 1.3.3.01.1 Áreas em construção 2.1.2.01.1 Culturas temporárias de regadio	COS 2010 Nível 5 e DGADR
1- Mínima	Zonas protegidas ou massas de água designadas ao abrigo das diretivas (<i>Aves</i> e <i>Habitats</i> , Águas Balneares e Perímetros de Proteção às águas para consumo humano) 5.2 Águas marinhas e costeiras 5.1 Águas interiores 3.3 Zonas descobertas e com pouca vegetação 4.1 Zonas húmidas interiores 4.2 Zonas húmidas litorais 3.2 Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea 3.1 Florestas 2.4 Áreas agrícolas heterogéneas 2.1 Culturas temporárias 2.2 Culturas permanentes 2.3 Pastagens permanentes	APA, ICNF COS 2007 Nível 2 e DGADR, ICNF

6.2.2.4. Articulação entre a Diretiva Quadro da Água e a Diretiva sobre a Avaliação e Gestão de Riscos de Inundações

Com o objetivo de planear as medidas a incorporar nos Planos de Gestão de Risco de Inundações (PGRI) em articulação com o previsto nos PGRH, efetuou-se o cruzamento entre as zonas com riscos significativos de

inundações e as massas de água superficial, do que resultou a identificação na RH3 de 12 massas de água (8 da categoria rios, 1 da categoria rios – albufeiras e 3 da categoria águas de transição), que intersejam as zonas com riscos significativos de inundações.

O Quadro 6.15 sistematiza as massas de água superficial que intersejam zonas com riscos significativos de inundações.

Quadro 6.15 - Massas de água superficial que intersejam zonas com riscos significativos de inundações

Bacia hidrográfica	Zonas com riscos significativos de inundações	Massa de água		
		Categoria	Código	Designação
Douro	Chaves	Rio	PT03DOU0174	Ribeiro de Sanjurge
		Rio	PT03DOU0175	Ribeira do Caneiro
		Rio	PT03DOU0177	Ribeiro de Samaiões
		Rio	PT03DOU0226NA	Rio Tâmega
	Porto	Rio	PT03DOU0367	Rio Tinto
		Águas de transição	PT03DOU0364	Douro-WB2
		Águas de transição	PT03DOU0366	Douro-WB1
		Águas de transição	PT03DOU0370	Douro-WB3
	Régua	Rio	PT03DOU0354	Ribeira da Meia Léguas
		Rio	PT03DOU0358	Rio Varosa (HMWB - Jusante B. Varosa)
		Rio	PT03DOU0359	Rio Corgo
		Rio (Albufeiras)	PT03DOU0401	Albufeira Carrapatelo

Na Figura 6.9 estão identificadas as massas de água localizadas na RH que resultaram do cruzamento com as zonas com riscos significativos de inundações. Estas MA podem ficar sujeitas à aplicação do 4(6) da DQA.

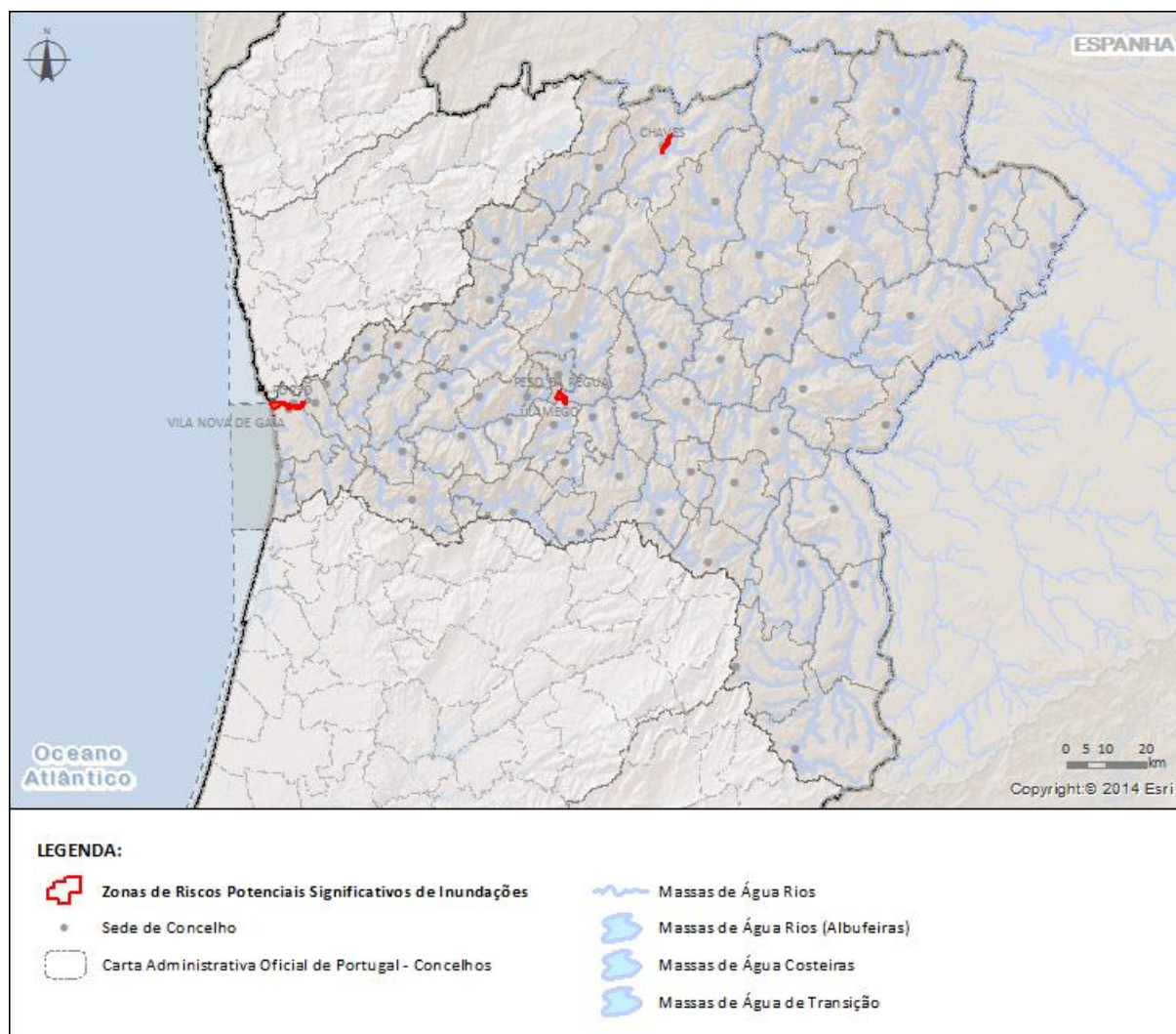


Figura 6.9 - Cruzamento entre as zonas com riscos significativos de inundações e as massas de água na RH3

6.3. Secas

A seca é um fenómeno natural de lenta progressão, que se pode estender no tempo e no espaço, aumentando a variabilidade no comportamento e nos seus efeitos. A sua progressão lenta implica que só seja identificável após estar já instalada, com todas as consequências e adversidades para as populações, o ambiente e a atividade económica que tal implica.

Exemplos de períodos de seca meteorológica ou hidrológica que atingiu a totalidade do território Português, com diferentes graus de severidade: 1943/44, 1944/45, 1975/76, 1980/81, 1981/92, 1998/99, 2001/02, 2003/04, 2004/05 e 2011/12.

No âmbito dos trabalhos da Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas, criada através Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 março, foi criado um subgrupo de trabalho, que envolve diversas entidades, que está a definir um “Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca”.

De acordo com os princípios estratégicos apresentados no referido Plano importa salientar que nem sempre a ausência prolongada de precipitação não determina obrigatoriamente a ocorrência de um fenómeno de seca. Se humidade no solo for suficiente para não esgotar a capacidade de suporte dos

sistemas agrícolas, ou se existirem medidas estruturais com capacidade de armazenamento superficial ou subterrâneo suficiente para colmatar as necessidades de água indispensáveis às atividades socioeconómicas, não se considera estar perante uma seca. Para promover a gestão das situações de seca de forma mais eficaz, com a adoção de medidas apropriadas a cada fase de agravamento, há a necessidade de definir e avaliar indicadores que permitam fixar as condições para declarar níveis de alerta com base em critérios técnico-científicos e harmonizados a nível nacional. Foi também diferenciado no referido Plano, a situação de seca agrometeorológica da situação de seca hidrológica, que aqui importa transcrever:

“Seca Agrometeorológica - com efeitos na diminuição ou até mesmo na perda de capacidade produtiva dos solos, bem como na deterioração das pastagens e difícil acesso a água para abeberamento do gado extensivo, que poderão levar a graves perdas de produção e morte de animais conduzindo a situações económicas dos produtores bastante precárias, e

Seca Hidrológica - onde existem consequências nas reservas hídricas do país, localmente ou em todo o território, podendo afetar ou colocar em perigo a operacionalidade dos sistemas de abastecimento público, justificando assim a adoção de um conjunto de procedimentos específicos destinados a minimizar os impactos em cada setor”.

A Agência Portuguesa do Ambiente desenvolveu e implementou no continente o Programa de Vigilância e Alerta de Secas (PVAS) que se baseia num conjunto de análises efetuadas para as variáveis hidrometeorológicas precipitação e armazenamento de água no solo, nos aquíferos e nas albufeiras, que, em conjunto, permitem identificar as situações de escassez de água no território continental com caráter de longa duração, permitindo, ainda, através da sua monitorização continuada, acompanhar a evolução da situação. Para a seca hidrológica os níveis de alerta foram definidos, por áreas geográficas das bacias hidrográficas, tendo como base as séries temporais históricas das 59 estações hidrométricas, que refletem os usos dos diferentes aproveitamentos (1990/1991 a 2010/2011). No que concerne à análise das reservas hídricas subterrâneas, selecionaram-se 34 piezómetros, para acompanhamento da evolução do nível piezométrico ao longo do tempo. No início de cada ano hidrológico é efetuada uma avaliação hidrológica, que fornecerá indicação sobre a existência de alguma situação de Pré-Alerta (verificação de uma ocorrência anómala). Aos níveis de alerta correspondem as seguintes descrições:

- *Nível 1 – “Pré-Alerta”; Precipitação abaixo do normal provocando ligeiro desvio face à média do nível das reservas hídricas;*
- *Nível 2 – “Alerta”: Agravamento dos sinais prenunciadores de seca afetando os normais níveis das reservas hídricas;*
- *Nível 3 – “Emergência”; Persistência e Agravamento da situação de Seca.*

Os limiares dos níveis de alerta adotados pelo referido SubGrupo de Trabalho poderão ser atualizados consoante haja nova informação relevante, que conduza a alterações significativas, permitindo uma melhor aplicação das medidas de intervenção. Os limiares adotados não invalidam a análise e avaliação de situações de stress hídrico a uma maior escala, permitindo a identificação da situação em áreas geográficas menos extensas.

A gestão das disponibilidades hídricas, armazenadas nas albufeiras existentes nas várias bacias hidrográficas, é uma tarefa complexa e exigente devido à necessidade de harmonizar os objetivos dos diferentes utilizadores envolvidos, bem como garantir a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e terrestres deles dependentes, especialmente em situações de cheia ou de seca. É nesta perspetiva que foi melhor criada a Comissão de Gestão de Albufeiras, através do Decreto-lei n.º 21/98, de 3 de fevereiro, devendo-se constituir como um órgão permanente de intervenção e de acompanhamento da gestão das albufeiras. Em situação de escassez, a resolução de conflitos de utilização da água passa pela atribuição de prioridades na sua fruição, constituindo-se o abastecimento público como prioritário.

Da avaliação que foi realizada para a RH3 pode concluir-se que cerca de 80% das secas severas ocorrem apenas localmente, em detrimento das que ocorrem de forma extensa ou generalizada (PGRH, APA, 2012c). Comparativamente à RH1 e à RH2, a RH3 apresenta maior percentagem de secas locais, secas severas, com distribuições extensa, muito extensa, muitíssimo extensa e generalizada do que as restantes regiões hidrográficas da região norte (PGRH, APA, 2012c).

A Lei da Água prevê medidas de intervenção em situação de seca as quais devem contemplar, designadamente, a alteração e eventual limitação de procedimentos e usos, a redução de pressões no sistema e a utilização de sistemas tarifários adequados. A monitorização dos recursos hídricos permite conhecer em tempo real, o nível das reservas e, antecipar a implementação de medidas necessárias, que conduzam a uma gestão sustentável da água disponível em cada nível de alerta.

6.4. Erosão hídrica

A erosão hídrica, transporte sólido e sedimentação são processos naturais, complexos e interdependentes. Tais processos são cada vez mais afetados por impactos antropogénicos, conduzindo frequentemente à necessidade de efetuar intervenções de manutenção nos sistemas hidráulicos fluviais (Ponce Álvares, et al, 1998).

A Figura 6.10 apresenta a estimativa, com base nos dados sistematizados no Plano de Bacia do rio Douro (2001), de sedimentos produzidos na bacia do Douro.

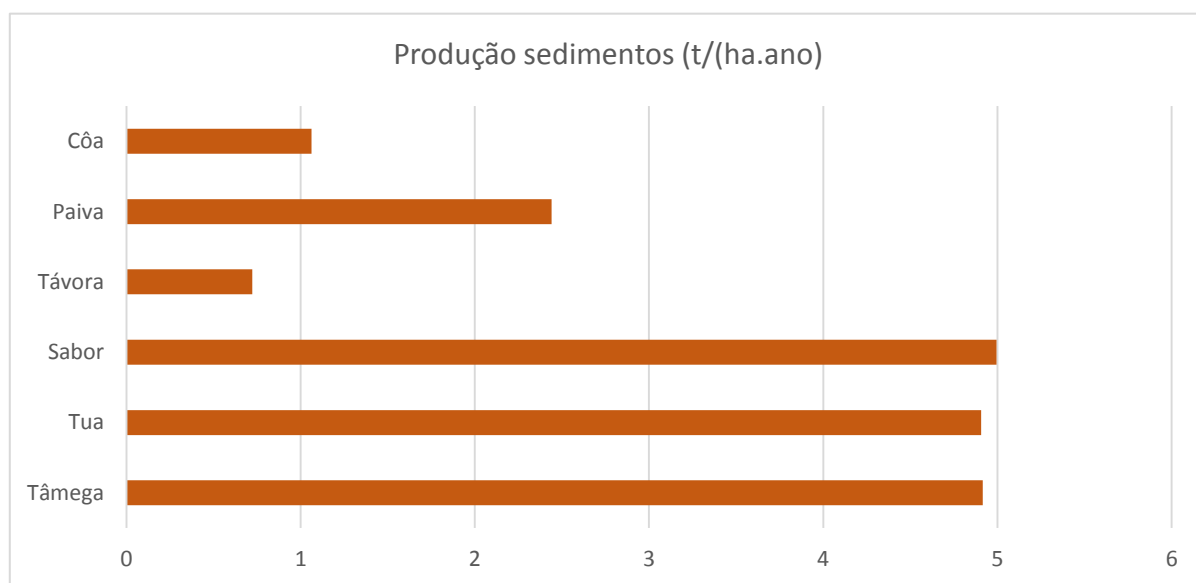


Figura 6.10 - Produção sedimentos na bacia do Douro (Plano de Bacia Hidrográfica do Douro, 2001)

No âmbito dos estudos desenvolvidos na elaboração do PGRH do 1.º ciclo (PGRH, APA, 2012c) foram identificados os seguintes parâmetros que influenciam a erosão real:

- *os valores mais elevados da erosividade da precipitação verificam-se no Entre-Douro e Minho, diminuindo à medida que caminhamos para o Interior;*
- *a maior erodibilidade dos solos do Nordeste Transmontano e na zona do Douro vinhateiro e Lapaças;*

- *as zonas onde o relevo (declives e comprimentos de encosta) são promotores de maiores taxas de erosão verificam-se ao longo dos principais cursos de água (Vale do Douro, Sabor e Tâmega) bem como nas zonas de montanha (Montesinho e Arouca);*
- *o tipo de ocupação do solo com maior representatividade na área do Plano é o agrupamento correspondente a vinha, olival, pomar, culturas anuais e territórios agroflorestais;*
- *as práticas de conservação presentes na área do Plano desenvolvem-se na zona do Douro vinhateiro e na Região de Entre-Douro e Minho.*

Os referidos estudos concluíam ainda que o volume anual de sedimentos produzidos e a reduzida capacidade transporte nos troços finais de quase todos os rios potencial a tendência de erosão (rios Tâmega, Tua, Távora e Paiva). Apenas os troços finais dos rios Sabor e Côa tinham tendência para se encontrar em estado de assoreamento. No caso do Sabor esta situação vai ser afetada pela construção do aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor. A retenção de material sólido afluente nestas barragens terá como consequência a diminuição do caudal sólido afluente a essa via navegável no rio Douro.

A barragem do Torrão, no rio Tâmega, próximo da sua confluência com o rio Douro, faz a retenção quase completa dos sedimentos produzidos nesta bacia.

A Lei da Água e o Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, determinam que a extração de inertes em águas públicas está sujeita a licenciamento e apenas é permitida quando se encontre prevista em plano específico de gestão de águas, ou enquanto medida de conservação e reabilitação da zona costeira e estuários, ou como medida necessária à criação ou manutenção de condições de segurança e de operacionalidade dos portos. Esta determinação legal permitiu de fato controlar, de forma mais efetiva, esta atividade, bem como o destino dos inertes nas situações em que se torna necessário o desassoreamento, depositando-os em regra no ambiente, desde que sejam compatíveis com os locais onde se pretende efetuar a recarga.

6.5. Erosão costeira e capacidade de recarga do litoral

O Litoral representa uma parcela muito importante do nosso território que importa preservar e defender.

Os efeitos das intempéries do inverno de 2013/2014 evidenciaram as fragilidades do litoral de Portugal Continental, que pelas diferentes atividades antropogénicas, nomeadamente a construção massiva nestes espaços cujo ordenamento deveria estar adaptado à dinâmica do mar, a redução de sedimentos que chegam através dos rios, devido à construção de barragens e à extração de inertes, às práticas agrícolas que visam a conservação do solo e à construção de obras portuárias, têm contribuído para a degradação do sistema costeiro.

Sendo esta matéria tão complexa como impactante na vida das populações foi criado pelo Despacho n.º 6574/2014, de 20 de maio um grupo de trabalho do litoral (GTL) com o objetivo de “desenvolver uma reflexão aprofundada sobre as zonas costeiras, que conduza à definição de um conjunto de medidas que permitam, no médio prazo, alterar a exposição ao risco, incluindo nessa reflexão o desenvolvimento sustentável em cenários de alterações climáticas”. Este grupo reuniu os maiores especialistas nacionais nesta matéria, com o propósito de definir uma estratégia coerente, que evite intervenções contraditórias e de curta duração que apenas minimizam mas que não resolvem o problema de fundo.

Uma das conclusões do relatório produzido – “Gestão da Zona Costeira – O Desafio da Mudança” - e que importa incluir no PGRH é que “a construção de barragens é um dos fatores a que tem sido atribuída mais importância na redução do fornecimento sedimentar para a costa, estimando-se que atualmente as barragens sejam responsáveis pela retenção de mais de 80% dos volumes de areias que eram transportadas

pelos rios antes da respetiva construção (Valle, 2014). Esta redução associa-se não só ao efeito de retenção sedimentar na albufeira (Abecasis, 1997) mas também à regularização das velocidades, resultante da atenuação das cheias (Santos-Ferreira e Santos, 2014) (GTL, 2014).

Na RH3, os aproveitamentos nos afluentes do rio Douro e a extração de areias conduzem a menor afluência de sedimentos à foz e, por conseguinte à costa a sul da sua embocadura. No âmbito dos estudos desenvolvidos no PGRH do 1.º ciclo concluiu-se que, apesar de se verificar a existência de depósitos de sedimentos em vários troços do rio Douro, estes correspondem apenas a uma pequena parte do total de sedimentos por ele transportados.

Com a construção das novas barragens nos principais afluentes do rio Douro (rios Tâmega, Tua e Sabor), o transporte sólido no rio Douro tenderá a diminuir, como já referido, não só pelo efeito de retenção sedimentar nas albufeiras mas também pela regularização das velocidades e redução da capacidade de transporte dos rios

No entanto, atendendo a que estas albufeiras estão a montante de outras já existentes, implantadas há muitos anos atrás, o impacto destas novas infraestruturas tem uma magnitude menor do que teria se não existisse nenhuma estrutura a jusante. Ora a situação existente a jusante do local de implantação destas novas barragens é algo que já está nas condições atuais há mais de 30 anos, pelo que os estudos que têm de ser implementados terão de ser incluídos no âmbito dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos para a gestão do litoral, promovendo assim uma avaliação do impacto real da existência destas infraestruturas, bem como a apreciação das técnicas existentes, viáveis e eficientes, que permitam minimizar os impactos. Importa ainda avaliar, através de uma análise custo-benefício, se as soluções que possam vir a ser identificadas como eficientes não são desproporcionadamente onerosas.

O Grupo de Trabalho do Litoral (GTL), criado ao abrigo do Despacho nº 6574/2014, de 20 de maio, recomendou ao Governo que a gestão integrada e racional dos sedimentos seja enquadrada em planos específicos de gestão de águas, conforme previsto na Lei da Água (alínea c) do Artigo nº 24 da Lei 58/2005 de 29 de dezembro), por permitir avaliar a intervenção à escala continental e permitir escalonar prioridades e valias que vão além da gestão por bacia hidrográfica, porventura por esta poder gerar descontinuidade, fragmentação e mesmo descontextualização de medidas cujas causas terão origem numa determinada bacia, mas as consequências podem, com frequência, estender-se à área de influência doutras bacias a sotamar, sendo o Douro um exemplo dessa situação, pois a sua influência estende-se até à Nazaré.

Assim, no relatório produzido pelo Grupo de Trabalho do Litoral, “Gestão da Zona Costeira – O Desafio da Mudança” (GTL, 2014), a costa de Portugal continental foi dividida em células sedimentares. O domínio de cada uma das células corresponde à faixa onde as ondas são o principal mecanismo de transporte sedimentar. Em contexto de praia, este domínio materializa-se pela faixa compreendida entre a profundidade de fecho e o limite terrestre da praia. Para cada uma destas células foi efetuada uma caracterização geomorfológica e definido o balanço sedimentar para as situações de referência e atual. A situação atual é considerada representativa das últimas duas décadas, e a situação de referência caracteriza a situação anterior à existência de uma perturbação antrópica, significativa e negativa, no balanço sedimentar (que se associa à construção de barragens, obras de engenharia na costa, em particular molhes para fixar a entrada das barras dos portos, extração de areias nos rios e na zona costeira), como a que existiria no séc. XIX na generalidade da costa.

A RH3 está associada à célula sedimentar 1 que se estende desde a foz do rio Minho à Nazaré. Esta por sua vez foi subdividida em 3 subcélulas. A segunda dessas subcélulas é a que importa considerar para a RH3, que vai do Douro ao Cabo Mondego.

De acordo com o mesmo relatório, “da foz do Douro até ao cabo Mondego (subcélula 1b), o litoral pode ser dividido em três troços: 1) um troço norte (Douro até Espinho) com orientação e características geomorfológicas semelhantes à subcélula 1a; 2) um troço central, com orientação NNE-SSW, mais extenso e

que corresponde a uma costa arenosa baixa e 3) um troço em arriba marginado por praia, que se desenvolve para sul de Quiaios e termina no cabo Mondego que constitui uma barreira natural ao transporte sedimentar residual. O troço central apresenta extensas praias lineares limitadas por dunas litorais (pelo menos no passado recente), que só são interrompidas pela barra de Aveiro. A ria de Aveiro desenvolve-se entre o Furadouro e o Areão e encontra-se separada do oceano por um cordão litoral cuja largura por vezes é inferior a poucas centenas de metros. Em regime natural, o rio Douro terá contribuído com um volume sedimentar estimado em $9 \times 10^5 \text{m}^3 \text{ano}^{-1}$; este volume sedimentar, somado ao anterior, seria suficiente para saturar a deriva litoral a sul do paralelo de Espinho, estimada em $11 \times 10^5 \text{m}^3 \text{ano}^{-1}$ (GTL, 2014).

A Figura 6.11, retirada do referido relatório ilustra a situação de referência em termos de alimentação sedimentar associadas aos rios Minho, Lima, Cávado, Ave e Douro e na Figura 6.12 a situação atual. Refere o referido estudo que “nesta subcélula o elevado défice sedimentar existente relaciona-se com a construção de barragens, que diminuiu significativamente o caudal sólido arenoso debitado pelos rios, e com as numerosas operações de dragagem e extração de sedimentos realizadas no domínio hídrico (Veloso-Gomes, 2010)” (GTL, 2014).

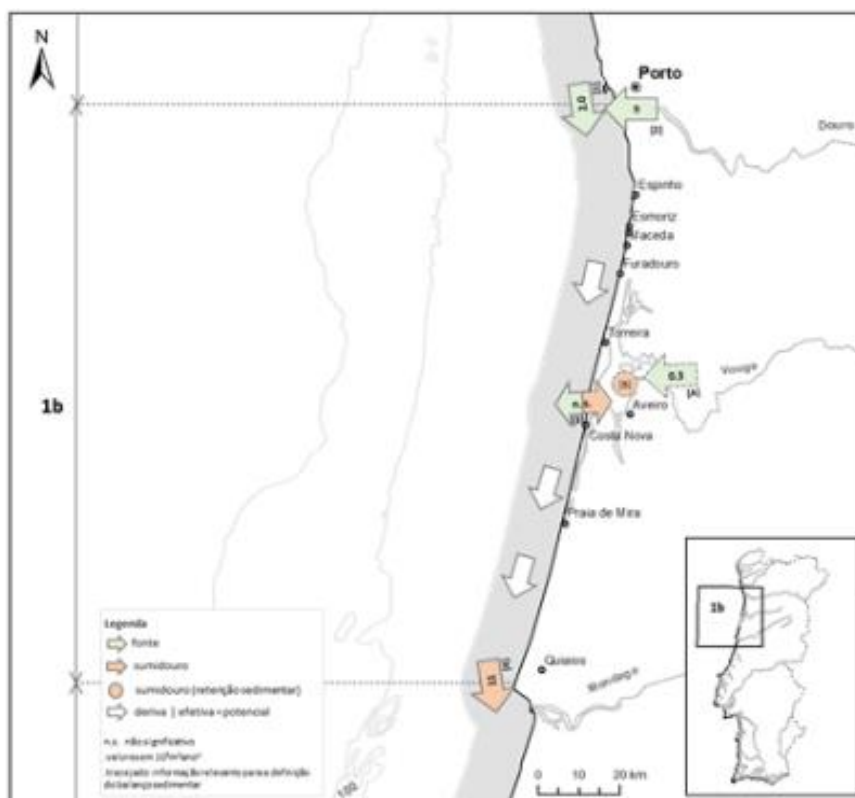


Figura 6.11 - Célula 1, subcélula 1b: balanço sedimentar na situação de referência. (GTL, 2014)

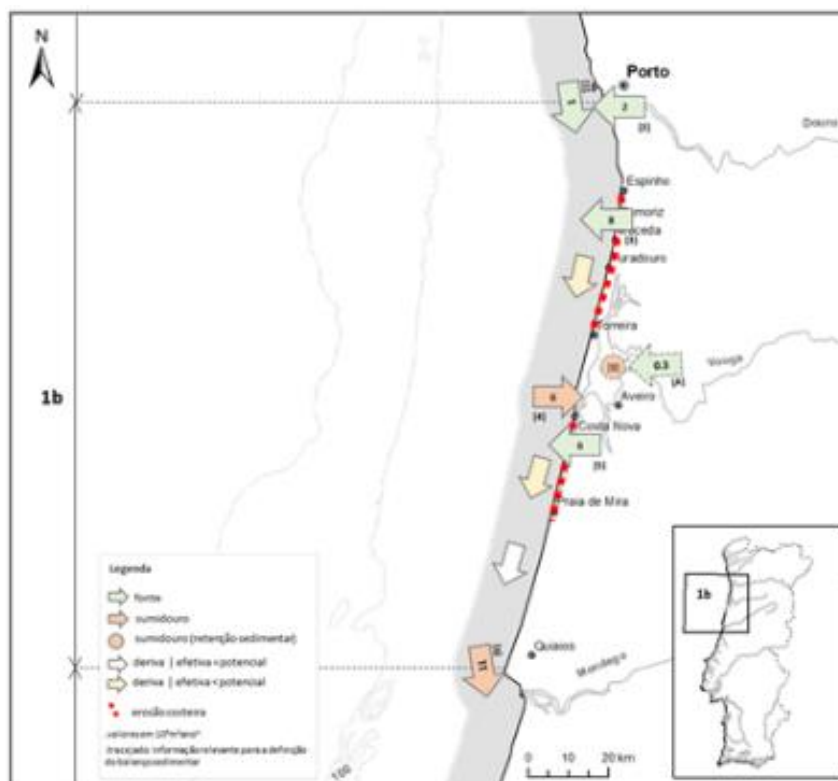


Figura 6.12 - Célula 1, subcélula 1b: balanço sedimentar na situação atual. (GTL, 2014)

Conclui ainda que “à redução no fornecimento sedimentar de natureza fluvial associou-se um recuo generalizado das praias arenosas que, aparentemente, se tem vindo a acentuar. A erosão das praias passou a constituir uma fonte sedimentar ativa, que compensou parcialmente o défice gerado. A costa a sul da embocadura do rio Douro, tem sido largamente afetada pela diminuição da fonte aluvionar constituída pelo rio Douro. De facto, os inúmeros aproveitamentos hidroelétricos e a extração de areia que se tem vindo a praticar em larga escala, reduziram substancialmente a quantidade de aluviões que alimentava as praias a sul” (GTL, 2014).

No Plano de Gestão de Região Hidrográfica foram identificadas as seguintes situações de risco críticas em termos de erosão costeira (APA, 2012c), localizadas no troço costeiro a sul da foz do rio Douro:

- Cabedelo - ainda se desconhece o efeito dos molhes da embocadura do rio Douro sobre a estabilidade do Cabedelo e, por conseguinte, sobre a zona húmida interior;
- Faixa litoral desde Espinho até à lagoa de Paramos/barrinha de Esmoriz - o processo erosivo pode vir a determinar a retirada da povoação de Paramos e afetar o sistema da lagoa/barrinha.

O principal processo de fornecimento de sedimentos para o litoral encontra-se associado aos rios que afluem a esta zona e respetivos estuários. O Quadro 6.16 apresenta os valores que foram determinados no estudo elaborado pela Hidroprojeto e pelo Grupo de Trabalho do Litoral.

Quadro 6.16– Volume aluvionar anual produzido

Bacia	Hidroprojeto (1988)	GTL 2014	
		Sit. Refª (Séc. XIX)	Atual
Minho	94.500	140.000	50.000
Âncora	1.500	-	-

Bacia	Hidroprojeto (1988)	GTL 2014	
		Sit. Refª (Séc. XIX)	Atual
Lima	22.500	20.000	-70.000 *
Neiva	3.500	-	-
Cávado	18.500	20.000	10.000
Ave	19.500	20.000	-40.000*
Douro	300.000	900.000	200.000
Vouga	180.000	n.s.	-600.000*

* Valor negativo significa que são retirados sedimentos à deriva costeira (sumidouro).

(Fonte: Hidroprojeto e GTL, 2014)

De acordo com as conclusões do estudo Gestão da Zona Costeira – O Desafio da Mudança “*a sul de Espinho, a fonte sedimentar natural deste sector era a deriva litoral, atualmente interrompida ou extremamente reduzida pelas estruturas de engenharia costeira, o que faz com que o balanço sedimentar seja em geral negativo, existindo uma forte erosão costeira, com recuo significativo da linha de costa para saturar a deriva litoral, o que acaba apenas por acontecer já fora deste troço, a norte do Furadouro*” (GTL, 2014).

O incremento da elevação do nível médio das águas do mar devido aos efeitos das alterações climáticas poderá, a médio e longo prazos, até 2050 e 2100, respetivamente, agravar o galgamento, inundação e erosão costeira. Embora com incertezas aponta-se para que haja uma subida entre 0,5m e 1m. É também possível que se verifique alteração do padrão das tempestades que assolam o litoral com o aumento da sua frequência, intensidade ou alteração de rumos. Estas variações poderão implicar consequências muito significativas e gravosas no litoral de Portugal. As medidas de adaptação das zonas costeiras às alterações climáticas foram definidas no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), em estreita articulação com a gestão dos recursos hídricos.

Em termos de instrumentos favoráveis à proteção costeira, importa salientar os recentes trabalhos de demarcação do domínio hídrico e os que resultaram da implementação dos POOC, que permitiram identificar um conjunto de ações visando introduzir diretrizes ao nível do ordenamento, requalificação e proteção do respetivo troço costeiro. Estes planos têm associado um programa de execução e de financiamento, denominado “Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015” (PAPVL), que substituiu o “Plano de Ação para o Litoral 2007-2013”, onde são classificadas e priorizadas, com base em critérios de ordem técnica, as intervenções identificadas nos POOC. Inclui também outras intervenções, entretanto definidas como necessárias para a minimização do risco de erosão costeira. Estas ações têm sido implementadas pela APA, pelas sociedades Polis e pelas Câmaras Municipais.

O investimento efetuado em obras de defesa costeira em zonas baixas entre 1995-2014 foi da ordem dos 167 milhões de euros, correspondendo a 85% do total de investimento em defesa costeira. Destes 167 milhões de euros, 40% respeitam à primeira década e 60% à segunda década (GTL, 2014). A este valor é preciso adicionar os investimentos efetuados ao nível da recuperação paisagística e ambiental.

O POOC de Caminha-Espinho inclui as zonas costeiras da RH3. Na RCM n.º 25/99, de 7 de abril, alterada pela RCM n.º 154/2007, de 2 de outubro, é diagnosticado que “*Trata-se, por outro lado, de um troço de costa sujeito a processos erosivos graves, apesar da relativa estabilidade de alguns sectores, implicando a existência de situações de risco para pessoas e bens, como sejam os casos de alguns aglomerados populacionais e, em determinados trechos, de toda a frente marítima.*” Cria a área de proteção costeira constituída pela “*parcela de território situada na faixa de intervenção do POOC considerada fundamental para a estabilidade do litoral, na qual se pretende preservar os locais e paisagens notáveis ou característicos do património natural e cultural da orla costeira, bem como os espaços necessários à*

manutenção do equilíbrio ecológico, incluindo praias, rochedos e dunas, áreas agrícolas e florestais, zonas húmidas e estuários". Nestas áreas são interditas várias atividades e as permitidas estão sujeitas a restrições.

No âmbito da revisão dos POOC de primeira geração, a abordagem efetuada contempla já os eventuais efeitos das alterações climáticas na faixa costeira, incorporando medidas específicas de adaptação. Neste contexto, os novos Programas da Orla Costeira (POC) irão incorporar explicitamente cenários de forçamento climático e respetivas medidas de adaptação para horizonte temporais definidos (50 e 100 anos), sendo exemplo as faixas de salvaguarda à erosão costeira, as quais já incorporam a eventual intensificação dos processos erosivos decorrente da subida do nível médio do mar.

Atendendo a que os cenários de alteração climática efetuados em Portugal Continental (SIAM I e II) preveem uma modificação da frequência e intensidade de inundações costeiras, os novos Programas procurarão efetuar uma primeira aproximação à identificação das zonas com maior suscetibilidade e vulnerabilidade ao galgamento oceânico e consequente potencial de inundação costeira em diferentes cenários de forçamento climático. Neste contexto, a avaliação do efeito conjugado da subida do nível médio do mar com cheias interiores, e a incorporação deste efeito no seu mapeamento é um aspeto a considerar na gestão dos riscos de inundação em zonas estuarinas ou sistemas fluvio-lagunares.

A Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC) foi aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de Setembro, dando assim resposta às orientações da Recomendação 2002/413/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de Maio, e considerando um conjunto de trabalhos e projetos entretanto desenvolvidos sob a égide da gestão integrada das zonas costeiras. Este documento, de natureza eminentemente estratégica, tem um carácter transversal na medida em que envolve todos os setores que têm uma responsabilidade direta e indireta na gestão da zona costeira.

A ENGIZC foi delineada para um horizonte temporal de 20 anos e tem como visão uma zona costeira harmoniosamente desenvolvida e sustentável, tendo por base numa abordagem sistémica e de valorização dos seus recursos e valores identitários, suportada no conhecimento e gerida segundo um modelo que articula instituições, políticas e instrumentos e assegura a participação dos diferentes setores intervenientes. O Modelo de Governança, que foi definido, tem em conta a valorização do conhecimento de suporte e as especificidades do quadro institucional, reconhecendo a Autoridade Nacional da Água como entidade central no nível operativo.

Complementarmente a este desígnio, e ainda no quadro da implementação da ENGIZC, foi definido um quadro de 20 medidas a concretizar num horizonte temporal de 20 anos.

Tendo em conta a programação das medidas e a problemática da zona costeira associada ao risco e às alterações climáticas, considerou-se pertinente a concretização, a curto prazo, das medidas: [M06] Promover a gestão integrada dos recursos minerais costeiros, [M07] Identificar e caracterizar as zonas de risco e vulneráveis e tipificar mecanismos de salvaguarda, [M08] Re(avaliar) a necessidade de intervenções de "pesadas" de defesa costeira através da aplicação de modelos multicritério e [M10] Proceder ao inventário do domínio hídrico e avaliar a regularidade das situações de ocupação do domínio público marítimo, as quais integram uma candidatura ao QREN (Programa Operacional de Valorização do Território, Eixo III) enquadrando-se também nos eixos estratégicos definidos no Programa Operacional para a Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos (POSEUR).

Em termos globais e no sentido de enquadrar as principais medidas a estabelecer no âmbito do PGRH, considera-se importante apontar o seguinte:

Os trechos terminais das bacias hidrográficas com atividade portuária, sobretudo os comerciais, têm relevância para a política de gestão de sedimentos. Merecem particular atenção os impactes que as obras

portuárias têm (proteção costeira de canais de navegação, bacias de manobra, manutenção de cotas nas vias navegáveis e obras marginais).

As perdas de velocidade nas zonas estuarinas nos trechos terminais das bacias hidrográficas acabam por ter um duplo efeito, pois dificultam a chegada dos sedimentos ao mar e contribuem para a sua acumulação em locais indesejáveis do ponto de vista da eficiência hídrica.

Para o défice sedimentar costeiro contribui ainda a regularização das linhas de água, cujo efeito, direcionado para muitos setores estratégicos à comunidade (energia, irrigação, abastecimento, controlo de cheias), pode induzir uma dimensão muito gravosa para o equilíbrio costeiro, não só pelo efeito de retenção sedimentar mas também à regularização das velocidades, resultante da atenuação das cheias.

6.6. Sismos

Em toda a área da RH3 observam-se três graus de intensidade da Escala de Mercalli modificada (1956) (PGRH, APA, 2012c):

- Grau VII - numa pequena área, na região de Vila Nova de Foz Côa e Torre de Moncorvo, esta provavelmente associada à atividade sísmica recente registada na falha de Manteigas-Vilariça-Bragança;
- Grau VI - em grande parte da área da região hidrográfica;
- Grau V - numa área compreendida entre Bragança, Mirandela, Murça, Ribeira de Pena e Montalegre e cortada a Norte pela fronteira entre Portugal e Espanha.

A prevenção do risco sísmico deve incluir medidas de redução das vulnerabilidades, construção anti-sísmica, ordenamento do território e informação preventiva das populações.

6.7. Acidentes em infraestruturas hidráulicas (barragens)

Em matéria de controlo de segurança de barragens compete à APA, enquanto Autoridade Nacional de Segurança de Barragens, promover e fiscalizar o cumprimento do Regulamento de Segurança de Barragens (RSB), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro. Essas competências são exercidas em diversas fases da vida das barragens, desde a fase de projeto até e, no limite, à fase de abandono.

As barragens são infraestruturas que têm associado um risco potencial muito baixo, porém em caso de eventual rutura, provocada por ocorrências excecionais e/ou circunstâncias anómalas, pode dar origem a uma onda de inundação, provocando perdas em vidas humanas, bens e ambiente.

O Regulamento de Segurança de Barragens (RSB) determina que as barragens sejam classificadas segundo a classe I, II ou III, em função dos danos potenciais:

- **Classe I:** Barragens cuja onda de cheia resultante de uma eventual rotura afete 25 ou mais residentes⁶.
- **Classe II:** Barragens cuja onda de cheia resultante de uma eventual rotura afete menos de 25 residentes, ou infraestruturas e instalações importantes ou bens ambientais de grande valor e dificilmente recuperáveis ou existência de instalações de produção ou de armazenagem de substâncias perigosas.
- **Classe III:** Todas as restantes barragens abrangidas pelo RSB.

⁶ Considerados, como cada pessoa, que ocupe em permanência as habitações, os equipamentos sociais ou as instalações, e considerando ainda os residentes temporários, nomeadamente dos equipamentos sociais e das instalações comerciais e industriais, turísticas e recreativas, mas afetando o respetivo número por 1/3.

O RSB estipula que para as barragens de classe I a elaboração de Planos de Emergência Interno (PEI) é obrigatória.

Na **RH3** (Douro) existem 64 “grandes” barragens, 31 barragens são da Classe I , 20 da Classe II, 4 da Classe III e 9 não classificadas.

6.8. Poluição accidental

A determinação do risco de poluição accidental numa massa de água é definida pela probabilidade de ocorrência de um acidente, num determinado período de tempo e atendendo à severidade das suas consequências.

A LA tem um artigo específico sobre medidas de proteção contra acidentes graves de poluição (artigo 42.º) referindo que *“as águas devem ser especialmente protegidas contra acidentes graves de poluição para salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos e dos ecossistemas e para segurança de pessoas e bens”*. Os programas de medidas que integram os PGRH devem incluir medidas para prevenção de acidentes graves de poluição e medidas para prevenção e redução do impacto de casos de poluição accidental. Deve ainda, ser estabelecido um conjunto de medidas para a proteção e valorização sistemática dos recursos hídricos, complementares às constantes nos PGRH para prevenção e a proteção contra riscos de cheias e inundações, de secas, de acidentes graves de poluição e de rotura de infraestruturas hidráulicas.

A LA estabelece ainda no artigo 57.º, que um utilizador da água que construa, explore ou opere uma instalação capaz de causar poluição hídrica, deve tomar as precauções adequadas, necessárias e proporcionais, tendo em conta a natureza e extensão do perigo, prevenir acidentes e minimizar os seus impactos, competindo à autoridade nacional da água definir o plano necessário à recuperação do estado das águas.

As instalações com risco particularmente elevado de poluição accidental da água, onde se destacam

- Instalações PCIP (REI) - instalações abrangidas pelo Regime de Emissões Industriais (REI), aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, que transpõe a Diretiva 2010/75/EU, de 24 de novembro;
- Instalações Seveso - instalações abrangidas pelo regime da prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas , de acordo com o Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho de 2007, que transpõe para direito interno a Diretiva n.º 2003/105/CE, de 16 de Dezembro de 2003 que altera a Diretiva n.º 96/82/CE (Seveso II);
- Unidades de Gestão de Resíduos (aterros);
- Minas;
- Unidades Fitofarmacêuticas;
- Bombas de Gasolina;
- Estações de Tratamento de Águas Residuais Urbanas, servindo uma população igual ou superior a 2 000 habitantes equivalentes;
- Emissários submarinos;
- Instalações portuárias;
- Transporte de matérias perigosas (gasodutos, rodovias).

Para os riscos de poluição accidental associados a fontes difusas têm especial importância as atividades agrícolas e pecuárias, os incêndios florestais e as redes viárias.

No capítulo 2 foram sistematizadas e analisadas as pressões existentes sobre as massas de água da RH3. Da análise espacial da sua distribuição pode-se concluir uma maior concentração destas instalações no litoral, na foz do rio Douro, na área metropolitana do Porto, Espinho, Gondomar, entre outras.

Face às consequências para o meio hídrico definiu-se uma escala de severidade que permite qualificar a importância de um eventual acidente, considerando as tipologias e classificação das atividades potencialmente poluentes (Quadro 6.17).

Quadro 6.17- Classificação de severidade dos impactos

Tipologia das atividades	Severidade para a massa de água	Índice de severidade
Instalações Seveso	Muito elevada	5
Instalações PCIP (REI) (exceto pecuárias e aviários) Unidades Fitofarmacêuticas	Elevada	4
Instalações PCIP (REI) pecuárias Unidades de Gestão de Resíduos (aterros) ETAR	Moderada	3
Instalações PCIP (REI) Aviários Instalações portuárias	Baixa	2
Bombas de Gasolina Minas Emissários submarinos Transporte de matérias perigosas (gasodutos, rodovias)	Muito baixa	1

O Quadro 6.18 apresenta por tipo de instalação as massas de água diretamente afetadas por descargas poluentes acidentais, sem prejuízo de outras massas de água adjacentes também serem afetadas.

Quadro 6.18 - Massas de água diretamente afetadas por descargas poluentes acidentais

Tipo Instalação	Instalações (N.º)	Índice de severidade	Massas de água diretamente afetadas	
			Código	Designação
Instalações Seveso	1	5	PT03DOU0167	RIO FERVENÇA
	1	5	PT03DOU0197	RIBEIRA DE OURA
	2	5	PT03DOU0226NA	RIO TÂMEGA
	1	5	PT03DOU0265	RIBEIRO DE SÃO GONÇALO
	1	5	PT03DOU0285	RIO PINHÃO
	1	5	PT03DOU0288A	RIBEIRA DA CABREIRA
	1	5	PT03DOU0304	RIBEIRA DAS TOIRINHAS
	1	5	PT03DOU0312	RIO DE SÃO LÁZARO
	1	5	PT03DOU0320	RIO FORNELO
	1	5	PT03DOU0331B	RIO TUA
	1	5	PT03DOU0332	RIO MÉZIO
	1	5	PT03DOU0342	RIBEIRO BUFA
	1	5	PT03DOU0347	RIO CAVALUM
	2	5	PT03DOU0349	RIO TANHA
	1	5	PT03DOU0370	DOURO-WB3
	1	5	PT03DOU0390	RIO VAROSA
	1	5	PT03DOU0393	ALBUFEIRA TORRAO
	1	5	PT03DOU0398	RIBEIRA DA CAMBA
	1	5	PT03DOU0399	RIO SOUSA
	1	5	PT03DOU0407	ALBUFEIRA CRESTUMA
	2	5	PT03DOU0475N	RIBEIRA DE TOURÕES
	1	5	PT03NOR0727	RIO DA VALADARES
	2	5	PT03NOR0731	RIO DE LAMAS
	1	5	PT03NOR0733	RIBEIRA DE CORTEGAÇA
	1	5	PTCOST3	CWB-II-1A
Instalações PCIP (exceto pecuárias e aviários)	1	4	PT03DOU0226NA	RIO TÂMEGA
	1	4	PT03DOU0274	RIBEIRA DE MEIRELES
	1	4	PT03DOU0300	RIO TÂMEGA

Tipo Instalação	Instalações (N.º)	Índice de severidade	Massas de água diretamente afetadas	
			Código	Designação
	1	4	PT03DOU0370	DOURO-WB3
	1	4	PT03DOU0407	ALBUFEIRA CRESTUMA
	1	4	PT03DOU0429	RIO DO SANTO
Unidades de Gestão de Resíduos (aterros) não PCIP e lixeiros	1	3	PT03DOU0226NA	RIO TÂMEGA
	1	3	PT03DOU0274	RIBEIRA DE MEIRELES
	1	3	PT03DOU0300	RIO TÂMEGA
	2	3	PT03DOU0326	RIBEIRO DO PAÚL
	1	3	PT03DOU0332	RIO MÉZIO
	1	3	PT03DOU0367	RIO TINTO
	1	3	PT03DOU0399	RIO SOUSA
	1	3	PT03DOU0416	RIO MAU
	1	3	PT03DOU0429	RIO DO SANTO
	1	3	PT03NOR0728	RIO DA GRANJA
	70	3	PTA0x1RH3	MACIÇO ANTIGO INDIFERENCIADO DA BACIA DO DOURO
Minas	1	1	PT03DOU0143	RIBEIRA DE GUADRAMIL
	5	1	PT03DOU0149	RIO SABOR
	1	1	PT03DOU0151	RIBEIRO DAS VEIGAS
	2	1	PT03DOU0180	RIO TUELA
	2	1	PT03DOU0184	RIO BEÇA
	2	1	PT03DOU0185	RIO TERVA
	1	1	PT03DOU0186	RIBEIRA DE VIVEIROS
	1	1	PT03DOU0188	RIBEIRA DA CHOUPICA
	1	1	PT03DOU0199	RIBEIRO DO COUTO
	1	1	PT03DOU0201	RIO ANGUIERA
	2	1	PT03DOU0204	RIO COVAS
	1	1	PT03DOU0208I	RIO MAÇÃS
	1	1	PT03DOU0208N	RIO MAÇÃS
	1	1	PT03DOU0213	RIBEIRA DE VEADOS
	2	1	PT03DOU0215	RIBEIRO DE GONDÍÃES
	1	1	PT03DOU0225	RIBEIRA DE SALSELAS
	3	1	PT03DOU0226NA	RIO TÂMEGA
	2	1	PT03DOU0236	RIO AZIBO (HMWB - JUSANTE B. AZIBO)
	1	1	PT03DOU0241	RIBEIRA DE CAVÊS
	1	1	PT03DOU0250	RIO LOUREDO
	1	1	PT03DOU0253	RIO DE CURROS
	2	1	PT03DOU0263	RIO TINHELA
	1	1	PT03DOU0267	RIBEIRA DA CARVALHA
	3	1	PT03DOU0297	RIBEIRA DE SANTA NATÁLIA
	1	1	PT03DOU0300	RIO TÂMEGA
	3	1	PT03DOU0301	RIO OLO
	1	1	PT03DOU0305	RIBEIRA DA BEMPOSTA
	1	1	PT03DOU0309	RIO SORDO
	2	1	PT03DOU0319	RIO OVELHA
	1	1	PT03DOU0324A	RIBEIRO DE RESINAL
	1	1	PT03DOU0330	RIO AGUILHÃO
	2	1	PT03DOU0335F	RIO SABOR
	1	1	PT03DOU0344	RIO PINHÃO
	1	1	PT03DOU0363	RIBEIRA DO TEDO
	1	1	PT03DOU0364	DOURO-WB2
	1	1	PT03DOU0371	ALBUFEIRA POCINHO
	1	1	PT03DOU0377	RIBEIRA DA MURÇA

Tipo Instalação	Instalações (N.º)	Índice de severidade	Massas de água diretamente afetadas	
			Código	Designação
	1	1	PT03DOU0379	RIBEIRA DE MÓS
	1	1	PT03DOU0380	RIBEIRA DA COMBA
	3	1	PT03DOU0399	RIO SOUSA
	1	1	PT03DOU0405	RIO CÔA
	2	1	PT03DOU0407	ALBUFEIRA CRESTUMA
	1	1	PT03DOU0414	RIO TORTO
	1	1	PT03DOU0418	RIBEIRA DE AGUIAR
	1	1	PT03DOU0428	RIO VAROSA
	2	1	PT03DOU0432	RIBEIRINHA
	1	1	PT03DOU0450	RIO PAIVÔ
	1	1	PT03DOU0463	RIBEIRA DE ARADOS
	2	1	PT03DOU0486	RIBEIRA DE TOURÕES
Unidades Fitofarmacêuticas	1	1	PT03DOU0487	RIO CÔA
	1	4	PT03DOU0152	RIBEIRA DE CAMBEDO REGUEIRÓN
	3	4	PT03DOU0167	RIO FERVENÇA
	4	4	PT03DOU0171	RIO SABOR
	3	4	PT03DOU0174	RIBEIRO DE SANJURGE
	5	4	PT03DOU0175	RIBEIRA DO CANEIRO
	1	4	PT03DOU0180	RIO TUELA
	1	4	PT03DOU0197	RIBEIRA DE OURA
	2	4	PT03DOU0202	RIO CALVO
	3	4	PT03DOU0211	RIO AVELAMES
	1	4	PT03DOU0218	RIBEIRA DE PIAS
	3	4	PT03DOU0219	RIBEIRO DE LAVANDEIRA
	1	4	PT03DOU0221	RIBEIRA DE MIDÕES
	2	4	PT03DOU0226NA	RIO TÂMEGA
	1	4	PT03DOU0231	RIBEIRO DE SÃO PEDRO
	3	4	PT03DOU0239	RIBEIRA DE CARVALHAIS
	2	4	PT03DOU0242	RIO DE OURO
	1	4	PT03DOU0244A	RIO RABACAL
	1	4	PT03DOU0244B	RIO TUELA
	3	4	PT03DOU0246	RIO FRESNO
	2	4	PT03DOU0248	RIBEIRA DE MOUREL
	1	4	PT03DOU0266	RIBEIRA DAS DUAS IGREJAS
	1	4	PT03DOU0268	RIO DE VEADE
	1	4	PT03DOU0272	RIBEIRO DE SENDIM
	1	4	PT03DOU0281	RIO CORGO
	2	4	PT03DOU0293A	RIO TINHELA
	2	4	PT03DOU0297	RIBEIRA DE SANTA NATÁLIA
	4	4	PT03DOU0300	RIO TÂMEGA
	1	4	PT03DOU0302	RIBEIRA DO PONTÃO
	3	4	PT03DOU0306	RIO CABRIL
	1	4	PT03DOU0312	RIO DE SÃO LÁZARO
	3	4	PT03DOU0313	RIBEIRA DE CIMA
	1	4	PT03DOU0315	AFLUENTE DO RIO PINHÃO
	3	4	PT03DOU0316	RIO SOUSA
	2	4	PT03DOU0318A	RIBEIRA DO CALVÁRIO
	1	4	PT03DOU0323A	RIBEIRA DE SÃO MAMEDE
	3	4	PT03DOU0327	RIO FERREIRA
	2	4	PT03DOU0331B	RIO TUA
	1	4	PT03DOU0332	RIO MÉZIO
	2	4	PT03DOU0333	RIBEIRA DE SENTIAIS
	4	4	PT03DOU0334	RIO ODRÉS

Tipo Instalação	Instalações (N.º)	Índice de severidade	Massas de água diretamente afetadas	
			Código	Designação
	1	4	PT03DOU0335C	ALBUFEIRA BAIXO SABOR (JUSANTE)
	1	4	PT03DOU0335D	ALBUFEIRA BAIXO SABOR
	1	4	PT03DOU0335G	RIO MAÇÃS E RIO ANGUEIRA
	2	4	PT03DOU0335H	RIBEIRA DE VALE DE MOINHOS
	2	4	PT03DOU0337	RIBEIRA DE LINHARES
	1	4	PT03DOU0343	RIO DE GALINHAS
	1	4	PT03DOU0346	RIBEIRA DA SOROMENHA
	2	4	PT03DOU0355	RIO TÁVORA
	1	4	PT03DOU0358	RIO VAROSA (HMWB - JUSANTE B. VAROSA)
	2	4	PT03DOU0359	RIO CORGO
	1	4	PT03DOU0364	DOURO-WB2
	4	4	PT03DOU0365	ALBUFEIRA REGUA
	1	4	PT03DOU0367	RIO TINTO
	1	4	PT03DOU0368	RIO TORTO
	3	4	PT03DOU0369	RIBEIRO DE TEMILOBOS
	1	4	PT03DOU0370	DOURO-WB3
	2	4	PT03DOU0371	ALBUFEIRA POCINHO
	1	4	PT03DOU0374	AFLUENTE DO RIO DOURO
	2	4	PT03DOU0384	RIO FEBROS
	1	4	PT03DOU0385	RIBEIRA DA CARRIÇA
	1	4	PT03DOU0390	RIO VAROSA
	1	4	PT03DOU0391	RIO BALSEMÃO
	1	4	PT03DOU0392	RIO OVIL
	4	4	PT03DOU0393	ALBUFEIRA TORRAO
	1	4	PT03DOU0395	RIBEIRO DE CONCA
	10	4	PT03DOU0399	RIO SOUSA
	1	4	PT03DOU0400	RIBEIRA DA CANADA
	3	4	PT03DOU0401	ALBUFEIRA CARRAPATELO
	1	4	PT03DOU0410	RIBEIRA DO TEDO
	1	4	PT03DOU0414	RIO TORTO
	1	4	PT03DOU0427	RIBEIRA DE TAROUCA
	1	4	PT03DOU0443	CORGO DO POIO
	1	4	PT03DOU0455	RIBEIRO DO MEDREIRO
	4	4	PT03DOU0456	RIO ARDA
	1	4	PT03NOR0728	RIO DA GRANJA
	1	4	PT03NOR0731	RIO DE LAMAS
	2	4	PTCOST3	CWB-II-1A
	2	4	PT03DOU0335H	RIBEIRA DE VALE DE MOINHOS
Bombas de Gasolina	1	1	PT03DOU0154	RIBEIRO DA GRANJA
	1	1	PT03DOU0165	RIBEIRA DO PORTO
	4	1	PT03DOU0167	RIO FERVENÇA
	4	1	PT03DOU0171	RIO SABOR
	1	1	PT03DOU0174	RIBEIRO DE SANJURGE
	5	1	PT03DOU0175	RIBEIRA DO CANEIRO
	2	1	PT03DOU0180	RIO TUELA
	1	1	PT03DOU0189N	RIO RABAÇAL
	1	1	PT03DOU0197	RIBEIRA DE OURA
	1	1	PT03DOU0198	RIBEIRA DE OURA
	1	1	PT03DOU0208N	RIO MAÇÃS
	2	1	PT03DOU0211	RIO AVELAMES
	2	1	PT03DOU0214	RIO TORTO
	5	1	PT03DOU0219	RIBEIRO DE LAVANDEIRA

Tipo Instalação	Instalações (N.º)	Índice de severidade	Massas de água diretamente afetadas	
			Código	Designação
	1	1	PT03DOU0220	RIO ANGUEIRA
	8	1	PT03DOU0226NA	RIO TÂMEGA
	2	1	PT03DOU0229	RIBEIRO DE CASTRO
	1	1	PT03DOU0233	RIO TÂMEGA
	5	1	PT03DOU0239	RIBEIRA DE CARVALHAIS
	1	1	PT03DOU0242	RIO DE OURO
	2	1	PT03DOU0244B	RIO TUELA
	3	1	PT03DOU0246	RIO FRESNO
	4	1	PT03DOU0248	RIBEIRA DE MOUREL
	1	1	PT03DOU0249	RIBEIRA DE PETIMÃO
	1	1	PT03DOU0251	RIBEIRA DE CHACIM
	2	1	PT03DOU0253	RIO DE CURROS
	3	1	PT03DOU0255	RIO LOUREDO
	1	1	PT03DOU0256	RIBEIRO DAS TORTULHAS
	1	1	PT03DOU0261	RIBEIRA DA PONTE DE PAU
	1	1	PT03DOU0267	RIBEIRA DA CARVALHA
	1	1	PT03DOU0268	RIO DE VEADE
	1	1	PT03DOU0271	RIO CABRIL
	2	1	PT03DOU0272	RIBEIRO DE SENDIM
	2	1	PT03DOU0276	RIO DA VILA
	2	1	PT03DOU0278	RIBEIRA DE ORELHÃO
	2	1	PT03DOU0280	RIBEIRA DE AILA
	3	1	PT03DOU0281	RIO CORGO
	2	1	PT03DOU0288A	RIBEIRA DA CABREIRA
	2	1	PT03DOU0290	RIBEIRA DA VILARIÇA
	2	1	PT03DOU0293A	RIO TINHELA
	1	1	PT03DOU0297	RIBEIRA DE SANTA NATÁLIA
	1	1	PT03DOU0298	RIBEIRA DE ROIOS
	6	1	PT03DOU0300	RIO TÂMEGA
	4	1	PT03DOU0302	RIBEIRA DO PONTÃO
	1	1	PT03DOU0303	RIO DE SÃO VICENTE
	3	1	PT03DOU0304	RIBEIRA DAS TOIRINHAS
	4	1	PT03DOU0306	RIO CABRIL
	1	1	PT03DOU0307A	RIBEIRA DA REBOUSA
	2	1	PT03DOU0309	RIO SORDO
	5	1	PT03DOU0312	RIO DE SÃO LÁZARO
	2	1	PT03DOU0315	AFLUENTE DO RIO PINHÃO
	23	1	PT03DOU0316	RIO SOUSA
	1	1	PT03DOU0318A	RIBEIRA DO CALVÁRIO
	1	1	PT03DOU0319	RIO OVELHA
	1	1	PT03DOU0321A	RIBEIRA DO PIDO
	2	1	PT03DOU0323A	RIBEIRA DE SÃO MAMEDE
	1	1	PT03DOU0326	RIBEIRO DO PAÚL
	23	1	PT03DOU0327	RIO FERREIRA
	1	1	PT03DOU0330	RIO AGUILHÃO
	4	1	PT03DOU0331B	RIO TUA
	2	1	PT03DOU0332	RIO MÉZIO
	5	1	PT03DOU0333	RIBEIRA DE SENTIAIS
	5	1	PT03DOU0334	RIO ODRES
	2	1	PT03DOU0335C	ALBUFEIRA BAIXO SABOR (JUSANTE)
	2	1	PT03DOU0335G	RIO MAÇÃS E RIO ANGUEIRA
	1	1	PT03DOU0335H	RIBEIRA DE VALE DE MOINHOS
	1	1	PT03DOU0336	RIBEIRO DOS CASQUEIROS

Tipo Instalação	Instalações (N.º)	Índice de severidade	Massas de água diretamente afetadas	
			Código	Designação
	1	1	PT03DOU0337	RIBEIRA DE LINHARES
	1	1	PT03DOU0341	RIO OVELHA
	1	1	PT03DOU0342	RIBEIRO BUFA
	6	1	PT03DOU0343	RIO DE GALINHAS
	5	1	PT03DOU0345	AFLUENTE DO RIO FERREIRA
	6	1	PT03DOU0347	RIO CAVALUM
	1	1	PT03DOU0349	RIO TANHA
	3	1	PT03DOU0350	RIBEIRA DE BALTAR
	1	1	PT03DOU0353	ALBUFEIRA VALEIRA
	3	1	PT03DOU0354	RIBEIRA DA MEIA LÉGUA
	1	1	PT03DOU0355	RIO TÁVORA
	8	1	PT03DOU0359	RIO CORGO
	15	1	PT03DOU0362	AFLUENTE DO RIO DOURO
	11	1	PT03DOU0364	DOURO-WB2
	3	1	PT03DOU0365	ALBUFEIRA REGUA
	2	1	PT03DOU0366	DOURO-WB1
	19	1	PT03DOU0367	RIO TINTO
	6	1	PT03DOU0368	RIO TORTO
	2	1	PT03DOU0369	RIBEIRO DE TEMIOBOS
	9	1	PT03DOU0370	DOURO-WB3
	1	1	PT03DOU0371	ALBUFEIRA POCINHO
	1	1	PT03DOU0372	RIBEIRA DA TEJA
	1	1	PT03DOU0373	RIBEIRA DO VALE DA VILA
	1	1	PT03DOU0377	RIBEIRA DA MURÇA
	1	1	PT03DOU0382	RIBEIRO DO ZÊZERE
	13	1	PT03DOU0384	RIO FEBROS
	2	1	PT03DOU0385	RIBEIRA DA CARRIÇA
	1	1	PT03DOU0390	RIO VAROSA
	4	1	PT03DOU0391	RIO BALSEMÃO
	3	1	PT03DOU0392	RIO OVIL
	12	1	PT03DOU0393	ALBUFEIRA TORRAO
	1	1	PT03DOU0395	RIBEIRO DE CONCA
	2	1	PT03DOU0398	RIBEIRA DA CAMBA
	29	1	PT03DOU0399	RIO SOUSA
	2	1	PT03DOU0400	RIBEIRA DA CANADA
	9	1	PT03DOU0401	ALBUFEIRA CARRAPATELO
	2	1	PT03DOU0405	RIO CÔA
	8	1	PT03DOU0407	ALBUFEIRA CRESTUMA
	12	1	PT03DOU0408	RIO UIMA
	6	1	PT03DOU0410	RIBEIRA DO TEDO
	1	1	PT03DOU0413	RIO PAIVA
	1	1	PT03DOU0414	RIO TORTO
	1	1	PT03DOU0418	RIBEIRA DE AGUIAR
	1	1	PT03DOU0422	RIO TÁVORA (HMWB - JUSANTE B. VILAR - TABUAÇO)
	4	1	PT03DOU0424	RIO INHA
	2	1	PT03DOU0427	RIBEIRA DE TAROUCA
	1	1	PT03DOU0428	RIO VAROSA
	3	1	PT03DOU0430	RIBEIRA DOS PRISCOS
	1	1	PT03DOU0434	RIO ARDENA
	1	1	PT03DOU0439	RIO UIMA
	1	1	PT03DOU0440	RIO ARDA
	3	1	PT03DOU0441	RIBEIRA DE LUMBRALES

Tipo Instalação	Instalações (N.º)	Índice de severidade	Massas de água diretamente afetadas	
			Código	Designação
	1	1	PT03DOU0446	RIBEIRA DE FERREIRIM
	1	1	PT03DOU0452	RIBEIRA DA CARVALHOSA
	4	1	PT03DOU0453	RIO PAIVA
	1	1	PT03DOU0454	RIBEIRO DO SONSO
	3	1	PT03DOU0456	RIO ARDA
	2	1	PT03DOU0457	RIO TÁVORA
	1	1	PT03DOU0460	RIBEIRO DO PORQUINHO
	1	1	PT03DOU0461	RIO PAIVÔ
	3	1	PT03DOU0467	RIBEIRA DOS CÓTIMOS
	1	1	PT03DOU0470	RIO TÁVORA
	1	1	PT03DOU0471	RIO CÔA
	1	1	PT03DOU0472	RIBEIRO DO AVELAL
	3	1	PT03DOU0474	RIBEIRA DA PEGA (HMWB - JUSANTE B. VASCOVEIRO)
	6	1	PT03DOU0475N	RIBEIRA DE TOURÕES
	2	1	PT03DOU0476	RIBEIRA DE GAITEIROS
	2	1	PT03DOU0479	RIBEIRA DE MASSUEIME
	1	1	PT03DOU0487	RIO CÔA
	12	1	PT03DOU0493	RIO NOÉMI
	1	1	PT03DOU0494	RIBEIRA DA ALDEIA DA PONTE
	1	1	PT03DOU0496	RIBEIRA DO SEIXO
	2	1	PT03DOU0498	RIO CÔA (HMWB - JUSANTE B. SABUGAL)
	1	1	PT03DOU0499	RIBEIRA DE PALHAIS
	9	1	PT03NOR0727	RIO DA VALADARES
	2	1	PT03NOR0728	RIO DA GRANJA
	3	1	PT03NOR0729	RIBEIRO DO MOCHO
	1	1	PT03NOR0730	RIBEIRA DE SILVADE
	7	1	PT03NOR0731	RIO DE LAMAS
	2	1	PT03NOR0732	BARRINHA DE ESMORIZ
	13	1	PT03NOR0733	RIBEIRA DE CORTEGAÇA
	12	1	PTCOST3	CWB-II-1A
ETAR (>2000 e.p.)	1	3	PT03DOU0167	RIO FERVENÇA
	1	3	PT03DOU0180	RIO TUELA
	1	3	PT03DOU0197	RIBEIRA DE OURA
	1	3	PT03DOU0211	RIO AVELAMES
	1	3	PT03DOU0214	RIO TORTO
	1	3	PT03DOU0219	RIBEIRO DE LAVANDEIRA
	2	3	PT03DOU0226NA	RIO TÂMEGA
	2	3	PT03DOU0239	RIBEIRA DE CARVALHAIS
	1	3	PT03DOU0242	RIO DE OURO
	1	3	PT03DOU0244B	RIO TUELA
	1	3	PT03DOU0246	RIO FRESNO
	1	3	PT03DOU0276	RIO DA VILA
	1	3	PT03DOU0281	RIO CORGO
	1	3	PT03DOU0290	RIBEIRA DA VILARIÇA
	1	3	PT03DOU0293A	RIO TINHELA
	1	3	PT03DOU0298	RIBEIRA DE ROIOS
	1	3	PT03DOU0300	RIO TÂMEGA
	2	3	PT03DOU0302	RIBEIRA DO PONTÃO
	1	3	PT03DOU0303	RIO DE SÃO VICENTE
	1	3	PT03DOU0315	AFLUENTE DO RIO PINHÃO
	3	3	PT03DOU0316	RIO SOUSA

Tipo Instalação	Instalações (N.º)	Índice de severidade	Massas de água diretamente afetadas	
			Código	Designação
	1	3	PT03DOU0323A	RIBEIRA DE SÃO MAMEDE
	1	3	PT03DOU0327	RIO FERREIRA
	1	3	PT03DOU0330	RIO AGUILHÃO
	2	3	PT03DOU0331B	RIO TUA
	2	3	PT03DOU0333	RIBEIRA DE SENTIAIS
	2	3	PT03DOU0334	RIO ODRÉS
	1	3	PT03DOU0335H	RIBEIRA DE VALE DE MOINHOS
	2	3	PT03DOU0343	RIO DE GALINHAS
	1	3	PT03DOU0347	RIO CAVALUM
	1	3	PT03DOU0349	RIO TANHA
	1	3	PT03DOU0350	RIBEIRA DE BALTAR
	1	3	PT03DOU0353	ALBUFEIRA VALEIRA
	1	3	PT03DOU0355	RIO TÁVORA
	5	3	PT03DOU0359	RIO CORGO
	1	3	PT03DOU0365	ALBUFEIRA REGUA
	1	3	PT03DOU0366	DOURO-WB1
	2	3	PT03DOU0367	RIO TINTO
	1	3	PT03DOU0369	RIBEIRO DE TEMILOBOS
	3	3	PT03DOU0370	DOURO-WB3
	1	3	PT03DOU0371	ALBUFEIRA POCINHO
	1	3	PT03DOU0384	RIO FEBROS
	1	3	PT03DOU0389	RIBEIRA DO CORVO
	1	3	PT03DOU0391	RIO BALSEMÃO
	1	3	PT03DOU0392	RIO OVIL
	6	3	PT03DOU0393	ALBUFEIRA TORRAO
	1	3	PT03DOU0398	RIBEIRA DA CAMBA
	5	3	PT03DOU0399	RIO SOUSA
	1	3	PT03DOU0400	RIBEIRA DA CANADA
	3	3	PT03DOU0401	ALBUFEIRA CARRAPATELO
	4	3	PT03DOU0407	ALBUFEIRA CRESTUMA
	4	3	PT03DOU0408	RIO UIMA
	1	3	PT03DOU0410	RIBEIRA DO TEDO
	1	3	PT03DOU0413	RIO PAIVA
	1	3	PT03DOU0422	RIO TÁVORA (HMWB - JUSANTE B. VILAR - TABUAÇO)
	2	3	PT03DOU0424	RIO INHA
	1	3	PT03DOU0427	RIBEIRA DE TAROUCA
	1	3	PT03DOU0430	RIBEIRA DOS PRISCOS
	1	3	PT03DOU0440	RIO ARDA
	1	3	PT03DOU0441	RIBEIRA DE LUMBRALES
	1	3	PT03DOU0460	RIBEIRO DO PORQUINHO
	1	3	PT03DOU0461	RIO PAIVÔ
	1	3	PT03DOU0467	RIBEIRA DOS CÓTIMOS
	1	3	PT03DOU0470	RIO TÁVORA
	1	3	PT03DOU0471	RIO CÔA
	1	3	PT03DOU0475N	RIBEIRA DE TOURÕES
	1	3	PT03DOU0492	RIBEIRINHA DA NAVE
	3	3	PT03DOU0493	RIO NOÉMI
	1	3	PT03DOU0494	RIBEIRA DA ALDEIA DA PONTE
	1	3	PT03DOU0498	RIO CÔA (HMWB - JUSANTE B. SABUGAL)
	1	3	PT03NOR0733	RIBEIRA DE CORTEGAÇA
	2	3	PTCOST3	CWB-II-1A

Tipo Instalação	Instalações (N.º)	Índice de severidade	Massas de água diretamente afetadas	
			Código	Designação
Emissários submarinos	2	1	PTCOST3	CWB-II-1A
Instalações portuárias	4	2	PT03DOU0364	DOURO-WB2
	1	2	PT03DOU0366	DOURO-WB1
	4	2	PT03DOU0370	DOURO-WB3
	1	2	PTCOST3	CWB-II-1A
Transporte de matérias perigosas (gasodutos)	6	1	PTA0x1RH3	MACIÇO ANTIGO INDIFERENCIADO DA BACIA DO DOURO

De todas as instalações com potencial de risco de poluição accidental as ETAR, as fitofarmacêuticas e as minas são as que afetam maior número de massas de água.

Em termos de poluição difusa e, para além do que já foi incluído no capítulo 2, apresenta-se no mapa da Figura 6.13 a avaliação da perigosidade de incêndio florestal elaborado pelo ICNF (<http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/inc/cartografia/map-perig-incend-flor>).

Em Portugal os incêndios florestais têm destruído, nos últimos anos, milhares de hectares afetando o edificado e vastas áreas florestais. As consequências ambientais que importa aqui salientar são:

- Erosão, devido a alterações na estrutura dos solos, levando a que mais facilmente ocorram contaminações dos mesmos e consequentemente do meio hídrico;
- Arrastamento e lixiviação de cinzas com elevado risco de alteração da qualidade da água.

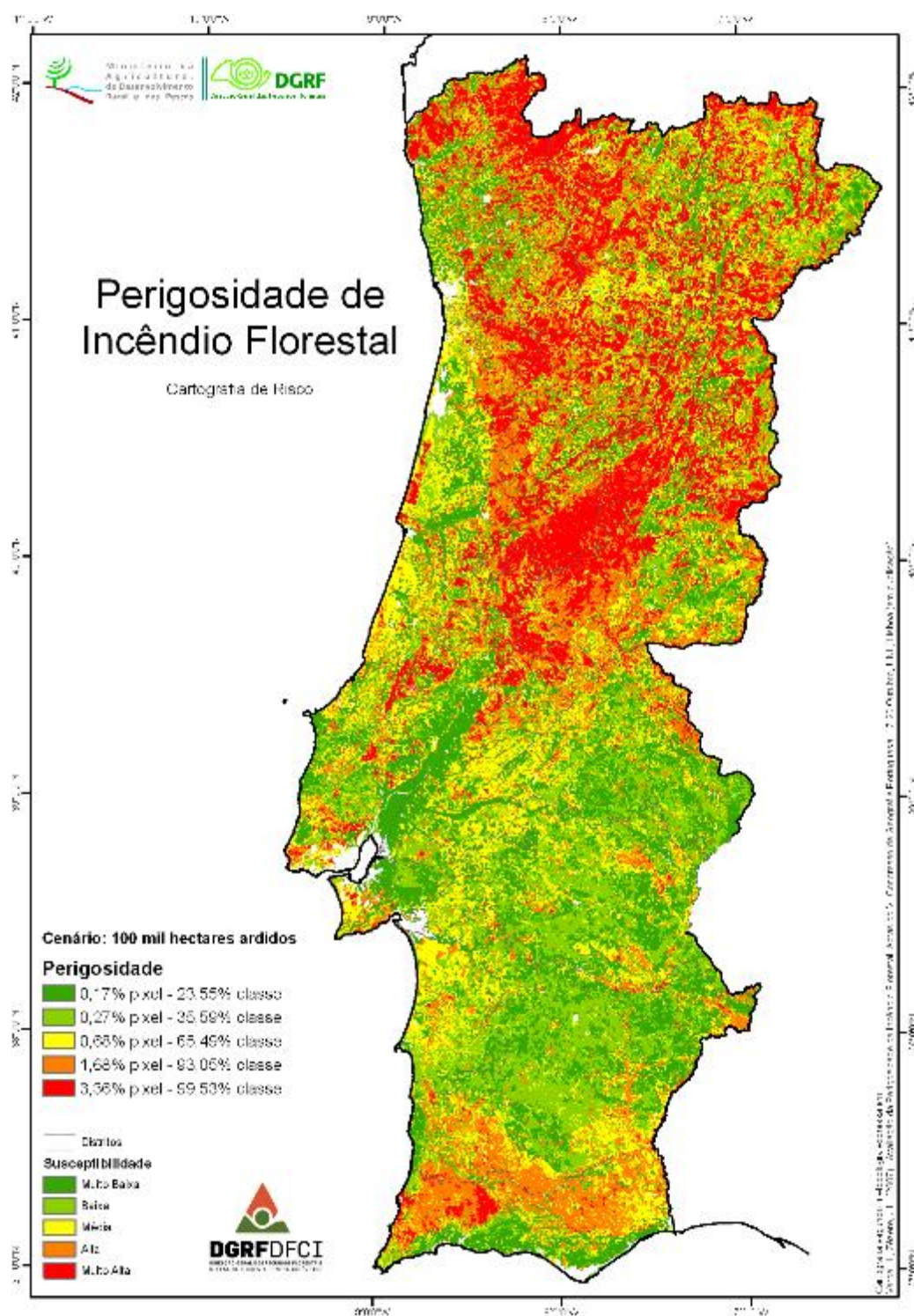


Figura 6.13 - Perigosidade de incêndio florestal

ANEXO I – Lista das massas de água delimitadas para o 2º ciclo de planeamento na RH3

ANEXO II – Critérios de identificação e designação de massas de água fortemente modificadas ou artificiais

ANEXO III – Fichas das massas de água fortemente modificadas

Anexo IV - Albufeiras de águas públicas e planos e ordenamento de águas públicas na RH3

ANEXO V - Critérios de classificação do estado/potencial ecológico das massas de água superficial

ANEXO VI – Limiares estabelecidos para avaliação do estado químico das massas de água subterrânea